



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Mensagem à Assembleia Legislativa - 2001

M E P R O G R E S S O

L I B E R T A S

T A M E N

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
Superintendência Central de Planejamento Econômico-Social

MENSAGEM

À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada na reunião inaugural da
terceira sessão legislativa ordinária
da décima quarta legislatura

BELO HORIZONTE

2001

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
Superintendência Central de Planejamento Econômico e Social
Rua Bernardo Guimarães, 2.731 - Santo Agostinho
Belo Horizonte - MG
30.140-082

Minas Gerais. Secretaria de Estado do Planejamento e
Coordenação Geral. Superintendência Central de Planejamento
Econômico e Social.

Mensagem à Assembléia Legislativa: apresentada na reunião
inaugural da segunda sessão legislativa ordinária da décima quarta
legislatura. Belo Horizonte:
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 2001.
337 p.

1. Administração Pública - Minas Gerais. I. Título

CDU 353 (815.1)

SUMÁRIO

S U M Á R I O

1. APRESENTAÇÃO	007
2. QUADRO MACROECONÔMICO	012
ANÁLISE DE CONJUNTURA ECONÔMICA	013
2.1. BRASIL	013
2.1.1. Desempenho da Economia Brasileira em 2000	013
2.1.2. Perspectivas para a Economia Brasileira em 2001	017
2.2. MINAS GERAIS	019
2.2.1. Produto Interno Bruto	019
2.2.2. Desempenho do Setor Industrial	020
2.2.3. Desempenho do Setor Agropecuário	021
2.2.4. A Dinâmica do Mercado de Trabalho	024
2.2.5. Desempenho da Balança Comercial	026
2.2.6. Perspectivas para a Economia Mineira em 2001	027
DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS	029
2.3.1. Introdução	029
2.3.2. Comportamento da Receita Estadual	031
2.3.3. comportamento da Despesa Estadual	032
2.3.4. Comportamento da Dívida Estadual	034
3. SETOR PÚBLICO ESTADUAL	037
3.1. Governadoria do Estado	038
3.2. Casa Civil e Comunicação Social	051
3.3. Planejamento e Coordenação Geral	057
3.4. Fazenda	068

S U M Á R I O

3.5. Recursos Humanos e Administração	074
3.6. Educação	080
3.7. Saúde	089
3.8. Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente	101
3.9. Cultura	106
3.10. Esportes	112
3.11. Habitação e Desenvolvimento Urbano	117
3.12. Justiça e Direitos Humanos.....	124
3.13. Segurança Pública	129
3.14. Polícia Militar	133
3.15. Bombeiro Militar	139
3.16. Ciência e Tecnologia	142
3.17. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	153
3.18. Agropecuária	162
3.19. Indústria e Comércio	167
3.20. Turismo	173
3.21. Transportes, Obras Públicas e Saneamento	179
3.22. Minas e Energia	187
4. ANEXO	202
Causas de Desvio	203

1. APRESENTAÇÃO



Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Em atendimento à determinação da Constituição do Estado de Minas Gerais, encaminho à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado mensagem em que presto contas das ações do governo em 2000.

Ressalto que o faço não apenas em cumprimento à determinação legal mas, também, com o objetivo de assegurar às senhoras e aos senhores deputados e aos cidadãos em geral o pleno exercício dos seus direitos de informação e fiscalização, motivado pelo compromisso de dar transparência às iniciativas e realizações empreendidas, conforme as aspirações de um governo democrático.

É oportuno enfatizar, inicialmente, que o desempenho da economia mineira, no ano que passou, esteve limitado pelas dificuldades econômicas e financeiras que têm marcado o País. Ainda assim, estimativas preliminares indicam que a economia mineira obteve taxa de crescimento superior à média nacional e suas exportações responderam por 12,6% do total do Brasil, ocupando a segunda posição entre os estados que mais exportam.

Do ponto de vista dos setores econômicos, o desempenho da agricultura foi bastante positivo, ocorrendo aumentos substanciais na produção dos principais cultivos do Estado. Estão sendo conduzidos pela Epamig 117 projetos de desenvolvimento tecnológico e pesquisa agropecuária. A Emater assessorou 4.395 projetos, negociados com agricultores de base familiar, e está presente em 726 municípios mineiros. O programa de erradicação da febre aftosa, desenvolvido pelo IMA, alcançou resultados significativos e o índice de vacinação chegou a 95% do rebanho.

Em relação à questão agrária, o governo está recuperando terras devolutas para fins de reforma agrária e promovendo a melhoria nas condições sanitárias, ambientais e de infra-estrutura nas áreas de assentamento. Além disso, foram emitidos 910 pareceres referentes a processos de titulação de terras e emitidos 600 títulos de propriedade.

O Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (Consea-MG) criou diversos conselhos regionais de segurança alimentar a partir de reuniões públicas municipais, tendo quatro eixos de atuação: combate à desnutrição e promoção à saúde materno-infanto-juvenil; apoio à reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar; habitação, saneamento e meio ambiente; apoio à geração de emprego e renda.

No setor industrial, entraram em operação 53 projetos apoiados pelos fundos de desenvolvimento estaduais, com geração de 11.602 empregos diretos, resultado de investimentos de US\$ 1,65 bilhão.

No que concerne à infra-estrutura básica, o governo de Minas, em parceria com a Copasa, investiu R\$ 84,1 milhões em sistemas de abastecimento d'água e R\$ 98,2



milhões em sistema de esgotamento sanitário, com destaque para a construção da estação de tratamento de esgoto do Rio Arrudas.

Estão sendo implantadas, simultaneamente, três grandes usinas de energia elétrica (Porto Estrela, Queimado e Funil) com investimentos de R\$ 420 milhões. Outras seis usinas deverão ser iniciadas em 2001 (investimentos de cerca de R\$ 1,6 bilhão), destacando o aproveitamento hidrelétrico de Irapé, localizado no Vale do Jequitinhonha, com investimentos da ordem de R\$ 500 milhões. Quando em operação, estes projetos acrescentarão 1.742 megawatts ao parque gerador de energia de Minas.

A política educacional, no ano passado, praticamente consolidou a correção de rumos iniciada em janeiro de 1999: reduzindo gastos; otimizando investimentos; promovendo ajustes administrativos; buscando nova orientação de ordem filosófica e pedagógica.

No ensino fundamental, desenvolveu-se o Programa de Aperfeiçoamento e Capacitação de Professores e Dirigentes – Procap -, que em 2001 vai beneficiar 105 mil professores das redes estadual e municipal. No ensino médio, houve criação de 104.697 vagas, o que significou incremento de 14,2%. No atendimento à educação especial, foram realizados cursos de capacitação para aproximadamente 950 professores. Além disso, foi implementado o Programa Bolsa de Trabalho para Portadores de Deficiência, beneficiando 800 alunos de 46 escolas.

O Programa Familiar para a Educação (Bolsa Escola) atingiu 10.500 famílias do Vale do Jequitinhonha, que recebem mensalmente R\$ 70,00 a título de complementação de renda, combatendo assim, a evasão escolar, o trabalho infantil e a exclusão social, além de gerar renda nos municípios.

O Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica - Proeb -, criado em 2000, é o primeiro projeto implementado pelo Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - Simave -, com o objetivo de promover o diagnóstico da educação praticada nas escolas estaduais e municipais (onde houver adesão dos municípios). Já em seu primeiro ano, foram aplicados testes para 647.481 alunos.

Houve o resgate do papel do Governo Estadual como gestor, regulador e harmonizador da área de saúde. Campanhas de multivacinação chegaram a alcançar 100% de cobertura. A rede de prestação de serviços do SUS-MG operou com recursos federais, estaduais e municipais com os seguintes resultados, entre outros: 1.284.773 internações hospitalares, ao custo de R\$ 511 milhões; 42.473.131 consultas médicas; 36.375.743 atendimentos odontológicos e 35.370.901 serviços de atendimento de diagnóstico e terapia, ao custo de R\$ 336 milhões; 9.193.718 procedimentos de alto custo, no valor de R\$ 223 milhões.

Quanto à assistência social, houve continuidade da implantação do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, tendo o Governo Estadual assessorado 62% dos municípios na formulação de sua própria política. Já o Plano Estadual de Qualificação Profissional qualificou mais de 230 mil cidadãos.



Com relação à segurança pública, foram criadas e/ou reestruturadas delegacias regionais e seccionais, além de construídas e reformadas cadeias na capital e no interior do estado, com investimentos de R\$ 6,73 milhões. Ocorreu a aquisição de 653 novas viaturas – 199 para a Polícia Civil e 454 para a Polícia Militar. Ainda nas Polícias Civil e Militar, houve expressivo aumento dos vencimentos, criando condições básicas para o pleno exercício de suas funções.

Na área de justiça e direitos humanos, foram reformadas ou ampliadas 12 unidades penais, possibilitando o atendimento aos recuperandos nas penitenciárias. Foram desenvolvidas diversas atividades que possibilitaram a qualificação dos recuperandos, preparando-os para a reinserção no convívio social, no mercado de trabalho e, sobretudo, para o exercício da cidadania.

No setor de ciência e tecnologia, foram empreendidos grandes esforços na consolidação da política setorial para o desenvolvimento sustentável. Privilegiou-se a implementação de programas especiais, destacando-se o Uso Múltiplo de Florestas Renováveis e a criação de Parques Tecnológicos. O governo decretou 2001 como o “Ano da Ciência e Tecnologia” em Minas Gerais.

Na área de turismo, considerado um dos segmentos com melhor relação custo-benefício, ocorreu a criação de 83 Conselhos Municipais de Turismo e a implantação de uma nova concepção de planejamento, a dos Circuitos Turísticos.

Destaco, ainda, importantes realizações nas áreas de transportes, cultura, esportes, habitação e meio ambiente visando a melhoria da qualidade de vida e a promoção da cidadania.

Essas realizações exigiram esforço e competência de todos os órgãos do Governo para superar as pesadas restrições financeiras, derivadas do elevadíssimo estoque de dívidas acumulado no passado, que tem origem, em grande parte, na política econômica executada pelo governo federal nos últimos anos. Mesmo assim, não abri

mão dos compromissos de pagar em dia os encargos financeiros assumidos neste o aumento superior a R\$ 100 milhões mensais na folha de pagamentos do funcionalismo, a partir de junho.

Para se ter idéia deste esforço, a dívida total, mesmo com todas essas realizações e pagamento de dívidas deixadas pelo governo passado, aumentou, em 2000 vis-à-vis 1999, apenas 1% em termos reais, embora tenha-se gasto mais de R\$ 1,7 bilhão no pagamento do serviço da dívida, equivalente a 12% das despesas e 13% da receita líquida real. No caso da dívida flutuante (até 12 meses), ocorreu acréscimo de 6% reais. Entretanto, esta parte da dívida (13% da total), já agora em janeiro de 2001, caiu substancialmente, com o pagamento da folha de dezembro e do restante do 13º salário.



Estes resultados financeiros estão baseados, fundamentalmente, em quatro pontos: austeridade absoluta; elevação da eficiência e da criatividade, enfatizando a melhor utilização do capital humano; renegociação da dívida pública com o governo federal; expansão da receita estadual de 7,1% em relação a 1999.

O grande desafio para este ano é o de se adequar à Lei de Responsabilidade Fiscal. Como não é mais possível, como ocorria no passado, utilizar a inflação como meio de se reduzir o custo real das despesas, nem antecipar receitas (ARO), aumentar a dívida pública flutuante (até 12 meses) e obter novos financiamentos de longo prazo - a não ser aqueles previstos no acordo de renegociação da dívida junto ao Governo Federal -, as despesas do Estado de Minas Gerais terão que ser iguais às suas receitas. Ou seja, pela primeira vez na história republicana teremos que trabalhar em regime de fluxo de caixa, lembrando que cerca de R\$1,5 bilhão - 13% da receita líquida real - será dispendido para pagamento à União da dívida acumulada no passado.

Ao finalizar, quero manifestar o meu apreço por essa Casa, ressaltando que somente através de um relacionamento respeitoso, claro e objetivo entre os Poderes constituídos pode-se alcançar a sinergia imprescindível ao aprimoramento das ações governamentais, na busca permanente do desenvolvimento sustentável para o Estado.

Assinatura manuscrita de Itamar Augusto Cautiero Franco, com uma letra inicial 'I' grande e estilizada, seguida por 'tamar Augusto Cautiero Franco'.

Itamar Augusto Cautiero Franco

Governador do Estado de Minas Gerais

2. QUADRO MACROECONÔMICO

2.1 BRASIL

2.1.1 Desempenho da economia brasileira em 2000

Apesar da manutenção dos desequilíbrios e da vulnerabilidade externa e das perspectivas de seu aprofundamento com a provável desaceleração da economia mundial, o desempenho da economia brasileira em 2000 tem gerado um clima de otimismo em grande parte dos analistas econômicos. Este clima é reforçado pela melhoria das notas atribuídas ao Brasil por agências internacionais de classificação de risco, embora deva ser ressaltado que continua elevado o risco atribuído ao País.

Sustenta esse clima de otimismo o crescimento das atividades econômicas e das exportações ocorrido em 2000, com sua repercussão sobre o emprego e a massa salarial. Esta expansão é fruto da queda na taxa de juros, da maior oferta de crédito, da entrada de capitais e de investimentos diretos externos e do crescimento da economia americana. Alguns analistas destacam como um dos fatores explicativos do afrouxamento da política monetária a necessidade de reação do governo à perda de credibilidade e às pressões sociais desencadeadas com a crise cambial do início de 1999.

De fato, em 2000 a subida do PIB, que até o terceiro trimestre estava em 3,89%, deverá fechar o ano em torno de 4%, após ter crescido apenas 0,22% em 1998 e 0,79% em 1999. Já o PIB per capita crescerá aproximadamente 2,6% (considerando-se a mesma taxa de crescimento populacional utilizada pelo IBGE para 1999), após dois anos de queda consecutivos (caiu 1,11% em 1998 e 0,54% em 1999). Entretanto, esse aumento de 4% do PIB, apesar de elevado em relação aos últimos anos, é baixo frente àquele necessário para absorver o ainda enorme crescimento da PEA (cidadãos em idade de trabalhar em busca de emprego) e o grande contingente de desempregados, estimado em 7% ao ano.

Em 1999, o setor agropecuário foi o que mais cresceu: o PIB subiu 7,41% nesse setor e 1,89% no setor serviços, tendo recuado 1,6% na indústria (caiu 1,59% na indústria de transformação e 3,22% na construção civil, mas cresceu 4,98% na extrativa mineral).

Já em 2000, a indústria liderou o crescimento. De janeiro a outubro (em relação a igual período do ano anterior) o PIB apresentou incremento de 4,2% na indústria (5,46% na indústria de transformação, 2,03% na construção civil e 9,62% na extrativa mineral), de 3,36% na agropecuária e de 3,29% no setor serviços.

A elevação da produção física da indústria foi ainda maior. Segundo os dados do IBGE, de janeiro a outubro de 2000 a produção física cresceu 6,58% na indústria, sendo 10,6% na indústria extrativa e 6,14% na indústria de transformação. Dos 19 gêneros da indústria de transformação, apenas cinco apresentaram queda na produção física nesse período: fumo (-7,74%), couros e peles (-6,85%), produtos alimentares (-3,5%), farmacêutica (-3,17%) e produtos de matérias plásticas (-2,21%). Dos demais gêneros, destacam-se, pelo elevado crescimento, material de transporte (18,38%), mecânica (17,04%), borracha (14%) e material elétrico e de comunicação (11,53%).

Mas o crescimento da produção física industrial não se deu de forma homogênea em termos regionais, verificando-se diferenças bastante significativas entre os estados. Assim, houve queda na produção física em Pernambuco (-4,6%), na Bahia (-2,6%) e no Paraná (-2,4%); elevação abaixo da média nacional em Santa Catarina (4,4%), Rio de Janeiro (5,7%), Espírito Santo (6,1%); praticamente na média em Minas Gerais (6,4%); e aumento acima da média em São Paulo (7,3%), Ceará (9%) e Rio Grande do Sul (9,6%).

Segundo informações da CNI, o nível de uso da capacidade instalada do parque industrial brasileiro está bastante elevado, atingindo 82% em outubro, nível mais alto desde 1992, quando os dados começaram a ser levantados por esta instituição. Ao ser comparada com 1999, a utilização da capacidade instalada aumentou 2,2%. Isso demonstra a necessidade de investimentos na base produtiva. Para o CNI, o crescimento do setor de bens de capital, mesmo com a expansão de suas exportações, estaria já indicando investimentos na ampliação da capacidade de produção do parque industrial nacional.

O crescimento da atividade econômica ensejou certa recuperação no mercado de trabalho, após uma década de estagnação. De janeiro a novembro de 2000, em relação ao mesmo período do ano anterior, as estimativas do IBGE mostram que o número de pessoas trabalhando cresceu 4,4%, destacando-se Salvador (7,4%) e Belo Horizonte (5,6%). Os setores que conseguiram maior crescimento do emprego foram o comércio (5,5%) e serviços (4,2%). Por categoria de ocupação, o maior crescimento foi dos empregados sem carteira assinada (9,3%) e o menor, dos com carteira de trabalho (2%).

Inicialmente neutralizado pelo crescimento da População Economicamente Ativa (PEA), o aumento do emprego começa a refletir na queda da taxa de desemprego aberto a partir do 2º trimestre. A taxa de desemprego em novembro de 2000 foi a menor desde 1997, situando-se em 6,2%, contra 7,3% em novembro de 1999 (deve-se considerar que de novembro de 1999 a novembro de 2000 o número de pessoas procurando trabalho caiu 13,6%). A taxa média de janeiro a novembro, de 7,3%, também caiu em relação à do ano anterior (7,7%). Apesar da queda da taxa de desemprego aberto em 2000, seu nível ainda é, portanto, bastante elevado.

Dependendo do emprego e do nível dos salários, a massa salarial também começou a dar sinais de recuperação, embora ainda limitada. Cresceu até agosto 2,9% em termos reais, em relação ao mesmo período do ano anterior. Até o primeiro semestre, seu incremento deveu-se quase exclusivamente ao crescimento do emprego, pois o rendimento real médio estava caindo. O rendimento médio começou a se recuperar, com pequenas elevações a partir de julho. Em outubro de 2000, o rendimento médio real ficou 2,1% acima do de outubro de 1999, mas a comparação de janeiro a outubro de 2000 com o mesmo período de 1999 ainda mostrava queda de 0,8% no rendimento médio.

Assim, os diversos índices de preços apontaram uma queda sensível da taxa de inflação em 2000. O IGP-M acusou em 2000 uma inflação de 9,95%, contra 20,1% de

1999. A inflação medida pelo IPCA atingiu 5,97%, tendo sido de 8,94% em 1999. Assim, o país fechou 2000 com taxa de inflação abaixo da meta de 6% estabelecida com o FMI.

A maior fragilidade continua a se situar no setor externo. O comportamento do Balanço de Pagamentos em 2000 e as previsões para 2001 reforçam as críticas dos que vêm a vulnerabilidade externa como o maior problema da economia e da política econômica e a maior dúvida quanto a sustentá-la.

As últimas estimativas apontam um déficit na balança comercial em 2000 de US\$691 milhões, inferior ao de 1999, que atingiu US\$1,25 bilhão. Esse resultado contrariou as projeções do governo de superávit de US\$4,4 bilhões no início do ano.

Com crescimento de aproximadamente 15% em relação a 1999, as exportações chegaram a US\$55,08 bilhões, acima do último recorde de US\$53 bilhões, em 1997. As vendas de produtos manufaturados cresceram 19%, atingindo US\$32,5 bilhões, aumentando sua participação na pauta de 56,9% para 59,1%, mas mostrou, contudo, sinais de desaceleração a partir de outubro, provavelmente em função da queda a demanda na economia norte-americana.

As importações cresceram 13,2%, chegando a US\$55,8 bilhões, terceiro maior resultado desde 1980 (abaixo dos US\$59,7 bilhões de 1997 e dos US\$57,7 bilhões de 1998). As importações de matérias primas e bens intermediários elevaram-se acima da média (19%).

Além da retomada da atividade econômica, o crescimento das importações pode ser atribuído a uma série de outros fatores. A elevação do preço do petróleo fez com que, mesmo com um corte de 15% na quantidade importada, os gastos com combustíveis e lubrificantes aumentassem mais de US\$ 2 bilhões em 2000. Em contrapartida, o esgotamento da capacidade ociosa principalmente no setor de bens intermediários, após apenas um ano de elevação da atividade econômica - fruto de baixas taxas de investimento nos últimos anos -, contribuiu para o crescimento do quantum de importações. Além desses dois fatores, há que se considerar o aumento do conteúdo importado na produção doméstica, inclusive nos bens exportados, a partir da solidificação de um novo padrão de investimentos pautado na maior integração internacional, na abertura comercial e na desnacionalização do parque produtivo. Estudos recentes mostram sensíveis elevações dos coeficientes de penetração das importações em quase todos os segmentos da indústria. Se não ocorrer a implementação de uma nova política industrial, claramente em defesa da produção nacional, a elevação das exportações será insuficiente para se atingir o tão necessário superávit comercial, essencial para compensar, minimamente, o déficit na balança de serviços e uma eventual dificuldade em refinarçar o principal da dívida externa.

Pelo lado das exportações, ajuda a explicar o déficit na balança comercial a redução dos preços de nossos produtos de exportação, com a deterioração dos termos de troca. Apesar da recuperação a partir de meados de 1999, os termos de troca em 2000 permaneceram 10% abaixo de 1998. Cabe considerar também a menor competitividade

de nossas exportações para os países europeus decorrente da desvalorização do euro. As exportações para esse mercado se expandiram menos em 2000 (8%, contra 18% em 1999 e contra 18% de crescimento das exportações para os EUA, mercado para o qual se verificou o avanço crescimento de vendas em 2000). A valorização do dólar em relação a outras moedas deprimiu o preço de nossas commodities de exportação para outros mercados.

De acordo com as estimativas oficiais em final de dezembro, a Balança de Transações Correntes fechou 2000 com déficit de US\$ 25,3 bilhões, praticamente igual do de 1999 (US\$25,1 bilhões). Contribuíram para ele, além do déficit na balança comercial, o pagamento de US\$15,9 bilhões de juros líquidos (apenas um pouco superior aos US\$15,3 bilhões pagos em 1999), as remessas de lucros e dividendos de US\$3,6 bilhões (inferior aos US\$4,1 bilhões em 1999), as viagens internacionais de US\$2,1 bilhões (superior ao valor de 1999, de US\$1,45 bilhão) e outras despesas de US\$4,7 bilhões.

Somando-se ao déficit das transações correntes os recursos para amortização de empréstimos e financiamentos da ordem de US\$27,8 bilhões (bem inferior aos US\$45 bilhões em 1999), a necessidade de recursos externos em 2000 situou-se em US\$53,1 bilhões. Os investimentos diretos externos chegaram a US\$29,8 bilhões (US\$6,8 bilhões para as privatizações), montante praticamente igual ao de 1999, financiando, com alguma sobra, o déficit nas transações correntes.

Embora a entrada de recursos externos tenha chegado a US\$60 bilhões (US\$7 bilhões acima das necessidades de recursos externos), a posição das reservas no final do ano ficou em US\$32,9 bilhões, abaixo dos US\$36,3 bilhões registrados em 1999, em função do pagamento de parte dos empréstimos do FMI.

Em suma, 2000 apresentou uma série de indicadores positivos, relacionados à retomada do nível de produção e do emprego, à queda na taxa de inflação e à significativa atração de investimentos estrangeiros diretos, que, mesmo contrapostos à frustração das expectativas de superávits comerciais, têm alicerçado perspectivas otimistas para o comportamento da economia brasileira em 2001 e nos anos seguintes. Para os otimistas, após vários anos de crise e instabilidade, 2000 foi o reinício de um processo de crescimento sustentado no País, atestando o acerto e o sucesso da política econômica do governo. Após a desvalorização, faltaria apenas uma resoluta política de incentivo às exportações e maior redução nas taxas de juros, especialmente através da reforma tributária, o principal entrave para se alcançar estes objetivos.

Os críticos da política econômica, no entanto, apontam que, apesar da melhoria de alguns indicadores econômicos em 2000, grande parte deles se encontra em patamares muito baixos, inferiores aos já atingidos em anos recentes. A reativação econômica em 2000 foi possível pela grande oferta de capitais externos, mas perduram sérios limites à continuidade do crescimento a médio e longo prazo, essencial para se superar os problemas estruturais da sociedade brasileira, entre os quais se destacam: a concentração de renda é, de longe, a maior entre os países industrializados; o desemprego e o trabalho informal mantêm-se muito elevados; a formação bruta de

capital fixo continua em patamar bem abaixo do necessário; a competitividade internacional do país no mercado de manufaturados é restrita a alguns segmentos; uma pequena taxa de crescimento econômica gera plena utilização da capacidade produtiva em vários setores, provocando uma elevação ainda maior das importações; e a posição externa da economia, principal elemento estrutural de sua recente trajetória de instabilidade e crise, permanece sob intensa pressão.

Além de instabilidade, baixo crescimento e permanência da enorme concentração de renda, o modelo atual suporia também privatização e desnacionalização crescentes. Seria, por tudo isso, incompatível com a necessidade de desenvolvimento econômico e social do País.

A aposta dos gestores da política econômica era de que, com a abertura, assegurando-se a estabilidade macroeconômica e os automatismos do mercado, a competitividade se elevaria a ponto de, em um segundo momento, gerarem-se superávits comerciais suficientes para anular os efeitos dos elevados déficits comerciais e de transações correntes dos primeiros anos. A pressão competitiva das importações em geral e a importação de bens de capital modernos levariam ao aumento de produtividade, de qualidade e de competitividade do setor produtivo interno. Apesar de ter ocorrido em vários setores, o aumento da competitividade não foi, contudo, suficiente para gerar os superávits esperados, acumulando-se, ao longo do tempo, enorme passivo externo, acarretando, inclusive, menor margem de manobra da política econômica atualmente. Os críticos não negam a possibilidade de, com entrada de recursos externos, o País ser capaz de crescer mais alguns anos, desde que em baixas taxas. No entanto, a capacidade de, dentro do atual modelo, se assegurar um crescimento maior, mais equilibrado e sustentado não é possível.

2.1.2 Perspectivas para a economia brasileira em 2001

Dada a restrição externa, com a necessidade do país de aumentar exportações e captar elevado montante de recursos estrangeiros, as perspectivas para a economia brasileira em 2001 dependem muito do cenário externo que se projete. O cenário mais pessimista é aquele que prevê grande desaceleração da economia dos Estados Unidos (EUA), detonando uma séria crise financeira global, com efeitos nefastos sobre a economia dos países em desenvolvimento, em função do refluxo do movimento internacional de capitais. Não se pode, dadas as dificuldades envolvidas na coordenação entre as políticas macroeconômicas dos EUA, Europa e Japão, descartar inteiramente essa hipótese.

A maioria dos analistas, entretanto, considera cenários mais otimistas. A desaceleração da economia mundial é tida como certa, a partir da queda no crescimento da economia americana, mas há discordâncias sobre a intensidade e a abrangência dessa desaceleração. As previsões mais recentes calculam a taxa de crescimento dos EUA em cerca de 2% 2001 (5,2% em 2000). Considerando estas estimativas, as previsões para a economia brasileira em 2001 são de um comportamento não muito diferente do ano que se encerra.

O governo prevê um saldo na balança comercial de US\$1 bilhão, com crescimento das exportações em torno de 10%, atingindo US\$60,5 bilhões, e das importações em 7%. Entre diversos analistas, contudo, as previsões variam - de um saldo positivo de US\$4 bilhões a um saldo negativo de US\$2,2 bilhões. Note-se que, segundo o cálculo oficial, o crescimento das exportações será menor que o do ano passado, respeitando a perspectiva de perda de dinamismo no mercado internacional. Os produtos manufaturados devem continuar a liderar nossas exportações e o aumento das importações se pautará pela demanda de insumos e de produtos intermediários, repetindo o atual coeficiente de importações da economia.

Na balança de serviços, o governo prevê crescimento dos juros líquidos (devendo chegar a US\$16,6 bilhões), dos lucros e dividendos (US\$5 bilhões) e das viagens internacionais (US\$2,4 bilhões). Assim, o crescimento positivo de US\$1,7 bilhão na balança comercial seria mais do que compensado por um crescimento de US\$3,1 bilhões no déficit da balança de serviços, conduzindo a um crescimento de US\$700 milhões no déficit em transações correntes deste ano, que deverá atingir US\$26 bilhões. Com o volume de amortizações permanecendo praticamente constante (US\$27,7 bilhões), a fragilidade externa do país permanecerá e será necessário, praticamente o mesmo volume de recursos externos para equilibrar o balanço de pagamentos (US\$53,7 bilhões).

No entanto, segundo o Banco Central, a previsão para a entrada de investimentos diretos este ano é de queda de 19,5%, passando de US\$29,8 bilhões em 2000 para US\$24 bilhões, ou US\$2 bilhões a menos que o necessário para cobrir o déficit esperado em transações correntes. Com isto, o governo deverá se esforçar ainda mais para captar recursos no mercado externo, o que significa que os juros devem continuar alguns pontos percentuais acima da média internacional. Alguns analistas, no entanto, temem que, em face do aumento das necessidades de financiamento externo e às pressões do FMI, nova onda de privatizações possa vir a ser desencadeada.

Dadas as restrições apontadas, o crescimento do PIB não deverá ser acima ao do ano 2000, em torno de 4%. A expansão continuará liderada pelo setor industrial, que deverá se expandir em 5% (podendo chegar a 7%, segundo a projeção mais otimista do secretário de Política Econômica). A produção de bens duráveis continuará a crescer, mas a taxas menores, em virtude dos limites de endividamento das famílias e da reposição de estoques. No caso do setor de bens intermediários, os sinais de esgotamento da capacidade ociosa ficarão mais claros; e, quanto aos bens de consumo não-duráveis, sua expansão deverá ser pequena, acompanhando a evolução do emprego e dos rendimentos. Apesar destas incertezas na economia, a taxa de investimento poderá crescer e vir a superar o nível de 20% do PIB.

O mercado de trabalho terá comportamento positivo. A taxa média de desemprego aberto do IBGE deverá recuar de 7,2% (em 2000) para 6,8%, fruto do crescimento do emprego, pois a PEA continuará expandindo.

A inflação continuará sob controle, caindo para 4,5% pelo IPCA.

Estas previsões contêm um elevado grau de incerteza, dado que nossa vulnerabilidade externa é e continuará elevada. Num ambiente externo instável e problemático, novas restrições podem levar a um crescimento econômico inferior ao previsto e ao aumento dos desequilíbrios internos. De qualquer forma, mesmo pelas melhores previsões, as perspectivas para a economia brasileira em 2001 não podem ser consideradas muito animadoras para um país que precisaria estar crescendo a taxas substancialmente mais elevadas.

2.2. MINAS GERAIS

2.2.1. Produto Interno Bruto

Na década de 90, a participação do PIB de Minas Gerais tem variado entre 9,3% (em 1991) e 10,1% (em 1996) do PIB brasileiro. Em 1998 - último ano para o qual há informações disponíveis -, o PIB mineiro equivalia a 9,79% do PIB nacional, mantendo Minas Gerais o terceiro maior PIB entre os estados brasileiros, após São Paulo (35,46%) e Rio de Janeiro (11,01%) e à frente do Rio Grande do Sul (7,72%) e Paraná (6,21%).

Já o PIB per capita mineiro oscilou, na década, entre 86,3% (em 1991) e 95,1% (em 1996) do PIB per capita brasileiro, situando-se em 92,6% em 1998, o que corresponde, a preços correntes desse ano, a R\$5.647,66

Nos oito primeiros anos da década, o PIB do estado cresceu a uma taxa média de 2,85% ao ano (o crescimento foi de 2,51% ao ano no quadriênio 1990-94 e de 3,19% ao ano no quadriênio 1994-98), ligeiramente superior à observada para o Brasil, de 2,66% ao ano (no primeiro quadriênio, a taxa anual de crescimento foi de 2,74%, superior à de Minas Gerais, mas, no segundo quadriênio, a taxa de 2,58% ao ano foi inferior à desse estado).

Em 1999, dados ainda preliminares mostram uma elevação do PIB em Minas Gerais de 1,2%, 50% acima ao do Brasil (0,79%), com o que, no período 1990-1999, a taxa de crescimento anual média para o estado alcançaria 2,67%. Para 2000, como Minas Gerais vem tendo um desempenho superior à média nacional, espera-se que a expansão do PIB do estado supere os 4% estimados para o Brasil.

No período 1990-1998, o setor agropecuário apresentou a maior taxa anual média de crescimento do PIB: 5,06%, contra 3,04% do setor industrial e 2,32% do setor serviços. No entanto, devido à evolução diferenciada dos preços, no mesmo período a participação do setor serviços no PIB, a preços correntes, do estado cresceu de 47,6% para 50,5%, a expensas do setor industrial e, principalmente, do agropecuário, cujas participações passaram de 41,2% para 40,3% e de 11,2% para 9,2%, respectivamente, de acordo, portanto, com as tendências internacionais.

Dentro do setor industrial, os setores de maior peso são a indústria de transformação e a construção civil. No período 1990-1998, suas participações no PIB do estado evoluíram de 27,43% para 21,17% e de 8,93% para 13,16%, respectivamente. A

participação da indústria extrativa mineral, que crescera de 1990 a 1993, a partir de então passa a cair, chegando a 1,4% em 1998. Compõem ainda o setor industrial os serviços industriais de utilidade pública, cuja participação no PIB total passou de 3,48% em 1990 para 4,6% em 1998.

Em 1998, cinco gêneros eram responsáveis por 71,97% do PIB da indústria de transformação do estado: metalurgia (21,82%), produtos alimentares (13,38%), material de transporte (12,93%), minerais não-metálicos (12,13%) e química (11,70%). O sexto gênero de maior peso – fumo – apresentava uma participação bem inferior, de 4,27%.

2.2.2 Desempenho do setor industrial

Para os anos de 1999 e 2000, não havendo ainda estimativas desagregadas em termos de valor adicionado para o estado, o crescimento industrial só pode ser avaliado em termos de volume de produção física, segundo os dados do IBGE.

Em 1999, a produção física na indústria mineira, que havia recuado 4,06% em 1998, cresceu 1,09%. Enquanto a indústria extrativa indicava decréscimo de 3,76% da produção física, revertendo tendência de crescimento no biênio anterior (em 1998 ocorrera crescimento de 3,97%), a indústria de transformação cresceu 1,45% (em 1998 houve decréscimo de 4,63%). Cabe notar que, no Brasil, a produção física da indústria caiu 0,65% em 1999, a da indústria extrativa cresceu 9,09% e a da indústria de transformação caiu 1,62%.

O comportamento dos cinco principais gêneros no estado foi bastante variável. Assim, a produção física da metalurgia, que caíra fortemente em 1998 (-6,37%), recupera-se um pouco em 1999, com crescimento de 0,78%. O gênero produtos alimentares mantém forte crescimento: 13,02% em 1998 e 19,14% em 1999. A grande queda na produção física do gênero material de transporte em 1998 (-28,05%) é interrompida com um acréscimo de 1,23% em 1999. O gênero minerais não-metálicos, que vinha crescendo no biênio anterior (2,73% em 1998), cai 3,54% em 1999. Por fim, a produção física do gênero química, que caíra 5,25% em 1998, retrocede 1,1% em 1999.

Em 2000, os últimos dados de produção física disponíveis se referem ao mês de outubro. De janeiro a outubro, em relação a igual período do ano anterior, a produção física da indústria cresceu 6,41%, a da indústria extrativa, 9,79% e a da indústria de transformação, 6,16%. Essas taxas de crescimento são bem próximas às apresentadas para o Brasil: 6,58% , 10,6% e 6,14%, respectivamente.

Dos cinco principais gêneros da indústria de transformação do estado, dois evidenciam queda na produção física: minerais não-metálicos (-4,27%) e química (-3,04%). Para os outros três, o crescimento foi relativamente alto: metalurgia, 12,35%; material de transporte, 9,06%; e produtos alimentares, 5,14%. Quanto aos demais gêneros, destacam-se, pelo elevado crescimento da produção física, perfumaria, sabões e velas (32,45%), bebidas (14,92%), material elétrico e de comunicação (12,76%) e têxtil

(9,4%); e, por grandes quedas, os gêneros mobiliário (-20,5%), couros e peles (-11,34%) e vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-7,85%).

Acompanhando o que ocorreu com a produção física, o faturamento da indústria de transformação cresceu 5,41% entre janeiro e outubro de 2000, de acordo com a Fiemg. É importante registrar que em 1999, essa taxa foi de 1,25%. Os setores com melhor desempenho foram os de material de transporte (31%), impulsionado pela melhoria das condições de crédito a partir da redução das taxas de juros; o de vestuário e calçados (22,06%), favorecido pela liberação do câmbio em janeiro de 1999, e o de metalurgia (10,42%), refletindo a retomada do crescimento da economia brasileira.

O crescimento no setor industrial mineiro tem acontecido basicamente via absorção de capacidade ociosa de produção. O nível médio de utilização da capacidade instalada da indústria de transformação foi de 82,42% até o mês de outubro, superior à média nacional (80,46% no mesmo período), de acordo com a Fiemg. Para alguns ramos da indústria esse percentual é superior a 90% como celulose, papel e papelão, metalurgia, têxtil e também da indústria extrativa mineral. Esse elevado nível de uso da capacidade instalada indica que a manutenção do ritmo de crescimento nos próximos anos vai requerer a realização de novos investimentos. Com relação aos investimentos na indústria mineira no ano 2000, 46,69% foram realizados pela indústria metalúrgica e de material de transporte e 12,76% pelo segmento de extração mineral.

No que se refere à distribuição regional dos novos investimentos, 77,8% dos investimentos anunciados localizam-se na região Central (41,65%), Triângulo (18,54%) e Sul de Minas (17,61%), o que tende a reforçar a condição dessas regiões de mais dinâmicas do estado.

2.2.3. Desempenho do setor agropecuário

Ao se analisar inicialmente o contexto nacional, verifica-se que, desde o final de 1999, a evolução dos preços agrícolas tem sido, de maneira geral, afetada pela atuação de duas forças agindo em sentidos contrários: os preços internacionais, no sentido de baixa, e as adversidades climáticas, no sentido da alta.

A manutenção de níveis baixos das cotações internacionais de produtos como o café, o milho e o trigo, em relação aos padrões históricos, decorre da combinação da oferta elevada com a desvalorização do euro em relação ao dólar.

A maioria das exportações do agronegócio se destina aos países que compõem a União Européia: 40,5% no período janeiro-setembro/2000 (Secretaria de Produção e Comercialização/Ministério da Agricultura). Como as exportações vêm sendo afetadas pela contínua desvalorização do euro, os produtos importados estão se tornando mais caros para o consumidor europeu e a sua demanda vem-se reduzindo.

De acordo com a Organização Internacional do Café (OIC) as exportações mundiais de café aumentaram 4,4% de setembro de 1999 a agosto de 2000 em relação ao volume exportado no período setembro de 1998 a agosto de 1999. No entanto, o Brasil, que é o

maior produtor e exportador mundial, ficou à margem desse crescimento, haja vista que o volume exportado pelo País nesse período teve redução de 16,8%. Com isto o montante de receitas cambiais que o Brasil deixou de internalizar é estimado em mais de 400 milhões de dólares.

Dados da SPC/MA de janeiro a setembro de 2000 confirmam que as exportações brasileiras de café apresentaram baixa no volume exportado de 27,56% e decréscimo de 30,57% na arrecadação em relação a igual período do ano anterior. Os preços no tempo analisado reduziram-se de US\$ 1 877,66/t para US\$1.825,81/t.

Esta queda nas quantidades exportadas pelo Brasil pode ser atribuída principalmente ao Plano de Retenção de Café, conduzido pela Associação dos Países Produtores de Café (APPC). Naturalmente, essa instabilidade do mercado internacional afetou fortemente as exportações mineiras, visto que o estado responde pela maior parte da produção e da exportação brasileira deste produto.

No caso da soja em grão, nestes nove primeiros meses de 2000, o desempenho foi bem superior ao do ano anterior mas ainda distante da performance verificada em 1998. A quantidade de grãos exportada pelo Brasil cresceu 26,33% no período analisado e, com a recuperação do preço médio de venda do grão (+6,49%), espera-se um bom crescimento no valor exportado.

Ao contrário, os produtos industrializados (farelo e óleo) tiveram, em virtude das elevadas barreiras tarifárias impostas pelos principais países importadores (como a China e a Índia), quedas substanciais na quantidade exportada no período.

No segmento de carnes, a previsão é de que o setor repetirá o desempenho do ano anterior, com um crescimento das quantidades exportadas “in natura” pelo país: bovina (31,75%), frango (21,45%) e suína (50,56%), contrabalançada por uma acentuada queda de preços dos produtos no mercado internacional: bovina (8,83%), frango (-25,71%) e suína (-12,20%).

Nos primeiros nove meses de 2000, as exportações do segmento de frutas “in natura” deram prosseguimento à tendência crescente observada nos últimos anos. Os volumes exportados de frutas pelo País cresceram 4,39%, com um aumento na receita de mais de 25% em relação a igual período do ano anterior.

O problema climático, que consistiu de uma prolongada estiagem (abril a junho) e algumas geadas (em meados de julho), afetou a safra de produtos como o milho e o feijão e atingiu também a produção animal (bovinos e leite), assim como a produção de hortifrutigranjeiros.

Minas Gerais, em virtude das suas diferenças geográficas, climáticas e culturais, ocupa posição estratégica no abastecimento do país. Em 1999, 12,5% da receita bruta da produção agropecuária brasileira (Conab/MA) eram gerados no estado, participação inferior apenas à do Estado de São Paulo (14,7%). A produção agrícola respondia por 60,7% desta receita e a pecuária por 39,3%.

O setor continua sendo o principal responsável pela geração de emprego e renda na maioria dos municípios mineiros. Em 1998, a agropecuária respondia por 22,04% da população ocupada no estado, valor superior ao apresentado pela indústria (19,44%).

Entre 1985 e 1998, o valor adicionado da agropecuária teve um crescimento acumulado de 41,6%, para uma taxa média de 2,7% ao ano. Apesar disso, no período, a participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB) estadual reduziu-se praticamente à metade, passando de 17,8% para 9,2%. Isso decorre de uma tendência internacional, de longo prazo, de perda de importância relativa do setor, na medida em que a economia se desenvolve. A despeito disso, não resta dúvida de que, se não fosse a instabilidade macroeconômica interna e o descompasso entre preços e custos de produção, a agropecuária nacional e mineira estariam apresentando resultados muito melhores.

Minas Gerais, segundo os últimos dados disponíveis (LSPA/IBGE – novembro de 2000) é o maior produtor nacional de café (44,95% do total brasileiro) e de batata-inglesa (28,52%); e tem expressiva participação na produção de milho (13,05%, segunda posição do ranking), de abacaxi (22,3%, segunda posição), de mamona (10,01%, segunda posição), de feijão (12,87%, terceira posição), de tomate (17,26%, terceira posição), de cana-de-açúcar (5,74%, quarta posição), de laranja (2,26%, quarta posição) e de banana (7,28%, quinta posição). A quase-totalidade dessas produções, exceto a do café, destina-se ao mercado nacional.

Minas ainda se destaca, segundo os últimos dados disponíveis (Faeng, 1998), como maior produtor nacional de leite, com 28,4% do total que se produz no país; o segundo em rebanho bovino (12,8%); e o quarto em suínos (9,1%). Sobressai, ainda, na produção de carne de frango (9,7% do total do país) e na de ovos (9,35%, quarta posição).

Os dados de novembro de 2000 informados no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (IBGE), com o quadro da safra agrícola brasileira praticamente definido, confirmaram as previsões otimistas quanto ao crescimento de produção dos principais produtos do estado. Observaram-se acréscimos de produção em relação à safra anterior dos cultivos de abacaxi (+3,89%), algodão (+18,96%), banana (+11,24%), café (+7,30%), cana-de-açúcar (+6,08%), cebola (+5,44%), feijão (+2,51%), mamona (+573,75%), mandioca (+5,10%), milho (+6,90%), soja (+6,71%), trigo (+38,09%) e uva (+14,71%).

As estimativas iniciais indicam para o próximo ano agrícola o crescimento da produção brasileira de grãos, a qual pode alcançar 90 milhões de toneladas, devido principalmente à melhoria dos preços agrícolas, ao barateamento e ampliação do crédito e à regularização climática.

Em outubro de 2000 IBGE realizou o primeiro levantamento de informações, envolvendo treze produtos, sobre as intenções de plantio e área já plantada para a safra de 2001.

No caso de Minas Gerais, já com o segundo levantamento do IBGE (novembro de 2000), as projeções iniciais indicam que três destes produtos apresentam variação positiva em relação à área plantada na safra 2000: batata-inglesa 1ª safra (3,44%), milho em grão 1ª safra (0,75%) e soja em grão (1,65%). Para seis produtos a tendência é repetir o plantio do ano anterior: cana-de-açúcar, cebola, fumo, mamona, mandioca e tomate. E, com variação negativa, aparecem: algodão herbáceo (-4,68%), amendoim 1ª safra (-1,55%), arroz em casca (-0,83%) e feijão em grão 1ª safra (-0,58%).

2.2.4. A dinâmica do mercado de trabalho

A retomada do crescimento econômico surtiu efeitos positivos na geração de emprego em 2000. A variação do emprego formal no Brasil, segundo os registros administrativos do Ministério do Trabalho (Caged-MI/MTE.), apresentou em outubro de 2000 uma evolução positiva de 3% em relação ao mesmo mês do ano anterior, o que corresponde, em valores absolutos, à contratação de 623.628 novos empregados com carteira de trabalho.

Em Minas Gerais, nesse mesmo período, também se elevou o estoque de emprego formal (1,9%), totalizando 42.643 novos postos de trabalho com carteira de trabalho. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) a elevação do estoque de trabalhadores com carteira foi de 3%, com 25.348 novos empregos gerados.

Para o Brasil como um todo, os setores da indústria da transformação, comércio e serviços apresentaram incremento em seus níveis de emprego, com elevação de 3,7%, 4,1% e 3,2%, respectivamente, o que corresponde a geração de 183.324, 161.491 e 258.808 novos postos de trabalho nestes setores. O único setor com perdas foi o de serviços industriais de utilidade pública (SIUP), com queda de 4,9% (-14.998 empregados), motivada por ajustes estruturais no setor. A construção civil permaneceu estável.

Na desagregação por setores de atividade econômica em Minas Gerais, destaca-se a geração positiva também nos setores da indústria de transformação, comércio e serviços, que obtiveram, nesse mesmo período, bons resultados, com a elevação do nível de emprego formal em 2,2%, 3,3% e 3,1% respectivamente. Em valores absolutos, estas taxas representaram a geração de 11.046, 15.072 e 24.453 novos empregos nestes setores. Perdas ocorreram na construção civil (-7,3%) e nos serviços industriais de utilidade pública (-1,9%).

Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o aumento nesse período da demanda por trabalhadores com carteira distribuiu-se também por quase todos setores da economia, com exceção do setor da construção civil, que retraiu em 1,6% seu estoque de trabalhadores com carteira assinada. Na indústria de transformação, comércio e serviços, os estoques elevam-se em 1,8%, 4,9% e 3,5% respectivamente, correspondendo, em valores absolutos, a 2.680, 7.579 e 14.206 novos empregos formais.

Esse acréscimo do emprego assalariado com carteira se intensificou nos últimos meses e tem sido responsável pelo início de uma mudança na composição do crescimento do emprego. Segundo dados da pesquisa mensal de emprego do IBGE (PME), enquanto a elevação do nível de ocupação esteve, até setembro de 2000, bastante concentrada no assalariamento sem carteira (quase 70% do total), o assalariamento com carteira passa a ser responsável por quase todo o aumento do nível de emprego a partir de então. Com isso, inicia-se, embora de forma ainda tímida, a ruptura do processo de crescimento da informalidade, que marcou todo o ano de 1999 e primeiro semestre de 2000.

Os dados da pesquisa de emprego e desemprego (PED) feita pela FJP/Dieese/Seade/Sine-MG também registram aumento do assalariamento com carteira assinada em outubro de 2000, se comparado com outubro de 1999. Enquanto no setor privado houve criação de 13 mil vagas para os com carteira, para os assalariados sem carteira esse acréscimo foi de 7 mil vagas. No setor público, houve aumento de 21 mil assalariados. O contingente de trabalhadores autônomos se elevou em 19 mil ocupações.

No total (setor formal e informal juntos) foram criadas, na RMBH, nesse período, cerca de 65 mil novos postos de trabalho, fazendo o nível ocupacional se elevar em 4,6%. O maior responsável por tal acréscimo foi o setor serviços, que gerou 62 mil postos de trabalho. A indústria gerou 10 mil novas vagas, ocorrendo retração no comércio (-2 mil) e na construção civil (-8 mil). O total da população ocupada, em outubro de 2000, chega a 1.648.000 trabalhadores.

O aumento na demanda por trabalho se reflete também nas taxas de desemprego, que começaram a cair a partir de março de 2000. Segundo dados do IBGE, a taxa média de desemprego aberto das seis regiões metropolitanas (tida como a taxa nacional), 7,3% em novembro de 1999, chegou a 6,2% em novembro de 2000. Foi a taxa mais baixa desde janeiro de 1998.

Embora em todas as regiões tenha ocorrido uma queda nas taxas de desemprego, esse decréscimo não foi uniforme. A diminuição da taxa de desemprego entre novembro de 1999 e novembro de 2000 foi expressiva em São Paulo (de 7,9 para 6,2%) e Rio de Janeiro (de 5,6 para 4,4%). Em Porto Alegre, ela decresceu de 7,7 para 6,6%.%; em Salvador de 9,4 para 9,1% e em Recife passou de 7,2% para 6,9%. Para Belo Horizonte esse decréscimo foi significativo: caiu de 8,4 para 7,1%.

Essa redução do desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte também foi captada pela PED, segundo a qual a taxa de desemprego recua de 17,2% (janeiro de 2000) para 16,3% (novembro de 2000). Essa taxa é mais elevada do que a da PME porque engloba tanto aqueles em desemprego aberto como os em desemprego por trabalho precário e por desalento (que deixaram de procurar emprego no último mês por acreditarem não conseguir). Foi a taxa mais baixa desde dezembro de 1998.

Esse bom desempenho relativo da RMBH permitiu que fossem criados 92 mil novos postos de trabalho entre novembro de 1999 e novembro de 2000, quando a PEA se

eleva em 83 mil pessoas. Assim, o número de desempregados se reduziu na RMBH nesse período: passou de 336 mil para 327 mil. Ainda é, portanto, muito elevado.

Quanto ao comportamento dos rendimentos do trabalho na RMBH, entre outubro de 1999 e outubro de 2000, houve um acréscimo de 4,3% no rendimento real médio do total dos ocupados e de apenas 1,3% no dos assalariados. Mas ao se considerar apenas o setor privado, houve elevação do salário de apenas 1,9%, como resultado da mínima alteração no comércio (0,5%) e nos serviços (0,9%). Na indústria, entretanto, os salários se elevaram em 4,1%.

Segundo a forma de contratação, observou-se queda significativa no rendimento real médio dos assalariados sem carteira assinada (-8,9%) e elevação para aqueles com carteira assinada (3,7%). A massa de rendimentos do total de ocupados e dos assalariados apresentou elevações de 8,3 e 5%, respectivamente. Resultaram da combinação do acréscimo dos rendimentos e do número de ocupados e de assalariados no período.

2.2.5. Desempenho da balança comercial

O movimento do comércio exterior foi de US\$ 7,1 bilhões no acumulado de janeiro a setembro de 2000, com exportações de US\$ 5,1 bilhões (crescimento de 7%) e importações de US\$ 2 bilhões, correspondendo a um saldo comercial positivo de US\$ 3,1 bilhões.

Como o crescimento de 7% das exportações mineiras nos nove primeiros meses de 2000 mostrou-se menor do que a média brasileira (18,2% na mesma base de comparação), o estado assistiu a um recuo da sua importância relativa em termos da exportação total do país: as vendas externas de Minas Gerais corresponderam a 12,3% do total exportado pelo Brasil, percentual menor do que os 13,6% registrados no mesmo período de 1999.

O desempenho das exportações mineiras pode ser explicado, principalmente, pelo resultado desfavorável das vendas externas de importantes produtos da pauta de exportação, a exemplo do café em grão e do setor de veículos e material de transporte. As exportações mineiras de café em grão foram de US\$ 733,1 milhões no acumulado de janeiro a setembro de 2000, contra US\$ 988,3 milhões em igual período de 1999. Esta queda de 25,8% está associada, sobretudo, à retração na quantidade embarcada (22,4%, tendo sido embarcadas 415,7 mil toneladas nos primeiros nove meses de 2000, contra 535,7 mil toneladas no mesmo período do ano anterior). No caso das vendas externas do setor de veículos e material de transporte, as exportações mineiras caíram para US\$ 528,9 milhões (contra US\$ 630,9 milhões em janeiro-setembro/1999), o que correspondeu a uma queda de 16,2% devido, principalmente, às dificuldades relativas ao acordo automotivo com a vizinha Argentina.

Os EUA responderam por 18,8% das vendas externas totais de Minas Gerais (exportações de US\$ 959,9 milhões no período janeiro-setembro/2000). Diferentemente de 1999, quando a Alemanha mostrou-se o segundo principal mercado para os produtos mineiros, a Itália ocupou a segunda posição (exportações de US\$ 553,4

milhões) enquanto as exportações para o Japão (US\$ 511,7 milhões) responderam por 10%. As exportações mineiras para a Alemanha foram de US\$ 435,2 milhões, ou seja, 8,5% das exportações totais do estado e apresentaram queda de 20,4% em relação a janeiro-setembro/2000, fato que está associado ao resultado negativo das vendas externas de café, uma vez que a Alemanha é o principal comprador do café em grão de Minas Gerais.

Para o Mercosul, as exportações mineiras atingiram US\$ 363,8 milhões de janeiro a setembro de 2000, representando crescimento de 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior (US\$ 332,6 milhões). A Argentina continua a ser o principal parceiro de Minas Gerais no bloco tendo respondido por 86,2% das exportações de Minas Gerais para a região, Uruguai por 7,6% e Paraguai por 6,2%.

É importante destacar as expectativas favoráveis quanto aos “consórcios de exportação” que se estão formando em Minas Gerais. Acredita-se que as ações positivas do Programa Especial de Exportações-MG (PEE-MG) se farão sentir a partir do último trimestre de 2000, momento para o qual se prevê a consolidação das exportações via “consórcios” em setores como calçados, jóias e gemas e móveis, entre outros. Sem dúvida, embora representem uma pequena parcela do montante de exportações de Minas Gerais, as vendas externas destes setores podem contribuir positivamente para geração de empregos e diversificação da pauta de exportações do estado, ainda predominantemente composta por produtos de baixo valor agregado, a exemplo do café em grão e minério de ferro.

2.2.6. Perspectivas para a economia mineira em 2001

Caso se concretizem as perspectivas para a economia brasileira, de continuidade do crescimento, mesmo com menor intensidade em seu ritmo de expansão industrial, Minas Gerais terá uma performance satisfatória, com chances, inclusive, de alcançar taxa superior à média nacional.

Segundo a Fiemg, Minas Gerais deve continuar a crescer em 2001, mas num ritmo menor. Em 2000, a indústria de transformação fechará o ano com um crescimento de, aproximadamente, 6% em relação a 1999. Para 2001, há expectativa de crescimento do faturamento entre 4% e 5%.

Os setores industriais com mais possibilidades de se destacar em 2001, segundo a Fiemg, serão:

Material de transporte - entrada em funcionamento da Iveco e da produção do novo Classe C pela Mercedes-Benz;

Metalurgia/Siderurgia - crescimento entre 6% e 7%, graças à forte demanda interna e dos investimentos programados por empresas de impacto (Açominas, Unigal, etc.);

Vestuário, calçados e têxtil – ampliação das exportações;

Produtos alimentares - recomposição do poder de compra da população e a continuidade da queda do desemprego;

Mecânica - continuidade da recuperação iniciada no segundo trimestre de 2000 e aumento dos investimentos;

Material elétrico e de comunicação - continuidade dos investimentos.

Analistas do IBGE, seguindo a mesma tendência dos da Fiemg, reforçam a continuidade do crescimento econômico, embora com expectativa de menor incremento industrial. Afirmam que o aumento da produção industrial de 2001 não será o mesmo de 2000 (entre 6,4% e 7%).

Mas um grande esforço está sendo prometido pelos órgãos de fomento do estado para garantir essa expansão. Segundo o Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi), até o final de 2001, Minas deverá receber US\$ 1,746 bilhão destinados a 78 projetos industriais e com criação de cerca de 44 mil empregos diretos.

A viabilização desses investimentos industriais, segundo o Indi, injetarão na economia mineira, no próximo ano, quase o dobro dos investimentos decididos para o estado em 2000, que somaram US\$ 917,1 milhões (distribuídos em 134 projetos, com previsão de geração de 16.254 empregos diretos). Em 2001, os impactos positivos na diminuição dos índices de desemprego e no aumento da massa salarial serão, portanto, muito superiores. Evidentemente, a concretização dos investimentos está relacionada à manutenção do quadro de expansão da economia brasileira.

Para o setor agropecuário, as expectativas da maioria dos analistas não são muito otimistas, com previsão de expansão de área plantada para apenas três dos treze principais produtos do estado (soja, milho e batata). Espera-se o mesmo espaço de produção para a cana, a cebola, o fumo, a mamona e o tomate, e perdas para o algodão, o arroz, o feijão e o amendoim.

O café não deverá sofrer acréscimos em área colhida, pois os acréscimos na produção de 2000 não tiveram ganhos em rendimento médio. Os baixos preços no mercado internacional deverão permanecer, pelo menos no 1º semestre, devido à acumulação de estoques.

Para o setor externo, as perspectivas são também menos otimistas. As importações continuarão a se expandir em função, principalmente, da compra de componentes para a indústria e dos altos preços do petróleo. As exportações poderão se deparar com pesadas barreiras (que, inclusive, retraíram nossas exportações em 2000 frente a 1999). São elas: os baixos preços das commodities e a redução expressiva do crescimento da economia americana. A diversificação da pauta e o aumento do valor agregado dos produtos exportáveis precisariam ser, para compensar estes fatores, o objetivo número um do setor privado.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

2.3.1. Introdução

Depois de dois anos consecutivos de retração da atividade econômica, fruto da política econômica do Brasil, a economia brasileira terminou 2000 em condições mais favoráveis.

Esse quadro refletiu positivamente sobre as contas públicas. A expansão econômica, com incremento da produção e recuperação da massa de salários, contribuiu para o aumento dos tributos tradicionais, ligados ao faturamento e à renda.

Em 2000, o déficit orçamentário do Estado de Minas Gerais alcançou R\$ 352,6 milhões, cifra inferior ao registrado nos exercícios de 1998 e 1999, respectivamente, da ordem de R\$687,4 milhões e R\$ 440,6 milhões.

A receita cresceu, em termos reais, 7,1% a despesa aumentou 5,9% em comparação a 1999, conforme pode-se observar na tabela 1.

TABELA 1
ESTADO DE MINAS GERAIS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FISCAL
PERÍODO: 1999-2000

ESPECIFICAÇÃO	VALORES CORRENTES (R\$ Milhões)		VALORES CONSTANTES (1) (R\$ Milhões)		TAXA DE CRESCIMENTO REAL(%)
	1999	2000	1999	2000	
1 - RECEITA	11.619,0	14.118,4	13.782,4	14.763,1	7,1
2 - DESPESA	12.059,6	14.471,0	14.233,0	15.072,0	5,9
RESULTADO NOMINAL (1-2)	(440,6)	(352,6)	(450,6)	(308,9)	(31,4)

Fonte: dados básicos: SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL - SEF/MG

Elaboração: Assessoria do Secretário Adjunto de Administração Financeira e Controle Operacional/SEF-MG

Nota: (1) Correção mensal pelo IGP-DI - base:Dezembro/2000 = 100

Outro bom indicador de avaliação das contas públicas é o resultado primário. O cálculo efetuado do resultado primário (tabela 2) apresentou déficit de R\$ 7 mil contra o superávit alcançado em 1999 de R\$ 243,4 milhões.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

TABELA 2
ESTADO DE MINAS GERAIS - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FISCAL
RESULTADO PRIMÁRIO
PERÍODO: 1999-2000

		R\$ Milhões
ESPECIFICAÇÃO	1999	2000
1- RECEITA TOTAL	11.619,0	14.118,4
2- DEDUÇÕES	2.799,6	3.481,1
2.1- <i>Transferências aos Municípios</i>	2.184,0	2.103,4
2.2- <i>Operações de Crédito</i>	93,6	147,5
2.3- <i>Alienação de Bens</i>	172,4	850,8
2.4- <i>Amortização de Empréstimos</i>	256,7	302,8
2.5- <i>Receita Financeira</i>	92,9	76,6
3- RECEITA LÍQUIDA (1-2)	8.819,4	10.637,3
4- DESPESA TOTAL	12.059,6	14.471,0
5- DEDUÇÕES	3.483,6	3.833,0
5.1- <i>Transferências aos Municípios</i>	2.184,0	2.103,4
5.2- <i>Juros e Encargos da Dívida</i>	837,9	808,1
5.3- <i>Amortização da Dívida</i>	452,5	921,5
5.4- <i>Inversões Financeiras - aquisição de títulos de créditos/representativos de Capital</i>	9,2	0,0
6- DESPESA LÍQUIDA (4-5)	8.576,0	10.638,0
7- RESULTADO PRIMÁRIO (3 - 6)	243,4	(0,7)

Fonte: dados básicos: SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL - SEF/MG

Elaboração: Assessoria do Secretário Adjunto de Administração Financeira e Controle Operacional/SEF-MG

Ressalta-se, porém, que em 2000 o estado efetuou recomposição salarial de algumas carreiras dos servidores, o que elevou a folha de pagamento mensal em mais de R\$ 100 milhões.

Do ponto de vista das finanças públicas, os números revelam um avanço em relação a períodos anteriores, na medida em que o resultado primário e fiscal são mais favoráveis. Porém, apesar do forte controle por parte do Poder Executivo, projeções indicam um quadro financeiro muito delicado, que exigirá um rigor ainda maior no gerenciamento das finanças do estado.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

2.3.2. Comportamento da Receita Estadual

A receita do estado atingiu, em 2000, R\$ 14,118 bilhões, crescimento real de 7,1% em relação a 1999, conforme mostra a tabela 3.

TABELA 3
ESTADO DE MINAS GERAIS - PRINCIPAIS FONTES DA RECEITA
PERÍODO: 1999-2000

RECEITA	VALORES CORRENTES (R\$ Milhões)		VALORES CONSTANTES (1) (R\$ Milhões)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)		TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)
	1999	2000	1999	2000	1999	2000	
1. RECEITA TRIBUTÁRIA	6.889,8	8.254,5	8.195,8	8.637,3	59,3	58,5	5,4
1.1. ICMS	6.230,3	7.441,5	7.375,9	7.768,1	53,6	52,7	5,3
1.2. Outras	659,5	813,0	819,9	869,2	5,7	5,8	6,0
2. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	2.047,9	2.482,0	2.423,9	2.593,1	17,6	17,6	7,0
3. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	93,7	147,5	110,4	155,7	0,8	1,0	41,0
3.1. Internas	9,2	65,0	10,3	69,5	0,1	0,5	574,8
. Títulos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
. Contratos	9,2	65,0	10,3	69,5	0,1	0,5	574,8
3.2. Externas	84,5	82,5	100,1	86,2	0,7	0,6	(13,9)
4. ALIENAÇÃO DE BENS	172,4	850,8	203,1	893,2	1,5	6,0	339,8
5. OUTRAS RECEITAS	2.415,2	2.383,6	2.849,2	2.483,8	20,8	16,9	(12,8)
5.1. Correntes	1.950,4	1.973,8	2.298,5	2.056,4	16,8	14,0	(10,5)
5.2. Capital	464,8	409,8	550,7	427,4	4,0	2,9	(22,4)
TOTAL	11.619,0	14.118,4	13.782,4	14.763,1	100,0	100,0	7,1

Fonte: dados básicos: SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL/SEF-MG

Elaboração: Assessoria do Secretário Adjunto de Administração Financeira e Controle Operacional/SEF-MG

Nota: (1) Correção mensal pelo IGP-DI - base:Dezembro/2000 = 100

A expansão da atividade econômica associada ao programa de ação fiscal implementado pela Secretaria de Estado da Fazenda refletiu na receita estadual.

No ano, o ICMS, a mais importante fonte de recursos da receita estadual, somou R\$ 7,441 bilhões, contribuindo com 52,7% do total arrecadado. A preços constantes, essa arrecadação representou um crescimento real de 5,3% em relação a 1999, o maior valor real recolhido desde 1996.

Os demais tributos próprios do estado - IPVA, ITCD e taxas - também registraram resultados positivos. No conjunto, cresceu 6% em relação ao exercício de 1999.

No período, as transferências de recursos da União para o estado cresceram, em termos reais, 7% (17,6% do total carreado aos cofres públicos).

Dos R\$ 2,482 bilhões repassados, 26% tiveram origem no Fundo de Participação dos Estados (acréscimo de 11,2% em 2000). O Imposto de Renda Retido na Fonte participou com 19% (expansão de 12,7%). A cota do salário-educação contribuiu com 5% (variação positiva de 18,3%).

Contudo, os repasses da receita do IPI-Exportação, participação de 11%, e do Seguro Receita (“Lei Kandir”), participação de 15%, apresentaram queda de 13,6% e 12,6%, respectivamente.

As transferências via convênios, contribuindo com 15% do total transferido pela União, tiveram redução de 17,6%. A maior parcela vinculada refere-se ao Fundo Estadual de Saúde. A queda significativa ocorrida nos convênios resulta do fato de estar o Ministério da Saúde repassando recursos diretamente aos fundos municipais de saúde, em função da habilitação municipal para a gestão plena do SUS.

Externamente, continuaram as entradas de recursos via financiamento a projetos específicos. Em relação a 1999, houve uma redução nos repasses aos projetos Jaíba II e Fundo Prosam/Bird que contribuíram para a queda de 13,9% das operações contratuais externas.

No período, um aspecto que contribuiu para a expansão expressiva da receita foram as privatizações e as alienações de bens. Foram vendidas a Casemg por R\$78,9 milhões e a Ceasa por R\$ 253 milhões. Contabilizou-se ainda a venda de títulos/direitos de créditos relacionados ao saneamento dos bancos no montante de R\$ 185,7 milhões. Em relação ao Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS) da Minascaixa, foram arrecadados R\$ 230,6 milhões.

2.3.3. Comportamento da Despesa Estadual

Todo esforço tem sido empreendido pela atual administração no controle das despesas públicas. As despesas reais com pessoal aumentaram 3,7% em 2000, conforme mostra a tabela 4. Essa variação real procedeu não só do crescimento vegetativo da folha, mas, principalmente, pela recomposição salarial de carreiras do funcionalismo público ocorrida em junho, visando à valorização dos menores salários.

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

TABELA 4
ESTADO DE MINAS GERAIS - PRINCIPAIS FONTES DA DESPESA
PERÍODO: 1999-2000

DESPESA	VALORES CORRENTES (R\$ Milhões)		VALORES CONSTANTES (1) (R\$ Milhões)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)		TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)
	1999	2000	1999	2000	1999	2000	
1. PESSOAL	5.983,9	7.065,3	7.095,0	7.354,3	49,6	48,8	3,7
2. CUSTEIO	2.302,6	2.696,7	2.692,4	2.796,3	19,1	18,6	3,9
3. SERVIÇO DA DÍVIDA	1.290,4	1.729,6	1.512,0	1.808,6	10,7	12,0	19,6
3.1. Encargos	837,9	808,1	985,2	832,5	6,9	5,6	(15,5)
3.2. Amortização	452,5	921,5	526,8	976,1	3,8	6,4	85,3
4. TRANSF. CONSTITUCIONAL MUNICÍPIOS	1.691,3	1.979,0	2.018,4	2.073,7	14,0	13,7	2,7
5. INVESTIMENTOS (2)	739,8	911,7	857,0	947,3	6,1	6,3	10,5
6. OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	51,6	88,7	58,2	91,8	0,4	0,6	57,7
TOTAL	12.059,6	14.471,0	14.233,0	15.072,0	100,0	100,0	5,9

Fonte: dados básicos: SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL - SEF/MG

Elaboração: Assessoria do Secretário Adjunto de Administração Financeira e Controle Operacional/SEF-MG

Nota: (1) Correção mensal pelo IGP-DI - base: Dezembro/00 = 100

(2) Inclui as Inversões Financeiras.

Como resultado do aumento da despesa, a folha de pagamento comprometeu , em 2000, 71 % da receita corrente líquida anual.

As despesas de custeio subiram 3,9%. Essa variação pode ser explicada, em parte, pelo fato de que em 2000 houve normalização dos gastos, diferente do contexto de contingenciamento praticado no ano anterior.

Além disso, os gastos com material de consumo elevaram-se muito em relação a 1999, principalmente nos itens de energia elétrica e combustíveis, como resultado dos reajustes de preços praticados pelo governo federal para esses segmentos. Mesmo assim, as despesas com custeio no estado em 2000 foram menores do que os realizados em 1998.

A título de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações) o estado despendeu recursos superiores a R\$ 1,7 bilhão, valor equivalente a 12% do total da despesa e superior em 19,6% ao desembolso de 1999.

O valor amortizado em 2000, cuja variação real em comparação com o exercício anterior foi de 85,3%, possibilitou o pagamento da conta gráfica de R\$ 401,2 milhões. Esse compromisso foi quitado graças à recursos da venda da Casemg e da Ceasa, bem como recursos resultantes da compensação de créditos da Lei Kandir oriundos das alterações constantes da Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000. Além disso, foi paga a segunda parcela do eurobônus, de R\$ 184 milhões.

Os encargos da dívida foram menores, apesar de o percentual de comprometimento da receita líquida real ter passado de 12,5%, em 1999, para 13%, em 2000. De fato, no ano passado, o montante a ser desembolsado teria sido maior se não houvesse ocorrido um fato atípico: com a assinatura do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

Renegociação, foi permitido ao estado deduzir do limite do dispêndio mensal o pagamento do eurobônus. Como consequência, deixou-se de pagar os encargos dela decorrentes.

Os investimentos públicos estaduais apresentaram aumento real de 10,5%, ainda insuficientes para atender a demanda estadual. A maioria decorreu de financiamentos de longo prazo de instituições multilaterais (Bird/BID/ Overseas), destinados a projetos específicos como Pró-floresta, Somma, Jaíba, Prosam, Pró-qualidade.

2.3.4. Comportamento da Dívida Estadual

A evolução da dívida pública estadual em 2000 toma como parâmetro a posição do estoque da dívida em 31 de dezembro de 1999.

Pela tabela 5, a dívida total, em termos nominais, aumentou 10,8% no período. Entretanto, é importante chamar a atenção para o fato de que quando considerados valores constantes, a taxa real de crescimento é de apenas 1%, se deflacionado pelo IGP-DI/FGV (9,81%).

TABELA 5
ESTADO DE MINAS GERAIS - ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL
POSIÇÃO: 31.12.99 e 31.12.00

DÍVIDA	VALORES CORRENTES				
	POSIÇÃO EM 31/12/99		POSIÇÃO EM 31/12/00		TAXA DE CRESCIMENTO
	R\$ Milhões	%	R\$ Milhões	%	NOMINAL (%)
1. DÍVIDA FLUTUANTE	3.309,0	12,5	3.846,4	13,1	16,2
2. DÍVIDA FUNDADA	23.161,0	87,5	25.473,3	86,9	10,0
2.1. Interna	22.085,6	83,4	24.589,4	83,9	11,3
Títulos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contratos	22.085,6	83,4	24.589,4	83,9	11,3
União	20.976,4	79,2	23.448,1	80,0	11,8
Outros Credores	1.109,2	4,2	1.141,3	3,9	2,9
2.2. Externa	1.075,4	4,1	883,9	3,0	(17,8)
Títulos	178,9	0,7	0,0	0,0	(100,0)
Contratos	896,5	3,4	883,9	3,0	(1,4)
3. TOTAL	26.470,0	100,0	29.319,7	100,0	10,8

Fonte: dados básicos: SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DO TESOURO/SEF-MG e SUPERINTENDÊNCIA DE CONTADORIA GERAL/SEF-MG
Elaboração: Assessoria do Secretário Adjunto de Administração Financeira e Controle Operacional/SEF-MG

A dívida estadual é classificada em dois grandes grupos: a flutuante e a fundada. No exercício de 2000, do total do endividamento, 13,1% referem-se à dívida flutuante e 86,9% correspondem à dívida fundada.

A dívida flutuante compreende os compromissos do estado com o prazo máximo de 12 meses para serem quitados. São dívidas com fornecedores, empreiteiros, folha de pagamento de dezembro, normalmente paga em janeiro, parcelas de 13º salário atrasadas, precatórios, serviço da dívida a pagar, despesas inscritas em restos a pagar, entre outras. Ao final de 2000, a dívida flutuante atingiu R\$ 3,846 bilhões, acréscimo real de 6% e nominal de 16,2%.

Considerando o montante inscrito no exercício de 2000, é importante observar que, no início de 2001, algumas dessas dívidas já foram quitadas. Como exemplo, há a folha de dezembro e todo o 13º salário já pago. Em relação ao serviço da dívida, do total de R\$ 178,8 milhões inscritos, R\$ 70 milhões já foram liquidados no mês de janeiro. Tais pagamentos já influenciaram no estoque da dívida, que no final de janeiro de 2001 atingirá valores abaixo ao do estoque de dezembro do ano anterior.

Partindo dos compromissos constantes no final de 1999, há que se registrar o pagamento volumoso de débitos inscritos em restos a pagar de 1998 e 1999 com os fornecedores e prestadores de serviços, restando ainda toda a parcela relativa aos grandes empreiteiros.

Destaca-se ainda o resgate da segunda parcela dos eurobônus, acertada dentro do exercício de 2000, bem como pagamento de dívidas contratuais vencidas.

Outro ponto relevante refere-se aos institutos de previdência. Em 2000 foram liquidadas prestações vencidas do Ipsemg, baixando os saldos existentes no endividamento de longo prazo, e efetuadas liberações financeiras para o IPSM, apropriadas nas liquidações em aberto de 1999.

Deve-se mencionar a liberação mensal de verbas retidas a partir de agosto de 1995. Desde março de 2000, os atrasados deixaram de ser verbas retidas, sendo pagas mensalmente.

A dívida fundada compreende a dívida interna e externa da administração direta, em suas formas mobiliária e contratual. Em dezembro último, atingiu R\$ 25,473 bilhões. Deste total, 96,5% correspondem à dívida interna e 3,5% ao endividamento com credores internacionais.

Do montante da dívida contratual, o maior credor é a União, com R\$ 23,448 bilhões. Logo, mais de 90% da dívida fundada estadual concentram-se nas mãos do governo federal (tabela 5).

A evolução dessa dívida, em termos nominais, foi de 11,3%. O aumento nominal resultou das correções nos contratos e da incorporação dos juros ao total da dívida, em razão do limite de comprometimento, em 2000, ter sido de 13% da receita líquida real.

Do valor da dívida com a União (R\$ 23,448 bilhões), R\$ 14,336 bilhões referem-se à Lei 9.496 e R\$ 6,802 bilhões ao saneamento do sistema financeiro estadual, corrigidos

DESEMPENHO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTADUAIS

respectivamente, pela taxa do IGP-DI mais juros nominais de 7,5% a.a. e IGP-DI mais 6% a.a. nominais.

Também em relação ao contrato da renegociação da dívida junto à União (Lei 9.496), cabe registrar a baixa efetivada na dívida total (na parte denominada conta gráfica), com o pagamento de R\$ 401,2 milhões, oriundos da alienação da Casemg e da Ceasa e da compensação de créditos relativos à Lei Kandir. Do total da conta gráfica, restam ainda R\$ 128 milhões, a serem pagos em parcelas mensais até 2002, conforme o estabelecido no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Renegociação.

O perfil do endividamento externo no final de 2000 modificou-se em relação à estrutura apresentada em dezembro de 1999. Houve baixa na dívida mobiliária, restando apenas dívidas contratuais. A dívida mobiliária, compreendida pelos eurobônus, foi encerrada com a quitação da segunda parcela vencida em fevereiro de 2000.

O resgate desses títulos, efetuado em duas vezes, ocorreu de forma distinta. Em 1999, a primeira parcela, de R\$ 106 milhões, foi quitada com recursos do estado e da União. O montante complementado pela União está sendo pago em 30 parcelas mensais desde fevereiro de 2000, tendo seu valor atualizado pela taxa Selic.

A segunda parcela vencida em fevereiro de 2000, de R\$ 184 milhões, foi quitada com recursos do governo estadual. Parte resultante de valores debitados e aplicados na carteira administrada para pagamento do eurobônus e outra parte dos recursos provenientes dos créditos da venda do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS) da ex-Minascaixa.

A dívida contratual externa teve redução no seu estoque 1,4%, em termos nominais, em relação à sua posição ao término de 1999. Do total da dívida externa (R\$ 883,9 milhões), 86% correspondem aos débitos com o Bird/BID (Prosam, Somma, Pró-qualidade, Pró-floresta), 13,5% com o THE OVERSEAS E.C.F (Projeto Jaíba) e 0,5% com bancos privados.

Em 2000, houve pouca entrada de recursos oriundos dos projetos financiados pelo Bird/BID e pagamento relevante desses débitos, refletindo na redução do total da dívida. Em relação ao THE OVERSEAS E.C.F., os ingressos aplicados no projeto Jaíba foram bem superiores aos pagamentos efetuados.

Finalmente, vale registrar que, em 1999 e 2000, o Estado de Minas Gerais pagou R\$ 3,020 bilhões relativos à dívida fundada. Este montante pago, em apenas dois anos, é 35% maior do que o pago durante todo o governo anterior e sem que a administração atual contratasse qualquer nova dívida. Mesmo assim, o estoque, que era de R\$ 18,651 bilhões em 31 de dezembro de 1998, atingiu R\$ 25,473 bilhões em 31 de dezembro de 2000, fruto das correções calculadas pelas altíssimas taxas de juros vigentes no País.

3. SETOR PÚBLICO ESTADUAL

GOVERNADORIA DO ESTADO

Gabinete Militar do Governador

O Gabinete Militar do Governador através de seus programas e metas, concomitante às atribuições de planejamento e execução das ações de defesa civil, prestou assessoria direta ao chefe do Executivo Estadual.

Durante 2000, o Gabinete Militar desenvolveu trabalhos para a manutenção da ação de governo e, como órgão de assessoria, atingiu seus objetivos.

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Cedec) atuou no combate às calamidades públicas e situações de emergência provocadas por fatores anormais e adversos que afetam gravemente a comunidade, privando-a, total ou parcialmente, do atendimento de suas necessidades ou ameaçando a integridade de seus componentes. O ápice dessa atividade de defesa civil se deu por ocasião da chuvas sul do estado, nos meses de janeiro e fevereiro, contabilizando-se um saldo trágico de 12 mortes. A Cedec prestou assistência direta a 300 mil pessoas e socorreu 87 mil desabrigados. Mediante uma campanha nacional, também foram distribuídas 5 mil toneladas de donativos, entre roupas e alimentos.

Visando ao apoio dos afetados, nas fases de assistência e recuperação, foram gastos R\$1.983.194,39 na aquisição de 83.438 cestas básicas, 70.785 colchões, 64.250 cobertores e 648 metros de lona plástica, tijolos, blocos de concreto, sacos de cimento e cal, areia, brita e madeira para engradamento de telhados.

Os municípios atingidos pelas chuvas do início de 2000 foram beneficiados pelo apoio conjunto do governo federal e estadual, que celebraram um convênio de R\$1.385.568,96 por meio do qual foram distribuídos, às 56 cidades que decretaram situação de anormalidade, 31.200 cestas básicas, 78 mil colchões e 89.808 cobertores.

Contra os efeitos da seca, a Cedec, em parceria com a Sudene através de convênio, concluiu, no início do ano, o Programa das Frentes Produtivas de Trabalho, sendo destinados recursos do tesouro estadual no valor de R\$ 720 mil para o pagamento aos alistados, beneficiando 60 mil trabalhadores em 140 municípios.

A seca que castigou diversos municípios do estado, comprometendo as safras e trazendo sofrimento às famílias atingidas, foi combatida, em outra vertente, com a implementação do Programa Estadual de Recuperação de Poços Artesianos Tamponados (Perpat). A 1ª fase deste programa, que conta com investimentos de R\$503.411,43, contempla 45 municípios e 138 localidades, distribuindo materiais e equipamentos a 40 mil pessoas.

Considerando as características geográficas do estado, a Cedec também atuou no socorro às populações atingidas por ondas de frio intenso, com a implementação do projeto Pró-Agasalho, que distribuiu 50 mil cobertores a 340 municípios selecionados tecnicamente pelas regionais de defesa civil.

Em setembro a Cedec realizou, em parceria com a Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, o XVII Curso de Planejamento e Administração para Redução de Desastres (APRD). A capacitação de dirigentes e integrantes dos órgãos estaduais e municipais de defesa civil visa ao fortalecimento da doutrina de defesa civil.

O Plano de Emergência Pluviométrica (PEP-2000/2001) prevê a utilização de R\$6.526.890,00 (50% para 2000 e os outros 50%, para 2001) na aquisição de cestas básicas, cobertores, colchões, lona plástica, areia, brita, caibro de madeira, cal, cimento, telhas, ripas, tijolos, motores de popa, entre outros.

Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado possui a competência, conforme a Constituição Estadual e sua Lei Orgânica (Lei Complementar n.º 30, de 10/08/93), de representar judicialmente o Estado de Minas Gerais e de prestar consultoria e assessoria jurídica ao Poder Executivo. Somente não é de sua competência a representação do estado em processo judicial e administrativo versando sobre matéria tributária, cuja representação cabe à Procuradoria Geral da Fazenda Estadual, órgão da estrutura da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF).

Especificamente no que se refere à representação judicial do estado, o volume de ações tem aumentado ano a ano. Estes são os números de cada setor desta procuradoria até o mês de novembro de 2000 :

Procuradoria do Trabalho e Previdência Social: 473 reclamações trabalhistas propostas em face do Estado de Minas Gerais e 2.092 ações em andamento;

Procuradoria de Obrigações: 513 ações propostas em face do Estado de Minas Gerais e 2.041 ações em andamento;

Procuradoria do Patrimônio Imobiliário: 2.392 ações propostas em face do Estado de Minas Gerais e 9.797 ações em andamento; e

Procuradoria Administrativa: 1.434 ações propostas em face do Estado de Minas Gerais e 10.544 ações em andamento.

A Consultoria Jurídica recebeu 709 consultas, sendo emitidos 480 pareceres e 53 informações. Há 134 consultas em andamento para finalização de parecer ou baixados em diligência.

A Assessoria Técnico-Legislativa examinou 146 proposições de lei, com a aprovação de 117 proposições convertidas em lei e 29 proposições vetadas. A assessoria também examinou 377 minutas de decretos acolhidas pelo governador e emitiu pareceres e informações para encaminhamento de 341 matérias.

O Conselho de Administração de Pessoal (CAP), órgão colegiado, subordinado à Procuradoria Geral do Estado, que tem por objetivo julgar e deliberar os direitos reclamados pelos servidores públicos ativos e inativos do Poder Executivo, recebeu 824 processos no período, julgou 328 e apresenta 496 em andamento.

Pode-se notar que este contencioso apresenta o subtotal aproximado de 26.500 processos, que somados à transferência de mais 6 mil ações da antiga Minas Caixa e outro tanto do Bemge, alcança 32.500 ações.

Nos litígios que vão a julgamento, verificam-se resultados favoráveis ao estado em aproximadamente 70% dos processos, o que significa dizer que a Procuradoria Geral do Estado, por não ter preferencialmente a vocação de arrecadar, evita sensivelmente as perdas do estado em face de atos de seus administradores e prepostos.

Em se tratando das ações acompanhadas diretamente pelo Gabinete da procuradora geral do estado, neste ano de 2000, merecem destaque: ação contra a União Federal, o presidente da República e o presidente do Banco Central do Brasil tratando de indenização por danos morais e materiais sofridos pelo estado em razão de declarações do presidente do Banco Central a investidores americanos; e o retorno do pagamento de precatórios trabalhistas no Juízo Auxiliar de Conciliação em Precatórios do TRT/MG, com audiências para revisão de valores e acordos favoráveis à tese defendida pelo estado. Em seis meses de funcionamento o juízo conseguiu quitar 701 processos. O estado desembolsou R\$16 milhões para realizar os pagamentos. A média de conciliação chega a 99% das audiências.

A Procuradoria Geral do Estado relançou a Revista de Direito Público, depois de duas outras tentativas que tiveram duração efêmera. Destinada a divulgar os diversos trabalhos produzidos pela casa, essa revista, que já figura como uma das melhores publicações em direito público do país, pretende servir aos meios acadêmicos, aos advogados públicos e aos administradores, contando com a colaboração de juristas e professores do mais elevado prestígio na comunidade jurídica nacional.

Com relação à carreira de procurador do estado, foi aprovado concurso público de provas e títulos, cujo edital foi publicado em setembro de 2000. Em fase de realização, com a previsão de posse dos aprovados para o 1º semestre de 2001, a realização deste concurso tornou-se necessária, uma vez que o quadro de procuradores encontra-se atualmente desfalcado em mais de 10% do número previsto de servidores.

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - IPSEMG

Com o “slogan” Previdência, Saúde e Cidadania, o Ipsemg, no exercício de 2000, modernizou sua identidade visual ao lançar, em comemoração dos seus 88 anos, a sua nova logomarca, o que sinaliza mudanças no instituto.

Através do desenvolvimento do Programa de Gestão pela Qualidade, o Ipsemg dinamizou suas atividades em todas as unidades que trabalharam no exercício de 2000, estabelecendo metas setoriais de produtividade, padronizando procedimentos e

promovendo melhorias sistemáticas com vistas à prestação de serviços de qualidade e humanização do atendimento.

Foram realizados 1.328 procedimentos operacionais padrões (POP) referentes a todas as áreas do Ipsemg, possibilitando a racionalização e a padronização de rotinas administrativas e condutas de atendimento, inclusive nas atividades clínicas, preconizadas pelo programa de qualidade.

Além do estabelecimento e acompanhamento de metas de produtividade setoriais, o programa inclui a preparação de três áreas (de laboratório, de farmácia e de diálise) do Hospital Governador Israel Pinheiro, para a certificação NBR-ISO 9002, prevista para o início de 2001.

A produtividade alcançada pela área de saúde nos principais segmentos demonstra a expansão, que pode ser observada no quadro abaixo, do atendimento aos segurados do instituto na capital, através das unidades próprias, e no interior, com crescimento da rede assistencial credenciada e a implantação do Programa Ipsemg-Família.

Quadro I
Evolução da Produtividade dos Principais Segmentos-Área de Saúde
Período: 1998 a 2000

(Em mil)

Segmentos	Média Mensal		
	1998	1999	2000
Consultas Médicas	132,30	135,80	172,30
Internações	3,20	2,50	3,20
Procedimentos Odontológicos	193,60	196,90	208,33
Serviços Complementares de Diagnóstico	280,30	315,50	313,29
Atendimentos Farmacêuticos (pessoas)	1,10	3,80	6,51
Atendimentos Ipsemg-Família	-	-	3,44

Entre as ações implementadas no Hospital Governador Israel Pinheiro, destacam-se o investimento de R\$ 2,2 milhões na aquisição de equipamentos e instrumentais, melhorias diversas nas instalações físicas, criação de novos turnos de atendimento nos setores de ambulatório, hemodiálise, bloco cirúrgico e exames diversos, a introdução de novas especialidades médicas, a compra de novas ambulâncias e implantação dos serviços de urodinâmica e histerocopia

No intuito de absorver toda a demanda da capital, a Superintendência Odontológica conseguiu eliminar a fila, universalizar o atendimento básico, padronizar as condutas de atendimento nas clínicas, ampliar o Programa Apoia (Atenção Preventiva Odontológica Infantil e para Adultos), que absorve a faixa etária de 0 a 21 anos, e implantou a Clínica de Odontologia Hospitalar com o objetivo de monitorar a condição de saúde bucal dos pacientes internados no Hospital Governador Israel Pinheiro.

O projeto Ipsemg-Família, que assiste até o momento 164 mil beneficiários através de 47 núcleos, insere-se no elenco de medidas de otimização do processo de descentralização do atendimento. Este processo busca levar assistência à saúde de forma personalizada ao servidor e seus dependentes mediante de programas preventivos e curativos específicos promovidos por equipe multiprofissional.

No exercício de 2000, foram implantados núcleos do Programa Ipsemg-Família nos municípios de Juiz de Fora, Contagem, Teófilo Otoni, Uberaba, Unaí, Uberlândia, Montes Claros, Divinópolis, Cataguases, Sete Lagoas, Passos, Varginha, Pouso Alegre, Diamantina, Governador Valadares, Coronel Fabriciano, Timóteo, Ipatinga, Neves, Barbacena e Belo Horizonte.

Outra medida visando à descentralização refere-se à implantação da drogaria do servidor no interior do estado, como forma de regionalização da assistência farmacêutica, oferecendo acesso a uma cesta básica de medicamentos de alta procura a baixo custo. A primeira drogaria do servidor instalada no interior do estado foi inaugurada em outubro de 2000, no município de Montes Claros, local onde se encontram 8,49 % da população de segurados do Ipsemg.

A expansão do atendimento vem ocorrendo de forma gradativa e organizada, com a abertura de novos turnos nas unidades próprias e ampliação da capacidade da rede credenciada médica, hospitalar e odontológica. Aliado a isso, verifica-se maior rigor no controle da prestação de serviços através do Programa de Descentralização de Conta (Prodesc), com efetiva redução da despesa no valor de R\$ 1,2 milhão em 2000.

Hoje, o Ipsemg está presente em 668 municípios do estado. Sua rede assistencial reúne 8.402 médicos e dentistas, 632 clínicas e laboratórios e 190 hospitais.

Ainda visando à promoção da saúde, foi lançado em novembro de 2000, como assistência complementar opcional, o programa Ipsemg-Qualidade de Vida, que proporciona ao cliente adoecido ou em sobrecarga, com referência a suas condições de saúde, um período de sete dias de permanência no Hotel de Araxá com assistência por meio de equipe multidisciplinar. O programa atenderá 50 servidores por semana selecionados e encaminhados pelas equipes do Ipsemg-Família, evidenciados como grupo de risco.

Além da oferta mais eqüitativa de serviços assistenciais e da agilização na concessão de benefícios previdenciários, como pensão, auxílio-natalidade e auxílio-funeral, o beneficiário do Ipsemg foi contemplado em 2000 com: a gratuidade da assistência médico-hospitalar (Decreto N.º 41.094); a garantia do pagamento da pensão integral, que corresponde ao benefício no valor do vencimento do servidor como se estivesse na ativa (Lei N.º 13.455); e a inclusão do marido ou companheiro válido sem custos adicionais para o servidor (Lei N.º 13.455).

Agregado à modernização dos instrumentos gerenciais implantados pelo Programa de Gestão pela Qualidade, o Ipsemg prepara sua planta tecnológica com novos sistemas de informação e aquisição de equipamentos de informática e softwares básicos. Foram

investidos aproximadamente R\$ 3 milhões, que também contemplaram a informatização de 27 regionais do Ipsemg.

Outra medida que demonstra o fortalecimento do instituto é a recomposição do seu quadro de pessoal autorizada pelo governador do estado. Com esta finalidade, foi realizado concurso público em maio de 2000, para preenchimento de 1.404 vagas. Até novembro de 2000, entraram em exercício 1.060 servidores na capital e interior.

Os vários projetos em curso no instituto foram precedidos de rigoroso controle dos seus custos, medida que, aliada ao repasse regular da receita, à redução de despesas e à liberação do teto de contribuição, propiciou o saneamento financeiro. A instituição saiu de um déficit de R\$ 135,7 milhões em 1998 para uma previsão de superávit em 2000, permitindo, assim, iniciar a recomposição de reserva técnica necessária aos compromissos previdenciários do Ipsemg.

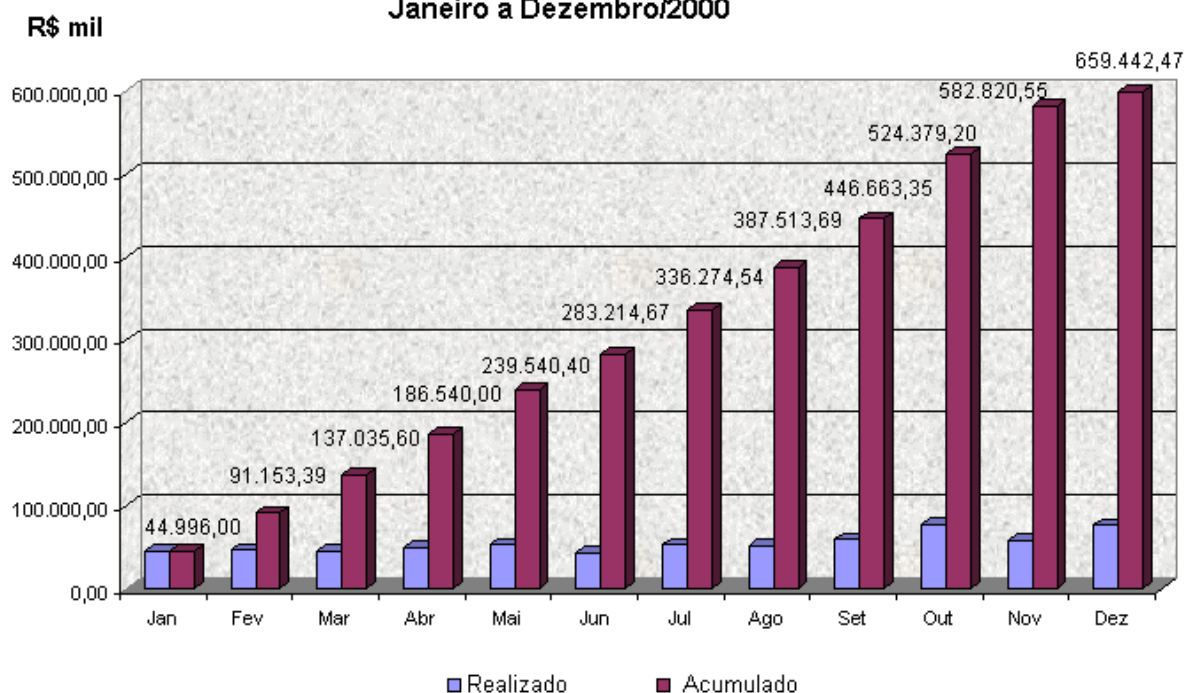
Através de ações e resultados, o Ipsemg demonstra a vocação do seu corpo técnico e a sua experiência acumulada na área previdenciária e assistencial, reunindo todas as condições para assumir integralmente a gestão do novo Sistema de Seguridade Social do Servidor Público do Estado de Minas Gerais.

Proposta nesse sentido foi apresentada pelo Ipsemg à comissão especial instituída pelo Decreto n.º 40.286, de 01/03/99, e no Fórum Técnico sobre o assunto realizado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais em novembro de 2000, com subsídios concretos à reforma previdenciária estadual, através de estudos assentados em teses técnicas, jurídicas e atuariais condizentes com a realidade estadual.

PROGRAMA DE GESTÃO PELA QUALIDADE

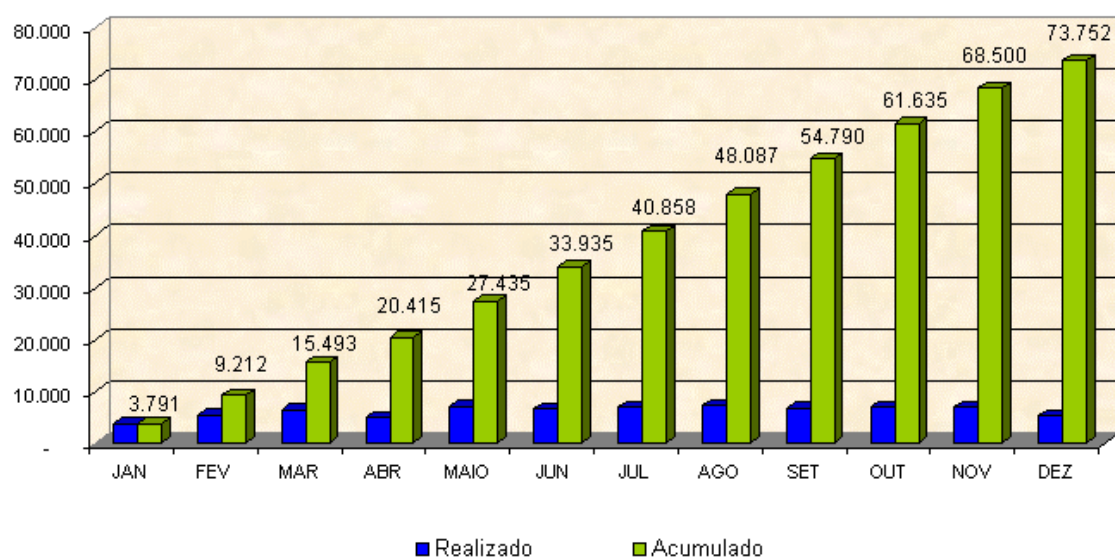
RESULTADOS OBTIDOS EM 2000

Arrecadação Mensal e Acumulado Anual Janeiro a Dezembro/2000

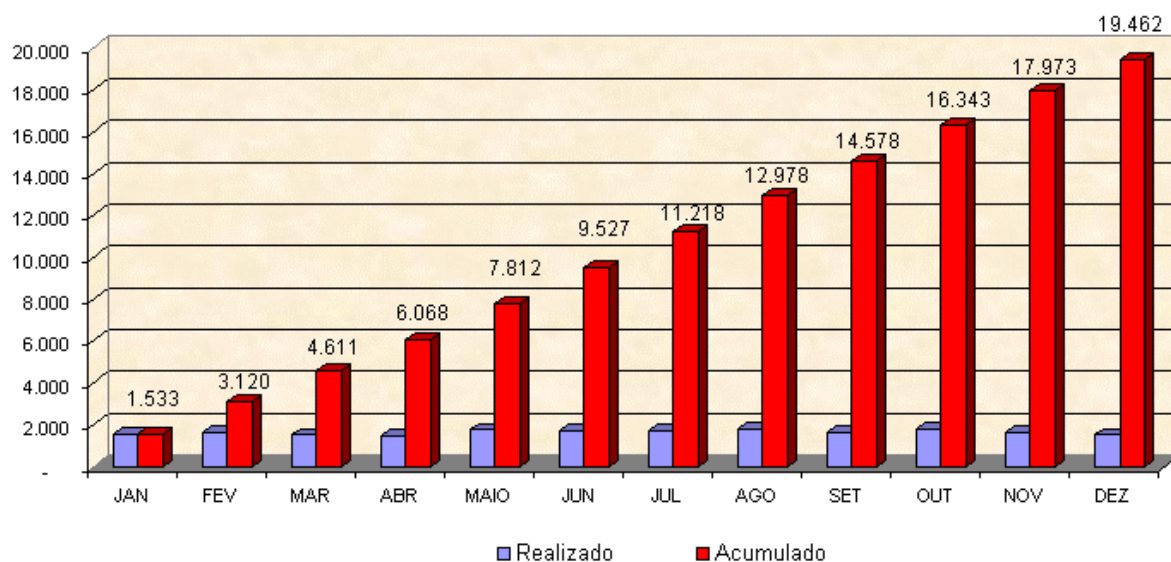


Atendimento da Drogaria Mensal e Acumulado Anual Janeiro a Dezembro/2000

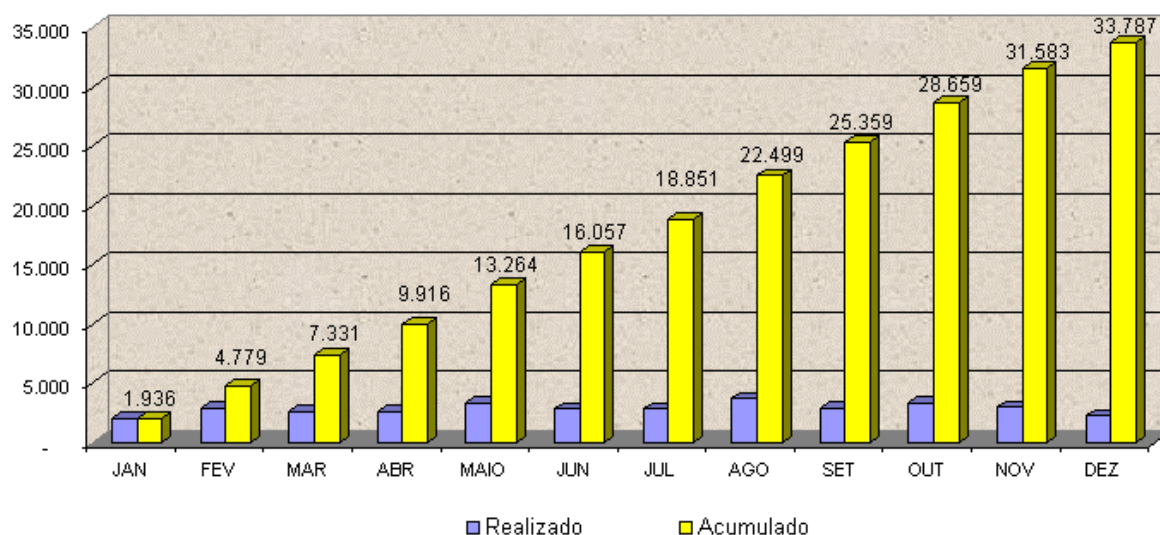
Pessoas



**Atendimento em Internações Mensal e Acumulado Anual
Janeiro a Dezembro/2000**



**Atendimento em Cirurgias Mensal e Acumulado Anual
Janeiro a Dezembro/2000**



Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE

As diretrizes do governo estadual de integrar todos os setores numa orientação única de atuação e de reduzir custos têm encontrado ressonância na Prodemge, que tem empregado a tecnologia da informação e recursos tecnológicos para garantir que projetos estratégicos do governo sejam viabilizados em todo o estado.

A Prodemge tem orientado toda a sua ação para o atendimento ao serviço público, definido como seu cliente preferencial.

A empresa adotou a política de reduzir preços como forma de contribuição ao programa de redução de custos do estado. Ao mesmo tempo que se torna mais competitiva no mercado, estimula os clientes a investirem em sua informatização, com reflexos no programa de modernização do governo. Em junho de 2000, caíram os preços de desenvolvimento de sistemas em 8,6% para análise e 39,5% para programação, em média. Em agosto, a queda foi aplicada aos endereços lógicos (50%), o que representou economia de cerca de R\$300 mil ao mês para o estado.

Para orientar ações futuras, foi elaborado um diagnóstico da situação informacional de todos os órgãos do governo.

Os projetos tecnológicos têm buscado a sintonia com as diretrizes do governo do estado, enfatizando aqueles de cunho social. A democratização do acesso às informações e aos serviços do governo foi contemplada no projeto e-governo Minas Interativa, que disponibiliza desde agosto de 2000, na internet, o “site” Portal Minas. Resultado do esforço conjunto de todos os órgãos da administração direta e indireta, esse portal é a primeira etapa do governo eletrônico mineiro, que pretende, em seu estágio mais avançado, transformar simples informação em serviços on-line que possam ser executados, no todo ou em parte, via internet. O “site” traz atualmente 1.200 serviços prestados pelo governo estadual e está em permanente processo de atualização, agregando a cada dia novos serviços das entidades do estado. O portal oferece, por exemplo, emissão de segunda via de contas, mudanças de endereço, consultas on-line às bases de dados dos órgãos e informações institucionais e jornalísticas das atividades do governo.

Para enfrentar a barreira digital, estão sendo fomentadas parcerias entre entidades governamentais, não-governamentais e privadas com o objetivo de ampliar o acesso via internet aos serviços do governo para a população. Exemplo é a criação do Centro de Pesquisa utilizando tecnologia da internet no Colégio Tiradentes, nas unidades de Belo Horizonte e Juiz de Fora, permitindo aos alunos consultar assuntos de seu interesse em micros instalados nas bibliotecas das duas unidades. O Centro de Pesquisa de Juiz de Fora foi inaugurado em 29 de setembro.

Outras iniciativas estão em curso junto à Polícia Militar, como a instalação de micros com acesso ao Portal Minas, em companhias da capital estrategicamente localizadas, como Venda Nova, Barreiro e Nova Granada. O objetivo é democratizar o acesso a

informações e ao mesmo tempo estreitar as relações entre o estado e o cidadão. Há 24 Psiu em funcionamento no estado, que atenderam, entre janeiro de 1999 e agosto de 2000, 8,4 milhões de pessoas.

As carretas da Prodemge, equipadas de forma a permitir o funcionamento de importantes sistemas em qualquer lugar do estado, estão sendo integradas ao esforço social do governo. Elas estarão apoiando operações da Polícia Militar; da Secretaria da Fazenda, em ações de fiscalização e controle de arrecadação; e da Secretaria da Educação, na emissão de carteiras de identidade necessárias para participação no programa "Bolsa Escola" na região do Vale do Jequitinhonha, onde atenderá uma demanda de 5.500 famílias carentes.

Os sistemas corporativos do estado figuram também entre as prioridades da Prodemge, como ferramentas de gerenciamento das ações do governo, cruzando dados, números e informações e permitindo ao executivo estadual visualizar toda a situação administrativa. Entre os vários projetos tecnológicos em andamento na companhia, destaca-se o Sistema Integrado de Administração (Siad), um dos mais importantes sistemas corporativos, que permitirá o controle e gestão do gasto público com relação a materiais, patrimônio, compras, serviços, contratos, frota de veículos e outros recursos. Vários módulos estão em produção em alguns clientes apenas e já trazem retorno real para o estado.

Somente o módulo Bolsa de Materiais, que centraliza bens móveis em desuso transferindo-os para órgãos que os requisitam, já apresentou uma economia de R\$3 milhões. Foram 31 mil itens em 1999 e 20 mil este ano que o estado deixou de comprar.

Já está pronto o sistema de consulta on-line ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, um dos módulos do Siad que vai possibilitar a identificação de fornecedores de cada item de material e serviço, permitindo uma maior participação das empresas cadastradas nas licitações promovidas pelo estado. Em dezembro, estará disponível para todos os órgãos e entidades da administração estadual a consulta on-line ao cadastro.

Está em fase de projeto o reestudo da utilização da Infovia, que deverá se transformar em uma rede única de comunicação no estado, agregando tráfego de voz, dados e imagens e possibilitando inclusive a realização de videoconferências. A Prodemge participa também do projeto BH-2 como um dos cinco nós principais da Rede Metropolitana, que trabalhará inicialmente com fins acadêmicos e de pesquisa, em altas velocidades: na faixa de 155Mbps a 622 Mbps, enquanto a infra-estrutura das redes atuais permite usualmente velocidades entre 64 Kbps e 2 Mbps. Os equipamentos foram instalados em novembro nas dependências da companhia.

O estado se moderniza através dos sistemas em desenvolvimento pela Prodemge: na área de segurança pública, por exemplo, no âmbito de atuação da Polícia Militar, destaca-se a implantação, no Copom, do aplicativo para georreferenciar alguns tipos de ocorrências para apoio ao planejamento das operações do Comando de Policiamento

da Capital. A PM inicia negociações com a Prodemge para criação do Centro Integrado de Comunicação Policial, um canal único de atendimento às demandas dos cidadãos.

Para a Secretaria da Segurança, destaca-se o sistema de gravames - controle de restrições financeiras de veículos - no Detran/MG e o Módulo de Munições e Explosivos convertido para a plataforma cliente/servidor. O Infopen (Sistema de Informações Penitenciárias) é importante apoio à Secretaria de Justiça, provendo o controle do sentenciado e da execução da pena nos estabelecimentos penais do estado. O projeto Janelas para a Cidadania, também no âmbito de atuação da SEJDH, visa à democratização da informática como um instrumento de transformação social e desenvolvimento humano em comunidades penitenciárias e em comunidades de atendimento ao menor infrator.

Na área de saúde, está em desenvolvimento a nova versão do sistema de hemoderivados para o Hemominas. A Prodemge foi responsável pela montagem da estrutura física e lógica e viabilizou a transferência da Secretaria da Saúde para o novo prédio, na avenida Afonso Pena.

No Ipsemg, a companhia participa do projeto de modernização da entidade. Há ainda projetos em andamento na Secretaria da Educação, o gerenciamento e desenvolvimento da nova versão, em plataforma baixa, dos sistemas de contratos e convênios e de planejamento e orçamento.

Outra vertente da área tecnológica estuda formas de manter o parque computacional da Prodemge adequado às necessidades de seus clientes. Foram desenvolvidas ações para melhorar a performance dos aplicativos já em produção no “mainframe” e para implementar novas soluções, como o Siad. Há projeto também para avaliar as possibilidades de retirada de bancos de dados do “mainframe”, transferindo-os para a plataforma Unix e disponibilizando esses dados para novos aplicativos em ambiente cliente/servidor. Está em processo de licitação o novo parque de impressão da Prodemge. Mais moderno, ele permitirá conexão à rede local (plataforma baixa), oferecendo maior qualidade na impressão, mais agilidade e menor custo no serviço. A Prodemge investe ainda na pesquisa para uso de software livre como alternativa para a própria companhia e para seus clientes.

Com participação ativa no Conselho de Informática do Estado de Minas Gerais (Ciemg), com a indicação do seu diretor-presidente para a direção, a companhia tem dado sua contribuição para, através de decisões colegiadas, promover efetivo desenvolvimento das ações de informática em todos os órgãos do governo.

No atendimento aos clientes, prestando de forma ininterrupta, o Sac da Prodemge registra uma média de 12 mil ligações telefônicas por mês. O Sacnet, versão internet do serviço, atende uma média de 1.125 mensagens por mês.

Valorizando iniciativas culturais no estado, a Prodemge mantém em funcionamento seu espaço cultural, que, em 2000, trouxe a suas dependências cerca de 5.300 pessoas para exposições, lançamentos de livros e sites, espetáculos teatrais e musicais.

A empresa vem implementando também ações para garantir seu equilíbrio financeiro e viabilizar projetos considerados prioritários. Para isso, tem centrado esforços na análise dos vários relatórios de despesas, na desburocratização dos processos e na renegociação dos contratos com fornecedores, buscando melhores prazos e condições de pagamento. Tem, ao mesmo tempo, empreendido esforços junto aos clientes com pagamentos em atraso, propondo da mesma forma condições especiais para quitação das dívidas.

Entre as ações implementadas estão o enxugamento da estrutura da companhia, com redução significativa das funções gratificadas e implementação de uma série de medidas internas para diminuição dos custos. Essas medidas, associadas a um trabalho de adequação da estrutura organizacional, contribuem para que a empresa apresente condições mais favoráveis para a concretização de seus projetos. Desde agosto, a economia mensal chega a R\$107 mil.

Foi concluído o planejamento de gestão da Prodemge para os próximos 24 meses, que foi conduzido em um processo democrático e participativo, com contribuições de todo o corpo gerencial e funcionários.

Quadro da Execução Física e Financeira

CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Governo de Minas, ao tomar a iniciativa de sanear as finanças públicas a partir de 1999, desencadeou um processo de reconstrução do setor público tendo como propósito de rever, discutir e reformar o aparelho do estado dentro de um novo modelo de desenvolvimento que possa trazer para a sociedade mineira perspectivas de futuro melhor.

Nesse sentido, foram geradas ações de avaliação institucional, analisando as missões dos órgãos e suas competências, para dotar o estado de uma estrutura organizacional adequada à nossa realidade.

Cumprindo sua missão de prestar assessoria direta ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições constitucionais, nos atos de gestão dos negócios públicos e assuntos relativos à política de comunicação social, a Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social (SECCS) vem assumindo o papel de coordenar a representação e o relacionamento político-institucional com lideranças políticas, publicar atos administrativos assinados pelo Governador, executar tarefas relativas ao funcionamento e manutenção dos palácios, assessorá-lo junto à imprensa, além de divulgar todas as atividades desenvolvidas pelos órgãos da administração pública estadual.

Para bem exercer estas funções, a Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social promoveu mudanças em sua estrutura orgânica incorporando a Secretaria de Estado de Assuntos Municipais (Seam), reestruturada como subsecretaria.

Responsável pela supervisão das ações governamentais estaduais e federais implementadas em nível municipal, essa unidade assegura o princípio administrativo constitucional de descentralizar a execução dos serviços sociais e de infra-estrutura utilizando padrões de integração e de suporte tecnológico.

Procurando aperfeiçoar as relações entre os órgãos públicos e os cidadãos, esta subsecretaria coordenou, na capital e no interior, os 25 Postos de Serviços Integrados Urbanos (PSIU), estabelecendo a simplificação do acesso aos serviços públicos de natureza burocrática instituídos pelo aparelho do estatal

Em nova sede, esta “SubSeam” está em fase de organizar melhor o ambiente, adequando as instalações às suas necessidades

A Subsecretaria de Comunicação Social restaurou suas atividades com o preenchimento de seus quadros funcionais de direção e serviços em meados deste ano, superando dificuldades conjunturais.

Cumprindo sua missão institucional de divulgar as ações de governo através dos diversos meios de comunicação, reativou o funcionamento do “Núcleo de Rádio” atuando com emissoras do interior do estado. Redimensionou o “site” do governo na Internet criando um acesso às informações dos órgãos da administração direta, o “Portal Minas” e, em parceria com a Seplan e a Prodemge, implantou o “e-Governo”,

sistema que disponibiliza ao cidadão, também pela Internet, todos os serviços públicos oferecidos pelo estado.

Promoveu a licitação para definir as agências de publicidade que já estão preparando a divulgação das atividades governamentais, o que gerou de imediato a campanha “Aqui se constrói um País”, envolvendo as áreas de agricultura, saúde e educação.

À Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social vinculam-se alguns órgãos ou entidades cujas realizações devem ser ressaltadas:

O Escritório de Representação do Governo de Minas Gerais em Brasília, cumprindo sua função de representar e defender os interesses do governo mineiro, acompanhou programas e projetos dos órgãos federais com o objetivo de assegurar a captação de recursos adicionais para o estado. Acompanhou ainda os processos que tramitam no Poder Judiciário, de interesse da Procuradoria Geral do Estado e da Procuradoria Geral da Fazenda Estadual, além de participar do Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Coaride).

O Escritório de Representação do Governo de Minas Gerais no Rio de Janeiro encontra-se em fase de reestruturação.

A Fundação TV Minas Cultural e Educativa alcançou todas as metas programadas e ainda obteve um acréscimo de aproximadamente 60% em sua receita. A emissora vem desenvolvendo projetos para modernizar suas instalações com a aquisição, em fase licitatória, de uma unidade móvel externa e equipamentos para a readequação técnica, inclusive preparando-a para o processo digital. A Rede Minas manteve sua programação diária realizando vídeos, projetos, programas culturais, informativos, esportivos e educativos.

Os programas educativos têm parceria do MEC, Banco Mundial e Banco do Brasil, com destaque para o Próformação (Programa de formação de professores em exercício no Brasil), Série Q-Legal-programa de treinamento em exercício do Banco do Brasil, telecurso de finanças e telecurso de economia-telecursos para treinamento de funcionários do Banco do Brasil.

A Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais manteve seu objetivo de levar informações oficiais sobre todos os atos e fatos emanados do governo do estado, através de publicações no Diário Oficial do Estado, o jornal Minas Gerais, assim como divulgações culturais pelo Suplemento Literário.

A Loteria Mineira aplicou R\$ 7.7 milhões, durante o ano 2000, em obras e serviços de assistência social, educativa, cultural e esportiva,. Os órgãos beneficiados foram o Deop, a PMMG, o Servas, a Setascad, o Tribunal de Justiça e outros segmentos de assistência social e educacional direcionados a pessoas portadoras de deficiência física, que utilizaram a verba para construção e reforma de Centros de Internação Provisória (Ceip's), aquisição de viaturas e equipamentos de segurança, confecção de cadeiras de roda, obras de assistência social e reforma de imóvel para criação do Centro de Reeducação de Menores.

A Rádio Inconfidência alcançou equilíbrio financeiro em suas contas e abriu processo licitatório para adequação de seus equipamentos de retransmissão. O programa Conexão Inconfidência foi premiado pelo Ministério do Meio Ambiente e, no âmbito educativo a rádio divulga o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Detel/MG, que investe no setor de radiodifusão, firmou contrato com a Alemg, TV Record, e Telemar e instalou equipamentos para retransmissão de sinais de televisão em Unaí, Paracatu, Ipiauçú e Juiz de Fora. Nas telecomunicações vem implantando o programa Telefonia Rural atendendo a municípios distantes, prorrogou o Convênio Detel/Inkra, instalou postos telefônicos rurais em seis municípios mineiros e ainda assinou contratos com cinco prefeituras.

A Prominas centrou todos os seus esforços na reestruturação do 3º piso do Minascentro e na sinalização interna de todo o prédio. Os investimentos realizados, com recursos próprios, fazem parte de um projeto de mudança de toda a estrutura operacional do Minascentro, com o objetivo de adequá-la aos padrões internacionais e de ampliar seu diferencial competitivo. Ressalte-se a construção de rampas internas e externas, em alvenaria, para deficientes físicos.

A Codevale participou de feiras e exposições para divulgação e comercialização do Artesanato do Vale do Jequitinhonha. Além disso, faz parte do Cédula da Terra, programa-piloto de apoio à reforma agrária baseado no próprio mercado de terras através da aquisição direta dessas terras e implantação da infra-estrutura de apoio às comunidades beneficiadas.

O Conselho Estadual da Juventude atuou no Fórum Mineiro de Jovens Lideranças Empresariais, no Segundo Seminário de Políticas Municipais de Juventude das Mercocidades, do Programa de Implementação de Conselhos Municipais da Juventude e nas Coordenadorias Regionais do Conselho. Ao manter intercâmbio com entidades estudantis de todo o estado, participou de palestras de cursos de qualificação profissional e conscientização política propostas por este Conselho e Setascad junto ao Codefat. Ainda sob regulamentação por este Conselho, está promovendo campanhas preventivas que abordam dificuldades na área de saúde pública.

O Conselho Estadual da Mulher contribui para ampliar o conhecimento dos direitos da mulher incentivando-as a reivindicá-los possibilitando sua melhor qualificação e conseqüente ingresso no mercado de trabalho, assim como procura incrementar o debate com a sociedade sobre todos os assuntos pertinentes às questões do gênero.

Este ano elaborou e divulgou o documento Marcha Mundial das Mulheres, realizou o encontro Mulher, Poder e Voto Consciente, a palestra sobre Cidadania e Ética, cursos e debates sobre inserção no mercado de trabalho e a construção plena da cidadania da mulher, bem como denúncias sobre a violência e as melhores formas de combatê-la. Assim continua seu atendimento jurídico, psicológico, serviços de mediação e arbitragem, além de orientação para associações de mulheres.

A Assessoria para Assuntos Internacionais e Cerimonial coordenou a formação do Sistema Estadual de Promoção Comercial e de Cooperação Internacional em parceria com as Secretarias de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, Cultura e Planejamento, resultante da concepção da política de relações internacionais que projeta Minas Gerais no exterior e busca captar recursos e suportes tecnológicos que financiem programas governamentais. Este sistema estrutura-se em Núcleos Operacionais que prevêm quatro macroatribuições de promoção comercial, intercâmbio e cooperação tecnológica, intercâmbio e cooperação cultural e captação de recursos externos. Com isso, organizou-se um programa de sensibilização e capacitação de servidores nos diferentes órgãos estaduais visando à adequação de recursos humanos para as funções adicionais do estado na sua política de relações internacionais, além de formalizar junto a instituições de ensino superior, ao Conselho Estadual da Juventude e à administração direta, o estágio supervisionado.

Diretamente vinculada ao gabinete do governador, e com a precípua missão institucional de fiscalizar as atividades das polícias do estado, a Ouvidoria da Polícia de Minas Gerais vem se consolidando na defesa do cidadão. Neste ano, houve denúncias de desvios de conduta de 836 policiais, numa média de 76 denúncias mensais, das quais 87,01% referem-se a capital e região metropolitana, 12,49% ao interior mineiro e 0,5% de outros estados. A ouvidoria participou de todas as reuniões do Fórum Nacional de Ouvidores da Polícia e da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, bem como esteve atuante em inúmeros eventos, não apenas de iniciativa das duas polícias mas também de outras instituições.

Os trabalhos de auditoria demandados pela Auditoria Geral do Estado são executados pela Superintendência Central de Auditoria Operacional (SCAO/SEF) e têm por finalidade assessorar o administrador público no desempenho de suas funções e responsabilidades, verificando o alcance de metas operacionais e se esses serviços estão sendo executados com economia e eficácia, observando-se ainda os aspectos legais e controles administrativos e contábeis aplicados.

As atividades de auditoria, resultaram em relatórios capazes de subsidiar a gestão pública e possibilitar a tomada de decisão das autoridades, demonstradas a seguir:

Órgãos/Entidades	Trabalhos de Auditoria
Órgãos Autônomos	01
Secretarias	27
Autorarquias	06
Fundações	03
Sociedade de Economia Mista	06
Empresas Públicas	02
Receitas Próprias	04
Subsistema Estadual de Auditoria	02
Total	51

Fonte: SCAO/SEF

A Auditoria Geral do Estado este ano se destacou em:

- Relatório de Avaliação da Execução da Lei Orçamentária Anual, atendendo à determinação contida no § 3º, art. 51 da Lei Complementar nº 33/94;
- Assessoramento aos órgãos e entidades no cumprimento da Instrução Normativa nº 04/99, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- Licitação e contratos envolvendo todo o ciclo operacional de aquisição de materiais e serviços dentro dos órgãos e entidades da administração pública;
- Relatório de Gestão Fiscal previsto pelos art. 54 e 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Trabalho em conjunto com a SCAO/SEF, na coordenação das unidades de auditoria nos órgãos e entidades do Poder Executivo, para uniformizar e sistematizar procedimentos visando a objetivos comuns.

Quadro da Execução Física e Financeira

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

O Sistema Estadual de Planejamento tem como objetivo o estudo, o planejamento e a coordenação da ação governamental, a definição de critérios técnicos, econômicos, sociais e administrativos para o estabelecimento das prioridades e metas governamentais, o aprimoramento do modelo institucional do estado e a articulação intra e intergovernamental.

A Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan) é o órgão central do Sistema Estadual de Planejamento que tem como finalidade desenvolver estudos dos assuntos de interesse da economia e da administração assim como coordenar as funções de planejamento, orçamento, organização e planejamento institucional.

Planejamento Econômico, Social e Institucional

A Seplan, nas suas ações de planejamento econômico e social, continuou desenvolvendo Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação da Ação Governamental (Sipag), que abrange a dimensão física e financeira das ações de governo contidas nos orçamentos anuais de Minas. Este sistema vem permitindo melhor orientação da programação orçamentária, modernização dos processos de acompanhamento e avaliação e aperfeiçoamento contínuo das ações governamentais.

Durante 2000, para atender às demandas regularmente encaminhadas ao planejamento econômico e social, foram coordenadas:

- Revisão dos programas de trabalho estabelecendo objetivos e metas para a proposta orçamentária para 2001.
- Resumo da política econômica e social do governo, cumprindo o estabelecido no art. 10 da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- Elaboração de políticas regionais, notadamente para o norte de Minas.
- Representação da Seplan em diversos conselhos estaduais.
- Elaboração da mensagem do governador à Assembleia Legislativa.

A Superintendência Central de Orçamento (Sucor), cumprindo os dispositivos constitucionais, elaborou a LDO para o exercício de 2001 e a Proposta Orçamentária/2001, que compreende o orçamento fiscal e o orçamento de investimento de empresas controladas pelo estado.

Em sua missão institucional a Sucor atuou em ações de orientação normativa e técnica relativa à matéria orçamentária e promoveu o acompanhamento da execução orçamentária da receita e despesa do estado, compatibilizando as metas programadas com os recursos efetivamente disponíveis.

A Superintendência Central Planejamento Institucional (SCEPI) elaborou diversos projetos de modernização institucional visando racionalizar a estrutura

governamental e as estruturas internas dos órgãos e entidades, para tornar a máquina estatal mais ágil e flexível, reduzindo níveis hierárquicos, duplicidade de funções e buscando a otimização dos serviços a serem prestados à população, com destaque para os Projetos de Lei n°s: 1266, que dispõe sobre medidas de reestruturação em órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais; 1267, que dispõe sobre o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER); 1268, que dispõe sobre o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE).

Dando continuidade à reforma da legislação normativa, foi consolidada a legislação organizacional dos órgãos e entidades da administração pública estadual, assim como recuperou e ordenou textos legais vigentes de interesse comum, objetivando reduzir o essencial a multiplicidade de leis, decretos e demais atos, tornando mais transparentes as normas existentes. No que se refere à legislação de pessoal, as informações encontram-se no site www.normativa.mg.gov.br e as demais legislações no site www.sinfi.mg.gov.br.

As informações básicas de órgãos e entidades do estado, assim como informes de interesse geral, encontram-se no site www.sinfi.mg.gov.br.

Visando atender aos usuários interessados em administração pública e assuntos afins, a SCEPI mantém um Catálogo Coletivo que reúne o acervo de bibliotecas cooperantes. Tais informações estão disponíveis no site www.catalogo.mg.gov.br.

O acompanhamento de aproximadamente 350 projetos de lei na Assembléia foi mantido e seus relatórios emitidos para conhecimento do titular da Pasta.

O LIG-MINAS – Linha de Informações do governo vem mantendo um serviço de utilidade pública com a finalidade de oferecer um canal de comunicação entre o cidadão e o serviço público estadual por intermédio de uma central de informações disponíveis pelo telefone 3339-1000 e via internet pelo site www.mg.gov.br, oferecendo ao cidadão acesso a informações sobre os serviços prestados pelos órgãos e entidades do estado. Em 2000, houve atendimento de 241.105 pessoas via telefone.

Programas Especiais

A Seplan coordenou a realização e sistematização de estudos do Grupo de Trabalho de Recuperação da Bacia do Rio São Francisco, cujos resultados foram entregues à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que, por sua vez, passou a ser a instituição executora das ações derivadas deste trabalho.

As obras do Programa de Saneamento Ambiental (Prosam) foram concluídas em 1999 e os desembolsos ocorreram até 31 de janeiro de 2000. As atividades de encerramento de contrato com o Bird, incluindo relatórios finais físicos e financeiros, seminários de avaliação de resultados foram realizadas com o propósito de concluir o programa de modo satisfatório para o banco, assegurando ao estado condições de dar continuidade às negociações para novos financiamentos, o que de fato já ocorrendo.

Foram desenvolvidas atividades de apoio às prefeituras de Belo Horizonte e Contagem na viabilização do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha (Propam). A Superintendência Central de Programas Multissetoriais (Sucem) está colaborando na articulação dos interessados em viabilizar o empreendimento, inserindo-o na programação de sequência do Prosam.

No âmbito do Programa de Modernização Administrativa do Estado de Minas Gerais, foram incluídos novos projetos objetivando a melhoria do desempenho da ação governamental, através de estudos de projetos que sirvam de referencial teórico para a modernização do estado. O programa começou em novembro de 1996, tendo sido financiado pela Finep com recursos da ordem de R\$9.910.055,70 e com a contrapartida do estado no valor de R\$ 1.101.117,30.

A Seplan, em parceria com o Sebrae-MG, coordenou a primeira etapa do Programa Comunidade Ativa em Minas Gerais, que contemplou os municípios de Caraí, Chapada do Norte, Minas Novas, Santo Antônio do Jacinto e Setubinha. O programa pretende atingir 68 municípios das diferentes regiões de Minas Gerais. A partir de agosto, conforme designação da Secretaria da Casa Civil, o programa passou a ser coordenado pela Setascad.

Em cooperação com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, a Seplan está elaborando um programa para criar no estado uma rede de Parques Tecnológicos para dar sustentação aos setores (clusters) de biotecnologia, de informática, de microeletrônica e outros.

Em parceria com o IEF e com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, a Seplan vem analisando o Programa de Uso Múltiplo de Florestas Renováveis, visando ao desenvolvimento tecnológico para uso de florestas plantadas, estudando as possibilidades de utilização dos fundos estaduais que possam dar suporte ao programa.

No Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pequenas Comunidades do Norte e Nordeste de Minas Gerais (PAPP II), que tem por objetivo o apoio aos pequenos produtores rurais dos municípios do Norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, foi desenvolvido eletrificação rural, com recursos financeiros e execução da Cemig, tendo sido atendidas 15.603 famílias, com investimentos da ordem de R\$ 23,08 milhões.

No Projeto Jaíba I, as obras de irrigação estão concluídas e, em 2000, o projeto alcançou seu 12º ano de exploração produtiva. A área cultivada alcançou 9 mil hectares com produção em torno de 48 mil toneladas de frutas, hortaliças e grãos, equivalentes a R\$ 14,7 milhões, gerando 12.295 empregos diretos e indiretos, com 1.378 irrigantes assentados, beneficiando 10 mil habitantes.

No Projeto Jaíba II, em 2000, significativo marco foi alcançado com a conclusão de dois lotes e de 90% de um terceiro de obras civis do sistema de irrigação principal. Os três canteiros de obras instalados, somados aos serviços terceirizados, geram 2.500

empregos diretos e indiretos no município de Jaíba, enquanto os impostos arrecadados na prestação destes serviços somam R\$ 1,63 milhão.

O Paraterra é uma alternativa descentralizada de aquisição de terras para assentamentos e promoções de desenvolvimento agrícola, via comunidades organizadas de produtores das regiões Norte e Nordeste. O Bird entra com recursos para infra-estrutura, projetos produtivos, assistência técnica e treinamento. O Incra financia com linhas de créditos específicas a aquisição de terras. Desde o início da implantação do Paraterra foram aprovados 32 projetos de assentamento de R\$ 5,5 milhões e 218 projetos de infra-estrutura, no valor de R\$ 7,8 milhões, beneficiando 1.147 famílias.

Com recursos da Sudene no valor de R\$ 1,424 milhão, para obras de abastecimento d'água simplificado executadas em parceria com a Ruralminas, o Programa de Apoio à Infra-estrutura Hídrica do Nordeste (PROHIDRO) foi concluído, beneficiando 55 comunidades rurais com a perfuração e instalação de 60 poços comunitários.

A Superintendência Geral Fundiária (Instituto de Terras) foi criada pela Lei 13.468, de 17 de janeiro de 2000, com a finalidade de contribuir para o aumento da qualidade de vida da população, planejando, coordenando e executando a política agrária e fundiária de Minas Gerais e promovendo a defesa dos direitos humanos no campo.

No exercício de 2000 foram programadas diversas atividades de infra-estrutura das áreas de assentamento. Dentre os convênios destacam-se os celebrados com a Prefeitura de Governador Valadares para construção de uma rede coletora de esgoto sanitário, com a finalidade de promover a melhoria nas condições sanitárias e ambientais do Assentamento Oziel Alves Pereira; a complementação pela Cemig da infra-estrutura de energia elétrica em 21 assentamentos; o convênio firmado junto ao Cáritas para a realização de um programa de abastecimento alimentar e nutricional a ser implementado em 57 assentamentos, beneficiando 3.778 famílias; e ainda o trabalho realizado na Colônia Santa Izabel para a regularização fundiária e a melhoria das condições de vida dos moradores da região de Citrolândia.

Além dessas atividades, foram dados, neste exercício, mais de 900 pareceres jurídicos referentes a processos de titulação urbana e rural, emitidos 600 títulos e intermediados 72 conflitos agrários envolvendo mais de 5mil famílias.

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)

O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. (BDMG), instituição financeira de fomento do governo estadual, tem tido, desde sua criação, um forte compromisso com a causa do desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais. O desempenho operacional, durante 2000, caracterizou-se pela sintonia com as estratégias, políticas, e programas definidos no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), ambos cobrindo o período 2000-2003, e demais orientações do governo.

As diretrizes governamentais adotadas pelo banco destacam-se pelo princípio de que não há desenvolvimento econômico sem que se possa medi-lo em termos do desenvolvimento social. Este, por sua vez, implica o esforço a ser empreendido tendo em vista a redução dos desequilíbrios regionais e o aumento no atendimento aos pequenos e médios empreendimentos, em todas as regiões de Minas Gerais.

Ressalta-se ainda a posição firme do Governo de Minas de manter o BDMG como instituição financeira, visto que tal característica constitui condição indispensável para o desempenho de suas funções de fomento, no patamar exigido pela sociedade mineira.

Resultados Econômico-Financeiros

Em um ano que sinalizou a retomada do crescimento na economia mineira, além de ter incrementado suas atividades de financiamento, o banco elevou o seu patrimônio líquido de R\$ 64 milhões em dez/99 para valor superior a R\$ 120 milhões, demonstrando o grande empenho da atual administração no processo de fortalecimento financeiro da instituição.

O saldo dos recursos sob a gestão do BDMG atingiu, em 2000, R\$ 2,448 milhões. Deste total, 70% (R\$1,711 milhão) referem-se a recursos dos fundos estaduais administrados pelo banco.

Como administrador dos ativos do estado, remanescentes de seus bancos estaduais-Bemge e Credireal-, o BDMG já recuperou R\$ 363,3 milhões, dos quais R\$ 185 milhões em 2000. A importância destas atividades, além da magnitude dos valores que envolve, está no fato de se tratar de recursos públicos que podem ser destinados ou canalizados a aplicações do governo mineiro nos seus diferentes programas.

Desempenho Operacional

Durante 2000 foram realizadas 4.014 operações de crédito que totalizaram R\$448,2 milhões de financiamentos aprovados, representando um acréscimo de 40,2% quando comparado aos valores de 1999. As liberações de recursos dos fundos e demais linhas de financiamento em 2000 atingiram a cifra de R\$ 504,6 milhões.

Em termos dos Fundos Estaduais de Desenvolvimento, as liberações de recursos foram da ordem de R\$ 459,6 milhões durante o ano. Conjuntamente, o Find, o Fundiest e o Somma responderam com 79,2% das liberações totais do banco.

Os financiamentos realizados pelo banco devem injetar mais de R\$ 1,3 bilhão na economia mineira. Projeta-se em R\$ 25,6 milhões o potencial anual de crescimento na receita de ICMS como efeito direto destes investimentos, além da perspectiva da criação de 10 mil novas oportunidades de emprego.

Ações de Fomento

O BDMG desenvolveu vários trabalhos que resultaram em ações efetivas de apoio ao setor produtivo mineiro. Vale mencionar as modificações feitas por meio de decretos nos regulamentos dos fundos como o Fundese, o Fundiest, com o objetivo de ampliar e melhorar as condições de crédito, atender segmentos importantes da atividade econômica, apoiar o esforço de sobrevivência das empresas em situações de emergência e proporcionar facilidades administrativas às empresas.

Foram atendidas, durante o ano, 3.280 empresas, das quais 2.648 pertencem aos segmentos de micro e pequenas empresas, rurais e urbanas, vinculadas a atividades produtivas e de prestação de serviços localizadas nas diferentes regiões mineiras.

Setorialmente destacam-se, em termos de valor, os financiamentos aprovados para os segmentos automotivo, saneamento básico e desenvolvimento urbano, metalúrgico, têxtil e atividades de comércio, que totalizaram R\$ 356,8 milhões.

Foram aprovadas 574 operações de financiamento de 470 empresas dos segmentos agropecuário, silvicultura e de exploração florestal, com recursos da ordem de R\$ 16,1 milhões.

Entre os projetos de maior porte, aprovados com recursos dos fundos estaduais e demais linhas de financiamento, destacam-se os seguintes empreendimentos: Mercedes-Benz (pólo automotivo, Juiz de Fora), Fiat e coligadas (pólo automotivo, Betim e Sete Lagoas), Usiminas (Ipatinga), Cia. Tecidos Norte de Minas (Têxtil, Montes Claros), Cia. Cimento Portland Itaú, Mineração Curimbaba, Unifi do Brasil, Philips do Brasil (eletroeletrônico, Varginha), Aethra (autopeças, Betim).

Foi criado o Programa Fundiest/Proe-eletrônica, com recursos do Fundiest, visando promover o desenvolvimento e a consolidação de pólos de eletrônica, de informática e de telecomunicações no estado, por meio de financiamentos de capital de giro às empresas desses setores, incentivando, sobretudo, os empreendimentos localizados na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e o Pólo de Tecnologias de Informação e de Telecomunicações de Itajubá e Santa Rita do Sapucaí.

Financiamentos ao Setor de Saneamento e Desenvolvimento Urbano

No campo do saneamento, infra-estrutura e desenvolvimento urbano destacam-se os investimentos realizados pelo Somma, Fesb-FAE e pelo Funderurb. Ressalta-se que, em 2000, o Prosam encerrou seu processo de concessão de financiamentos. Entretanto, o retorno de seus financiamentos está sendo transferido para o Funderurb e para o Fhidro (ainda não implantado), os quais constituem importante fonte de financiamento ao saneamento e o suporte financeiro a investimentos urbanos municipais.

Entre as aprovações destinadas a municípios (exceto Copasa), 61,9% das operações se dirigiram para 32 municípios com população entre 10 mil e 50 mil habitantes. Outros

30,2% foram para 14 municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, o que representa, conjuntamente, R\$ 40,7 milhões em financiamentos.

Gestão de Programas de Apoio a Micro e Pequenas Empresas

No segmento de micro e pequenas empresas foram atendidas 2.648 empresas (80,7% do total), resultando na aprovação de R\$ 51,7 milhões em financiamentos.

No campo do estímulo ao desenvolvimento tecnológico, o banco atua com a linha de crédito Fundese Base Tecnológica, que visa financiar micro, pequenas e médias empresas nas áreas de computação, microeletrônica, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão, entre outras. Foram aprovados financiamentos que totalizam R\$ 1,34 milhão, e liberados R\$ 1,2 milhão.

Também ocorreram modificações importantes no processo de operacionalização do Fundese/Geraminas. Como forma de otimizar os recursos disponíveis para os micro e pequenos empreendimentos, foi permitida, legalmente, a ampliação dos limites de financiamento para investimentos fixos ou mistos e a inclusão da concessão de empréstimos para capital de giro dentro das condições operacionais do Fundese/Geraminas. Essas modificações vieram atender às expectativas dos diversos setores representantes das micro e pequenas empresas e têm estimulado a demanda de novos financiamentos através do Geraminas, considerando a atratividade das condições do financiamento.

Projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa autorizou a destinação de 10% do retorno do Geraminas para o capital do BDMG, para dar suporte ao atendimento do segmento do microcrédito através do Programa Estadual de Crédito Popular (Credipop), destinado ao financiamento da população de baixa renda em atividades formais e informais.

Foram liberados R\$ 2,1 milhões de recursos para pequenos agricultores, no âmbito do Pronaf, através de cooperativas de crédito e de produção localizadas em 28 municípios, beneficiando 281 pequenos agricultores familiares, e aprovados 247 operações, totalizando R\$ 1,7 milhão em financiamentos.

Investimentos Sociais

Cumprindo o objetivo de apoiar iniciativas da população de baixa renda, facilitando o acesso ao crédito ao pequeno e microempreendedor, individual ou associado, o BDMG aprovou R\$ 1,5 milhão para financiamentos e liberou R\$ 774 mil de recursos, no âmbito do Credipop.

Neste mesmo sentido, logo no início de 2000 e com vigência apenas neste exercício, foi criado o Programa Emergencial de Socorro a Empresas e Cooperativas do Sul de Minas Atingidas por Inundações. O programa teve como objetivo conceder financiamentos a microempresas, empresas de pequeno e médio portes e cooperativas localizadas no Sul de Minas, para a realização de investimentos e cobrir gastos com a

reparação de danos causados pelas inundações, com recursos do Fundese. Foram atendidas 313 empresas, perfazendo liberações da ordem de R\$ 4,5 milhões através do programa, o que corresponde a um financiamento médio por empresa de R\$ 14 mil.

Trabalhos e Estudos

Merece destaque a retomada pelo banco da discussão sobre a economia mineira ao concluir, em maio deste ano, o estudo “Zona da Mata: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para o seu desenvolvimento”. O estudo consistiu no levantamento e análise sobre a estrutura, a dinâmica e o desempenho econômico da região, e da proposição de ações que permitam acelerar o seu crescimento.

Outro estudo feito em conjunto com o IEF, refere-se ao setor florestal de Minas Gerais, motivado pela avaliação positiva do “Pró-Floresta” pelo Banco Mundial. Com base nas conclusões do estudo foi formulada proposta de um “Programa de Financiamento para o Plantio de Florestas de Uso Industrial”, para o período 2000-2006, abrangendo uma área de 824,4 mil hectares, com investimentos previstos de R\$ 412,2 milhões, e a possibilidade de geração de mais de 20 mil empregos.

O banco está desenvolvendo o “Modelo Econométrico de Insumo Produto”, com o apoio da Fipe/USP, que deverá estar concluído em março de 2001. O modelo constitui importante instrumento de planejamento regional, de médio e longo prazo, especialmente na avaliação dos múltiplos efeitos de políticas públicas. Ao possibilitar também a análise de impactos de programas e projetos específicos, o BDMG fortalece sua função institucional de indutor do desenvolvimento econômico e social do estado.

O BDMG, no âmbito de seu planejamento estratégico, elaborou o “Projeto Estratégico-2001/2004”. Ele é o instrumento que norteará a formulação e implementação dos planos de metas anuais do banco.

Fundação João Pinheiro (FJP)

A Fundação João Pinheiro, instituição integrante da administração pública estadual, no exercício de 2000, ao completar trinta anos de existência, direcionou suas ações, primordialmente, para dois objetivos: tornar mais efetiva a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais e adquirir maior grau de esmero e capacitação institucional.

Os Centros de Estudos Econômicos e Sociais, o Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), o Centro de Estatística e Informações (CEI) e a Escola de Governo (EG) da Fundação João Pinheiro atuaram no período em consonância com a diretriz maior do governo do estado - promoção do desenvolvimento, retratada e setorialmente detalhada no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

A Fundação João Pinheiro, neste exercício, além de contribuir para a profissionalização dos agentes públicos, promoveu a discussão no âmbito técnico e político de temas relacionados à reforma do estado, avaliação de políticas econômicas e

sociais e a gestão governamental. Através da EG realizaram-se pesquisas, seminários, palestras e cursos de aperfeiçoamento, graduação, especialização e de mestrado.

O CEI, centro da FJP responsável pela articulação do Sistema Estadual de Estatística, dentre outras pesquisas relevantes, produziu os boletins da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Boletim PED/RMBH), a publicação Perfil de Minas Gerais, o Boletim Eletrônico de Finanças Públicas Municipais, os resultados do PIB de Minas Gerais de 1998 bem como a previsão do PIB de 1999, utilizando metodologia que possibilita comparar índices mineiros com os de outros estados da federação. Além da produção sistemática das estatísticas e informações citadas, a equipe desenvolveu o Projeto “ Monitoramento de Políticas Públicas do Estado de Minas Gerais”, relativo à estruturação de uma base informatizada receptora de dados interligada às diversas fontes geradoras de informações do estado.

A análise regional é uma das linhas de pesquisa mais tradicionais da instituição com destaque, em 2000, para o projetos: “Pólos Econômicos de Minas Gerais” -baseado na análise estatística dos dados de ICMS; “Identificação e Análise das Transformações do Setor Agropecuário-1985-1996, com ênfase em Minas Gerais”; (ambos com financiamento da Fapemig) - “Conjuntura Econômica e Social”; “Síntese da Política Econômica e Social do Governo”; e assessoria aos trabalhos sobre a revitalização do Aeroporto de Confins e da região mineira do semi-árido.

Com relação a políticas públicas setoriais merecem destaque os trabalhos dos grupos técnicos especializados na análise das políticas de saúde, criminalidade, meio ambiente, história e cultura e finanças públicas.

Na área de saúde, foi concluído o projeto “Perfil de Morbimortalidade do Estado de Minas Gerais”, financiado pela Fapemig, em que se analisa a evolução das condições de saúde no período 1980-1996 e a organização espacial da atenção hospitalar, com base nos dados dos SUS em 1997.

Na área de criminalidade e controle social, foi executado o “Plano Estadual de Segurança Pública”, em parceria com diferentes órgãos ligados à segurança pública, o “Diagnóstico do Sistema Policial de Uberlândia” – contratado pela Associação Comercial de Uberlândia, e “A organização Policial e o Combate à Criminalidade Violenta”, financiado pela Fapemig.

As atividades desenvolvidas pelo grupo de finanças públicas abrangem a coleta e sistematização anual dos dados de finanças públicas dos municípios mineiros junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a operacionalização da distribuição do produto da arrecadação da cota-parte do ICMS, no âmbito da lei n.º 12.040/95, alterada pela lei n.º 12.428/96, elaborando os índices parciais (saúde, receita própria, educação e população) e o consolidado final.

Na área ambiental, o CEES/FJP contribui na elaboração da “Agenda 21 do Estado de Minas Gerais” visando ao desenvolvimento sustentável.

Dando continuidade aos projetos de caráter permanente da área de estudos históricos e culturais, como é o caso da Coleção Mineiriana, destacam-se os lançamentos do Códice Costa Matoso e do número especial da revista Vária História, de grande repercussão nos meios intelectuais brasileiros, por se tratar da publicação de manuscritos inéditos e extremamente valiosos para o conhecimento de nossa história no período colonial.

Em apoio aos governos locais salienta-se a aplicação de pesquisas, realização dos cursos Gestão Urbana e Cidades e Gestão Fiscal e Tributária e a Lei de Responsabilidade Fiscal, assessoria técnica na elaboração de planos diretores municipais, planos de desenvolvimento sustentável do turismo e levantamento, organização e divulgação das fontes de recursos financeiros passíveis de captação pelas administrações municipais.

Incluem-se aqui trabalhos executados e em execução para os municípios de Machado, Itajubá, Conceição do Ibitipoca (distrito de Lima Duarte), Ijací e para a Região Metropolitana do Vale do Aço.

Em parceria com a Seplan/MG, a Fundação João Pinheiro vem desenvolvendo estudos e projetos de consultoria e assistência técnica relativos a fortalecimento institucional, concepção e aplicação de modelos, desenvolvimento de métodos de gestão e planejamento, sistemas de informações, criação e aplicação de metodologias, enfatizando sempre a importância das instâncias de nível local e regional e da integração e da solidariedade inter-regionais.

FAZENDA

O Sistema Estadual de Finanças, composto pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) como órgão central, pelo Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais (CCMG) como órgão subordinado, e pela MGI e Diminas como entidades vinculadas, tem por finalidade realizar de forma integrada e articulada a gestão das finanças públicas estaduais na estratégia global de políticas de desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais.

A Secretaria de Estado da Fazenda, por seu turno, tem por objetivo operacional planejar, organizar, dirigir, executar e controlar as atividades de arrecadação necessárias à administração dos recursos econômicos e financeiros do estado, formulando e executando as políticas fiscais e tributárias necessárias ao seu desenvolvimento econômico-social.

Diante da crise estrutural e aguda que o atual governo encontrou as finanças estaduais, coube à Secretaria da Fazenda a tarefa de reverter a situação deficitária do tesouro estadual como forma de viabilizar o Plano de Governo.

Para tanto, em 2000 a SEF deu continuidade a algumas ações iniciadas em 1999 e vem desenvolvendo um conjunto de atividades que buscam fortalecer a capacidade gerencial e operacional de execução, aprimorar procedimentos administrativos e, principalmente, restituir a capacidade arrecadatória do estado como forma de ampliar a capacidade de financiamento do setor público e recuperar o seu papel de indutor do processo de desenvolvimento sustentável.

Como parte do esforço em busca do fortalecimento institucional, a Secretaria deflagrou ações diversas na área de tecnologia e informação. A implantação da Rede Fazendária de Informática, como forma de colocar os serviços informacionais a serviço das áreas finalísticas e oferecer maior autonomia aos usuários no controle e recuperação das informações, vem sendo realizada deixando de lado o processamento de dados centralizado em computador de grande porte (mainframe) a favor da distribuição de dados e processamento através da Rede de Informática, dentro da arquitetura aberta cliente-servidor.

A modernização dos sistemas de administração fiscal e tributária, a implantação de serviços de acesso à internet nas unidades da SEF, a aquisição de solução de workflow, a aquisição de bancos de dados e ferramentas de data warehouse (armazém de informação) e a aquisição de máquinas, dentre outras ações, vêm ampliando a autonomia de gestão dos que efetivamente utilizam os recursos de informática, além de fortalecer as atividades de informática no contexto de planejamento e coordenação geral dos trabalhos desenvolvidos nas áreas da SEF. Exemplo disso é o recém-criado Centro de Processamento de Documentos Fiscais (CPDOC), que processa os dados referentes às notas fiscais emitidas pelas empresas incluídas nos projetos da SEF e recolhidas nos Postos Fiscais, efetuando o cruzamento das informações através do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ (antigo CGC), combatendo, assim, a sonegação. Outro exemplo é a disponibilidade, na página da SEF na internet (www.sef.mg.gov.br), da legislação tributária atualizada, incluindo leis, decretos, resoluções e regulamentos que normatizam os tributos no estado.

Com a implantação da rede está sendo possível, também, a melhoria no relacionamento fisco/contribuinte, especialmente a facilidade de acesso aos serviços prestados pela SEF e o cumprimento de obrigações tributárias acessórias. Nesse contexto, foi implantada a entrega via meio magnético de uma série de documentos, que antes eram preenchidos em papel e levados à Administração Fazendária para conferência e posterior digitação. As declarações de apuração de ICMS (DAPI), de apuração do valor agregado fiscal (VAF), a Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária (GIA-ST) passaram a ser recebidas pela SEF exclusivamente em meio magnético, pela Internet ou por disquete.

Para dar suporte aos contribuintes usuários desses sistemas, a SEF implantou um serviço de “Helpdesk”, atendendo, via telefone e e-mail, as dúvidas relacionadas ao preenchimento e transmissão dos citados documentos. Quando não é possível resolvê-las imediatamente, em função da complexidade, os questionamentos são encaminhados às unidades fazendárias para análise e reencaminhadas ao “Helpdesk”, onde é dado o retorno ao contribuinte.

Algumas dessas ações fizeram parte do Programa de Reestruturação e Modernização da SEF, criado em 1997, e são financiadas com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com contrapartida do estado, e prioriza projetos para a modernização das áreas finalísticas de Tributação e Administração Tributária e de Administração Financeira e Controle Operacional, bem como para o fortalecimento institucional.

Decorridos três anos da execução do programa, foi necessário ajustar as atividades nele previstas, adequando-as ao novo estamento institucional da SEF e às normas preconizadas pelo Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2000/2003). O programa, inicialmente previsto para o período 1997-2000, teve suas ações, metas e recursos revistos, mediante um trabalho conjunto com as diversas unidades da Secretaria. A revisão contemplou atividades que deverão ser empreendidas até março de 2002.

Na atividade finalística de Tributação e Administração Tributária, a Superintendência da Receita Estadual deu continuidade às ações delineadas pelo Plano de Fiscalização implementado a partir de setembro de 1999. O plano concentra os esforços da ação fiscalizadora nos setores econômicos de maior representatividade do estado e na aplicação de conceitos já sedimentados na SEF, com enfoque para o cumprimento voluntário das obrigações tributárias. Busca atingir, através da gestão por projetos, uma praticidade (operacionalidade) na execução das tarefas, com a participação efetiva dos técnicos junto às unidades, procurando conhecer a realidade local e acompanhar de perto a execução das atividades. Os projetos subdividem-se em Controle Administrativo e Tributário, Controle Fiscal e Controle de Outras Receitas.

O Plano de Fiscalização alcançou resultados de significativa relevância na arrecadação do Estado de Minas Gerais: foram superadas todas as metas de crescimento de receita previstas para o exercício de 2000. A maior evolução foi observada na arrecadação do ICMS, que saltou de uma média mensal de 513,4

milhões de reais no trimestre anterior à implementação do plano (junho a agosto/99) para uma média mensal de 655,5 milhões no período de agosto a outubro de 2000. Com isso, Minas Gerais, após três anos, voltou a ocupar o segundo lugar na arrecadação do país. O êxito pode ser atribuído, principalmente, à melhoria do controle administrativo-tributário-fiscal, para a recuperação de receita e a efetividade das ações setoriais que viabilizaram o controle da sonegação e da evasão de receitas públicas. Ressalta-se que na administração atual houve expressivo aumento da arrecadação tributária, uma vez que a média mensal da receita de ICMS (regime de competência) foi de 463,3 milhões de reais no último trimestre de 1998.

Dentre os projetos de fiscalização que apresentaram desempenho mais significativo em termos de arrecadação destaca-se o Projeto Combustíveis, que, além de buscar a recuperação tributária, objetiva combater a grande incidência de fraudes verificadas no segmento, monitorar a distribuição de combustíveis em território mineiro e controlar as operações do setor, notadamente as interestaduais.

A Receita inovou também na forma de recepção das informações dos contribuintes. Os documentos que demonstram as operações realizadas mensalmente (DAPI), os documentos dos contribuintes com regime de recolhimento DÉBITO/CRÉDITO, microempresas e empresas de pequeno porte, e o Valor Adicionado Fiscal (VAF) são agora transmitidos via Internet. Essa inovação possibilitou a agilidade na recepção dos dados e eliminou erros de processamento, porquanto a digitação dos dados foi suprimida. A transmissão eletrônica contribuiu ainda para a garantia da integridade das informações, já que o programa desenvolvido levanta a consistência dos dados.

Com a finalidade de modernizar todas as atividades administrativas, encontra-se em curso na SRE o Programa de Modernização dos Processos Administrativo-Tributários da SEF/MG (Promat). Estão sendo realizadas a análise, a revisão e a racionalização dos sistemas de controle de atividades administrativo-tributárias exercidas pela SEF, de forma a padronizá-las, documentando todos os procedimentos e promovendo a integração entre os sistemas da Fazenda e os dos órgãos com os quais há interface, como a Junta Comercial, o Conselho de Contabilidade, o Detran, a Secretaria da Receita Federal, etc.

Em médio espaço de tempo, prevê-se que a grande maioria dos serviços prestados pela Receita aos contribuintes, como inscrição estadual, certidão negativa de débitos, autorização para impressão de documentos fiscais, registro de livros fiscais, controle de uso de equipamento emissor de cupom fiscal (ECF), dentre outros, sejam requeridos via Internet, sem a necessidade da presença física do contribuinte na repartição fazendária.

Ainda na área finalística de Tributação e Administração Tributária, as unidades empreenderam amplo esforço com o objetivo de ajustar a legislação tributária às novas estratégias econômicas, racionalizar a ação do Fisco e o cumprimento das obrigações pelo contribuinte, e agilizar e simplificar a resolução de pendências entre o Fisco e o contribuinte. Dentro desse enfoque, um conjunto de atividades foi desenvolvido: a potencialização da tributação em determinados setores econômicos; a instituição de

novas fontes da receita tributária; a revisão de benefícios e incentivos fiscais; a atualização e revisão da legislação tributária; a cobrança dos maiores débitos e a cobrança terceirizada de débitos de até R\$ 1.000,00; a regulamentação do instituto transação (PL 851/2000); a revisão do sistema de parcelamento fiscal; a reestruturação do Conselho de Contribuintes (CCMG) e da Diretoria de Administração das Câmaras do Crédito Tributário (DACCT); a criação do núcleo de cobrança nas maiores Administrações Fazendárias e na Divisão de Cobrança da Diretoria de Saneamento do Crédito Tributário; a realização de estudos sobre os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) sobre a política tributária estadual, entre outras. Dentro do componente “Educação Fiscal”, foram empreendidas ações de sensibilização da sociedade e dos servidores da própria instituição para a importância de se compreender a função socioeconômica do tributo e das atividades de fiscalização e tributação.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela área finalística de Administração Financeira, Auditoria e Controle Interno, destacam-se os esforços empreendidos junto ao governo federal para rever as cláusulas consignadas no Contrato de Renegociação da Dívida (Lei 9.496). Nesses termos, foi assinado o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Renegociação que, dentre outras medidas, prorrogou para 30 de novembro de 2000 o pagamento do saldo devedor remanescente em 30 de novembro de 1998 na conta gráfica e federalizou a Ceasa e a Casemg visando amortizar essa conta.

A repactuação da dívida estadual com o governo federal, por sua vez, proporcionou uma queda de 22,9% nos Encargos da Dívida nos oito primeiros meses de 2000, em relação ao mesmo período de 1999, bem como um crescimento real de 79,7% nas Receitas de Capital no mesmo período. Tal variação foi proporcionada pela Alienação de Bens (Ativos-FCVS/Minas Caixa), que gerou R\$ 129,7 milhões ao tesouro estadual, pela Alienação de Ações da Casemg/Ceasa (R\$ 332 milhões), resultante da renegociação da dívida com a União, e pelo crescimento de 113,2% no valor das Operações de Crédito, em função da entrada de recursos contratados por meio das Operações de Crédito Internas (União/Saneamento do Sistema Financeiro).

A Superintendência Central de Auditoria Operacional, visando verificar o alcance de metas e objetivos operacionais dos órgãos públicos que compõem a Administração Direta e Indireta do Estado, realizou cinquenta trabalhos de auditoria e emitiu 69 pareceres. Dentre os trabalhos de relevância, podem ser destacados o relatório de Avaliação da Execução da Lei Orçamentária Anual, o assessoramento aos órgãos e entidades no cumprimento da Instrução Normativa 04/99 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, o Relatório de Gestão Fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e relatórios e pareceres diversos envolvendo o tema “licitação e contratos”.

Ainda na área finalística de Administração Financeira, Auditoria e Controle Interno, a Superintendência Central de Contadoria Geral (SCCG) foi responsável, principalmente, pela melhoria do controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e gerencial do estado, através da gestão operacional do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e da implementação de diversas

rotinas no sistema, desenvolvendo, ainda, um rol de ações para o cumprimento de seus objetivos institucionais. Dentre os mais relevantes, destacam-se o desenvolvimento e implementação no Siafi do pagamento de faturas de concessionárias públicas por meio de códigos de barras e leitor ótico; o levantamento, a análise de dados e a publicação de demonstrativos bimestrais e quadrimestrais em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal; a disponibilização, via rede, de consulta à legislação de finanças públicas; ações diversas visando a definição do novo modelo conceitual do Siafi e da nova estrutura do Plano de Contas do Estado de Minas Gerais.

O desenvolvimento das atividades finalísticas da SEF, principalmente para o incremento de receita e para o controle de gastos, dependeu, em grande parte, da articulação das unidades de suporte da Secretaria. Nesse sentido, a atuação da Superintendência de Recursos Humanos e da Superintendência Administrativa foi decisiva para o bom desempenho da SEF em 2000.

Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Minas Gerais S.A. (Diminas)

A empresa encontra-se em processo de liquidação ordinária, conforme autorização de Lei Estadual n.º 13.442, de 10 de janeiro de 2000, e decisão da AGO/AGE de 15/02/2000.

Minas Gerais Participações S.A. (MGI)

A Minas Gerais Participações S.A (MGI) deu prosseguimento às suas atividades, no decorrer do exercício de 2000, em cumprimento aos seus objetivos sociais. Nesse sentido, cabe salientar a intensificação da cobrança dos créditos não liquidados, então pertencentes ao Bemge e Credireal e transferidos à MGI. Já foram liquidados 834 processos originários do Bemge no valor de R\$ 10.966.511,74 e 479 processos do Credireal no valor de R\$ 2.786.588,48. Como principais ações desenvolvidas no período destacam-se, ainda, o prosseguimento dos estudos buscando melhor aproveitamento da capacidade do Aeroporto Tancredo Neves (Confins), através de apoio institucional ao projeto Pró-Confins, criado pelo Decreto n.º 40.584, de 10 de setembro de 1999; e o acompanhamento do desempenho econômico e social das empresas das quais a MGI participa acionariamente.

RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração (Serha) durante o ano 2000, teve atuação enfática na busca da otimização da máquina administrativa. Para tanto, além de redirecionar e criar novos procedimentos administrativos, desenvolveu uma ampla e arrojada política de recursos humanos, objetivando a capacitação e requalificação do maior número possível de servidores, em todas as regiões do estado.

Concomitantemente, envidou grandes esforços no aperfeiçoamento dos sistemas de controle de material, patrimônio, transportes e serviços, aumentando a sua capacidade e eficiência no atendimento às demandas do funcionalismo público e da sociedade mineira.

Foram treinados 19.216 servidores, em Belo Horizonte e nas localidades onde estão situadas as Coordenadorias Regionais do Estado, nos cursos: Gestão Empreendedora, com 7.240; Informática Básica, com 3.058 e o Projeto Raio (Curso Trabalho e Formação em Movimento, destinado a servidores com ensino fundamental incompleto), com 1.492. Para o quadro do magistério foram nomeados 1.248 candidatos que prestaram concurso público para o cargo de professor, Nível 1, Grau A, realizado em 1995. Também executou-se o processo de reopção, previsto no Edital do referido concurso público. Foram processados 13.565 requerimentos, com candidatos disputando vagas em 97 localidades de Minas Gerais. A classificação final foi publicada em 27/10/2000, sendo nomeados, em seqüência, 295 candidatos. A Serha acompanha a execução do concurso público para o cargo de procurador do estado, de 1ª classe. Neste concurso houve 1.962 inscritos para 15 vagas ofertadas.

Foi realizado levantamento de cargos efetivos, funções gratificadas e cargos comissionados da administração direta e indireta, para a definição das diretrizes que nortearão a elaboração dos novos planos de carreira do estado e, também, elaborou-se Minuta de Lei que propõe a redução do Quadro de Cargos Comissionados da administração direta, em parceria com a Seplan. Foram apresentadas, ainda, propostas para a reorganização dos quadros de cargos comissionados e efetivos dos diversos órgãos que compõem a Função Saúde e Função Cultura, tendo em vista a reestruturação administrativa, orçamentária e financeira do Poder Executivo.

A Serha, através de um modelo reestruturado e participativo, analisou o processo de execução da Folha de Pagamento nos diversos órgãos, para o diagnóstico da situação real e conseqüente correção e redução de gastos com pessoal. Na busca de atender as necessidades do funcionalismo público, foram concedidas complementações remuneratórias, possibilitando a recomposição salarial de carreiras, observando-se a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade, visando à valorização dos menores salários, passando a remuneração mínima de R\$ 196 para R\$ 400. Setenta mil obtiveram reajuste de 104%. Aos demais servidores foram concedidas complementações salariais de 23%, em média. Foi também ajustado o valor do vale-alimentação, beneficiando 23.700 servidores, com um aumento médio de 114%.

A Serha teve atuação destacada no Comitê Institucional de Negociação Permanente (Cinepe) e na Campanha de Valorização dos Serviços Públicos. O Cinepe, organismo inédito na história da administração pública brasileira, é integrado, paritariamente,

por representantes do governo e dos servidores públicos. O Cinepe tem a missão de discutir todos os temas relacionados com a administração de pessoal do estado e fazer sugestões de encaminhamento. Também foram discutidas questões referentes à qualificação do servidor público, à reestruturação administrativa e à situação funcional dos detentores da função pública.

A Campanha de Valorização dos Serviços Públicos foi idealizada pelo Cinepe e tem como meta desenvolver ações que garantam a boa prestação de serviços ao cidadão. A melhoria das condições de trabalho e o treinamento dos servidores são duas de suas ações. Foram realizados, ainda, cursos de reciclagem e seminários gerenciais na capital e no interior do estado.

Com relação aos servidores lotados na Serha, foi desenvolvido o Programa Servidor Público Destaque Serha 2000, cujo objetivo foi o de motivar e premiar os servidores públicos que desempenharam suas atividades com eficiência, eficácia e efetividade, tanto em Belo Horizonte quanto nas Coordenadorias Regionais de Administração, no interior do estado.

Na área de Saúde do Servidor, foi concluído o projeto da descentralização das atividades de perícia médica, e implementada a agenda médica eletrônica. Tem sido realizada a paulatina descentralização de serviços para as Coordenadorias Regionais do Estado, com o objetivo de fornecer ao servidor um atendimento ágil e eficiente, eliminando desnecessários e onerosos deslocamentos. Está em processo de implantação a marcação de inspeção médica através do Sisap. Até outubro de 2000, foram realizadas 37.541 inspeções médicas com fins de licença para tratamento de saúde; 20.623 exames médicos pré-admissionais; 42.582 revisões de laudos e concessão de 1.225 ajustamentos funcionais, em juntas médico-periciais. Realizou-se também o 1º Curso Preparatório de Peritos em Saúde, a fim de promover maior integração dos procedimentos periciais no estado.

Na área de Correição Administrativa, intensificou-se a prevenção de ilícitos administrativos por meio de ações educativas que fortalecem o comprometimento do servidor com seus deveres. A Serha priorizou a execução de cursos, publicações e palestras que resultem em um aprimoramento do regime disciplinar.

A Serha atuou junto aos órgãos da administração direta e indireta, buscando exercer suas competências e atender às determinações da Resolução Conjunta nº 5015, de setembro de 2000, que prevê a análise dos custos dos contratos de prestação de serviços terceirizados. Esta Secretaria examina e apresenta sugestões para a redução dos custos contratados, com o intuito de promover significativa economia nos gastos públicos destinados a estas atividades, já tendo analisado cerca de 380 contratos.

Na área de Administração de Bens Imóveis, até novembro de 2000, houve a incorporação de 70 novos imóveis ao patrimônio estadual, que se somaram aos 9.748 imóveis próprios da administração direta.

Foram atendidas 3.135 consultas sobre a posse de imóveis públicos estaduais, inclusive por meio de 313 vistorias realizadas por engenheiros da Secretaria em todo o

estado. Também foram produzidas 182 avaliações de valor locatício e 32 de valor venal em diversas localidades.

Com relação à racionalização de gastos com locações, é importante ressaltar que houve uma redução de 26% no valor de despesas liquidadas com aluguéis pagos pelo estado em relação ao período anterior (janeiro a novembro de 1999). Esse percentual representa uma economia real de cerca de R\$ 5,5 milhões, obtida inclusive pela reavaliação de contratos vigentes.

Foram ainda firmados cerca de 270 contratos de cessão de uso de imóveis, destinados principalmente à municipalização do ensino, monitorados por sistema informatizado desenvolvido pelo próprio setor.

A área de Administração de Transportes, por meio de sistema informatizado, mantém atualizados os dados cadastrais dos 18.902 veículos que compõem a frota estadual, acompanhando sua movimentação, controlando seus gastos, consumo, etc.

Objetivando reduzir gastos com manutenção, este ano foram recolhidos 540 veículos, dos quais 492 unidades consideradas antieconômicas foram alienadas em quatro leilões, proporcionando uma arrecadação de R\$ 705 mil. As outras 48 unidades foram redistribuídas aos diversos órgãos da administração estadual. No caso da redistribuição, ressalta-se que, se fosse adquirido o mesmo número de veículos novos, o tesouro estadual desembolsaria R\$ 1.074.000.

Procurando dar maior transparência na utilização de veículo oficial, foi criado um canal de comunicação, mediante elaboração e implantação do projeto denominado “Como Estou Dirigindo”, que permite ao cidadão acompanhar o uso do transporte oficial e denunciar seus desvios através de um telefone fixado nos veículos.

A fim de atender as determinações dos decretos 40.241/99 e 41.002/00, a Serha deflagrou um processo intenso de redução de despesas. Para tanto, foram revistos os contratos de locação e prestação de serviços. A despesa com locação de imóveis caiu 62,34% de fevereiro a outubro de 2000. A Serha, em parceria com a Cemig, desenvolveu um projeto de racionalização do uso da energia elétrica. Foram realizadas alterações na rede física de iluminação com vistas a adequá-la à execução dos trabalhos e eliminar os desperdícios. Os reflexos deste projeto já podem ser observados. Além da redução de 46,4% nas despesas de energia, no ano, o projeto modernizou as instalações da Serha propiciando um melhor ambiente de trabalho para seus servidores.

A Serha elaborou projetos importantes na promoção da modernização administrativa do serviço público estadual. Destacam-se como instrumentos de busca e aperfeiçoamento da administração pública o Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP), que busca promover a transformação do serviço público, orientando-o para resultados e para o cidadão; o novo decreto de Diárias de Viagem; a minuta de decreto de Segurança de Sistemas Informatizados; e os estudos relativos à criação de um novo Regime Previdenciário para os servidores públicos estaduais, de forma a

buscar seu equilíbrio financeiro e atuarial, sem desconsiderar seu aspecto social. Outro projeto de grande importância é a compensação financeira previdenciária entre o Estado de Minas Gerais e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Trata-se do ressarcimento de valores de aposentadoria e pensões, pagas pelo estado, dos servidores aposentados e falecidos após 05 de outubro de 1988. Esse projeto tem o potencial de trazer recursos financeiros significativos, que contribuirão para a estruturação do novo regime previdenciário estadual.

No que se refere à racionalização de processos, por meio do uso da tecnologia da informação, destacou-se o desenvolvimento de dois sistemas corporativos: Sistema Integrado de Administração (Siad) e o Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Sisap).

No Sistema de Administração de Pessoal (Sisap), que visa ao eficiente gerenciamento e controle dos recursos humanos do Poder Executivo da administração direta e indireta, foi implantado o Catálogo de Cargos e conversão de 279.351 cargos do sistema de pagamento. Encontra-se em fase final de implantação os módulos referentes ao histórico de cargos e quadro de vagas, permitindo ao estado um controle mais eficiente da vida funcional de seus servidores, assim como uma sistematização de todas as informações referentes aos cargos.

No Sistema Integrado de Administração (Siad) o módulo Alienação contou com 355 bens imóveis alienados. Com o objetivo de ser uma ferramenta gerencial importante para as atividades de administração, cita-se o controle do consumo de material, que é um fator de grande economia de recursos financeiros. O procedimento de recolhimento e remanejamento de 20.557 equipamentos, inclusive aqueles adjudicados em processo de execução fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda, e de bens imobiliários junto à Bolsa de Material - um dos módulos do Siad - proporcionou significativa economia aos cofres públicos, dispensando cada bem distribuído a realização de nova aquisição. Só os bens disponibilizados por Cessão de Uso somam 40.024. Foram atendidos 344 municípios e todos os órgãos da administração direta e indireta já estão cadastrados para consultar o Siad em seus diversos módulos. O módulo Cadastro de Fornecedores contou com 565 inclusões, aumentando o número de empresas cadastradas e aptas a participarem de licitações em todo o estado. Pelo Siad, com relação à identificação, à classificação e à padronização de material, foram contemplados mais 440 itens. Foram ainda cadastrados e catalogados 3.633 itens de material de consumo e permanente. Das 221 solicitações para aquisição de material permanente recebidas, 163 tornaram-se processos licitatórios já concluídos, dentre estes oito especiais, financiados por instituições internacionais (BID/BIRD). A Serha prestou ainda, em licitações, orientação a órgãos e entidades sobre gestão de materiais, atuando e reforçando sua competência de normatização sobre os procedimentos de aquisição, gestão e alienação de material no estado.

A Minas Gerais Administração e Serviços S.A (MGS) seguiu a sua missão de executar as funções auxiliares de prestação de serviços de apoio logístico para as administrações direta e indireta de Minas Gerais, na forma de terceirização, tornando-se reguladora de mercado no ramo em que atua.

Nesta linha de ação, a MGS vem paulatinamente ampliando o seu lastro de faturamento e reduzindo seus custos fixos e, conseqüentemente, ajustando as taxas de administração dos contratos firmados com seus clientes, de forma a lhes repassar a economia resultante.

A MGS, em parceria com a Serha e atendendo determinação do governo estadual, continuou executando os serviços de análise, para revisão e recálculo dos valores devidos nos precatórios trabalhistas da administração indireta do estado, visando à celebração de acordos nos processos. A economia para os cofres públicos, em decorrência dos acordos realizados foi de mais de R\$20 milhões, correspondendo a aproximadamente 60% do total devido.

A MGS permanece também desenvolvendo as atividades de administração do passivo trabalhista, representado por reclamações dos detentores de cargos da função pública do quadro de pessoal do estado.

Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira

EDUCAÇÃO

A política educacional de Minas Gerais, denominada Escola Sagarana, estabelece princípios e ações que objetivam a implantação de uma escola autônoma, democrática comprometida com uma educação de qualidade. A Secretaria da Educação vem desenvolvendo uma série de programas que estimulam e praticam a construção coletiva dessa política, com participação dos órgãos governamentais, dos profissionais da Educação, alunos, pais de alunos e organizações de classe e comunitárias. Em 2000, esses programas e ações também procuraram consolidar a correção de rumos iniciada em janeiro de 1999, com o governo Itamar Franco, reduzindo gastos, otimizando investimentos, promovendo ajustes administrativos e buscando uma nova orientação de ordem filosófica e pedagógica. A meta de todos esses esforços é a mesma: proporcionar escola de qualidade para todos os mineiros, formar crianças e jovens para a vida, resgatando-lhes a dignidade e a esperança.

No ensino fundamental, além de priorizar o atendimento de toda a demanda e melhorar as condições de trabalho, de ensino e de aprendizagem, foi desenvolvido um intenso programa de aperfeiçoamento e capacitação de professores e dirigentes. Como parte do Programa de Capacitação de Professores - Procap – Fase Escola Sagarana, foram elaboradas diretrizes orientadoras e materiais pedagógicos nas disciplinas Ciências, Geografia e História para subsidiar a capacitação a ser realizada em 2001, e que vai beneficiar 105 mil professores das redes estadual e municipal.

Iniciou-se a implantação de um novo regime de organização do tempo escolar, combatendo-se a idéia de “promoção automática” e promovendo a cultura do sucesso do aluno. Nesse processo, as escolas estaduais foram orientadas sobre os regimes de organização em ciclos e em séries e puderam optar por aquele para o qual os seus profissionais estivessem mais bem preparados. Como resultado, 2.557 escolas optaram pelo regime de ciclos e estão recebendo orientações técnico-pedagógicas e capacitação. Como parte do aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem, a Secretaria desenvolve o Programa de Apoio a Inovações Educacionais financiando 1.728 projetos inovadores - elaborados pelas escolas -, beneficiando 251.785 alunos, 3.633 professores e 1.981 escolas. Seu objetivo é redimensionar as práticas pedagógicas, incentivando a autonomia, a criatividade, a mobilização e participação da comunidade escolar. A decisão de tornar obrigatória a oferta de aulas de educação física no ensino fundamental e no ensino médio, parte de uma política que visa ao desenvolvimento integral dos alunos, estímulo às práticas esportivas e atividades que exercitam a sociabilidade, o espírito competitivo, a atuação coletiva e a solidariedade.

No atendimento em educação especial, foram realizados cursos de capacitação para aproximadamente 950 professores, abordando temas como a deficiência auditiva, mental, visual, surdo-cegueira e adaptações curriculares. Visando, também, à inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na sociedade pelo trabalho, foi implementado o Programa Bolsa de Trabalho para Portadores de Deficiência, beneficiando 800 alunos de 46 escolas, por um período de seis meses. Foi fortalecida a parceria do governo de Minas com a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) na área pedagógica.

Na educação indígena, a Secretaria desenvolve um programa que respeita e preserva a identidade dos povos indígenas que vivem em Minas Gerais. Fortalece, assim, as práticas sócio culturais nativas e a língua materna das comunidades krenak, maxacali, pataxó, xacriabá e kaxixó. Este programa contempla o desenvolvimento do currículo e formação de professores para a educação escolar indígena e atividades específicas e diferenciadas, bilíngües e interculturais.

No que diz respeito à educação de jovens e adultos, a Secretaria vem oferecendo atendimento por meio dos 101 Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC) e 31 Postos de Educação Continuada, dando aos alunos com escolaridade defasada a oportunidade de concluir o ensino fundamental ou ensino médio. Nos exames de suplência, realizados duas vezes por ano, pela primeira vez não houve cobrança de taxas de inscrição, ampliando o acesso aos jovens de baixa renda. Para os exames de suplência do ensino fundamental houve 31.051 jovens e adultos inscritos e, para o ensino médio, 55.778. Para qualificar profissionais visando à garantia de permanência no emprego e ampliação de oportunidades no mercado de trabalho, foram realizados Exames de Qualificação Profissional que atenderam 15.737 candidatos em seis modalidades: auxiliar de enfermagem, eletrotécnica, transações imobiliárias, secretário de escola, mecânica e telecomunicações.

No ensino médio e educação profissional, além da revisão de projetos que no governo passado estavam paralisados, foram elaborados novos planos, já aprovados e encaminhados ao Ministério da Educação visando à obtenção de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esses planos seguem novas orientações e parâmetros curriculares, estabelecendo a reestruturação quanto à organização e ao funcionamento do ensino médio e da educação profissional nas escolas estaduais. Estão em implantação quatro Centros de Educação Profissional, localizados nos municípios de: Brasópolis - eletrônica industrial (em funcionamento provisório), Itajubá (com formação em telecomunicações), Teófilo Otoni (gemas e jóias) e Caxambu (em hotelaria e turismo). Todos estarão funcionando em 2001 e há entendimentos com o Ministério da Educação para o estabelecimento de convênios para a implantação de outros dez Centros de Educação Profissional no estado.

Nas 1.444 escolas estaduais que mantêm ensino médio, os currículos estão sendo redimensionados, respaldando sua autonomia com a elaboração de propostas curriculares flexíveis e inovadoras, privilegiando o aprofundamento de estudos em todas as áreas e a formação geral do cidadão. Foram criadas dez novas escolas estaduais de ensino médio e implantados cursos de IIº grau em mais 34 escolas estaduais de ensino fundamental. Foram reabertos 84 cursos profissionalizantes fechados pelo governo passado sob a alegação de que não havia demanda.

Foram, também, estabelecidas diretrizes para o desenvolvimento e implementação do Programa de Informática Aplicada à Educação, visando à plena utilização de 904 salas e centrais de informática instaladas nas escolas estaduais. Para viabilizar e subsidiar as ações pedagógicas e projetos desenvolvidos nas escolas estaduais de Minas Gerais foram formadas equipes de facilitadores que estão incrementando projetos de informática aplicada à educação. São professores com capacitação específica e técnicos

de suporte em informática que atuam nos Núcleos de Tecnologia Educacional, facilitando a manutenção das salas de informática instaladas nas escolas e participando da elaboração de proposta de uso pedagógico da informática .

A Secretaria da Educação também estuda a criação e implantação dos Centros de Estudo de Línguas Estrangeiras (CELES), que poderão abrir à comunidade a possibilidade de participar dos cursos a serem oferecidos.

Quanto a organização do atendimento escolar, foi realizado em agosto/2000 o cadastro escolar inscrevendo-se 347.713 candidatos a vagas, em 2001, no ensino fundamental das escolas públicas de Minas Gerais. A demanda é expressiva e exigirá esforços da Secretaria de Estado da Educação (SEE) e das Secretarias Municipais de Educação afim de assegurar vagas e condições de permanência e sucesso nas escolas públicas a todos os candidatos inscritos. Promovendo a expansão de ofertas educacionais no ensino médio, foram atendidos, na rede estadual de ensino, 843.018 alunos nessa etapa da educação básica, o que significa a criação de 104.697 novas vagas no ensino médio (incremento de 14,18% em relação ao ano anterior).

Educação para as crianças e vida nova para as famílias. Esse é o objetivo que começa a ser alcançado em 19 cidades do Vale do Jequitinhonha onde, deste março deste ano, o governo de Minas Gerais implantou o Programa Familiar para a Educação - Bolsa-Escola. 10.500 famílias estão podendo manter seus filhos na escola graças à complementação de renda, no valor de R\$ 70,00, que estão recebendo mensalmente. O objetivo do programa é combater a evasão escolar, o trabalho infantil e a exclusão social através de projetos e ações de promoção social, orientação familiar e encaminhamento profissional, proporcionando formas de complementação de renda para famílias carentes com filhos matriculados nas escolas da rede pública. A contrapartida exigida de todas as famílias é a manutenção na escola de todos os filhos com idades entre 7 e 14 anos.

O resultado da Bolsa-Escola foi imediato. Logo no primeiro mês de implantação do programa, cerca de 1500 crianças voltaram às escolas, as que haviam saído para trabalhar em cidades maiores retornaram às suas casas, meninas e meninos que viviam nas ruas já estão estudando. O aumento da renda proporcionou ainda a melhoria na alimentação, no vestuário, na moradia. A qualidade de vida melhorou.

Para ter direito ao pagamento, além de comprovar as necessidades socioeconômicas, as famílias precisam manter na escola todos os filhos de 7 a 14 anos e comprovar frequência das crianças às aulas. Com isto, diminuiu a evasão escolar, o rendimento escolar é melhor e as salas de aulas estão repletas, pois a frequência aumentou. Intensifica-se a cada dia a integração entre escolas, as famílias e a comunidade. O Estado de Minas Gerais é um dos primeiros a implantar uma política de renda mínima vinculada à educação, e começou esse programa pelo Vale do Jequitinhonha, uma das regiões mais pobres do Brasil e com menores índices de desenvolvimento humano – ainda assim, excluída de programas federais de fortalecimento comunitário, social e econômico. Os municípios incluídos no programa apresentam um quadro de

baixa renda per capita, altos índices de analfabetismo, altas taxas de mortalidade infantil e elevado percentual de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza.

Mesmo com recursos limitados, o governo de Minas priorizou o atendimento a essas famílias destinando um total de R\$ 7 milhões. Assim, foi possível beneficiar 10.500 famílias nas quais, em geral, pai e mãe são analfabetos, têm 39 a 43 de idade, em média, são trabalhadores rurais e têm renda mensal abaixo de R\$ 23,00. As famílias beneficiadas são, na maioria, residentes na Zona Rural em moradias que não têm água encanada, energia elétrica, instalação sanitária e suas casas têm piso de terra batida. A Bolsa-Escola atendeu diretamente 19 municípios, 21.571 alunos matriculados em 544 escolas, o que beneficiou 63 mil pessoas.

Acompanhado por Comissões Locais e Comissões Regionais, o Programa está sendo complementado pelo desenvolvimento de ações articuladas de promoção social e cidadania, por meio de trabalho conjunto entre secretarias de estado que atuam na área social (Setascad, Saúde, Justiça e Direitos Humanos, Segurança Pública e apoio da Prodemge). Esse trabalho começa pela identificação das famílias, levantamento socioeconômico, preparação de documentos pessoais, como carteiras de identidade, certidões de nascimento e casamento, regularização de vida civil, que resultam em resgate da cidadania. Participaram os municípios de Almenara, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Felisburgo, Rubim, Jacinto, Santo Antonio do Jacinto, Santa Maria do Salto, Salto da Divisa, Minas Novas, Turmalina, Carbonita, Leme do Prado, Chapada do Norte, Berilo, José Gonçalves de Minas, Francisco Badaró e Jenipapo de Minas. Para 2001, o atendimento será estendido a mais onze municípios (com inclusão de mais 6 mil famílias), o que elevará para cerca de 95 mil o números de pessoas beneficiadas pelo Bolsa-Escola.

Tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas mineiras, a SEE se organizou para apoiar tecnicamente o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB). Trata-se do primeiro programa de avaliação do ensino implementado pelo Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE implantado em 2000 com o objetivo de promover o diagnóstico da educação praticada nas escolas estaduais e municipais (onde houver adesão dos municípios). Como parte do Programa de Avaliação da Educação Básica (PROEB), foram aplicados testes de Língua Portuguesa e Matemática, para 647.481 alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental (1º ano do ciclo intermediário e último ano do ciclo avançado) e do 3º ano do ensino médio e distribuídos a alunos, professores, especialistas e dirigentes escolares os questionários destinados a coletar informações sobre as condições das escolas, do ensino e situação socioeconômica. Com o PROEB pretende-se produzir indicadores de proficiência do alunos e de cada escola da rede pública visando elaborar diagnósticos e subsidiar estudos para a definição de planos e ações capazes de corrigir eventuais distorções e melhorar a qualidade do ensino.

Quanto ao processo de gestão escolar, Minas participou com destaque do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar, promovido pelo Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED). Trata-se de um programa estratégico

de mobilização da comunidade escolar para a identificação e análise dos mecanismos e procedimentos da gestão escolar e da função social da escola.

Para definir os novos dirigentes escolares, a Secretaria da Educação de Minas Gerais optou por um processo democrático, com participação de toda a comunidade escolar na escolha de candidatos à nomeação ao cargo em comissão de diretor de escola e à designação para o exercício de função de vice-diretor, como parte de uma estratégia de democratização e aperfeiçoamento da gestão escolar. O processo teve como objetivo garantir a participação da comunidade no destino das escolas e dotá-las de gerenciamento democrático competente, atribuindo sua direção a servidores legitimados pela comunidade, auxiliados pelos respectivos Colegiados Escolares, capazes de estabelecer condições para tornar a autonomia pedagógica, administrativa e financeira das escolas estaduais. Os candidatos foram inscritos em chapas e puderam, durante o período de campanha, apresentar, defender e debater suas propostas com a comunidade. Todos os vencedores do processo de escolha tiveram seus nomes indicados e nomeados ou designados pelo governador Itamar Franco e pelo secretário da educação Murílio Hingel, que respeitaram integralmente a vontade das comunidades escolares.

Na área de recursos humanos, foram habilitados 1.766 professores leigos em exercício nas escolas de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio e capacitados 840 profissionais que atuam nas áreas de Biologia, Física, Matemática e Química. Outra ação de destaque, foi a formação continuada, por meio de 268 cursos, beneficiando 14.800 professores.

Com a merenda escolar, a Secretaria da Educação de Minas Gerais atendeu 2.094.261 alunos, repassando R\$ 53,1 milhões para 3.807 escolas do ensino fundamental – além de aplicar R\$ 709 mil, provenientes do tesouro estadual, para custear a merenda escolar em pré-escolas e escolas de ensino médio. A Secretaria está desenvolvendo uma experiência - piloto na Região Metropolitana de Belo Horizonte para a aquisição de produtos não perecíveis por meio de licitação na modalidade de registro de preços. E firmou convênio com o Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec) para análise e certificação de qualidade e aceitação dos produtos servidos na merenda escolar, bem como melhoria do seu teor nutritivo. Em complementação, as cantineiras foram treinadas quanto a aspectos higiênicos, sanitários e nutritivos da merenda e as cantinas foram equipadas com material e utensílios novos e de melhor qualidade.

Foram investidos mais de R\$ 33 milhões em obras de construção, ampliação e reforma, beneficiando 958 escolas de 452 municípios e melhorando as condições de conforto para mais de 1,5 milhão de alunos. Foram construídas 88 escolas, ampliadas 357 e reformadas 381, adquiridos R\$ 7,2 milhões em móveis e equipamentos para 1.400 escolas e comprados 8.137.371 livros didáticos para alunos de escolas estaduais e municipais, com investimento de R\$ 23,6 milhões.

Para a modernização administrativa e gerencial, foi elaborado o Projeto Tecnológico de Informatização, começando pelo órgão central com a interligação por fibra ótica de todos os prédios do campus da Secretaria da Educação, no bairro Gameleira, com

substituição de terminais por microcomputadores e o desenvolvimento de projetos como “Intranet”, “Extranet”, interligação com as Superintendências Regionais de Ensino e escolas. Também foi elaborado o inventário de recursos tecnológicos da Secretaria da Educação que permite a identificação de todos os equipamentos – computadores, periféricos, programas, kits de antenas parabólicas, vídeos e aparelhos de TV – utilizados nas 4 mil escolas do estado, bem como suas condições de uso e conservação. Tendo a Prodemge como parceira e provedora, a Secretaria também implantou o seu portal na rede internacional Internet, com informações de interesse público, prestação de serviços e notícias sobre a Educação, possibilitando o acesso direto dos interessados e o envio de correspondências e dados por correio eletrônico.

Fundação Helena Antipoff

A Fundação manteve o tradicional atendimento ao ensino fundamental e médio, oficinas pedagógicas como atividade extracurricular, visando despertar a criatividade, a melhoria da coordenação motora e a simultânea socialização do educando. A produção agropecuária é mantida como forma de aproveitamento do potencial existente, como queijos, ovos, carne suína e diversos produtos hortifrutigranjeiros. O atendimento psicopedagógico foi ampliado através da Clínica Psicopedagógica Edouard Claparède às crianças e adolescentes da Fundação e alunos de diversas escolas da região. O Departamento de Capacitação vem-se adequando à nova legislação, procurando alcançar melhoria da qualidade dos profissionais das regiões mais carentes de Minas Gerais.

A quantificação das realizações dos setores da Fundação Helena Antipoff pode ser assim descrita:

Escola Sandoval Soares de Azevedo, com atendimento a 1.990 alunos;

Oficinas Pedagógicas, com atendimento a 1.360 alunos;

Clínica de Psicologia, com atendimento a 1.692 clientes em 2.904 sessões;

Agropecuária com produção de 50 litros de leite de vaca por dia; cinco arrobas de carne bovina; 12.600 dúzias de ovos; 4.800 quilos de carne suína; 6.800 quilos de legumes, além de verduras de folhas como alface, almeirão, etc;

Pós-graduação em Psicopedagogia com 48 alunos;

Cursos de atualização em várias cidades do interior de Minas Gerais, capacitando 498 profissionais;

Curso de Informática que atendeu em média 300 alunos;

Curso superior de formação de professores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, em convênio com a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) que atendeu a 450 alunos.

A equipe do Departamento de Capacitação Profissional participou, fora da Fundação Helena Antipoff, de cursos, eventos, seminários e palestras promovidos por outras instituições educacionais.

A Escola Sandoval Soares de Azevedo, uma das unidades da Fundação Helena Antipoff cuida do ensino fundamental e médio. Escola cinquentenária, sempre norteou

o seu trabalho com harmonia entre os docentes e discentes, na busca de um resultado que atenda às expectativas do mercado de trabalho.

As oficinas pedagógicas atuam como complemento na formação do jovem aluno do curso fundamental, que podem escolher de acordo com os seus respectivos interesses, cursos como crochê, jardinagem, pintura, bordado a mão e tapeçaria, madeira e cestaria.

A Clínica de Psicologia Edouard Claparède oferece ludoterapia individual e em grupos, terapia em adolescentes e adultos, sala de recursos e equipe técnica, avaliação psicológica e anamnese.

A atividade agropecuária visa atender o refeitório da Fundação Helena Antipoff, onde almoçam cerca de 70 pessoas por dia, suprir a merenda na Escola Sandoval e comercializar a produção excedente.

Fundação Caio Martins

A Fundação, pioneira no trato com a educação de crianças carentes ou em situação de risco, propicia aos seus assistidos a oportunidade de uma vida tranqüila, em que o estudo e o trabalho interagem promovendo uma educação integral e uma cidadania consciente.

A Fundação Educacional Caio Martins (Fucam) manteve o mesmo índice de relevantes serviços prestados à causa das crianças e adolescentes de população de baixa renda e em situação de risco, norteadas por seus objetivos sócio-educacionais. Buscando atender uma procura sempre numerosa de famílias carentes, a entidade tem se desdobrado no sentido de adaptar técnicas e procedimentos pedagógicos para satisfazer um público variado, marcado sempre por problemas diversos, fruto de mazelas sociais e desigualdade que caracterizam a criança da periferia dos grandes centros e do meio rural.

Com atuação em Esmeraldas, Buritizeiro, Juvenília, Januária, São Francisco e Riachinho, a Fundação acolheu em regime de internato, 1701 crianças e 1356 em regime de externato, desenvolvendo projetos em parceria com as comunidades locais, numa troca recíproca de serviços e experiências. Destacam-se nesta parceria comunitária as unidades do Urucuia, no município de Riachinho, e Carinhonha no município de Juvenília, pela integração entre a comunidade e a Fundação que floresceram a partir da escola e, mesmo tendo se expandido e se emancipado, como aconteceu em Juvenília, a escola tem papel preponderante na vida comunitária sinalizando a preocupação constante com a situação da criança pobre, sua educação e assistência.

Dentro das atividades educacionais, a Fundação promoveu a capacitação profissional, através de oficinas psicopedagógicas, para 662 crianças nas áreas de carpintaria, alfaiataria, construção civil, bombeiro-eletricista, padaria, artesanato e prendas-domésticas, barbearia (cabeleireiro), corte e confecção e serralharia.

Desenvolveram-se vários projetos no setor agropecuário, com a produção de grãos (milho, arroz, feijão), hortifrutigranjeiros (verduras, legumes, carne, leite e ovos); criações (bovinocultura, suinocultura e piscicultura), integrados à grade curricular, fazendo parte das atividades do programa educativo. Em todas as etapas dos projetos, o aluno é conduzido a perceber a importância do trabalho e da terra. O produto oriundo é em parte consumido pela população de alunos acolhidos e o restante da produção, principalmente hortifrutigranjeiros e grãos, é comercializado nas comunidades locais e escolas estaduais. A receita, que é recolhida e utilizada em pequenos investimentos, suaviza gastos com alimentação e permite atender outras prioridades (saúde, lazer e educação). A localização das unidades escolares e as reservas naturais para exploração (terra, água, pastagens) possibilitam a diversificação de produtos e troca de mercadorias e serviços (gado bovino, milho, olericultura, construção civil).

Importante programa educativo está sendo desenvolvido pela Fundação em parceria com a Emater e o Centro de Treinamento de São Francisco, em São Francisco, na montagem de projetos (em funcionamento), com objetivo de capacitar o pequeno produtor rural, os alunos acolhidos e funcionários do Centro de Treinamento, com cursos teóricos e práticos nas seguintes áreas: caprinocultura; fruticultura irrigada por meio de aspersão; fruticultura de sequeiro; apicultura com casa de mel e apiário; irrigação convencional para horta de subsistência (1 ½ hectares); inseminação artificial bovina; horticultura com cultivo protegido (estufa) para produção de mudas de hortaliças e para atender o consumo interno; viveiro para reposição de mata ciliar e mudas cítricas.

Como parte do programa de trabalhos de 2000, a Fundação promoveu a conservação de todo o seu patrimônio, realizando, nas seis unidades operacionais, com recursos e mão-de-obra própria, ampliações, reparos diversos, serviços de terraplanagem, pequenas construções (estábulo), pastagens e cercas.

Execução Física e Financeira

SAÚDE

A Secretaria de Estado da Saúde (SES) buscou em 2000 dar prosseguimento às suas atividades de estruturar o setor saúde nos moldes do previsto na legislação específica (Leis Federais 8080/90 e 8142/90), de regulação e estruturação de um Sistema Único de Saúde equânime. Nesse sentido, realizou-se em Belo Horizonte a IV Conferência Estadual de Saúde, abordando o tema Efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle social, contando com delegados das 25 Diretorias Regionais de Saúde, convidados e observadores, num total aproximado de 2.500 participantes. Foram aprovadas várias teses que serão levadas à XI Conferência Nacional de Saúde (16 a 19 de dezembro de 2000), em Brasília. Entre elas, a assinada pela Doretrans Associação Nacional dos Doadores, Pacientes e Transplantados Renais e pela Transvida (MG) Transplantes pela Vida em Minas Gerais, que aborda o tema de “Como aumentar os transplantes de órgãos”. Além das teses, várias foram as propostas como a que solicita a aprovação do Projeto de Lei que garante o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde os recursos correspondentes aos serviços por ele prestado a clientes de planos privados de saúde e a que pleiteia que os municípios recebam parte do DPVAT (seguro obrigatório de veículos) referente aos atendimentos de pacientes acidentados, mesmo no caso de não possuírem hospitais de urgência e emergência credenciados pelo Ministério da Saúde (MS), com repasse aos municípios pelo SUS. Foram também escolhidos os 198 delegados de Minas Gerais que irão participar da XI Conferência Nacional de Saúde.

Resgatar o papel do estado como gestor, regulador e harmonizador do setor de saúde, no espaço das relações municipais e inter-regionais, permaneceu como uma das principais metas da Secretaria de Estado da Saúde.

Com ações planejadas, procurou-se incentivar o controle social através da constante integração com o Conselho Estadual de Saúde e o apoio técnico aos municípios e da distribuição dos recursos financeiros para o acesso da população aos serviços públicos da saúde.

A Programação Pactuada Integrada (PPI) em 2000 permitiu a discussão com os municípios da reorientação dos modelos e das práticas sanitárias e assistenciais do SUS para integração dos diversos setores da ação governamental. Buscou-se operacionalizar as grandes diretrizes da política de saúde como reorganização da atenção básica, a organização de redes tecnológicas hierarquizadas de atenção e o fomento da integração solidária dos sistemas municipais, regionais e interestaduais, além da estruturação da rede estadual de urgência e emergência, incremento do número de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) no estado e de leitos para atenção às gestantes de alto risco. A participação dos sistemas de planejamento, controle e avaliação na definição de parâmetros do novo modelo, com definição das redes de referência microrregional e regional, buscou reorientar a ação por resultados e não apenas processos de produção de serviços de saúde. Os municípios foram classificados segundo níveis crescentes de complexidade em pólos microrregionais, regionais e macrorregionais.

A rede de prestação de serviços do SUS-MG operou com recursos federais, estaduais e municipais. Foram 1.284.773 internações hospitalares, com dispêndio de R\$

511.340.755,70. Na área ambulatorial, realizaram-se 42.473.131 consultas médicas; 36.375.743 atendimentos odontológicos e 35.370.901 serviços de atendimento de diagnóstico e terapia (SADT) a um custo de R\$336.375.732,83. Ainda houve 9.193.718 procedimentos de alto custo, num valor de R\$ 223.477.060,80.

O Programa de Reforço do SUS (Reforsus), destinado à readequação física e tecnológica das redes ambulatorial e hospitalar, teve apresentados e aprovados, entre 1997 e 2000, 224 projetos referentes ao Componente I - Recuperação da rede física de saúde e melhoria das atividades gerenciais, no valor de R\$84.348.000,00. Em 2000 foram aprovados 11 novos projetos no montante de R\$6.169.117,06 e 72 projetos complementares na ordem de R\$ 26.693.720,16. Do total de recursos investidos em projetos complementares, vale ressaltar que R\$5.973.990,00 foram destinados à compra de equipamentos para o Pronto Socorro de Venda Nova. Para o Programa Saúde da Família (PSF) foram alocados R\$6.326.340,00, que estão em fase de licitação para aquisição de equipamentos ambulatoriais. Em relação ao componente II do Reforsus- ações, projetos e pesquisas para apoiar a melhoria do desempenho do sistema de saúde, foram gastos R\$ 124.716,00 para equipar a Rede Nacional de Informações - RNIS. Foi aprovado em anos anteriores projeto no valor de R\$ 1.953.440,00 destinado à Fundação Ezequiel Dias, que está em execução. Em 2000 aprovou-se projeto complementar ao referido, no montante de R\$ 609.000,00, e que se encontra em processo de licitação.

Objetivando romper com o modelo de programações por agravos específicos e de financiamento das ações que caracterizam o modelo convencional, estruturou-se uma programação que incorpora as diversas ações de vigilância epidemiológica e ambiental em saúde com parâmetros e metas integradas e pactuadas. Foi definido o teto financeiro da epidemiologia destinado exclusivamente ao financiamento das ações pactuadas, fixado em R\$ 51.012.668,12, sendo R\$21.177.739,28 para a Secretaria de Estado da Saúde através de repasse do governo federal. Nesse contexto, os municípios assumiram a gestão da epidemiologia e controle de doenças, com a estruturação e implementação do Sistema de Vigilância à Saúde do Município, visando cumprir as metas pactuadas. De 853 municípios do, 533 já se certificaram, representando 73% da população do estado. A partir da portaria 1399/GM (Gabinete do ministro da saúde) de 15/12/99, foi estabelecida a transferência para estado e municípios das ações de epidemiologia e controle de doenças, anteriormente desenvolvidas pela Fundação Nacional de Saúde- Funasa. Esta medida gradativamente incorpora ao estado e municípios toda infra-estrutura daquela Fundação, incluindo 2046 servidores e os bens móveis e imóveis.

Como suporte às ações de epidemiologia, através do Projeto VIGISUS – Estruturação das Ações de Vigilância Epidemiológica, foram assinados com o Ministério da Saúde convênios para execução de atividades nas áreas de vigilância epidemiológica, ambiental e saúde indígena com a capacitação de pessoal, implantação de cinco laboratórios macrorregionais de Saúde Pública; construção de quatro Centros de Zoonoses além de recursos para aquisição de equipamentos.

A área de controle de doenças transmissíveis e imunizáveis desenvolveu esforços através do Programa Nacional de Imunização para assegurar o acesso universal aos

serviços de imunização a crianças, idosos e população em geral que esteja sob risco de contrair doenças preveníveis por imunização.

As campanhas de vacinação deram ênfase especial à manutenção da erradicação da poliomielite e do sarampo, com imunização indiscriminada de crianças menores de 5 anos contra a poliomielite e seletiva contra o sarampo, difteria, coqueluche, tétano, rubéola, caxumba, febre amarela e hepatite B. Houve também nos municípios contra febre amarela, mulheres em idade fértil (dupla adulto) e maiores de 65 anos contra influenza (prevenção e dupla adulto).

Os resultados obtidos foram:

COBERTURAS VACINAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS ANO 2000

CAMPANHA DE MULTIVACINAÇÃO CONTRA POLIOMIELITE PARA MENORES DE CINCO ANOS

	1ª ETAPA			2ª ETAPA		
	Meta	Doses Aplicadas	Cobertura %	Meta	Doses Aplicadas	Cobertura %
Total do Estado	1.663.205	1.671.120	100,48	1.663.205	1.664.152	100,06

Fonte: Coordenação de Doenças Transmissíveis e Imunização

CAMPANHA DO IDOSO, VACINA INFLUENZA (CONTRA GRIPE)

	60 A 64 ANOS			65 ANOS E MAIS			TOTAL 60 ANOS E MAIS		
	Meta	Doses Aplicadas	Cobertura-%	Meta	Doses Aplicadas	Cobertura-%	Meta	Doses Aplicadas	Cobertura-%
Total	474.118	313.991	66,23	977.380	789.347	80,76	1.451.498	1.103.338	76,01

Fonte: Coordenação de Doenças Transmissíveis e Imunização

COBERTURA VACINAL DE ROTINA EM CRIANÇAS MENORES DE UM ANO

	META	POLIOMIELITE		TRÍPLICE (DPT)		SARAMPO	
		3ª Dose	Cobert. %	3ª Dose	Cob. %	1ª Dose	Cobert. %
TOTAL	247.725	237.657	95,94	233.801	94,38	244.825	98,83

	BCG(ID)		HEPATITE B		FEBRE AMARELA *	
	1ª Dose	Cobert. %	3ª Dose	Cob. %	1ª Dose	Cobert. %
TOTAL	249.029	100,53	250.573	101,15	111.070	44,84

Fonte: Coordenação de Doenças Transmissíveis e Imunização

* Somente área epizootica e de infestação do *Aedes aegypti* e população considerada para a cobertura e a do estado.

Com o início do processo de descentralização das ações exercidas pela FUNASA, em setembro de 2000, alguns ganhos foram obtidos ao executar conjuntamente determinados projetos, como o controle vetorial da Dengue, ampliação da área trabalhada de Esquistossomose e capacitação de recursos humanos.

A situação epidemiológica da dengue apresenta-se em diferentes áreas sócioeconômicas e geográficas:

SITUAÇÃO DA DENGUE NO ESTADO

Regiões livres do vetor <i>Aedes aegypti</i> com monitoramento vetorial e casos importados	REGIÕES INFESTADAS PELO VETOR		Municípios com possibilidade de aparecimentos de casos de dengue
	Municípios com presença de casos com monitoramento de casos importados	Municípios com presença de casos – dengue clássica	
312 municípios	373 municípios	100 municípios	68 municípios

Dados sujeito à revisão

Fonte: Coordenação de Zoonoses

A distribuição da leishmaniose no estado se faz de forma dispersa em todas as regiões.

CASOS DE LEISHMANIOSE

	LEISHMANIOSE TEGUMENTAR			LEISHMANIOSE VISCERAL		
	1998	1999	2000	1998	1999	2000 *
Incidência para 100.000 hab.	11,6	16,4	5,33	0,56	0,93	0,65
Nº Municípios	394	401	307	41	46	34
Nº Casos	1.973	2.826	921	97	160	112

(*) Dados sujeitos a revisão

Fonte: Coordenação de Zoonoses

Com relação à raiva foram notificados nos últimos dois anos cinco casos de raiva humana. As Diretorias Regionais de Saúde (DRS) da SES que registraram ocorrência foram Uberlândia, Diamantina, Alfenas, Teófilo Otoni e Governador Valadares. Em 2000 não houve registro de casos notificados e confirmados, o que não ocorreu com a raiva animal, especialmente a do cão. A intensificação das campanhas anti-rábicas caninas e a vacinação casa a casa em áreas de endemias e focais não têm sido suficientes para conter a raiva canina no estado.

**COBERTURA VACINAL ANTI-RÁBICA CANINA
1997 - 2000**

COBERTURA VACINAL	
ANOS	%
1997	105,84
1998	107,93
1999	111,42
2000	80,00 *

*)Dados parciais para 2000

Fonte:

Coordenação de Zoonoses

Na área de epidemiologia ambiental desenvolveram-se atividades visando ampliar ações preventivas e de controle de doenças e agravos ao meio ambiente, propiciando

intervenções para promoção da saúde individual e coletiva. Foram realizados seminários, encontros, cursos e treinamentos, tendo sido capacitados 500 técnicos das DRS e municípios.

Várias atividades para operacionalização dos diversos programas assistenciais no âmbito do SUS/MG foram desenvolvidas para ações de saúde, concentrando esforços para a organização da Atenção Básica, reorganização da área de Apoio Assistencial para Média e Alta Complexidade, otimização dos processamentos dos Sistemas Assistenciais, avanço do processo de controle, avaliação e auditoria nos Sistemas Municipais e implementação do Núcleo Estadual de Ressarcimento ao SUS pelas Operadoras de Planos de Saúde Privados. Sempre em consonância com as diretrizes do Plano Estadual de Saúde, as atividades também foram delineadas pelas regulamentações do Ministério da Saúde no eixo assistencial.

Em relação à atenção básica, foram promovidos seminários, treinamentos e capacitações de técnicos de DRS e Secretarias Municipais, a maioria direcionada a profissionais de saúde nos diversos municípios do estado. Mais de 110 eventos promoveram a divulgação do modelo assistencial a ser implementado no SUS/MG no que diz respeito à organização das atividades desenvolvidas pelas coordenadorias de controle de DST/AIDS, combate a tuberculose, combate a hanseníase, combate ao tabagismo, combate a desnutrição infantil, combate ao câncer de colo uterino, programas de saúde da mulher, criança e adolescente, de saúde do trabalhador, de saúde indígena, de saúde mental e Programa de Saúde da Família (PSF). Neste exercício, o PSF contemplou uma população de aproximadamente 4.481.200 habitantes, com de 222 equipes. Foram distribuídas mais de 560 toneladas de medicamentos básicos aos municípios do estado, atendendo 15.350.235 pessoas, e de medicamentos excepcionais a 19.125 pacientes cadastrados no SUS. Fizeram-se ainda cerca de 850 transplantes de órgãos e distribuíram-se 7 mil aparelhos de órteses e próteses e 229 mil bolsas de ostomia.

Na área de tratamento renal, estiveram em tratamento 5.700 pacientes em Terapia Renal Substitutiva.

Foi implantado o Programa de Humanização da Assistência ao Pré-natal e Nascimento que visa a melhoria da qualidade da assistência obstétrica e neonatal, no âmbito do SUS, com repasse de recursos financeiros do Ministério da Saúde. Foram contemplados 40 hospitais para aquisição de equipamentos, buscando adequação da sua capacidade de atendimento. Dentro do mesmo objetivo, foram trabalhadas as propostas de “Iniciativa Hospital Amigo da Criança e Maternidade Segura” através de assessoramento, treinamento e avaliação.

O Programa de Combate ao Colo de Útero e da Mama, intitulado Viva Mulher, realizou ações de incentivo à prevenção do câncer em 687 municípios, acompanhando a identificação, registro e tratamento das pacientes com lesões malignas e pré-malignas. Houve também mutirões nas cidades-pólo do estado para realização de cirurgia de alta frequência.(retirada do colo do útero).Com relação à prevenção primária do câncer, a estratégia foi a municipalização das ações de controle dos fatores

de risco. Foram capacitados 419 municípios na área de saúde, educação e empresa, buscando a integração das diferentes áreas. Foram cadastradas 1100 escolas, com uma cobertura aproximada de 40 mil alunos. Também foram realizadas pesquisas de hábitos comportamentais relacionados aos fatores de risco do câncer em 12 escolas estaduais, seis unidades de saúde e 16 empresas, que servirão como projeto piloto.

O Programa de Controle da Tuberculose desenvolveu atividades de capacitação dos profissionais de saúde nas 25 Diretorias Regionais de Saúde e nos 10 municípios prioritários: Belo Horizonte, Ipatinga, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba e Uberlândia atingindo cerca de 2.860 profissionais da rede básica de saúde, enfatizando a busca ativa dos casos assim como o diagnóstico e tratamento dos casos notificados. Realizou-se também campanha educativa cuja finalidade foi o esclarecimento da população sobre a doença.

O programa de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) capacitou 3 mil profissionais de saúde e de educação, pontuando a mudança comportamental por causa da aceleração da epidemia de AIDS. Foram desenvolvidas ações em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Justiça, Universidades, Fundações Odebrecht e Belgo-Mineira e Organizações Não Governamentais. A aquisição de medicamentos e insumos de laboratórios garantiu o diagnóstico, tratamento e a assistência aos portadores de DST/HIV/AIDS.

A Secretaria coordenou os processamentos mensais do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA) e do Sistema de Informação Hospitalar (SIH) no SUS/MG. Estes dois sistemas corresponderam aproximadamente ao registro de 1 bilhão e cem milhões de reais por ano. Cerca de 60% desses recursos foram transferidos pelo Ministério da Saúde aos Fundos Municipais de Saúde e o restante pago pelo Fundo Nacional de Saúde aos prestadores de serviços em Minas Gerais a partir das informações contidas nas bases de dados do SIA e SIH processadas pela Diretoria de Operações de Sistemas Assistenciais da Superintendência Operacional de Saúde da SES.

O Núcleo Estadual de Ressarcimento dos Planos Privados de Assistência à Saúde - (NERPAS), que está sendo implantado no SUS/MG, recebeu entre janeiro e outubro de 2000 mais 14 mil notificações da Agência Nacional de Saúde, operacionalizando cerca de 9.100 processos de impugnações apresentadas pelas operadoras de Planos de Seguros de Saúde Privados.

A Vigilância Sanitária desenvolveu importantes ações na área de prevenção da saúde, através do controle de produtos e serviços de interesse à saúde e da capacitação de técnicos de municípios a fim de multiplicar e otimizar estas ações. Na área de alimentos, coordenou grupos técnicos na regulamentação de alimentos artesanais (projeto de lei nº1105/2000 em tramitação) e Programas de Controle do Queijo Minas e do Pão de Queijo. Efetuou-se a análise técnica de 2720 processos de Registro de alimentos e o cadastramento de 1980 novas indústrias cujos produtos são dispensados de registros. Em parceria com o laboratório de bromatologia da Fundação Ezequiel Dias foram analisados mais de 1500 alimentos, com a adoção das medidas cabíveis, a

fim de que a saúde do consumidor fosse resguardada. Foram inspecionadas 48 indústrias no estado. A iniciativa faz parte de projeto de orientação e parceria para proporcionar o acesso da população mineira a produtos de qualidade seguros e eficazes. Também se destaca o cadastramento de 150 empresas distribuidoras e transportadoras de medicamentos do estado em atendimento a Resolução 331/99, com o objetivo de conhecer o universo destes estabelecimentos e exigir o cumprimento das boas práticas de armazenamento e transporte de medicamentos. O DISQUEVISA (0800-310171) atendeu cerca de 320 denúncias sobre medicamentos, com índice de apuração de 80% .O Programa de Vigilância Sanitária (PROVISA), convênio assinado entre a SES e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS), propiciou ao estado R\$1,8 milhão destinados principalmente a equipar os serviços regionais (veículos, computadores, equipamentos específicos de apoio à fiscalização) objetivando tornar-los mais eficazes.

A Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais (Hemominas) desenvolveu atividades nas áreas de prestação de serviço, assistência médica, ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção, controle de qualidade e educação sanitária em consonância com a Política Nacional do Sangue que tem por meta sangue 100 % com garantia de qualidade em seu processo até o ano de 2003.

Destaca-se o início de operação do Núcleo Regional de Ponte Nova em 08/08/2000 e o início da obra de construção da nova sede do Hemocentro de Uberlândia, financiada através de convênio firmado entre a Fundação Hemominas /Reforsus/ Ministério da Saúde em outubro de 2000. A Hemorrede atendeu cerca de 380 mil candidatos à doação. Destes 250 mil foram considerados doadores aptos clínicos e encaminhados para a coleta do sangue. As bolsas coletadas foram processadas e examinadas mediante triagem sorológica para sífilis, doença de Chagas, hepatite B e C, HIV e HTLV, antes de serem liberadas para transfusão.

Os doadores inaptos clínicos e sorológicos foram referenciados para avaliação e acompanhamento médico. Foram liberadas para transfusão cerca de 580 mil bolsas. Técnicos da Fundação Hemominas participaram dos seguintes comitês junto ao Ministério da Saúde: do Comitê de Hematologia, Programa Nacional de Doação Voluntária de Sangue, Recursos Humanos, Infra-estrutura, Avaliação de Kits de Sorologia, Instituto Nacional de Controle de Qualidade do Sangue (INCQS), Assessoria a Gerência Geral de Sangue e Hemoderivados (GGSAH) e Treinamento a distância destinado a funcionários de laboratório, principalmente os que trabalham com DST/AIDS) em imunohematologia, triagem clínica, capacitação de doadores voluntários, e Comitê de Hemoderivados.

Em convênio com o Finep (Financiamento de Estudos e Projetos), a Fundação Hemominas implantou um laboratório piloto de biotecnologia para aprimoramento de métodos de purificação de proteínas plasmáticas para o uso terapêutico (fatores da coagulação, albumina e imunoglobulinas) e capacitação científica e tecnológica de recursos humanos nesta área. A proposta é de criar um núcleo de biotecnologia que permita o aprimoramento de técnicas para maior rendimento e pureza das proteínas

obtidas do plasma, bem como a criação de novas técnicas de inativação viral que garantam maior segurança dos produtos. A Fundação participou através de sua presidência de estágio técnico no Eisenhower Fellowship – EUA em abril e maio de 2000, visitando instituições diretamente ligadas à transfusão sanguínea, regulamentação e fiscalização do sangue, como Foods and Drugs Administration (FDA), Cruz Vermelha (CDC) Center of Disease Control (CDC), National Institute of Health (NIH), entre outros. Merece destaque a edição de três volumes dos Cadernos Hemominas: "Protocolo para Portadores de Síndrome Falciforme", "Assistência de Enfermagem na Coleta de Sangue do Doador e na Hemotransfusão" e "HTLV I/II" (Volumes IX, X e XI) destinados a profissionais da área de saúde.

Vários projetos foram elaborados para captação de recursos através do Reforsus e do Ministério da Saúde, perfazendo R\$ 11.374.203,54 para garantir a qualidade do sangue transfundido, assegurar a indispensável cobertura hemoterápica e excelentes serviços hemoterápicos prestados à população. Além disto, a Fundação Hemominas participou de projeto em parceria com a Fundação Ezequiel Dias (Funed) e a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), objetivando a instalação de uma planta de hemoderivados em Minas Gerais para produção de fatores VIII e IX de coagulação, albumina e imunoglobulina.

A Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) disponibilizou à população serviços médico-hospitalares especializados priorizando as atividades de urgência e emergência, particularmente as decorrentes do grande trauma, de agravos diversos em população de alto risco e das desencadeadas por doenças infecto-parasitárias. As unidades hospitalares da Fhemig garantiram suporte ao Sistema Único de Saúde com recursos de média e alta complexidade em diversas clínicas, nas quais a Fundação desenvolve programa nacionalmente reconhecido de Residência Médica.

Foram desenvolvidas diversas pesquisas científicas dirigidas para inovações na abordagem e tratamento de diversas nosologias de alta prevalência, particularmente nos hospitais Júlia Kubitschek e João XXIII e no Centro Mineiro de Toxicomania, em parceria com importantes centros de pesquisa de renome internacional. Muito esforço foi dirigido a projetos de integração para maior conscientização e participação da comunidade na prevenção e promoção em saúde. Vale ressaltar a implementação de medidas de impacto positivo imediato através da sensibilização de setores competentes para sinalização e monitoramento permanente de áreas de risco, com incidência significativa de acidentes de trânsito, e da manutenção do programa Rede Fhemig Domiciliar, com vistas a uma ação radical na diminuição dos riscos de infecção hospitalar e síndrome de hospitalismo, assegurado pela garantia do acolhimento familiar conjugado às visitas de equipe médica no processo de recuperação, o que além dos benefícios inquestionáveis aos pacientes reduz o custo do tratamento e aumenta a possibilidade de melhoria na oferta de leitos hospitalares públicos.

Na busca do alcance de novo patamar de eficácia gerencial, e considerando as dificuldades conjunturais, muito foi realizado em termos de adequação de área física hospitalar, aquisição de novos equipamentos e de modernização organizacional. Valem

destaque a conclusão, em breve, do Pronto Socorro de Venda Nova, da instalação de novo equipamento de tomografia computadorizada no Hospital de Pronto Socorro João XXIII e das reformas em curso no Hospital Júlia Kubitschek, Maternidade Odete Valadares e Hospital Maria Amélia Lins, localizados em Belo Horizonte, no Hospital Cristiano Machado, em Sabará, no Hospital Regional Antônio Dias em Patos de Minas, e no Hospital João Penido em Juiz de Fora, onde está sendo implantada uma unidade de captação de órgãos para transplantes.

De forma integrada ao SUS/MG foi assinado convênio de co-gestão com o gestor municipal de Betim visando à modernização da unidade hospitalar através de reformulação do modelo assistencial, o que causou impacto negativo em nossos dados estatísticos na medida em que inúmeros leitos foram temporariamente desativados, mas que representa a tomada de decisão de transformação das ex-colônias em hospitais gerais de referência.

A Fundação Ezequiel Dias (Funed), teve a seu cargo a produção de medicamentos, notadamente os 40 componentes da Farmácia Básica e os destinados aos Programas Especiais do Estado e do Ministério da Saúde, bem como a produção de soros. A produção de fármacos alcançou 431.189.990 unidades distribuídas entre comprimidos, líquidos, semi-sólidos e injetáveis. A de soros foi de 145.500 unidades. Foram realizadas 55 mil análises de produtos farmacêuticos, produtos imunobiológicos, de matérias-primas e de materiais de embalagem. Desenvolveu ainda 12 projetos de pesquisa para novos produtos, processos tecnológicos e soros; 147 ensaios e estudos de estabilidade de medicamentos. Encontram-se em fase final de implantação as áreas de produção de antibióticos e de anti-retrovirais. Mereceu aprovação do Ministério da Saúde e do governo estadual o Projeto de Ampliação do Parque Industrial para a fabricação de genéricos, a ser implementado em 2001. Há também, 12 projetos em parceria com universidades, Fapemig e órgãos vinculados à Ciência e Tecnologia.

O Laboratório Central de Saúde Pública de Minas Gerais (LACEN), referência nacional para análises clínicas e epidemiológicas, bromatológicas e de medicamentos, deu suporte técnico aos Programas de Vigilância Sanitária e Epidemiológica do Estado, treinou os técnicos para os laboratórios públicos e forneceu meios de cultura para a rede oficial. Além disso executou 124.200 exames clínicos, de diagnóstico sorológico, de carga viral e inquéritos epidemiológicos. Na área de química bromatológica efetuou 21.500 exames abrangendo toxicologia e microscopia de alimentos, de material biológico e rotulagem de alimentos; desenvolveu 900 análises fiscais de medicamentos, saneantes e domissanitários; produziu 173 mil meios de cultura para os laboratórios de saúde pública; realizou supervisão técnica em 15 laboratórios do SUS e capacitou 220 técnicos. Estão em processo de implantação cinco laboratórios macrorregionais de saúde pública. No momento, há projetos de pesquisa de diagnóstico de doenças emergentes e reemergentes, de incidência de aflatoxina no leite, de fatores antinutricionais em alimentos alternativos; na área de pesquisa aplicada, a giárdia em mananciais de abastecimento e a produção de imunoglobulinas para diagnóstico da dengue.

A Escola de Saúde de Minas Gerais (Esmig) ofereceu cursos de capacitação nas áreas de Epidemiologia, Vigilância Sanitária, Direito Sanitário e de Especialização em Saúde da Família e em Saúde Mental. Ofereceu, ainda, cursos descentralizados de capacitação para gerenciamento do SUS para prefeitos, secretários e conselheiros municipais de saúde.

Execução Física e Financeira

TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

A Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Setascad) aperfeiçoou e otimizou suas ações de modo a atender integralmente às diretrizes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI 2000/2003) e à programação estabelecida no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Apesar das adversidades financeiras, o esforço gerencial interno articulado com as políticas públicas estaduais, foi determinante para os resultados alcançados.

O Plano Estadual de Qualificação Profissional (PEQ-MG/2000), cujo propósito é proporcionar ao trabalhador qualificação e requalificação técnica, oportunidade de crescimento profissional, colocação e recolocação no mercado de trabalho, melhorando a qualidade da mão-de-obra oferecida e alternativas de renda como o desenvolvimento do negócio próprio, qualificou mais de 230 mil pessoas por intermédio de 69 entidades, com recursos equivalentes a R\$ 26 milhões provenientes do Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT). Entre os cursos oferecidos, destaque para os destinados aos jovens, acima de 16 anos, em busca do primeiro emprego. Vale salientar que o custo hora/aula foi mantido inalterado, em R\$ 1,80, que continua a ser o menor em toda a história do FAT, em Minas Gerais e, paralelamente, foi obtida elevação média de 5% em número de treinandos, mediante contrapartida das entidades executoras.

Com suas ações, o PEQ atingiu grupos até então pouco ou nada contemplados, como tribos indígenas, prostitutas, deficientes físicos e mentais, catadores de papel, egressos de manicômios e presidiários, possibilitando-lhes a geração de renda e auto-sustentabilidade de cada segmento.

Além dos cursos de qualificação profissional, a Setascad executou, em parceria com 14 entidades, o projeto Serviço Civil Voluntário, que atendeu 1,4 mil jovens, excedentes do serviço militar obrigatório, em situação de risco social, em 18 municípios do estado.

O desenvolvimento social e comunitário foi reforçado com a oferta de cursos voltados às práticas exercidas pelas Associações Comunitárias, como a implantação de atividades produtivas, empreendedorismo, utilização e potencialização dos próprios recursos da comunidade, reforçando o desenvolvimento comunitário e a geração de trabalho e renda, beneficiando diretamente 480 pessoas, tendo como foco a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Mereceu destaque também, o Programa de Geração de Cooperativas Populares (Geracoop) fomento do cooperativismo em Minas Gerais, com o estabelecimento de parcerias com 15 entidades - grande parte representada por universidades e escolas agrotécnicas-, apoiando e incentivando às iniciativas econômicas nas suas formas associativas, totalizando 3,3 mil treinados em 34 municípios.

O Programa de Mobilização de Comunidades (PMC), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, beneficiou com custeios de equipamentos e capacitação, projetos para desenvolvimento de atividades produtivas, com viabilidade econômica e capacidade de auto-sustentação. Nesse programa a Setascad atuou como interveniente, tendo promovido sua divulgação e assessorado as entidades na elaboração de novos projetos, realizando a supervisão e o acompanhamento daqueles implantados.

Ainda na área de qualificação profissional, a Setascad também atuou em parceria com outras Secretarias de Estado e Conselhos, destacando-se o projeto “Cultura dá Trabalho”, que, em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, atendeu a 127 municípios, incentivando o resgate das atividades artesanais e culturais como forma de aumento e agregação de renda. Junto ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar (Consea), promoveu treinamentos na área de Nutrição Alternativa e, com a Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, executou o Programa de Qualificação e Requalificação dos Servidores Públicos de Minas Gerais.

Importante ainda destacar o Seminário de Qualificação de Gemas e Jóias, realizado em Governador Valadares, visando o fortalecimento do setor e sua expansão no mercado externo.

Além dos cursos, outras iniciativas diferenciadas do PEQ foram o programa Parceiros da Oportunidade, veiculado pela TV Minas em 10 seções, que promoveu a capacitação a distância de Conselheiros Municipais de Emprego, e o Dicionário de Educação Profissional, voltado à uniformização dos conceitos e termos utilizados pela rede de Educação Profissional e ao subsídio da produção de pesquisas na área, ação inédita no país, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Com 59 postos e 10 agências, o Sistema Nacional de Emprego (SINE), reconhecendo a necessidade de apoiar o trabalhador para melhorar suas condições de acesso, permanência ou retorno ao mercado de trabalho, inscreveu 214 mil trabalhadores, tendo encaminhado 144 mil para emprego, com colocação de 21 mil (33 % a mais que em 1999). No período, foi registrado a oferta de 50 mil vagas, acréscimo de 17% em relação ao ano anterior, denotando maior credibilidade do programa.

Na área da intermediação de mão-de-obra informal (serviços temporários, sem vínculo empregatício), o Sine atendeu a 21 mil das 22 mil solicitações recebidas. Foram também expedidas 129 mil Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e habilitados 175 mil trabalhadores no seguro-desemprego.

Sobre a rede de atendimento do Sine, é importante ressaltar a abertura de um novo posto na Coordenadoria de Assistência ao Deficiente (Caade), abrindo para o deficiente novos espaços de trabalho, e outro na Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais (Utramig), integrando a educação para o trabalho e a intermediação.

Na participação da sociedade civil em ações da Setascad, destaca-se a criação de 126 Comissões Municipais de Emprego, elevando para 484 o número de municípios com essas comissões em Minas Gerais, ação de grande relevância, posto que seus membros participam da formulação, execução e acompanhamento da política pública do trabalho e renda em seu município. Tão importante como fomentar a criação é dar condições para o pleno funcionamento desses órgãos, com assessoramento direto e contínuo prestado pelas Diretorias Regionais da Setascad, além da promoção de encontros regionalizados visando a uma maior integração das ações.

TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Com o objetivo de coordenar a Política Estadual de Assistência Social e assessorar os municípios na formulação de sua própria política, a Setascad atuou com vistas à implantação do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, atingindo 62% dos municípios do estado.

Sobre a política do idoso, implantou-se o Projeto Casa-lar - Abrigo para Idosos, que recebeu R\$ 44 mil oriundos das verbas de subvenção social - experiência-piloto em Minas Gerais.

Programa já existente acolhe crianças e adolescentes, sendo referencial para a elaboração e implantação da política pública de proteção especial e modelo de desinstitucionalização no atendimento de 400 crianças e adolescentes em suas 43 unidades.

O Serviço Assistencial de Ação Continuada (SAAC), financiado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e gerido pelo Fundo Estadual de Assistência Social (Feas), repassou às instituições de atendimento às crianças de 0 a 6 anos (creches) e às de portadores de deficiência e idosos (centros de convivência e asilos) R\$ 9,5 milhões, atingindo 2.113 beneficiários/mês.

Quanto à revisão do Benefício de Prestação Continuada - BPC (benefício de assistência social concedido aos idosos e portadores de deficiência pelo governo federal), o MPAS repassou à Setascad R\$ 751 mil, para revisão de 75 mil benefícios concedidos no período de 02/01/1996 a 30/04/1997. A realização dessa revisão cumpre uma das prerrogativas da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que determina revisão a cada dois anos, a partir da data de concessão de cada benefício), garantindo que o atendimento dessa iniciativa recaia sobre o real destinatário.

Outro grande avanço na área da assistência social foi a proposição da Agenda Social 2000, resultante de articulação entre as diversas secretarias e instituições governamentais que desenvolvem as políticas sociais do governo do estado, que priorizou o atendimento ao migrante, ao portador de deficiência, aos jovens em estado de desocupação e às crianças e adolescentes em situação de risco social. Por suas ações, Minas Gerais conseguiu a captação de programas federais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) atendendo a 3 mil crianças e adolescentes/ano, com R\$ 1,2 milhão, o Programa Roda Moinho, 1 mil crianças (0 a 6 anos) em 10 municípios, com R\$ 300 mil, e o Programa Agente Jovem, 1,8 mil jovens, com R\$ 600 mil.

Com relação ao migrante e à população de rua, foram atendidas 12,6 mil pessoas (pronto- atendimento) no Centro de Referência do Migrante (Crem), tendo sido abrigadas 210 pessoas. No Centro de Triagem e Encaminhamento Social (Cetes), foi registrada uma média de atendimento de 100 pessoas/mês.

A Campanha Minas Solidária, realizada em parceria com o Servas, segundo ano de execução, distribuiu cerca de 20 toneladas de alimentos, roupas e brinquedos, em todos os municípios de Minas Gerais, priorizando aqueles com menor Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH). Houve também o lançamento da Campanha de Combate à Violência Doméstica e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

O Conselho Estadual da Criança e do Adolescente (Cedca) por meio do Fundo para a Infância e Adolescência, com recursos captados na iniciativa privada, financiou projetos de prefeituras, entidades e promoveu em parceria com órgãos do governo e organizações não governamentais, eventos importantes como o Seminário Legislativo dos 10 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Encontro Estadual da Campanha de Combate à Violência Doméstica e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

A Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente (Caade), reforçou a promoção e divulgação de informações que facilitem o atendimento e a garantia dos direitos da pessoa portadora de deficiência, seus familiares e a sociedade em geral; o apoio, implantação e fortalecimento às coordenadorias municipais e associações representativas, além de participar na formação de agentes comunitários. Para isso, foi criado o comitê de elaboração de projetos estratégicos, em parceria com a Setascad. Pela mesma razão, foi firmado convênio com a Prefeitura de Contagem para a implantação do Projeto Desenvolvimento do Núcleo de Integração e Reabilitação da Comunidade e para a elaboração de cartilhas sobre direitos e serviços para portadores de deficiência (parceria entre universidades e sociedade civil) sendo publicadas a cartilha Viva a Diferença e a Cartilha de Inclusão.

Outra importante iniciativa da Setascad foi o início efetivo das atividades dos programas PÃO - Programa de Alimentação Orientada, responsável pela disseminação da alimentação alternativa em todo o estado, com foco na RMBH e municípios com IDH 14, e ELOS, fomento às ações de Educação (cidadania), Lazer, Ofício e Saúde (comunitária), a crianças e adolescentes, de 7 a 16 anos. Este último, elaborado em 1999, constituiu uma proposta inédita no país. Em 2000, a partir do investimento inicial de R\$ 300 mil (R\$ 100 mil para o PÃO e R\$ 200 mil para o ELOS), originários do BCC/MPAS, as propostas se materializaram. Em dezembro, com recursos adicionais captados junto à iniciativa privada, ultrapassaram R\$ 1 milhão, além da garantia da manutenção de suas ações até o final de 2002. Investimento social superior a R\$ 1,3 milhão, durante o ano, o Programa ELOS, teve sua estrutura gerencial solicitada pelo pessoal do Ministério do Esporte e do Turismo, para estudo de viabilidade de sua adoção como modelo nacional.

Esse contexto foi possível, graças a convênios de cooperação mútua para a execução das ações típicas com a Fiat Automóveis S/A, a Prefeitura de Belo Horizonte, o Minas Tênis Clube, a Telemig Celular, a Secretaria de Estado de Esportes, o Greenwich Schools, a Faculdade Promove e a Maxitel S/A, abrangendo mais de 8 mil atendidos, direta e indiretamente nos dois programas, número que deverá dobrar em 2001, quando se espera o ingresso de, pelo menos, outras três instituições de monta.

CULTURA

A Secretaria de Estado da Cultura realizou, durante 2000, através de suas superintendências e órgãos vinculados, ações de fundamental importância para a consolidação da política cultural do governo de Estado, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

A Superintendência de Ação Cultural, através da Diretoria de Pesquisa, Informação Cultural e Divulgação, atendeu cerca de 400 consultas sobre os dados culturais de Minas Gerais e sobre o cadastro de entidades; atualizou os dados cadastrais de 1.800 entidades; realizou estudos sobre patrimônio histórico, cultural e natural de 172 municípios; e colaborou na compilação dos dados levantados dos 33 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte que participaram do projeto “Perfil Cultural”.

Foi publicado o terceiro Edital para apresentação de projetos culturais da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Dos 1.029 projetos apresentados, 521 foram aprovados, para uma renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 12 milhões correspondentes a 0,25% da receita líquida do ICMS.

Neste ano também foram introduzidas, pelo governo, mudanças significativas nos mecanismos legais de incentivo através da Dívida Ativa, o que representou um incremento considerável dos recursos disponíveis.

A Lei Estadual de Incentivo à Cultura caminha para sua consolidação definitiva no mercado cultural do estado, contribuindo para o desenvolvimento, a profissionalização e a divulgação da cultura mineira.

O Programa Oficina de Cultura, em convênio com a Setascad/FAT, desenvolveu cerca de 280 cursos de qualificação e requalificação profissional em oito das principais áreas de atuação da Secretaria: Informação Cultural - Audiovisual – Ofícios - Artes Gráficas, Design e Moda – Artes Cênicas e Dança – Patrimônio Histórico e Cultural – Planejamento e Gestão da Cultura, Artesanato e Turismo Cultural. Foram treinadas aproximadamente 5 mil pessoas, em 130 municípios do estado.

Foi instituído o Prêmio Curta Minas de apoio à produção de 14 filmes de curta metragem de cineastas mineiros, com a participação da Cemig e da Associação Curta Minas.

Organizou-se, pela primeira vez no estado, o Encontro de Realizadores de Festivais Culturais, que teve como principal resultado a criação de um Fórum Permanente destinado à gestão integrada dos mais de 30 festivais que, anualmente, fazem parte do calendário cultural de Minas.

As comemorações dos 500 Anos do Brasil mereceram atenção especial e tiveram ponto culminante na exposição “Bravas Gentes”, no Palácio das Artes, com ampla repercussão positiva. Com o apoio da Secretaria, as programações do Movimento Negro marcaram suas datas principais – a Libertação (Abolição), em maio e a

Resistência (Zumbi de Palmares), em novembro. O III Festival de Cultura e Dança Indígena, no Parque Nacional da Serra do Cipó, alcançou o êxito esperado.

O Festival Internacional de Danças Folclóricas, realizado em Belo Horizonte, Montes Claros, Juiz de Fora e Cataguases, contou com o decisivo apoio da Secretaria, que igualmente prestigiou o Grupo Aruanda, pelos 40 anos de atividade.

A Secretaria foi co-realizadora do I Salão do Livro e Encontro Internacional de Literaturas em Língua Portuguesa, juntamente com a Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte e a Câmara Mineira do Livro. Os países de língua portuguesa da África, além de Portugal e Brasil, fizeram-se representar por seus mais conceituados escritores e editores.

A Superintendência de Museus, como órgão responsável pela implementação da política de museus para Minas Gerais e pela gestão de suas unidades subordinadas - Museu Mineiro (Belo Horizonte), Museu Casa Alphonse de Guimarães (Mariana), Museu Casa Guignard (Ouro Preto), Museu Guimarães Rosa (Cordisburgo) - vem propondo, elaborando e executando projetos com vistas à consolidação de um amplo programa.

Teve início, em 2000, o Programa de Revitalização do Museu Mineiro, o qual busca atribuir ao museu a marca de um centro cultural, espaço dinâmico vocacionado para a convergência e a disseminação dos conhecimentos referenciados pelo acervo sob a sua guarda. Foi implementado o Projeto de Cadastramento dos Museus do Estado, desenvolvido em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, e que visa à divulgação das unidades museológicas do estado através de encarte especial, de circulação mensal no jornal Minas Gerais.

A Superintendência de Museus prestou assessoria técnica a vários museus do estado, em assuntos afetos à criação, implantação e gestão. Foi reinaugurada, no Museu Casa Guignard, a Sala Amalita Fontenelle, e o Museu Guimarães Rosa sofreu intervenções físicas em sua edificação.

Foram promovidas pelo Museu Mineiro cinco exposições temporárias, abordando temas de interesse cultural para o estado.

Com apoio da Cemig, foram realizadas restaurações em três pinturas e um desenho de especial valor que integram a Pinacoteca do Museu Mineiro.

O Arquivo Público Mineiro (APM) está empenhado no desenvolvimento da política de gestão de documentos para todo o Poder Executivo Estadual. Foram treinados 175 servidores estaduais e instituídas seis Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos.

Foram realizadas, conjuntamente com o Museu Mineiro, três exposições do acervo documental sob a guarda do APM: Arthur Bernardes, Milton Campos e Revolução de 30.

Destaca-se o aumento do número de documentos iconográficos conservados, em função do recebimento de acervo fotográfico proveniente da Secretaria de Estado da Casa Civil, totalizando 50 mil novos documentos.

O Arquivo Público deu início a vários projetos, financiados com recursos externos, dentre eles: Obras Raras e Preciosas dos Séculos XVI a XX; Preservação da Memória Fotográfica de Minas Gerais – Digitalização de Imagens do Acervo do Arquivo Público Mineiro; Organização do Acervo Privado do Arquivo Público Mineiro; Organização do Acervo do DOPS.

Registrou-se um aumento na demanda pelos serviços do Arquivo Público, devido, em grande parte, à ampliação do horário de atendimento ao usuário.

O Suplemento Literário, além de sua publicação mensal, com tiragem atual de 6.500 exemplares expedidos para todo o Brasil e exterior, executou duas publicações especiais: Milton Campos e Gustavo Capanema.

A Superintendência de Bibliotecas desenvolveu projetos e atividades de grande alcance social, oferecendo à comunidade a oportunidade de acesso à leitura, educação e lazer, além de propiciar atividades diversas de extensão cultural.

Com o objetivo de ampliar o público e a abrangência de seus serviços, a Superintendência de Bibliotecas, através das 29 caixas-estantes, do carro biblioteca e das três bibliotecas sucursais, disponibiliza parte do acervo da Biblioteca Pública Estadual para asilos, prisões, bairros distantes e outras instituições.

A Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa atendeu cerca de 520 mil usuários, considerando os serviços prestados pela Divisão de Referência e Estudos, Banco de Informações Úteis, Divisão de Empréstimos, Setor Braille, Divisão de Coleções Especiais – Obras Raras e Divisão Infanto-juvenil.

Além da atuação na capital, vários municípios foram atendidos graças à doação de livros (25 mil livros para 167 municípios), de cursos oferecidos pelo Programa Biblioteca em Ação, atendendo a 340 municípios, e de atividades culturais com exposições itinerantes em Ipatinga, Pará de Minas, Divinópolis e Ouro Branco.

A abertura ao público do Anexo da Biblioteca Pública Estadual, em 22 de setembro, contendo as Divisões de Empréstimo, de Referência, Sala de Pesquisa via Internet, Sala de Estudos, Xerox e um espaço para exposições, constituiu importante medida para melhorar as condições de atendimento aos

Através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura foram captados recursos junto à Usiminas para a primeira fase do Projeto de Revitalização do prédio principal da Biblioteca Pública

Foi concluída a primeira fase do projeto de conservação das Obras Raras, que vistoriou, identificou e diagnosticou treze mil livros que compõem a coleção.

Durante o ano foram elaborados vários projetos, dentre os quais se destacam: Informatização e Atualização do Acervo; segunda fase do Projeto de Modernização e Ampliação da Biblioteca Pública Luís de Bessa e Sala de Pesquisa via internet. Os referidos projetos encontram-se em fase de captação de recursos.

Órgãos Vinculados à Secretaria de Estado da Cultura

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha) no exercício de suas atribuições, procedeu ao tombamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira, em Oliveira, e do Cassino de Lambari.

Na prestação de assessoria aos municípios, com referência ao enquadramento na Lei Estadual 12.040/95, o Iepha analisou documentação enviada por 112 municípios, dentre os quais 86 obtiveram acréscimo no repasse dos recursos do ICMS, uma vez que criaram leis e Conselhos Municipais de Proteção ao Patrimônio e realizaram tombamentos.

A elaboração do “Caderno de Diretrizes para Proteção do Patrimônio Cultural” contribuiu com os municípios na definição de suas políticas de preservação do patrimônio.

Graças ao Programa Oficina de Cultura, o Iepha ofereceu 20 cursos em cidades do interior. Em Belo Horizonte, diversos cursos aconteceram na sede do Iepha, contando com especialistas do Brasil e também da Itália.

A Superintendência de Patrimônio Edificado prestou assessoria a 26 municípios perfazendo 89 projetos. A Superintendência de Apoio Técnico ofereceu assessoria técnica, fiscalizou e acompanhou obras em bens de interesse de preservação e bens tombados em 21 municípios. A Superintendência de Elementos Artísticos realizou obras de restauração em 15 municípios.

A Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop) desenvolveu atividades voltadas para a preservação, promoção e difusão da arte e da cultura no estado. Através do apoio a artistas e restauradores e do incentivo à pesquisa e ao melhoramento e atualização do conhecimento, ampliou sua atuação em Minas Gerais na condição de referência para conservação de bens móveis e integrados.

A construção de um anexo, em parceria com a Cemig e com a Samarco Mineração, na Casa Presidente Pedro Aleixo, no Bairro Antônio Dias, Ouro Preto, propiciou a adequação dos espaços ao desenvolvimento dos cursos ministrados.

Além dos cursos regularmente oferecidos, a Faop, em parceria com o Sebrae/MG, selecionou 10 profissionais de Minas Gerais que dominam, com exclusividade, técnicas artísticas notáveis e organizou cursos para que esses profissionais repassassem seus conhecimentos. Foi também elaborado um livro contendo o registro destes ofícios.

A Fundação Clóvis Salgado (FCS) realizou ampla e diversificada programação, atingindo um público variado e expressivo. Mais de 500 mil pessoas participaram de sua extensa agenda. Eventos de inquestionável qualidade e a preços acessíveis, como a exposição Bravas Gentes Brasileiras, o musical Fogueira do Divino, a ópera Cavalleria Rusticana e o espetáculo da Cia de Dança, Entre o Céu e as Serras, receberam do público uma calorosa acolhida.

Os Concertos para Belo Horizonte com a Orquestra Sinfônica de Minas Gerais, a série Concerto e Dança no Parque e os projetos de arte-educação (concertos didáticos, ensaios abertos da Cia de Dança, “Cineminha”, visitas guiadas etc) foram apresentados de forma regular. O Cine Humberto Mauro apresentou mostras especiais, retrospectivas e lançamentos do cinema nacional e internacional.

O Centro de Formação Artística (Cefar) produziu espetáculos de grande importância no cenário artístico, e desenvolveu cursos que proporcionam uma forte inter-relação com a sociedade.

A reforma na recepção principal do Palácio das Artes, as melhorias físicas em vários ambientes do prédio, o novo sistema de bilheterias e o lançamento da Web Site foram importantes medidas implementadas para a consolidação do Palácio das Artes como um moderno centro multicultural. Da mesma forma, o espaço cultural “Serraria Souza Pinto”, vinculado à FCS, registrou excelente desempenho como local privilegiado para a vida artística da capital.

[Execução Física e Financeira](#)

ESPORTES

A Secretaria de Estado de Esportes, no decorrer de 2000, desenvolveu diversas ações para democratização e estímulo à prática de esportes e atividades de lazer, resgatando o seu papel institucional de propulsora e fomentadora do esporte mineiro através de uma atuação dinâmica e ampla.

O Programa Esporte Solidário, em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo, atende cerca de 8 mil adolescentes de 14 a 18 anos em situação de risco social em 80 núcleos, distribuídos na RMBH e em municípios do interior de Minas Gerais, com várias modalidades esportivas. Destinado à promoção socioeconômica e cultural de jovens e adolescentes carentes através de parcerias com clubes, associações, prefeituras, empresas privadas e organizações não governamentais, o programa desenvolve ações na área de saúde, complementação alimentar, palestras educativas, oficinas de arte e formação dos valores da cidadania e distribuição de material esportivo de uso pessoal.

O Programa Desportivo para Pessoas Portadoras de Deficiência (Esporte sem Barreiras), em parceria com o Ministério do Esporte e Turismo, prevê a extensão do Programa Esporte Solidário às pessoas portadoras de necessidades especiais, possibilitando-lhes a prática desportiva.

O Jogos do Interior de Minas (Jimi), a maior competição do esporte especializado de Minas Gerais, completou, em 2000, sua 16ª edição. Envolveu 185 municípios, abrangendo todas as macrorregiões de planejamento do estado, a sua maioria, pertencentes às macrorregiões Central, Sul de Minas e Jequitinhonha. O evento contou com 20 mil atletas e outras mil pessoas entre técnicos, preparadores físicos, árbitros e organizadores. Em parceria com as prefeituras e federações, propiciou a integração dos municípios e melhoria do nível de dirigentes e atletas nos jogos disputados em suas várias etapas e clínicas realizadas. Paralelamente à realização do Jimi, há o movimento de todo o comércio, como hotéis, restaurantes, lojas de materiais esportivos, etc e a conseqüente geração de emprego a vários profissionais (técnicos, dirigentes, massagistas, serviços gerais, pintores de quadras, bombeiros, eletricitistas etc).

A Copa dos Campeões do Jimi 2000, disputada pela primeira vez este ano entre os três melhores times do Jimi 2000 e o melhor time de Minas Gerais nas modalidades voleibol, basquetebol, futsal e handebol nas categorias masculino e feminino, atraiu aproximadamente 450 atletas. O torneio distribuiu-se em quatro sedes: voleibol em Barbacena, basquetebol em Passos, futsal em Ituiutaba e handebol na cidade de Montes Claros.

O Troféu Minas de Atletismo foi realizado de setembro a dezembro de 2000 com provas de 100, 200, 400, 800 e 1.500 metros e participação de 150 atletas, entre os quais 20 campeões do Jimi e os 10 melhores de Belo Horizonte em cada prova.

O Torneio Rola-Bola de Futebol Amador reuniu de 126 equipes de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Os 3.780 participantes tiveram a oportunidade de disputar competições organizadas, criar o hábito do esporte e lazer, preservar a saúde e a integração das comunidades.

A Olimpíada Colegial Esperança 2000, patrocinada pelo Ministério da Educação, do Esporte e do Turismo e da Cultura, pelo COB, pela Rede Globo de Televisão e com apoio da Secretaria de Estado de Esportes, com participação de atletas entre 14 e 17 anos, foi disputada, na fase estadual, com 30 escolas do interior que se inscreveram e 11 de Belo Horizonte campeãs e vice-campeãs de cada certame, nos Jogos Estudantis do Centenário.

Nessa fase foram disputados 32 jogos de basquetebol, 23 de futsal, 27 de handebol, 21 de voleibol e 14 provas de atletismo, com cerca de 650 atletas. Na fase nacional, realizada em Brasília (DF), Minas Gerais participou em todas as modalidades, com aproximadamente 90 atletas.

Os Jogos Estudantis Brasileiros, com a participação de atletas até 15 anos, teve sua fase estadual realizada com algumas escolas do interior que se inscreveram, mais a escola de Belo Horizonte campeã de cada modalidade dos Jogos Estudantis do Centenário. A fase regional aconteceu em Belo Horizonte (voleibol e xadrez) e Rio de Janeiro (atletismo, basquetebol, natação e tênis de mesa). Nessa fase estiveram envolvidos os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo, com quase 120 atletas mineiros. Na fase nacional em Campinas-SP, Minas Gerais participou no atletismo, natação, tênis de mesa e xadrez, com aproximadamente 20 atletas classificados na fase regional. A Secretaria de Estado de Esportes deu seu total apoio a esses jogos, iniciando assim uma nova fase do esporte no Estado.

Foram realizadas 11 atividades do Clube Móvel de Esporte/Lazer em Belo Horizonte e RMBH com o objetivo de difundir formas populares de lazer e de recreação, criando oportunidade de participação da população de baixa renda.

De setembro a outubro houve um curso para capacitação de monitores para Ruas de Lazer. Foram selecionados 40 entre 180 jovens do programa Esporte Solidário, os quais estão atuando com bom desempenho.

A Secretaria de Esportes firmou 73 convênios (42 com entidades esportivas e 31 com prefeituras municipais) tendo como objeto investimento e aquisição de material esportivo. Atualmente, existem 862 entidades esportivas cadastradas na Secretaria de Esportes. Neste ano 26 obtiveram registro.

Foram realizados, em parceria com o antigo Indesp, três cursos de Gestão Esportiva em Belo Horizonte, em Passos e Montes Claros, capacitando 146 dirigentes esportivos.

Nos 02 cursos de Capacitação de Técnico em João Monlevade, por ocasião da final do Jimi a secretaria reciclou 160 técnicos nas modalidades futsal, basquetebol, handebol, voleibol. Em parceria com a Escola de Educação Física da UFMG, também reciclou 204 técnicos de várias modalidades esportivas.

Realizou, ainda, curso de Agentes de Lazer para 40 adolescentes do programa Esporte Solidário, prestando colaboração à programação de Ruas de Lazer da Secretaria.

O programa Pintando a Liberdade, em fase de implantação, prevê a instalação de uma fábrica de bolas dentro da Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, onde os

detentos serão treinados para a produção. O projeto prevê remuneração do detento pela confecção de bolas, permitindo que, além da ocupação do tempo ocioso e comutação de pena, possa obter renda que o auxilie no sustento de suas famílias.

Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais (Ademg)

O Estado de Minas Gerais, através da Ademg, exerce a administração do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão) e do Estádio Felipe Henriot Drumond (Mineirinho), ambos construídos e mantidos mediante convênio, em terreno da UFMG.

No plano do Orçamento-Programa estadual, todas as realizações da Ademg se concretizam dentro da subfunção “Administração Geral” e a sua operacionalidade está adstrita a ações de cunho eminentemente gerencial-administrativo.

Eventos no Mineirão e Mineirinho

Em 2000, houve no Mineirão 67 jogos de futebol, com um público de 1.261.024 pessoas, numa média de 18.821 espectadores para cada espetáculo.

O Estádio recebeu ainda em suas instalações, principalmente para conhecer de dentro a arena onde se realizam os jogos de futebol, cerca de 34.750 visitantes, com acesso pelo hall principal.

No Mineirinho foram realizados 23 eventos, entre espetáculos desportivos, shows beneficentes e não-beneficentes, atividades culturais e religiosas, para um total de 332.024 espectadores .

Realizações da Autarquia no ano de 2000

- Operacionalidade com vista à realização de eventos
- Implementação do plano de segurança para o Mineirão e Mineirinho desenvolvido em conjunto com a Polícia Militar de Minas Gerais.
- Implantação de projeto de monitoramento das torcidas na parte interna do Mineirão (projeto em fase experimental).
- Celebração de convênio com a Federação Mineira de Futebol, regulamentando os jogos dos clubes mineiros no Mineirão.
- Racionalização administrativa do quadro móvel e dos serviços contratados.
- Reativação da Delegacia de Polícia no Mineirão e melhoria das instalações das Polícias Militar e Civil.
- Instalação do Juizado Especial nas dependências do Mineirão.
- Racionalização da distribuição de credenciais para acesso ao Mineirão em dia de jogos.
- Projeto de setorização do Mineirão visando racionalizar o uso das cadeiras, arquibancadas e geral, juntamente com o novo sistema de bilheteria.
- Atualização das tabelas de uso das dependências da Adem (estádios, alojamentos, etc.) com preços até então defasados.
- Melhor utilização do hall Principal do Mineirão, restringindo o acesso ao mesmo.

Manutenção da Infra-estrutura

- Elaboração de projeto para implantação do sistema de prevenção e combate a incêndio do Mineirinho.
- Reparo dos equipamentos e do serviço de som do Mineirão.
- Convênio celebrado entre a Ademg e a Secretaria da Justiça para utilização de albergados na diretoria de Infra-Estrutura.
- Convênio celebrado com a Amas para a prestação de serviços de jardinagem nos estádios, como parte do programa Jovem Jardineiro.
- Reativação da Delegacia de Polícia no Mineirão e melhoria das instalações das Polícias Militar e Civil.
- Reforma do restaurante do Mineirão.
- Restauração do guarda-corpo (alambrados) do Mineirão, aumentando a altura dos gradis.
- Implantação de poço artesiano, voltado ao fornecimento de água para irrigação e lavagem, visando à funcionalidade e economia na utilização da rede da Copasa.
- Contratação, via licitação, de empresa especializada para manutenção das subestações do Mineirão e Mineirinho.
- Serviços de manutenção contínua dos estádios visando à sua permanente disponibilidade em condições de uso e de conforto para os espectadores.

Administração em geral

- Elaboração de projeto de revisão da estrutura organizacional e regulamentação da Ademg, atendendo a recomendação de auditoria e sindicância determinadas pelo governador do estado no final do exercício anterior.
- Elaboração de plano de cargos e salários (concomitante com o projeto de que trata o inciso anterior).
- Revisão dos Editais de Licitação visando à racionalização, dentro do rígido cumprimento da legislação pertinente (Lei nº 8.666/93).
- Desenvolvimento de curso interno de “Administração Logística”, com o seguinte conteúdo programático:
 - A – Planejamento Logístico
 - B – Administração de Compras
 - C – Licitações Públicas
 - D – Contratos/Convênios Administrativos
- Projeto de elaboração do regimento interno do conselho administrativo da Ademg.
- Estudos para criação do Memorial do Futebol Mineiro, buscando preservar a história do futebol de Minas.
- Arrendamento do restaurante do Mineirão.

Execução Física e Financeira

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A base conceitual da Secretaria de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano apontou para a construção de uma política habitacional implementada pelas três esferas de governo, numa visão maior de desenvolvimento urbano, objetivando combater o déficit habitacional concentrado nos segmentos populacionais de menor renda, incluindo no planejamento habitacional as questões ambientais relevantes, desde a elaboração até a implementação de programas e projetos com o monitoramento de ações que viabilizem o acesso à terra e à regularização fundiária.

O maior desafio da Sehadu tem sido conseguir assegurar recursos financeiros para a execução dos programas e projetos, como também de standardizar as modalidades de provisão de moradias de forma a atender a clientela-alvo e contribuir para o equilíbrio social e econômico dos empreendimentos. Foram estabelecidos padrões de produção e consumo da habitação, modernizando normas técnicas e introduzindo critérios coexistentes do projeto à construção com vistas à redução de custos e desperdícios de matérias-primas, recursos naturais, incluindo alternativas energéticas não-convencionais, como energia solar para aquecimento de água aos programas habitacionais priorizados pela Secretaria, dentre outras, diminuindo investimentos em manutenção e aumentando o bem-estar dos moradores.

Nesse sentido, esta Secretaria associou aos empreendimentos habitacionais de interesse social os aspectos da sustentabilidade econômica, congregando aquilo que é absolutamente necessário para proporcionar condições favoráveis para projetos de emprego e renda para os grupos sociais envolvidos. Ampliando o nível de atividade da indústria da construção civil e de materiais, está prevista em três anos a criação de, aproximadamente, 175 mil novos empregos diretos e indiretos, com reflexos na arrecadação de tributos pelo setor público.

Nesta visão, a Secretaria de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano lançou em 10 de maio de 2000 o maior programa habitacional de toda a história de Minas Gerais – Prolar=Minas+Humana-, em parceria com a Caixa Econômica Federal e Prefeituras. Com recursos de R\$ 300 milhões do FGTS, além da contrapartida do estado de R\$ 62 milhões, o objetivo é produzir cerca de 60 mil moradias até o final de 2002.

Esse programa é a consolidação da política habitacional para famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos, com financiamento individual médio de seis mil e quinhentos reais, com redução de taxas e encargos a serem pagos em 20 anos com prestações mensais em torno de 50 cinquenta reais.

Indubitavelmente, o Prolar combaterá o grande déficit habitacional de Minas Gerais estimado quantitativo e qualitativamente em mais de 450 mil unidades entre construção, reforma, melhorias habitacionais e infra-estrutura.

A arrancada inicial do Prolar foi dada através de convênios assinados com 141 municípios atendendo às 10 macrorregiões do estado para produção de 5.775 novas moradias com investimentos de R\$40.425.000,00, beneficiando cerca de 23.100 pessoas. Mais de 300 outros municípios manifestaram interesse em participar do

programa. Foram vistoriados pela Cohab - agente promotor - 78 terrenos identificando 4.469 lotes viáveis em 50 municípios.

Em função da demanda habitacional entre os militares mineiros chegar a 17 mil unidades, a Sehadu assinou convênio com a Sehra, CEF, Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros visando à construção de casa própria para os seus integrantes. Serão garantidos R\$30 milhões de reais do FGTS, por intermédio da Caixa Econômica Federal. O financiamento individual médio é de R\$18 mil reais. Inicialmente serão construídas 1.595 novas moradias, beneficiando 6.380 pessoas em 131 municípios mineiros das regiões Central, Mata, Sul de Minas, Triângulo, Centro-Oeste, Noroeste, Norte, Rio Doce.

O Programa de Mobilização de Comunidades (PMC Habitacional) realizou atividades de convênios firmados em anos anteriores, concluindo nove projetos de melhorias habitacionais em 472 moradias em nove municípios com investimentos de R\$357.022,93, faltando a liberação de R\$1.777.491,20 para a conclusão de 4.765 unidades habitacionais em 99 projetos de 86 municípios.

A Sehadu está liberando, através do FEH/Prohab, recursos subsidiados no valor de R\$2.003.350,00 para a construção, reforma e melhorias em 509 habitações destruídas e danificadas em 24 municípios do Sul de Minas prejudicados pelas enchentes e R\$1.358.000,00 para financiamento de 211 unidades habitacionais em nove municípios mineiros.

Ampliando sobremaneira suas atribuições, esta Sehadu agregou o nome e as funções de “Desenvolvimento Urbano”. Em decorrência da Lei 13.607 de 28 de junho de 2000 foi transferida para esta Secretaria a gestão do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano (Fundeurb) destinado a financiar projetos para a melhoria das condições de vida das cidades.

Com base nos dispositivos legais, a Sehadu autorizou o empenhamento de recursos referentes às despesas de contratos de financiamentos celebrados com o BDMG (agente financeiro) no valor de R\$3.968.677,00 , contemplando 14 municípios em sete regiões do estado (Central, Mata, Sul de Minas, Triângulo, Alto do Paranaíba, Centro-Oeste de Minas e Noroeste)

Apesar da suspensão de novas operações dos programas Pró-Moradia e Pró-Saneamento os recursos já contratados vêm sendo liberados nos termos de cada cronograma. O Pró-Moradia concluiu sete projetos em cinco municípios, atendendo a 1.937 famílias, com a liberação de R\$ 7,8 milhões e o Pró-Saneamento concluiu 19 projetos em 19 municípios, atendendo a 495 mil famílias, com a liberação de R\$38,8 milhões.

Também estão sendo acompanhadas por esta Secretaria as regularizações fundiárias pertinentes aos programas PROSAM e FICAM das Enchentes

A Sehadu propôs, durante o encontro do Fórum Nacional de Secretários Estaduais da Habitação e da Associação Brasileira de Cohabs, realizado em João

Pessoa, na Paraíba, a aplicação na habitação popular de pelo menos 10% do valor dos juros da dívida pagos pelos estados à União. A proposta foi aprovada por unanimidade pelo Conselho Estadual da Habitação e requerida ao governo federal e às lideranças do Congresso Nacional. A medida representará a perenização de recursos para a habitação popular. Para Minas Gerais seriam garantidos R\$7,2 milhões mensais, suficientes para construir mil moradias populares. No fórum foi aprovada a moção solicitando ao governo federal a manutenção do convênio que delega ao Conselho Estadual de Habitação (CEH) a distribuição dos recursos do Pró-Moradia e do Pró-Saneamento e a retomada das operações dos dois programas suspensos desde 1998, apesar dos resultados expressivos em Minas Gerais.

A Cohab, dando continuidade à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e à sua expansão a médio e longo prazo, identificou as necessidades mínimas de investimento até 2015.

Para viabilizar esses investimentos, está se construindo e financiando unidades habitacionais por meio da utilização do patrimônio de terrenos e lotes da Companhia de Habitação, pelo sistema convencional (empreitada global) e através de mutirão, para adquirentes com renda entre um e nove salários mínimos, com preferência para integrantes das polícias civil e militar.

Já foram contempladas com essas moradias 520 famílias em 14 municípios abrangendo as regiões Central, da Mata, Sul de Minas, Triângulo, Alto do Paranaíba, Centro-Oeste, Norte e Jequitinhonha/Mucuri.

Das 2.750 unidades em andamento, estão em construção 656 casas/apartamentos e lotes urbanizados em oito municípios; em fase de contratação, 57 casas em dois municípios; em licitação, 234 unidades em quatro municípios; em estudo de viabilidade, 466 casas em seis municípios; e em fase de projeto, 1.394 casas em nove municípios, abrangendo as regiões Central, da Mata, Sul de Minas, Triângulo, Alto do Paranaíba, Noroeste de Minas, Norte de Minas e Rio Doce

Com o objetivo de captação de recursos financeiros para a produção de unidades, está-se utilizando grandes áreas brutas de terreno de propriedade da Cohab e realizando parcerias com a iniciativa privada.

Assim, evitar-se-ão alocações de recursos financeiros substanciais e usufruir-se-á da valorização que os serviços de infra-estrutura trarão para o terreno. No total serão 3.387 lotes em quatro municípios, abrangendo as regiões Central e Sul de Minas.

Está-se também atuando como agente promotor das operações lastreadas com recursos do FGTS. Nessa operação, a Cohab efetua a venda à vista de seus lotes urbanizados, sendo também responsável pelo empreendimento desde a venda até a conclusão das unidades habitacionais. Já foram contempladas com essas moradias 262 famílias na região Sul de Minas e Triângulo.

Das 1.743 unidades em andamento, estão em fase de contratação 613 casas em quatro municípios; em fase de análise no agente financeiro, 347 unidades em três municípios; a ser licitado, 174 casas em dois municípios; e em fase de projeto, 609 casas e apartamentos em quatro municípios, abrangendo as regiões Central, Sul de Minas, Triângulo, Alto do Paranaíba, Centro-Oeste de Minas, Norte de Minas e Rio Doce.

Outra fonte de captação de recursos é decorrente da arrecadação de prestações em atraso de mutuários. Não obstante o trabalho desenvolvido pelos escritórios regionais e equipes volantes, a Cohab decidiu-se pela terceirização da cobrança, como já vem sendo feito por outros agentes financeiros, com sucesso. A expectativa é de se conseguir um incremento de arrecadação na ordem de 30% do valor do débito, que nesses três programas está em aproximadamente R\$30 milhões. Ter-se-á, assim, um aumento na arrecadação, no período de 2000/2001, de R\$6 milhões.

A comercialização de lotes localizados em saldos de conjuntos habitacionais e áreas remanescentes não aproveitáveis para fins habitacionais também foi uma linha de atuação da Cohab, com o objetivo de gerar receita pelo produto da venda e propiciar novos investimentos, além de dar uma destinação aos imóveis que estão sujeitos a invasões, proporcionando condições ao mutuário de construção de sua moradia em imóvel urbanizado e regularizado.

Com as vendas realizadas este ano, apurou-se o montante de R\$421.178,09 e já estão disponíveis para venda imediata e/ou aguardando apenas a avaliação de mercado 1.488 lotes urbanizados, abrangendo a área de 494.784,00 metros quadrados e 154 terrenos de 1.098.669,39 metros quadrados, totalizando 1.593.453,39 metros quadrados em 96 municípios, abrangendo todas as macrorregiões do estado.

Com o objetivo de regularizar a situação dos mutuários que transferiram seus imóveis, mas não concretizaram a operação na companhia, e também para atendimento à grande demanda de autoridades públicas, realizaram-se 1.442 transferências de financiamentos e está em tramitação mais 1.615 processos em praticamente todas as regiões do estado. Está sendo definido um novo plano de trabalho, visando a agilizar os novos pedidos de transferência, uma vez que cerca de 20 mil imóveis estão nessa situação.

Dos 11.854 candidatos cadastrados (1995/2000) para aquisição de casas na companhia, 2.816 o fizeram no ano de 2000, sendo 1.672 candidatos em 11 municípios, mediante pesquisa de demanda, cujo objetivo é dimensionar o tipo e a quantidade de unidades a serem construídas; 519 novos candidatos de 10 municípios pesquisados em 1999, efetivando assim a complementação destas pesquisas, e 625 candidatos de 43 municípios através do cadastro permanente, com o fim de recomercializar os imóveis e lotes reintegrados à posse da Cohab.

A companhia tem desenvolvido novos projetos de arquitetura para casas e apartamentos com o objetivo de melhorar a qualidade das moradias e proporcionar uma ambientação mais prática e funcional, ao mesmo tempo reduzindo o custo de produção, buscando, assim, com essa multiplicidade de opções, atender a uma camada

mais abrangente de mutuários, principalmente os de renda mais baixa. São padrões elaborados dentro de uma nova concepção de habitação popular que, apresentando variações de acabamento externo para cada modelo, concede aos futuros proprietários um caráter mais individual e menos massificante da moradia, sem prejuízo das necessárias condições de habitabilidade.

Dando continuidade ao projeto de modernização dos 16 escritórios regionais e locais, a companhia realizou a adequação dos escritórios relativa à segurança, mobiliário e informatização. Com essa modernização ficou mais eficiente e com custo reduzido a troca de informações da sede da companhia com os escritórios, através da Internet, o que permite a comunicação dos escritórios entre si, e viabilizou a implantação de programas que visam ao atendimento a mutuários com maior rapidez e eficiência. Está também em fase final de implantação o correio eletrônico, que propiciará, com rapidez, a resposta ao mutuário de assuntos não disponíveis no sistema de informações do escritório, mediante acesso imediato ao setor da sede da companhia responsável pela informação.

A Cohab implantou uma nova versão do sistema de processamento de dados que administra a carteira dos 60.519 contratos ativos de financiamentos com o processamento das informações em tempo real. Anteriormente o processamento era mensal. Com esta nova versão ganhou-se rapidez das rotinas internas e maior agilidade na resposta aos mutuários.

Através de um trabalho de equipe, está-se realizando a implantação da averbação de todas as movimentações relacionadas ao seguros dos 60.519 mutuários da companhia automaticamente. O processamento das informações à seguradora de todas as movimentações de exclusão/inclusão e alterações eram manuais. Com esta nova implantação, ter-se-á a redução do custo de mão-de-obra, maior segurança e racionalização dos serviços.

Com o objetivo de redução de custos internos, maior rapidez e segurança no processamento das informações, a companhia implantou, em fevereiro de 2000, o comando para a baixa das prestações pagas pelo mutuário no sistema informatizado, através de código de barra padrão Febraban e as informações dos pagamentos efetuados pelos mutuários são enviadas à companhia pelos bancos em meio magnético e repassadas automaticamente para o sistema que processa a baixa da prestação.

Na área de informática, a Cohab efetuou a regularização de licenças office e windows, treinamento interno de sua equipe de informática, desenvolveu programas internos que resultaram em maior controle, racionalização de rotinas internas e agilidade e segurança nas informações ao público em geral. Foi migrada a rede de Novell para Windows/NT, compatibilizando 100% as aplicações Microsoft, e foi desenvolvido e está sendo implantada uma nova rede com 100 Megabits, dando maior confiabilidade e segurança, além de maior velocidade na operação dos dados.

A recepção da sede da companhia foi totalmente remodelada, com instalação de uma sala de espera dotada de móveis e equipamentos novos, objetivando dar conforto e

resolver a maioria dos problemas dos mutuários no local. Uma placa dirigida aos mutuários foi instalada no saguão para dar-lhes boas-vindas e a segurança de um tratamento atencioso, como merecem, já que são a principal razão de ser da Cohab.

Esta companhia está em dia com seus compromissos junto aos credores, fornecedores, com os benefícios e encargos sociais, empreiteiros de obras e prestadores de serviço contratados.

[Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira](#)

JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

O Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos (SEJDH) lançou, em fevereiro de 2000, o Programa Estadual de Recuperação Social (Perspectiva). Esse programa é fundamentado na profissionalização, na educação formal e evangelização, preparando o recuperando de forma a fortalecê-lo e capacitá-lo para viver em liberdade através da reinserção no mercado de trabalho e da convivência sadia com o meio familiar e social, visando, sobretudo, ao exercício da cidadania.

O Programa Perspectiva, desenvolvido em parceria com o Sebrae-MG, vem contribuindo diretamente para a redução de custos de manutenção e prevenção da reincidência no sistema penal. Hoje, os próprios recuperandos confeccionam seus uniformes, roupas de cama e materiais de limpeza, além de cultivarem, em algumas unidades, boa parte de hortaliças e gêneros alimentícios. Busca-se, dessa forma, a auto-suficiência do sistema, com a ordenação, a preparação comportamental e a integração destas ações e dos parceiros co-responsáveis.

Foram implementadas nas unidades da secretaria marcenarias, serralherias, tornearias, gráficas, automecânicas, tecelagens, lavanderias, cerâmicas. Em parceria com o Instituto Laborearte e com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), foi desenvolvido o projeto Gente não é Sucata. A meta foi criar uma alternativa de renda e transformação para 360 recuperandos, ao elaborar peças de arte com “design” usando matérias-primas que iriam para o lixo. O projeto prevê, ainda, a adoção pela iniciativa privada do que se chama Escola-Empresa, local em que se promove a qualificação do recuperando despertando seu potencial criativo, e fazendo a verdadeira conexão entre o valor humano e a renda.

Essas atividades, além de possibilitarem a qualificação dos 4 mil recuperandos, atendem às necessidades do meio empresarial e a absorção pelo mercado de trabalho de produtos a preços mais acessíveis ao consumidor final e conta ainda com a parceria do Senai, Senac, Senar e DRT-MG.

Na área de educação, além do ensino formal, foram desenvolvidos projetos como o Janelas para a Cidadania, em parceria com a Microsoft, que inclui a doação de 60 computadores para o ensino de informática e a possibilidade do ensino à distância. Foram também criadas, em parceria com a Fiesp, 19 telessalas, o que proporcionou a implantação do Telecurso 2000. A Una está oferecendo cursos de informática a 60 adolescentes acautelados.

A Editora Lê assumiu o apadrinhamento da biblioteca instalada na Penitenciária José Maria Alkimim, em Ribeirão das Neves, e doou 257 títulos, que serão atualizados a cada lançamento. O Conselho da Mulher Empreendedora da Associação Comercial de Minas Gerais implantou, no Centro de Reeducação Social São Jerônimo, um centro cultural e uma biblioteca, comprometendo-se, ainda, a acompanhar as atividades educacionais e culturais desenvolvidas naquele centro juvenil feminino. Ainda na área cultural, está em andamento um projeto em parceria com a Fundação Clóvis Salgado, que leva atividades artístico-culturais a 100 adolescentes.

Esse trabalho só está sendo possível com a contratação, formação, capacitação e redimensionamento de quadros gerenciais e equipes técnicas, valorizando-os e colocando-os como integrantes e agentes multiplicadores do programa, na implantação gradativa do modelo novo de gestão estratégica incorporado à cultura administrativa da secretaria. Os trabalhos de gestão estratégica tiveram início em janeiro, com a orientação e parceria indispensável da Fundação João Pinheiro.

Em parceria com a Academia de Polícia Civil (Acadepol), foi realizado curso de aperfeiçoamento para agentes penitenciários visando atender às necessidades de formação complementar e reciclagem para 387 servidores lotados nas diversas penitenciárias.

Juntamente com Polícia Militar-Fundep, houve o treinamento e a capacitação de 200 agentes penitenciários lotados na Superintendência de Atendimento ao Adolescente Infrator.

Através de parceria com a Utramig, foi possível a qualificação e requalificação de 3.424 recuperandos.

Foram reformadas ou ampliadas as unidades penais de Barbacena, Belo Horizonte, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Ipaba, Juiz de Fora, Patos de Minas, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Teófilo Otoni e Uberlândia, o que possibilitou o atendimento de 4.951 recuperandos nas penitenciárias.

O estado quitou um débito dos governos anteriores de R\$ 2,023 milhões, possibilitando a retomada das obras paralisadas desde 1998 e o término da minipenitenciária de Sete Lagoas e da Colônia Penal de Governador Valadares.

Foi prevista a concretização da implantação do Infopen, um sistema de informação e monitoração individual da execução penal, estando os seus módulos já instalados em 12 unidades penitenciárias.

Buscando ampliar o cumprimento de medidas socioeducativas de internação, foram concluídos, em Belo Horizonte, o Centro de Internação Provisória (Ceip) Dom Bosco, para o atendimento de 60 adolescentes do sexo masculino, e o Centro de Reeducação Social São Jerônimo, para 30 meninas.

As obras de construção do Ceip masculino encontravam-se paralisadas há 10 anos e somente foram concluídas com o auxílio da Loteria Mineira e do Ministério da Justiça. A partir de setembro, foi estabelecido convênio com a Inspetoria São João Bosco para implementação e gerenciamento de duas unidades com capacidade de atender 27 adolescentes que cumprem medida socioeducativa em regime de semiliberdade, localizadas em Contagem e Belo Horizonte.

A Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos está construindo o segundo núcleo da Unidade de Sete Lagoas, que abrigará 39 adolescentes do interior, e

reformando o antigo prédio do Centro de Internação Provisória (Ceip), que atenderá a 27 adolescentes.

A privação de liberdade no tratamento dos adolescentes autores de atos infracionais não significa, no modelo implantado pela secretaria, privá-los de seus direitos de cidadão, de sua dignidade e de sua integridade física, psicológica e moral. Mais que uma medida punitiva, a restrição da liberdade pessoal de adolescentes infratores só faz sentido se for medida educativa e com profundo compromisso com a recuperação da dignidade humana. Para tanto, foi realizada a primeira jornada da Rede de Ações Socioeducativas, objetivando a construção de uma rede de parcerias e desenvolvimento do projeto Sociopolítico-pedagógico no estado.

Os Centros de Internação e Integração contam hoje com 237 novos servidores entre médicos, psicólogos, assistentes sociais, advogados, terapeutas ocupacionais, pedagogos e profissionais da área de esportes e recreação, propiciando um atendimento de maior qualidade.

Sob a ótica da saúde mental e ressocialização de adolescentes infratores, foi criado o projeto Amizade Selada. Tal projeto busca a integração do adolescente à sociedade através da troca de correspondências com universitários. O projeto visa ainda sensibilizar a sociedade, fundamentalmente os futuros profissionais liberais, para que possam vencer o preconceito e a discriminação, frutos da desinformação ou da informação equivocada acerca dos recuperandos.

Outro grande desafio é a prevenção e o tratamento de doenças (DST/Aids), através de programas preventivos, tratamento ambulatorial e hospitalar. Nesse sentido, foi lançada a Campanha de Prevenção e Assistência de DST/Aids no Sistema Carcerário de Minas Gerais. Como parte da campanha foram distribuídas 20 mil cartilhas, “folders” e preservativos para os recuperandos.

Foi firmada parceria com o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) no programa Ipsemg-Família. No caso dos servidores que desempenham uma atividade estressante, a saúde psicoemocional merece atenção redobrada, auxiliando-os a decodificar suas angústias e garantir suporte para uma convivência familiar e social tranqüila, com o diferencial entre o ambiente de trabalho e o ambiente social.

Em atuação conjunta com a Utramig, pôs-se em prática o Projeto Aprender, que teve como objetivo a profissionalização de 240 adolescentes na formação de pintor de obras, eletricista predial, bombeiro hidráulico, pedreiro de alvenaria, mecânico de automóveis, serralheiro, pintor especial, cabeleireiro, manicura e costureira.

A presença da droga e do tráfico na vida dos adolescentes é fator condicionante da prática de ato infracional e mereceu atenção especial do Conselho de Entorpecentes do Estado de Minas Gerais. Alunos de 3.920 escolas públicas estaduais participaram do III Concurso de Frases e Desenhos Viva Feliz Sem Drogas. Este concurso teve a finalidade de despertar atitudes de valorização da vida nas crianças e adolescentes

mineiros, incentivando trabalhos educativos na prevenção ao uso de drogas. Foi realizado, também, o Fórum Mineiro de Prevenção e Tratamento ao Uso de Drogas Lícitas e Ilícitas, com o apoio da Secretaria Nacional Antidrogas, entre outros parceiros.

As relações da Secretaria com a Defensoria Pública e o Juizado da Infância e Juventude foram sistemáticas e produtivas, em se tratando dos procedimentos jurídicos e encaminhamento enviados a esses órgãos. Com o Ministério Público, a articulação é rotineira e avançou a partir da decisão dos promotores de Belo Horizonte em atender quinzenalmente no próprio Centro. Esse funcionamento tem-se revelado imprescindível na agilização dos processos judiciais e de outros procedimentos.

Foi desenvolvida uma verdadeira política pública de direitos humanos para o estado. Visando à implementação dessa política, foram desenvolvidas inúmeras ações como a criação do Fundo Estadual de Promoção dos Direitos Humanos; a obrigatoriedade de noções de direitos humanos nos concursos públicos estaduais; a indenização das vítimas de tortura praticada por agentes do estado durante o período da ditadura militar; a criação da comissão especial para análise de casos de anistia política; a criação do Programa Estadual de Proteção e Assistência a Testemunhas e Vítimas Ameaçadas (Provita) e a indenização a três ex-deputados mineiros cassados injustamente.

Foram assinados 10 convênios que, além de significativo investimento público, visam à defesa e promoção dos direitos fundamentais do cidadão. Esses convênios foram frutos da articulação governamental com a sociedade civil organizada, o terceiro setor, e com entidades religiosas. Foram visados especialmente o atendimento e assistência de 100 famílias dos recuperandos, a assistência a 100 egressos do sistema penitenciário e o acompanhamento das penas alternativas.

O Serviço Disque Direitos Humanos foi implantado, recebendo, em nove meses de funcionamento, três mil demandas. Viabilizou-se também o programa de assistência às vítimas e familiares de crimes violentos, além de serem oferecidos treinamento e capacitação a 300 funcionários públicos, em direitos humanos.

A Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, ao mesmo tempo que presta contas à sociedade de seu trabalho, destaca a importância de haver a cooperação de todos cidadãos mineiros para que possa, de forma mais efetiva, desenvolver e ampliar suas ações, as quais apresentam como objetivos fundamentais o resgate da cidadania e a construção da solidariedade entre as pessoas, ou seja, a luta por um mundo mais justo e fraterno, no qual cada pessoa seja, além de respeitada, valorizada pela sua condição e dignidade humana.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), em 2000, deu prosseguimento à política relativa à sua reestruturação geral, visando estabelecer prioridades para uma proposta de reformulação ainda mais ampla.

Criaram-se delegacias regionais e seccionais, bem como foram reestruturadas outras de necessidade premente. Dessa forma, foram instaladas nas cidades-pólo, que apresentam população superior a 25 mil habitantes, unidades com estrutura funcional de vanguarda, apropriadas ao atendimento a todos os serviços policiais, por serem dotadas de recursos materiais e humanos suficientes para servir a demanda local, de acordo com as necessidades da comunidade. Esta medida permitiu a redução de elevados custos utilizados no aluguel de alguns prédios e instalações.

A Sesp celebrou aproximadamente 90 convênios e prorrogou outros, totalizando 610 convênios de cooperação com prefeituras do interior do estado. São objetos desses convênios, desde a cessão de imóveis, de funcionários provenientes de outros órgãos públicos, até pagamento de despesas, como manutenção de viaturas policiais.

Foram construídos e reformados presídios na capital e no interior do estado, constituindo um investimento de R\$ 6.731.941,50, o que colaborou para a minimização do problema crônico do sistema carcerário estadual. Com esses recursos foram construídas as cadeias de Lavras e de São Sebastião do Paraíso e os Centros de Remanejamento de Segurança Pública (Ceresp) nos municípios de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Betim. Foram também reformadas as cadeias de Barroso, Monte Azul, Pedro Leopoldo, Santa Luzia, Curvelo, a 14ª Delegacia Distrital e a Metrópol de Belo Horizonte e a Delegacia Regional de Varginha.

O processo de transferência dos presos sentenciados definitivos, de acordo com a Lei n.º 13.720, de 27/09/2000, está em processo de efetivação através de comissões formadas por esta Secretaria, além da Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos e Fundação João Pinheiro.

Objetivando a economia de recursos, foi mantida a filosofia empregada na Casa de Detenção Dutra Ladeira de os detentos auxiliarem na fabricação e reformas do mobiliário da Casa e de outros órgãos. Além disso, são também executados serviços de marcenaria, estofamento, pequenos reparos de ordem hidráulica e elétrica. Tais ações permitiram aos internos a diminuição de suas penas. O objetivo primordial, ao final de tudo, foi prover ao apenado a sua ressocialização e reeducação, a partir dos conhecimentos profissionais adquiridos.

O desenvolvimento técnico-administrativo da Polícia Civil depende do seu aprimoramento no campo organizacional. Em função dessa exigência, visando à agilização de procedimento, de acordo com as atribuições inerentes a cada setor, instituíram-se a Coordenação de Apoio Aéreo, para o controle do tráfego aéreo policial; as Delegacias Seccionais de Polícia e Adidas ao Juizado Especial Criminal; as Delegacias Especiais de Crimes Contra a Mulher, do Idoso, da Criança e do Adolescente, da Violência Doméstica e Sexual, do Patrimônio Histórico; os setores de

Informática e de Serviço Médico e Psicológico da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais, objetivando o apoio ao quadro administrativo, discente e docente.

A Coordenação Geral de Segurança promoveu a reformulação do regimento interno criando novos setores, como de Segurança Pública, de Segurança Interna, de Segurança Física, de Buscas, de Arquivo e de Agentes Especiais (Central de Inteligência).

A Academia de Polícia Civil de Minas Gerais (Acadepol-MG) continua responsável pela captação, formação e adequação dos recursos humanos. A sua qualidade é medida pelo rigor quanto à seleção de candidatos para os diversos cargos policiais. O principal enfoque é o indispensável aprimoramento dos métodos de ação, buscando a adequação à realidade atual da criminalidade bem como uma postura policial ideal de envolvimento, integração e participação junto à comunidade que serve.

Pelo fato de não ter sido realizado concurso público, existem 1.285 vagas a serem preenchidas nas diversas carreiras policiais relativas à Polícia Civil.

A Acadepol-MG ministra cursos policiais específicos e de treinamento em atividades operacionais. São ministrados também aperfeiçoamento policial, aperfeiçoamento penitenciário, atualização em criminalística, formação de condutores, habilitação em microinformática, formação de criminólogos, aperfeiçoamento policial II, preparação para chefia policial, reciclagem, manejo e emprego de armas e especialização em segurança pública, este último em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O Colégio Ordem e Progresso, em concordância aos princípios exigidos pelo Ministério de Educação, através da Secretaria de Educação, continua em plena atividade. Os bons resultados obtidos por seus alunos ao final do ano corroboram essa evolução, uma vez que seu corpo docente é composto de professores de elevado preparo didático.

Em cumprimento à legislação específica, lei n.º 12.032 de 21/12/95, a Sesp continua recolhendo a Taxa de Segurança Pública, importante fonte de arrecadação complementar às despesas com manutenção e aquisição de equipamentos policiais destinados à suplementação da atividade policial. Tendo em vista a não-justificativa da gratuidade de determinados serviços, como a 1ª e 2ª vias de documentos de identidade e de habilitação, o registro e transferência de veículos e outros atos da Polícia Administrativa e Judiciária, esses também compõem a receita da citada Taxa de Segurança.

Na setor de trânsito, deu-se continuidade às atividades de interligação do estado à base de índice nacional de condutores, através do Sistema Nacional de Condutores Habilitados, o que possibilitou a moderna digitalização da carteira nacional de habilitação, além do seu acompanhamento “on line” e em tempo real, de qualquer ponto do País.

Novas bancas examinadoras permanentes foram instaladas nas Delegacias Regionais da Segurança Pública no interior, desconcentrando da capital os exames de habilitação para condutores de veículos. Além disso, foram nomeados mais 65 novos examinadores através de seleção competitiva interna, permanecendo ainda 180 vagas a serem preenchidas posteriormente.

A conclusão da construção e reformulação do Hospital da Polícia Civil (HPC) atenderá plenamente aos anseios dos policiais e dependentes no âmbito médico-odontológico, de acordo com o previsto na lei n.º 11.724, de 30/12/94. Foram registrados mais de 45 mil na área odontológica e aproximadamente 40 mil atendimentos na área médica. Tais demandas têm sido crescentes, o que denota a eficiência dos tratamentos.

Estuda-se a necessidade de implantação de um sistema de comunicação e rastreamento por satélite. Isto permitirá a todas as viaturas da Polícia Civil um combate mais efetivo ao crime com tecnologia de ponta, só presente em países do chamado “primeiro mundo”.

Foram adquiridas 199 viaturas novas.

A Sesp conta atualmente com um total de 10.375 servidores, dos quais 792 pertencem ao Quadro Geral Estadual, 533 de cargos de provimento em comissão e o restante, 8.688, de policiais de carreira.

Com este efetivo, as ações de manutenção da segurança pública junto à sociedade mineira poderão ser ainda mais eficazes, desde que todos os cidadãos tenham a consciência de que a segurança pública é dever do estado mas também uma responsabilidade de todos.

[Quadro de Execução Física e Financeira](#)

POLÍCIA MILITAR

A Polícia Militar de Minas Gerais, buscando sua permanente modernização, iniciou a implantação, a partir da capital do Estado, de um novo conceito de preservação da ordem pública através da Polícia Ostensiva de Resultados. Esta pode ser traduzida na regionalização das atividades policiais, na valorização das unidades básicas de policiamento, na busca de maior aproximação com a comunidade, no estabelecimento de metas e na avaliação objetiva e subjetiva dos resultados alcançados.

Foram implantados, em Belo Horizonte, 25 Conselhos Comunitários de Segurança Pública (Consep), e outros 53 no interior do estado, todos vinculados à estrutura operacional da PMMG. Esses conselhos apresentam como pressuposto o envolvimento de todos os segmentos da comunidade na elaboração dos programas e estratégias de combate à violência e à criminalidade, por intermédio da busca de possíveis soluções para os problemas sociais, estruturais e conjunturais que estimulam o fenômeno criminal, consubstanciados em uma mudança no ambiente social de maior harmonia nas relações entre a polícia e a sociedade, com a consolidação do papel da Polícia Militar a serviço da comunidade.

Para melhor atendimento à comunidade, a qual teve participação efetiva neste processo, foram desenvolvidos estudos visando à reestruturação operacional da PMMG, sem que esta proporcionasse um aumento do efetivo administrativo ou ônus adicional para o estado. Isto foi possível mediante o redimensionamento das unidades de Belo Horizonte, como o Batalhão de Polícia de Eventos, o Batalhão de Missões Especiais, a Primeira Companhia Independente de Trânsito, a Companhia de Radiopatrulhamento Aéreo e a instalação do 34º Batalhão de Polícia Militar.

Foi criado o Centro de Treinamento (CT), com sede em Belo Horizonte, que possui como metas a qualificação técnica dos militares lotados na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a reciclagem dos profissionais responsáveis pelo planejamento e execução da atividade de treinamento.

A comunidade do Vale do Aço foi beneficiada com a elevação de categoria da fração Polícia Militar de Coronel Fabriciano, que passou a ser uma Companhia Especial, fato que permitirá maior controle das atividades de polícia preventiva e potencializará a capacidade operativa da corporação naquela localidade.

Com o objetivo de aperfeiçoar o controle interno, a conduta social e profissional da instituição, foi instalada a Corregedoria de Polícia Militar, com a competência de planejar, coordenar, executar, fiscalizar e controlar as atividades de polícia judiciária militar e os processos administrativo-disciplinares referentes a atos e fatos envolvendo militares integrantes da PMMG.

Foram realizadas 468.397 operações policiais em todo o estado, registrando-se 3.467.191 ocorrências, das quais 12.347 referentes a drogas; além da apreensão de 8.862 armas de fogo e 15.663 armas brancas. Dessas operações efetuadas, merecem ser destacadas a Operação Integração, realizada em conjunto com Polícia Civil e Polícia Rodoviária Federal, em todo o estado; a Operação Carnaval, com o objetivo de prevenir e coibir, principalmente, a entrada de drogas ilícitas no estado; e as operações da

Semana Santa, do Réveillon 2000, de Reintegração de Posse, dos Perueiros e de Pesca, esta realizada pelas Companhias de Polícia Florestal a fim de coibir a pesca depredatória nos períodos de feriados prolongados.

A Polícia Militar esteve presente na guarda, distribuição e recolhimento das urnas eletrônicas de votação, visando à preservação da ordem necessária para que o pleito transcorresse naturalmente, evitando hostilidades e transgressões aos preceitos legais. Além de garantir o poder de polícia eleitoral dos juízes, promotores e serventuários da Justiça, a PMMG acompanhou a conjuntura política e abordou o problema priorizando três ações distintas: o levantamento dos focos de tensão no estado; o planejamento minucioso para a ação das frações de Polícia Militar e o treinamento de seus profissionais. Presente em todos os municípios mineiros, atuou preventivamente e de modo a restabelecer a ordem, coibindo os crimes eleitorais e garantindo ao cidadão o exercício de seus direitos fundamentais, mantendo os pressupostos necessários para a afirmação da vontade popular.

Foi reinaugurado o Centro de Operações da Polícia Militar (Copom), que passou por uma ampla reestruturação e modernização para melhor atender à comunidade através do telefone 190.

Foi implantado, nos municípios com mais de cem mil habitantes, o Grupo Especializado de Atendimento à Criança e ao Adolescente de Rua (Geacar), conforme proposta contida no Plano Estadual de Atendimento ao Adolescente. Está sendo implantado, ainda, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerde), em todas as unidades da PMMG.

O projeto de ampliação e renovação de veículos busca disponibilizar o maior número possível de viaturas para a execução do radiopatrulhamento e reduzir os índices de indisponibilidade dos veículos.

Foram adquiridos 1.307 coletes a prova de balas e diversos apetrechos operacionais.

Mediante convênio com a Comig, construiu-se uma companhia em Juiz de Fora, reformou-se a 7ª Companhia Florestal em Belo Horizonte, e ampliou-se o Colégio Tiradentes – Anexo Gameleira.

Através de convênio com a Cemig e Prodemge a PMMG recebeu 157 computadores que foram distribuídos aos Batalhões de Polícia Militar.

Foi reinaugurada a sala de imprensa da PMMG, com a finalidade de modernizar e otimizar os serviços prestados ao público interno e aos profissionais da área. Um novo “lay-out” foi desenvolvido, o que permitiu uma estrutura de atendimento mais ágil devido aos investimentos em comunicação mais abrangente e eficaz, utilizando-se dos recursos informatizados e de ferramentas mais modernas.

Encontra-se em fase de projeto a criação da Rede de Imprensa da PMMG, que, utilizando-se da rede de transmissão de dados via Internet, manterá, na “home-page”

da Polícia Militar, um link de acesso às informações sobre as atividades desenvolvidas pela corporação, em tempo real de seu lançamento para os veículos de comunicação de massa. Através da Rede de Imprensa será possível gerenciar o fluxo de informações providas de todas as unidades da Polícia Militar para a imprensa, por meio de um canal centralizador de informações, proporcionando agilidade, padronização e maior eficiência no sistema de comunicação com o público externo.

Em decorrência da política de redução do efetivo administrativo, foram remanejados militares para a atividade operacional, com o objetivo de ampliar e melhorar o atendimento às diversas comunidades. Esta medida reduziu de 16,58% para 10,57% o efetivo empregado na atividade meio.

A PMMG intensificou a qualificação e o treinamento de seus servidores, impulsionando sua capacidade de prestação de serviços, melhorando o ensino de sua tropa, tendo por base iniciativas no universo da educação como cursos de pós-graduação para oficiais, o incentivo para praças realizarem cursos superiores e a exigência de, no mínimo, ensino médio para ingressar na carreira militar. Como fruto deste esforço observa-se o melhor preparo do militar, a maior capacidade de planejamento e implementação de ações policiais, além do uso de sistemas informatizados e registros estatísticos, com efeitos altamente benéficos à comunidade mineira.

Está sendo desenvolvido na corporação projeto de treinamento em direitos humanos, realizado em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, com o objetivo de treinar e atualizar, gradativamente, todos os integrantes da PMMG.

Formaram-se 1.800 novos soldados, que passaram a atuar no policiamento ostensivo, visando suprir a vacância de efetivo decorrente de baixa, reforma e exclusão. Foram incluídos, em fevereiro de 2000, 72 alunos no Curso de Formação de Oficiais (CFO).

A corporação implementou, de forma contínua, medidas de contenção de despesas, com finalidade de utilizar corretamente os recursos disponíveis, coibindo qualquer desperdício. Conseqüentemente, foram estabelecidas e cumpridas metas de redução de gastos em todos os setores operativos da corporação, sem permitir, entretanto, que ocorresse o comprometimento da prestação do serviço à população.

Estão sendo viabilizados estudos que possam permitir amplo conhecimento os processos atinentes à gestão administrativa da organização, para maior celeridade nas respostas operacionais.

Encontra-se em fase de implementação o convênio entre a PMMG e a Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Setascad), através do qual a Polícia Militar participará do treinamento introdutório, com duração de 60 dias, do programa de trabalho educativo, visando a qualificação profissional de adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 14 a 18 anos, em situação pessoal e social de risco, e que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Ainda através

da Setascad, e com recursos da ordem de R\$38 mil liberados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), houve a realização de cursos de direitos humanos e a sensibilização para a polícia comunitária, sendo atendidos 940 militares.

No controle e combate ao ilícito fiscal ou penal, foram realizadas ações que visaram à proteção e ao socorro comunitário, assegurando o poder de polícia dos agentes de fiscalização da Secretaria de Estado da Fazenda no cumprimento de suas missões. Buscou-se a integração operacional entre a PMMG e os encarregados das atividades de fiscalização por meio da Operação Fazendária, buscando o combate sistemático às causas da sonegação fiscal.

Para apoiar as atividades de preservação do meio ambiente, a PMMG tem celebrado convênios com órgãos públicos e instituições civis a fim de captar recursos para melhorar a fiscalização ambiental promovida pelas Companhias de Polícia Florestal. Nesse sentido, foi celebrado convênio com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), com previsão de liberação de R\$ 2.374.559,00 de julho de 2000 a julho de 2001.

Foi celebrado convênio com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), no valor de R\$ 702 mil para custeio e investimentos nas atividades operacionais da Polícia Militar de agosto de 2000 a agosto de 2001. Estes recursos serão destinados às unidades que apoiam a Copasa na vigilância de mananciais e pontos de captação para abastecimento público.

Em janeiro de 2000, entrou em vigor o convênio entre a Polícia Militar e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), estimado, para o exercício financeiro de 2000, em R\$ 4.905.871,00. O objetivo é a cooperação técnica e operacional entre as duas instituições, de acordo com o previsto no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), bem como a definição de diretrizes operacionais. A Polícia Militar vem cumprindo, nos termos do convênio, a missão de patrulhar as rodovias, realizando a fiscalização de trânsito rodoviário estadual e demais atividades que, por força do CTB, competem ao DER.

Para reaparelhar a instituição, visando ao maior combate à criminalidade e à melhoria da prestação de serviços à comunidade, foram firmados convênios com a Comig, a Loteria Mineira e a Prefeitura de Belo Horizonte, no valor estimado em R\$ 6,9 milhões.

Foram desenvolvidas, mediante convênios, as atividades operacionais de apoio policial aos fiscais do IMA, em função do programa de erradicação da febre aftosa e de policiamento nas agências dos correios responsáveis pelo pagamento de pensões do INSS, nos municípios desprovidos de agência bancária.

Através do Plano de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, consubstanciado no Plano de Ação da Polícia Militar para o combate à criminalidade e aperfeiçoamento do sistema de segurança pública em Minas Gerais, a corporação firmou convênio com o Ministério da Justiça, tendo recebido, para este exercício, recursos da ordem de

POLÍCIA MILITAR

R\$8milhões destinados ao reequipamento e à modernização da instituição, sendo assegurado, ainda, novos recursos para os próximos anos.

O Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais (IPSM), autarquia estadual vinculada à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, regido pelas leis n.º 10.366, de 28 de dezembro de 1990, e n.º 11.406, de 28 de janeiro de 1994, é responsável pelo pagamento de pensões e da assistência à saúde dos militares e de seus dependentes, num total de 186.456 beneficiários, dos quais 57.315 são militares e 11.868 são pensionistas.

As despesas com pensões a cargo do IPSM chegaram, em 2000, a quase de R\$113 milhões.

A assistência à saúde totalizou, em 2000, mais de dois milhões de procedimentos médico-hospitalares, compreendendo consultas, internações, cirurgias e exames, em valor aproximado de R\$58 milhões.

O estado repassou em dia ao IPSM as consignações e as contribuições previdenciárias descontadas de seus segurados. Permanece, porém, a dívida correspondente a retenção feita no governo anterior. Em consequência, não foi possível ao estado efetuar, com a mesma presteza, os repasses correspondentes à contribuição patronal devida ao IPSM. A dívida do Tesouro com o IPSM apresenta, em valor não corrigido, os seguintes números:

ESPECIFICAÇÃO	DÉBITO ANTERIOR A 1999	DÉBITO DE 1999	SOMA
Contribuição dos Segurados	92.485.749,87	-	92.485.749,87
Consignações retidas	15.591.896,41	-	15.591.896,41
Contribuição patronal do estado	349.372.707,83	164.525.956,08	513.898.663,91
SOMA	457.450.354,11	164.525.956,08	621.976.310,19

Fonte: IPSM

Apesar do valor expressivo da dívida acumulada, o IPSM não deixou, em momento algum, de cumprir as suas finalidades na órbita previdenciária e de saúde. O Tesouro descentralizou a autarquia, no seu devido tempo, recursos financeiros suficientes para o cumprimento de suas atribuições.

Quadro de Execução Física e Financeira

BOMBEIRO MILITAR

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, nos termos do artigo 144, inciso V, parágrafo 5º da Constituição Federal e artigo 142, inciso II da Constituição do Estado, é órgão integrante do sistema de segurança pública e possui como missão constitucional a coordenação e a execução de ações de defesa civil, a prevenção e o combate a incêndios, a realização de perícias e serviços de busca e salvamento, e o estabelecimento de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio ou qualquer tipo de catástrofe.

No cumprimento de suas missões constitucionais, a corporação desenvolveu diversas ações visando à prevenção de sinistros de toda natureza. Em se tratando de sinistros consumados, o objetivo principal foi atender com presteza e qualidade às emergências no menor lapso possível. Assim, até de outubro de 2000, atenderam-se 107.100 ocorrências, divididas nos seguintes grupos: de assistência, no qual estão incluídas as operações do sistema resgate, modalidade em que se tem verificado um acentuado crescimento ao longo dos anos, foram registradas 26.599 ocorrências; de incêndio, 6.984 ocorrências, verificando-se um decréscimo devido à prevenção, à conscientização e à realização de vistorias; de busca e salvamento, 5.528 operações; de prevenção, 48.076 operações contra incêndios e acidentes, partindo do princípio de que se deve antecipar aos acontecimentos, já que a prevenção é um dos grandes serviços que o estado pode prestar ao cidadão; e, nos demais grupos, foram atendidas 19.913 ocorrências diversas.

Foi dada maior ênfase às ações preventivas, principalmente vistorias, análise e aprovação de projetos de sistemas preventivos e de combate a incêndios em edificações de uso coletivo. Nesse sentido, fizeram-se 3.469 análises de projetos para novas edificações de uso coletivo. Ainda dentro do aspecto da prevenção, foram ministrados 40 cursos de primeiros socorros direcionados ao público externo. Foram realizadas palestras e distribuição de cartilhas educativas em escolas, empresas e órgãos públicos, ocasiões em que se procurou mostrar a importância da participação de todos os segmentos da sociedade na prevenção de acidentes e incêndios em residências, estabelecimentos comerciais, industriais e em florestas e matas. Como medida de impacto, em parceria com diversos órgãos, houve exercícios simulados visando verificar, em campo, o grau de organização e a capacidade em harmonizar os esforços das diferentes instituições públicas em face de um grande sinistro.

Como forma de interagir com a comunidade, e também para evitar afogamentos e riscos em atividades aquáticas, todas as unidades que dispõem de piscinas realizaram cursos de natação abertos à comunidade em geral, atingindo 9.853 pessoas, entre adultos e crianças. Estes cursos fazem parte do Programa de Divulgação da Natação (Prodinata).

Com o objetivo de desenvolver o sentimento de autoproteção nas comunidades, bem como dar curso ao cumprimento dos ditames da Lei 13.369 de 30/11/99, que incentiva a criação de bombeiros voluntários, a corporação procurou firmar convênios com prefeituras de modo a viabilizar a formação de bombeiros voluntários. A parceria possibilitou formar essa categoria de bombeiros nas cidades de Mariana, Tiradentes, Itabirito, Ouro Preto e Itabira.

Em se tratando de recursos humanos, o Corpo de Bombeiros apresenta um efetivo previsto para 2000 de 4.254 militares e um existente de 3.854. Deste total, foram reciclados 71% da tropa com instrução intensiva. Na atividade de ensino, 185 militares fizeram cursos regulares na corporação, destacando-se os de formação e aperfeiçoamento de oficiais, o de gestão estratégica e o de formação de sargentos e cabos. Através do curso de técnico em segurança pública formaram-se 147 novos soldados. Foram realizados também cursos de pequena duração, mas de muita importância para o bom desempenho das atribuições de bombeiros, dentre eles o curso de técnico em emergências médicas e o de resgate.

Em cumprimento às orientações governamentais, estabeleceu-se um programa de racionalização administrativa procurando reduzir o efetivo empregado em tarefas administrativas e uma maior disponibilização do efetivo para as atividades operacionais.

Para amenizar suas enormes carências na área logística, a corporação tem buscado recursos alternativos por meio de parcerias com os municípios e com a iniciativa privada, sendo celebrados convênios com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), com a Mercedes-Benz e com as prefeituras de Belo Horizonte e Juiz de Fora. Através destes convênios, foram incorporadas à frota da corporação seis viaturas leves, três motocicletas e ainda comodato de 19 viaturas de resgate.

Com aplicação de recursos orçamentários do tesouro e dos decorrentes da arrecadação interna foram adquiridos diversos equipamentos operacionais, principalmente capacetes de bombeiros, capas para combate a incêndio, mangueiras, esguichos, motor de popa, moto-serras, cintos ginásticos, roupas de cama, colchões e outros materiais de consumo e permanentes.

Com a desvinculação da Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros passou a executar atividades nas áreas de finanças, orçamento e gestão de recursos humanos, tornando-se necessária a definição de uma nova estrutura administrativa como unidade autônoma. Para isso criaram-se as diretorias de Apoio Logístico, de Recursos Humanos e de Contabilidade e Finanças, bem como os Centros de Ensino de Bombeiros, de Suprimento e Manutenção e de Atividades Técnicas. A fim de proporcionar uma melhor prestação de serviço à comunidade, as companhias das cidades de Governador Valadares, Varginha, Montes Claros e de Uberaba foram elevadas à categoria de companhias independentes de bombeiros, portanto com autonomia administrativa e operacional.

A fim de agilizar o processo decisório, principalmente para dinamizar a coordenação das operações, foi criado o Comando Operacional de Bombeiros, que passa a ter como subordinadas todas as unidades operacionais da corporação.

[Quadro de Execução Física e Financeira](#)

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em 2000, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT) empreendeu esforços na consolidação da política setorial explicitada no Plano de Mobilização em C&T para o Desenvolvimento Sustentável 2000-2003, fundamentado na inserção e na participação da sociedade nas transformações econômicas e culturais decorrentes da vinculação entre desenvolvimento com competitividade e benefícios sociais.

Nesse aspecto, privilegiou-se a articulação, a parceria e o trabalho cooperativo entre os principais agentes de P&D, representantes de entidades de classe e da sociedade civil, agências de fomento, poder público e missões internacionais, com vistas à implementação dos programas especiais coordenados pela SECT: Uso Múltiplo de Florestas Renováveis; Rede Estadual das Tecnologias dos Minerais (que passou a incorporar os programas Gemas e Jóias e Tecnologia Mineral); Rede Mineira de Biotecnologia e Bioensaios; Gestão Tecnológica em Recursos Hídricos; Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico-Cultural de Minas Gerais; e Programa de Melhoria do Ensino de Ciências e Matemática (Pró-Ciências).

Como principais realizações dos programas mencionados citam-se: a preparação de propostas de editais a serem lançados pela Fapemig; a efetiva atuação do programa Uso Múltiplo de Florestas Renováveis, como parceiro no processo de lançamento do edital do Banco do Nordeste para projetos de desenvolvimento na região do semi-árido mineiro; a assinatura de Termo de Parceria para indução de projetos e continuidade do Pólo Moveleiro de Turmalina; a integração do programa Rede Estadual das Tecnologias dos Minerais com a UEMG, UFMG, UFOP, PUC/MG, Ajomig/Sindijóias para definição de temas prioritários do setor; a definição dos temas de pesquisa do programa Rede Mineira de Biotecnologia e Bioensaios e a elaboração de anteprojeto de lei, em tramitação na Aleg, que dispõe sobre a política de acesso aos recursos genéticos de plantas nativas em Minas Gerais; o detalhamento técnico-operacional do programa Gestão Tecnológica em Recursos Hídricos; a avaliação do estado de conservação do patrimônio documental mineiro Programa de Uso da Tecnologia Digital no Resgate da Identidade Histórico-Cultural de Minas Gerais; o treinamento de mais de 800 professores da Rede Pública de Ensino, na 5ª versão do programa Pró-Ciências.

Além desses, encontram-se em fase de implantação os programas Tecnologias da Informação, Rede Estadual de C&T para a Inovação Agroindustrial, Popularização da Ciência e Tecnologia e Inovação Tecnológica do Parque Industrial Mineiro, este último com a implementação de iniciativa piloto oriunda do Programa de Pesquisa Aplicada à Indústria, viabilizado através de convênio de cooperação entre o Sistema Fiemg/IEL-MG, a SECT e a Fapemig. Em 2000, o programa abrigou 50 mestrandos e 18 doutorandos nas áreas de alimentos, bebidas, automobilística, metalurgia, telecomunicações e têxtil.

Missões técnicas da Eslovênia, França, Alemanha e China mantiveram contatos e elaboraram propostas de trabalhos conjuntos com a Secretaria, em fase de análise pelas autoridades daqueles países. Ainda no âmbito das relações internacionais, registrou-se a participação da SECT na missão empreendida pelo grupo coordenador

do projeto Cresce Minas com a França e a Itália, e na missão do Sebrae/MG também na França, em Portugal e na Espanha.

Destacam-se, ainda, no período, os eventos promovidos e apoiados pela SECT: Minastec; Manhã de Encontro da C&T Mineira com a Imprensa; FETIN; Metrominas; I Encontro do Programa Minas Gerais – Memória, Patrimônio Documental e Informação Digital; Inforuso; Ecolatina; Prêmio Inovação Tecnológica-Sebrae, Seminário de Proteção ao Conhecimento, Lançamento do Programa Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis Automotivos; Workshop Pró-Ciências; Fórum Empresarial de Tecnologias Ambientais – Brasil/Alemanha, Inauguração da Fábrica de Aços Inoxidáveis Coloridos - Inoxcolor – Mateus Leme – MG; Simpósio Brasileiro de Tratamento e Caracterização de Gemas; 58º Simpósio Semestral da Acesita; Workshop de C&T da SME; 5ª Mostra da Indústria; I Simpósio Internacional de Monitoramento e Automação dos Sistemas de Água; Seminário de Florestas Renováveis; Foro Intergovernamental de Segurança Química, IV Congresso de Engenharia Civil de Juiz de Fora; Forest 2000; 7ª Semana do Instituto de Ciências Exatas da UFJF; Agrosoft 2000 e Infobrac-Aciub; VI Seminário Mineiro de Plantas Medicinais; Encontro Nacional de Empreendedores e Usuários de Internet; Metrologia 2000- METRO-EXPO 2000; Fórum de Debates e Negócios em Metrologia; e II Congresso Brasileiro de Metrologia.

A SECT cumpriu, também, importante papel de coordenador e articulador das entidades vinculadas, garantindo, em amplo espectro, a inserção do Sistema de C&T nas políticas do governo.

A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), por sua vez, ofereceu 1.408 vagas em 22 cursos de graduação. Desse montante, 402 vagas destinam-se ao ingresso de candidatos vinculados ao Programa de Avaliação Seriada (PAES) – avaliação durante o 2º grau. As demais vagas são distribuídas através da aprovação em concurso de provas pelo Vestibular. Incluem-se, no total desses atendimentos, a manutenção de cursos não só em Montes Claros, sede da Universidade, mas em três outros municípios de importância para o progresso da região: Pirapora (Geografia e Pedagogia), Janaúba (Agricultura), e Janaúba (Letras: Inglês e Português).

Inscreveram-se nos concursos de seleção 21.683 candidatos (14.380 no Vestibular e 7.303 no programa PAES). Alcançou-se com isso um crescimento de 26,63%, em relação ao ano anterior.

Além de graduação, foram oferecidos 34 cursos de especialização “lato sensu”, contemplando 1.190 alunos.

Ampliando o atendimento às demandas regionais, a Unimontes concluiu, no exercício, a formação de 600 professores e a implantação de projeto específico para formar de docentes de 1ª a 4ª séries, todos da Rede Pública Estadual de Ensino, beneficiando 3 mil professores em 243 municípios do estado.

Quanto ao aprimoramento universitário o Hospital Universitário Clemente Faria, da Unimontes, vem exercendo papel preponderante na formação acadêmica na área da saúde, com a criação de 31 vagas de residência médica, credenciadas pelo MEC, em Pediatria, Cirurgia, Clínica Médica, Ginecologia e Obstetrícia e Saúde da Família, esta última pioneira em Minas Gerais. É o único efetivamente público da região e, juntamente com a Policlínica Doutor Hermes de Paula, oferece atendimento inteiramente gratuito, através do SUS, a pacientes carentes, cumprindo relevante papel social. O Hospital Universitário é, ainda, o único no norte de Minas, Vale do Mucuri e Jequitinhonha que atende pessoas atingidas por animais peçonhentos e portadores de tuberculose e do vírus HIV, além de realizar vacinações contra raiva. Com 144 leitos, computaram-se, no exercício, até novembro, 7.200 internações, 66 mil consultas, 79 mil exames laboratoriais.

Na pós-graduação “stricto sensu”, além dos cursos de mestrado interinstitucional em Letras e Administração, através de convênio com a Capes/MEC e com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com outras universidades foram iniciados os cursos de mestrado em Epidemiologia Clínica (com a Universidade Federal de São Paulo - Unifesp/EPM) e Direito (Universidade Federal de Santa Catarina). Iniciaram-se, ainda em 2000, as atividades do mestrado em Educação, História, Economia e Saúde Pública, todos em parceria com a UFMG.

Pesquisa realizada pela Universidade em julho de 2000 constatou que 92,5% do pessoal egresso da instituição desenvolve atividades profissionais no norte de Minas, o que reforça a importância da Unimontes no crescimento regional e na formação de profissional para o mercado de trabalho.

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) é composta do Campus BH e dos Campi Fundacionais de Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Passos, Patos de Minas e Varginha. Com a doação, pelo estado, de um terreno no bairro Cidade Nova, espera-se que no próximo exercício a UEMG tenha iniciado as obras para a unificação do seu campus na capital.

Não só aí tiveram lugar os avanços registrados pela UEMG no ano em curso. Recursos provenientes da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação possibilitaram a construção do Campus de Ituiutaba, com 591 m², a aquisição de 2.500 volumes para a biblioteca e a compra de equipamentos diversos.

O Campus BH, o mais amplo e bem integrado do Sistema, mantém 9 cursos de graduação, com 2.872 alunos matriculados e a expectativa de formar 601 novos profissionais no ano 2000.

Na pós-graduação, foram aprovados 12 cursos, dois dos quais de mestrado: um de Música, em convênio com a Uni-Rio, e outro de Engenharia de Materiais - Redemat, em convênio com a Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), com 25 alunos.

Deu-se continuidade, além disso, ao processo de repasse de bolsas de estudo financiadas pela Capes e Fapemig, para estímulo à capacitação docente.

Ressalte-se que a Universidade do Estado de Minas Gerais programou e realizou, em agosto de 2000, um Encontro de Planejamento Estratégico, que contou com a participação do corpo docente e área administrativa para a definição de seu Plano Diretor para o próximo biênio.

No âmbito da extensão universitária, realizaram-se 45 cursos, 65 eventos, cinco produtos extensionistas e seis prestações de serviços, atingindo um público total de 17.670 pessoas. Tais ações receberam recursos externos mediante celebração de convênios com instituições públicas e privadas, sem dispêndio de recursos da Universidade ou do Tesouro Estadual.

Além desses, destaca-se a realização de 700 cursos de qualificação profissional, dentro do programa nacional do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), perfazendo 22.957 beneficiados.

A Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), entidade essencial no processo de desenvolvimento científico e tecnológico do estado, norteia suas principais ações segundo diretrizes que visam responder às atuais demandas da sociedade, tanto no que se refere à geração de novos postos de trabalho quanto ao aumento da competitividade das empresas, associadas à otimização de processos, à melhoria da qualidade de produtos e à redução do comprometimento ambiental decorrente das atividades produtivas. As principais áreas de atuação do Cetec são tecnologia mineral, tecnologia metalúrgica e de materiais, tecnologia de alimentos, tecnologia ambiental, metrologia e ensaios, e informação tecnológica, todas de reconhecida importância para o progresso socioeconômico do estado e para a melhoria da qualidade de vida da população.

Na área ambiental, durante 2000, destaca-se o projeto de desenvolvimento de tecnologia para a descontaminação de áreas degradadas pela atividade garimpeira, que visa a recuperação de mercúrio e ouro. A área-piloto desse projeto é o Córrego Rico, no município de Paracatu. Pode mencionar-se também o projeto de pesquisa tecnológica para controle ambiental em pequenos e médios laticínios, inserido no projeto Minas Ambiente, que vem atendendo a 160 empresas com vistas à proteção do meio ambiente. Esse projeto desdobra-se em outro para estudo da melhoria da qualidade do soro do queijo, cujo objetivo é o de agregar valor a subprodutos, que levará à redução da importação de produtos nobres obtidos a partir do soro do queijo.

Na área de tecnologia mineral, de inequívoca relevância socioeconômica, destacam-se os projetos de desenvolvimento para as pequenas e médias minerações de ferro, melhoria dos métodos de lavra e aproveitamento dos rejeitos gerados no beneficiamento da ardósia, nas reservas localizadas nos municípios de Papagaio, Sete Lagoas, entre outros. Conhecendo a exaustão iminente das jazidas de minério de zinco em Minas Gerais, o Cetec vem fomentando, estrategicamente, tecnologias para

depósitos minerais no estado do Mato Grosso, visando alimentar as indústrias metalúrgicas existentes em nosso estado.

O Cetec tem como estratégia a ampliação do número de clientes-âncora – grandes empresas –, que garantem recursos para a sua manutenção e para o cumprimento de sua função social no atendimento às micro, pequenas e médias empresas. É meta, também do Cetec a equivalência na relação dos recursos captados via faturamento industrial e fontes de fomento e os recursos alocados pelo estado, como mantenedor.

Em parceria com a Fiat Automóveis, está sendo implantado o laboratório de referência para a análise de emissões veiculares, que possibilitará ao Cetec credenciar-se como agente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no programa de controle de poluição do ar por veículos automotivos.

No tocante à tecnologia metalúrgica e de materiais, ressalta-se o desenvolvimento de processo eletroquímico para coloração de aços inoxidáveis, com patenteamento e transferência de tecnologia, já com solução ambiental, para a empresa Inoxcolor. Destaca-se ainda o projeto de aços inoxidáveis de alta estampabilidade que visa a expansão do mercado interno e externo para os aços inoxidáveis produzidos pelas empresas mineiras.

O Cetec, na área de metrologia e ensaios, presta serviços de calibração e realiza ensaios de referência nas grandezas força, massa, pressão, torque e temperatura, às indústrias de todo o território nacional. Os laboratórios dispõem de equipamentos únicos no Brasil e participam de atividades de intercomparação, inclusive em metrologia química e ambiental, com outros países. No próximo ano contará também com os serviços de um laboratório de referência em vazão de gás, em fase de conclusão, de grande relevância assim que aumentar a participação do gás natural na matriz energética nacional.

Ainda na área de análises e ensaios, o Cetec monitora as oito principais bacias hidrográficas mineiras, em atendimento à Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam) e ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), coordenadores do Projeto Águas de Minas, ferramenta importantíssima de controle ambiental e de planejamento para o desenvolvimento industrial, agrícola e energético do estado. O Cetec monitora a qualidade de combustíveis automotivos em Minas, projeto que tem impacto direto na arrecadação fiscal.

Em resposta às demandas do setor de alimentos, constituído majoritariamente por micro e pequenas empresas, o Cetec lançou a Rede de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas (Redat). A coordenação dessa rede, que integra outras instituições atuantes na área, tem como objetivo, entre outros, elevar o patamar tecnológico das pequenas e médias empresas de alimentos no estado.

O Cetec atende, além disso, a mais de 250 hospitais para determinação de metais em água utilizada em hemodiálise; na determinação de alumínio sérico em cerca de 1000

pacientes; e na determinação de alumínio em albumina humana em atendimento a hemocentros de Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Distrito Federal.

No Cetec, merece destaque especial o projeto de Controle da Qualidade da Merenda Escolar, desenvolvido em convênio com a Secretaria Estadual de Educação, que atenderá, em sua primeira etapa, no projeto piloto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, cerca de 500 escolas, totalizando 412 mil alunos. A instituição contribui também para a formação e o treinamento de recursos humanos, nas suas áreas de competência, em cursos de curta duração e em atividades de pós-graduação.

Por sua vez, o Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) orientou suas atividades na busca da divulgação de seus produtos e serviços. Nesse sentido, cumpre destacar a participação em diversos eventos realizados na capital, como entidade oficial e de referência para as questões de limites, levantamento e demarcação de base fundiária municipal: Congresso Mineiro de Municípios, Fórum Empresarial Brasil-Alemanha, Ecolatina e Minastec.

Na área temática relativa ao turismo, o IGA realizou o Encontro de Parceiros do Fórum Permanente de Turismo Rural e concluiu, com financiamento da Fapemig, o Estudo Geoambiental da região “Circuito das Águas”, onde se localizam as estâncias hidrominerais e a região ecoturística das Terras Altas da Mantiqueira.

Visando à divulgação institucional, o instituto participou do Projeto Cidades, em parceria com a Prodemge, disponibilizando informações de 29 municípios, sendo 18 do Circuito do Ouro e 11 da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Com a consolidação da Rede Metropolitana de Alta Velocidade (Remav), implantou-se um servidor de dados para, juntamente com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), promover a divulgação de dados climatológicos através do Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos de Minas Gerais (Simge).

Como referência estadual na cartografia, o IGA elaborou, no decorrer de 2000: levantamentos e planta cadastral para o DAE de Carangola; mapeamento da bacia do ribeirão São Pedro integrante da bacia do Rio Pará; restituição do município de Caranaíba; e mapeamento ambiental do rio Piracicaba integrante da bacia do Rio Doce. Concluiu o mapa estadual das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais, na escala de 1:1.500.000, e realizou, ainda, serviços de mapeamento para usuários em geral, com destaque para a Companhia Belgo-Mineira, Polícia Federal do Ministério da Justiça e Faemg.

Nesse ponto, cumpre destacar a reedição do acervo de informações intitulado Relação das Áreas Municipais, Distâncias, Coordenadas, Altitudes e Declinações Magnéticas das Sedes dos Municípios de Minas Gerais, importante instrumento de pesquisa de topografia e geodésia do estado.

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais (IPEM), tem suas ações direcionadas essencialmente para a defesa do consumidor, atuando no combate a fraudes no peso dos alimentos pré-empacotados, nos erros de volume em frascos de

óleos comestíveis e lubrificantes e na fiscalização de bombas de combustíveis, balanças em geral e outros instrumentos de medição. Visando a modernização e à rapidez do atendimento ao público o Ipem implantou o Disque-Cidadão que, através do telefone 0800 335 335, atende denúncias de irregularidades, mal atendimento de funcionários do instituto, ou pedido de prestação de serviços de aferição e calibração de instrumentos.

O Ipem é subordinado tecnicamente ao Instituto Nacional de Normalização, Metrologia e Qualidade Industrial (Inmetro), responsável em Minas Gerais pela fiscalização e execução das políticas de metrologia legal, científica, industrial e da qualidade.

Na área da qualidade de bens e serviços destacam-se a inspeção e habilitação de veículos com cargas perigosas, a fiscalização de produtos têxteis e a certificação compulsória de brinquedos, pneus, extintores, preservativos, dispositivos elétricos de baixa tensão, entre outros, dentro das normas de conformidade do Inmetro.

QUADRO RESUMO 1999 a outubro de 2000

ATIVIDADES	UNIDADES/ANO	
	1999	2000
Verificação de instrumentos	779.171	2.215.608
Calibração de instrumentos	8.498	4.454
Fiscalização de produtos pré-medidos	58.863	85.380
Fiscalização de produtos têxteis	74.914	30.940
Fiscalização de produtos perigosos	7.928	6.593
Fiscalização de produtos certificados	1.507.436	2.057.407

O Ipem atua em todo o território mineiro através de 11 regionais e 2 escritórios. Para cumprir sua missão, os servidores percorreram neste exercício cerca de 1,2 milhão de quilômetros, visitando, aproximadamente, 100 mil estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviço.

No suporte amplo e no atendimento às diretrizes governamentais relativas à produção de Ciência e Tecnologia no Estado de Minas Gerais a Fapemig - com regulares repasses de recursos do Tesouro do estado - destinou a todas as áreas do conhecimento humano apoios, nas formas de projetos de pesquisas, formação de recursos humanos e participação em eventos de natureza técnica e científica o equivalente a R\$ 2 milhões de reais (valores históricos) por mês e ainda aplicou mais R\$ 12 milhões de reais ao financiamento da Pesquisa e do Desenvolvimento (P&D) em linhas apontadas pelo Conecit como de indispensável interesse social, econômico e cultural para Minas. Esse repasse tem sido feito e a Fapemig já pôde contratar mais de 300 novos projetos de pesquisa.

Destaca-se, neste contexto, o esforço de capacitação de pessoal de alto nível através da manutenção regular do sistema de concessão de bolsas diversas. Esta linha de concessão de bolsas, superada em valores e demanda apenas pelos projetos de pesquisa é a de maior demanda. Portanto tem sido objeto de estudos e deve sofrer completa reestruturação em sua concepção e modalidades de concessão. O objetivo é a montagem de um programa próprio para financiar a formação e a capacitação de recursos humanos para a ciência e a tecnologia no estado, visando evitar que as ações da Fapemig deixem de ser complementares às das agências federais, como tem sido desde sua fundação.

Em 2000, a carteira de solicitações de apoio à organização de eventos e participação de pesquisadores em congressos no País e no Exterior, fechada em 1999, foi reaberta por todo o ano de 2000, permitindo o atendimento a mais de 200 pedidos orçados em aproximadamente R\$ 450 mil.

A Fapemig tem buscado parcerias com a indústria através da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) para a implementação de programas conjuntos. Destaca-se o Convênio de Cooperação para Apoio à Pós-Graduação, vigente. Atualmente, 35 empresas financiam meia bolsa de mestrado ou doutorado para alunos que desenvolvem pesquisas de seu interesse. O projeto Recope (Redes Cooperativas de Pesquisa do estado de Minas Gerais), programa de caráter regional que busca articular a competência instalada nas instituições de pesquisa e nas indústrias do Estado para, de forma conjunta, obter soluções dos problemas tecnológicos industriais. O financiamento é entre a Fapemig, a Fiemg e a Finep/MCT. Estuda-se, no momento, parceria com o CNPq, para alocar doutores nas indústrias mineiras. Como parte do esforço nestas parcerias com o setor produtivo, a Fapemig está financiando, em conjunto com o IEL-Fiemg e o projeto Cresce Minas-Fiemg, o seminário Clusters, Cadeias Produtivas e Prospectiva Tecnológica.

Há também, a partir de 2000, um inédito empenho em se garantir os direitos de propriedade das inovações, resultados e tecnologias desenvolvidas com o apoio da Fapemig. Implantou-se o Escritório de Gestão de Tecnologia e Patentes com o objetivo de otimizar o aproveitamento, pela sociedade, do conhecimento gerado nas instituições e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do estado e do país. Considera-se que cerca de 40% dos projetos apoiados pela FAPEMIG apresentem potencial de aproveitamento econômico (patenteabilidade ou uso e exploração comercial). Através de um convênio com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), em setembro de 2000, os pesquisadores mineiros passaram a acessar o banco de dados de patentes e apoio às organizações tecnológicas, especialmente para depósito de pedido de patentes e transferência de tecnologia.

A preocupação com a maior visibilidade da Fapemig resultou da série de vídeos veiculados pela TV Minas, pela TV Assembleia e TV Universitária e, em nível nacional, pela Rede Pública de Televisão (RPT).

A revista MINAS FAZ CIÊNCIA, disponível também 'on line', de periodicidade trimestral, está em seu quarto número, com tiragem de cinco mil exemplares. Suas

matérias têm servido de pauta para a grande mídia. E, através do MINAS FAZ CIÊNCIA & DEBATE, a Fapemig abre suas portas para a sociedade em geral debater diversos temas relacionados à C&T.

**Recursos liberados
Projetos de Pesquisa – 2000**

ÁREA	NÚMERO DE PROJETOS	VALOR DOS PROJETOS
Ciências Agrárias	103	2.799.342
Ciências Biológicas e Biotecnologia	48	1.869.420
Ciências da Saúde	21	493.424
Ciências Exatas e da Terra	75	2.412.987
Rec. Naturais, Ciências e Tecnol. Ambientais	21	398.675
Ciências Sociais, Humanas, Letras e Artes	30	592.427
Arquitetura e Engenharias	28	1.253.718
TOTAL	326	9.819.996

**Recursos liberados
Organização e Participação em Eventos Técnico-Científicos – 2000**

MODALIDADE	NÚMERO	VALOR
Organização de eventos	40	126.199
Participação Coletiva em Eventos	12	76.470
Participação em Congressos no Exterior	67	144.515
Participação em Congressos no País	114	84.839
TOTAL	233	432.024

**Recursos liberados
Bolsas Diversas - 2000**

MODALIDADE	NÚMERO DE BOLSISTAS	VALOR
CDTN/CNEM	15	94.964
CEFET	6	5.071
CETEC	24	129.118
EFEI	91	191.010
EFOA	1	241
EMBRAPA	13	47.949
EPAMIG	33	179.187
FEAM	12	20.838
FEPI	1	483
FIOCRUZ	7	65.908
FJP	4	3.139
FMTM	28	65.915
FUNED	27	81.463
FUNREI	13	27.804
IGA	1	9.656
PUC/MINAS	28	93.834
SECT/MG	6	60.645
SENAI	2	1.932
UEMG	51	120.257
UFJF	91	227.696
UFLA	165	593.273
UFMG	746	1.823.707
UFOP	65	210.367
UFU	171	410.690
UFV	292	964.435
UNIFENAS	20	23.184
UNIMONTES	28	112.162
TOTAL	1942	5.577.300

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O Sistema Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por entender que a preservação do meio ambiente em Minas Gerais só será possível se houver uma efetiva parceria entre o poder público, sociedade civil e setor produtivo, tem procurado aperfeiçoar e aprofundar sua interlocução com esses setores.

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) coordenou o fórum estadual para discussão da gestão participativa de resíduos sólidos, que tem como objetivo principal a parceria entre estado/sociedade civil/municípios, para a formulação de uma diretriz para a política estadual de disposição adequada de resíduos sólidos, e de apoio aos municípios por meio da capacitação de agentes locais.

Vale salientar que foram realizadas quatro reuniões do fórum com a participação média de 27 entidades, entre elas secretarias de estado, prefeituras, organizações não-governamentais, universidades, Promotoria Pública, ministérios, entidades financeiras, empresas públicas e privadas.

Em novembro foi realizado em Ibirité, com o apoio financeiro e institucional da Semad, o 1º Encontro Estadual “Lixo e Cidadania”, que reuniu mais de 300 representantes de diversos municípios do estado.

A Semad assumiu e está estruturando a gerência da APA-SUL, área de preservação ambiental da região sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo sido formado Conselho Gestor que tem a participação efetiva tanto do setor público quanto do setor privado.

A Semad realizou a pesquisa “Mapeando a realidade da Educação Ambiental em Minas Gerais”, subsídio para a o “Fórum Estadual de Educação Ambiental”, que tem como objetivo a articulação estado/municípios/sociedade civil para desenvolver programas de educação ambiental em todo o estado, através do apoio aos municípios por meio da capacitação de “multiplicadores” locais. Foram enviados mais de 12 mil questionários aos municípios do estado, com retorno mais de 2.800 respondidos (mais de 600 municípios mineiros).

Também deve ser destacado o fortalecimento da parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais. Para tal, foi assinado em de julho de 2000 o segundo termo aditivo ao convênio de repasse de recursos para a realização de diversas operações da PMMG na preservação e defesa do meio ambiente em toda Minas Gerais.

A Semad, em parceria com seus órgãos vinculados, coordenando em Minas Gerais o Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II), objeto de acordo de empréstimo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial, que está direcionado para o aperfeiçoamento do processo de gestão ambiental no País, nos três níveis de governo.

O PNMA II tem entre seus objetivos:

- Promover o fortalecimento das instituições, em nível estadual, para exercerem efetivamente o licenciamento e o monitoramento;

- estimular a adoção de práticas sustentáveis e de gestão integrada entre os diversos setores que impactam os recursos naturais, buscando melhorar efetivamente a qualidade do meio ambiente e gerar benefícios socioeconômicos.

Minas Gerais, um dos estados escolhidos como modelo para o Programa, aplicou e apresentou pioneiramente os resultados da metodologia estabelecida pelo PNMA. Através do PNMA II, serão aplicados em Minas Gerais aproximadamente oito milhões de dólares.

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) coordenou a contribuição de Minas Gerais à Agenda 21 Brasileira, que identificou segmentos relevantes no estado para encaminhamento de um formulário de consulta.

Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam)

A Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) tem por missão a melhoria ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população do estado por meio da avaliação do impacto ambiental proveniente da instalação e operação de atividades industriais, minerais e de infra-estrutura; da implantação de estratégias descentralizadoras de suas atividades e do relacionamento com empreendedores que reforcem valores de responsabilidade ambiental; e do fomento da educação e extensão ambiental.

Em 2000, foram analisadas pelo órgão cerca de mil solicitações de licenças prévia, instalação e de operação, resultando em pareceres técnico e jurídico de concessão ou indeferimento. Destas, cerca de oitocentas licenças passaram pela deliberação das câmaras especializadas do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), secretariadas pela Feam (Câmara de Atividades Industriais - CID, de Atividades Minerárias – CMI, e de Atividades de Infra-Estrutura - CIF). As demais são de responsabilidade do órgão seccional.

Foram também lavrados cerca de 1.600 autos de fiscalização, resultado proveniente de vistorias técnicas em diversos empreendimentos e, pela inobservância das normas ambientais estabelecidas, lavraram-se autos de infração. Ainda no período foram aplicadas multas e processadas denúncias e solicitações do Ministério Público.

Na linha de instrumentos econômicos para o fomento a ações ambientais proporcionado pelo ICMS ECOLÓGICO na área de saneamento ambiental, 23 municípios com população da ordem de 3,3 milhões já estão habilitados a esses incentivos, em decorrência de licenciamentos para aterros sanitários, usinas ou unidades de compostagem e estações de tratamento. As informações a respeito dos municípios contemplados estão disponíveis na página da Feam na Internet .

A atividade de monitoramento da qualidade das águas superficiais contemplou coletas e análises de águas de 242 estações localizadas em oito bacias hidrográficas, com abrangência de 98% da área do estado, visando determinar o Índice de Qualidade das Águas (IQA) e o grau de incidência de substâncias tóxicas. Além das informações

divulgadas através da Internet, foram editados mapa e o relatório Monitoração da Qualidade das Águas Superficiais das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - 1999. Foi também editado estudo específico sobre a Monitoração da Qualidade das Águas na Sub-Bacia do Rio das Velhas com dados estatísticos e análises dos dois indicadores mencionados para o período 1996/1997, bem como as recomendações para a melhoria da qualidade dos seus recursos hídricos. Foram elaborados pareceres técnicos sobre mortandade de peixes nos rios Paraopeba, Ouro Fino, Verde Grande, Mangaí, Sucuriú, das Mortes, Carandaí, Santa Bárbara e na Lagoa da Pampulha.

Quanto ao monitoramento do ar nas áreas de influência das três estações localizadas em Belo Horizonte, Betim e Contagem, a Feam fornece, diariamente, os principais resultados do índice e da classificação (boa, regular, inadequada, má, péssima e crítica) da qualidade do ar ao público, através da imprensa e da sua página na Internet. Edita-se ainda relatório mensal com dados de concentração de poluentes, índice e classificação da qualidade do ar que, além de colocado na Internet, são encaminhados para as prefeituras de Belo Horizonte, Betim e Contagem, especialmente para os órgãos de meio ambiente e saúde. Foram editados os relatórios Monitoramento da Qualidade do Ar na Região Metropolitana de Belo Horizonte - eixo Belo Horizonte, Betim e Contagem - consolidando as informações pertinentes aos anos, respectivamente, de 1997, 1998 e 1999.

A Feam estruturou e tornou disponível o Sistema de Legislação e Normas Ambientais, trabalho pioneiro entre os órgãos ambientais do país, disponibilizando-o na Internet.

De conformidade com a sua política de descentralização das atividades de licenciamento e fiscalização ambiental, foi firmado convênio com a Prefeitura de Contagem. Também se firmou convênio com a Prefeitura de Diamantina exclusivamente para as questões ambientais das atividades de garimpo. Para incrementar essa diretriz, verificou-se a participação da Feam em seminários realizados em Sete Lagoas, Governador Valadares, Uberaba, São Lourenço, Belo Horizonte e Nova Lima. Ressalte-se também que as prefeituras de Divinópolis, Ipatinga, João Monlevade, Coromandel, Timóteo, Perdizes, Serro, Sete Lagoas, Araguari e Juiz de Fora já deram entradas com pedidos na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) de municipalização.

Entre as atividades que estão sendo desenvolvidas com a finalidade de construir bases de dados socioambientais georreferenciados por bacias hidrográficas, destacam-se os estudos das bacias do Rio das Velhas, Paraibuna, Verde e Piracicaba. O georreferenciamento dos empreendimentos licenciados e em licenciamento pertinentes às atividades de controle da Feam está também em desenvolvimento.

A Feam participa dos projetos Minas Ambiente e Manuelzão, junto com universidades e centros de pesquisas, visando estudar, no primeiro caso, os processos tecnológicos alternativos que incorporem soluções ambientais para segmentos industriais que apresentam situações complexas para o tratamento e descarte de seus efluentes. Os segmentos que estão sendo trabalhados são têxtil (malha), couro (curtumes), laticínios, ferro-gusa e co-processamento de resíduos em fornos de cimento. O segundo projeto,

além de trabalhos técnicos relacionados com a poluição do Rio das Velhas, envolve a mobilização das comunidades da área de influência da bacia em favor da melhoria da qualidade das suas águas.

Editou-se também o relatório final do projeto Lixo e Cidadania na RMBH - A Experiência de Brumadinho e Ibirité, mediante convênio com a Unicef, que implantou nestas cidades processo de coleta seletiva do lixo e aterro controlado, beneficiando suas populações com a eliminação de lixões, além de gerar renda para os catadores.

Contando com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais (Fapemig), em andamento, estuda-se o aproveitamento econômico do rejeito das mineradoras localizadas em São Tomé das Letras que, além da questão ambiental envolvida, contribuirá para a geração de emprego e renda.

Ainda com o apoio da Fapemig foram aprovadas onze bolsas de iniciação científica no período para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Esta instituição, através do Plano de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH/Fapemig), concedeu a pesquisadores da Feam bolsa de doutorado em política e gestão ambiental e financiamentos para especialização em geoprocessamento e em gestão e ciências ambientais, além de cursos de curta duração e treinamento na própria instituição relacionados com tecnologia ambiental e impactos de poluição sobre o meio ambiente e a saúde humana.

Com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) foram realizados cursos de capacitação de recursos humanos em Licenciamento e Fiscalização Ambiental, Educação e Extensão Ambiental, Agenda 21 em Minas Gerais, Legislação Ambiental, Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e Enquadramento e Monitoramento de Águas.

No âmbito do Plano de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH/Feam), foram promovidos, com recursos próprios, cursos que beneficiaram seus servidores, somando carga horária superior a sete mil horas e dispêndio da ordem de R\$30 mil.

Além da publicação dos relatórios técnicos mencionados, foram editados o livro Ecologia Humana, Ética e Educação: A Mensagem do Professor Pierre Danserau e material didático e informativo a respeito da qualidade das águas e do ar, bem como sobre licenciamento das atividades industriais e obras de saneamento.

Ressalte-se ainda a participação da Feam em audiências públicas e em eventos sobre questões ambientais em diversas cidades do estado, Brasília-DF e Rio de Janeiro, Semana do Meio Ambiente, Fórum Brasil-Alemanha e Ecolatina

Instituto Estadual de Florestas (IEF)

Contando com o apoio decisivo do Governo Itamar Franco, o Instituto Estadual de Florestas vem consolidando sua posição no desenvolvimento da agenda verde, dentro do Sistema de Gestão Ambiental de Minas Gerais.

Tendo como referência os Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI), o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG -2000/2003) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2000, a autarquia vem contribuindo para o desenvolvimento sustentável através de mecanismos de controle e fiscalização florestal, no combate aos incêndios florestais, no incentivo à atividade pesqueira, no reflorestamento, na recuperação dos diversos ecossistemas florestais, na educação ambiental e à construção de políticas que disciplinam o uso comercial e múltiplo da madeira.

Seguindo a política de austeridade pelo uso dos recursos públicos, bem como a otimização dos serviços prestados à sociedade em geral, o IEF está introduzindo novos mecanismos visando à melhoria do desempenho operacional. Para isso conta com uma estrutura descentralizada e estrategicamente distribuída por todo o território mineiro, composta por 14 escritórios regionais, 158 escritórios locais, 150 viveiros de mudas, além de administrar 20 parques florestais, três reservas biológicas, sete estações ecológicas e 10 áreas de preservação ambiental (APA).

No desenvolvimento florestal sustentável, através de ações de apoio ao reflorestamento em florestas de produção e de proteção, o IEF. incentivou o plantio de 9.900 hectares de florestas tendo sido beneficiados 4.528 produtores e com o programa de arborização urbana (praças, ruas, comunidade rural etc), beneficiou 1.674 logradouros.

O trabalho de educação ambiental, importante instrumento estratégico para conscientizar agricultores, silvicultores, aquícultores e exploradores de produtos florestais na preservação dos recursos naturais, foram promovidos 5.905 eventos, envolvendo 387.710 pessoas, entre estudantes, agricultores, professores e formadores de opinião.

Nessa linha, reforçando a infra-estrutura operacional com aquisição de equipamentos e material permanente, integra-se a prefeituras, universidades e escolas superiores num esforço de aperfeiçoamento constante. Com isso, no monitoramento da cobertura vegetal, foram editadas cartas de vegetação e uso do solo que identificam a cobertura vegetal de aproximadamente 250 mil Km², correspondendo a 42% da área do estado. Na prevenção e controle de incêndios florestais, o IEF lançou a Campanha de Controle de Incêndios Florestais (Cacif), juntamente com empresas parceiras, visando intensificar o controle de incêndios florestais, criando um calendário de queima controlada para monitoramento dos focos de incêndios por satélite e de medidas interativas de proteção.

Além desta campanha, técnicos do IEF. de todo o estado, concederam 5.691 licenças para queima controlada, cobrindo o equivalente a 79.639 hectares.

Ainda na atividade do controle de exploração florestal, foram concedidas 10.788 licenças para desmate, representando 153.145 hectares, legalmente desmatados, sendo ainda fiscalizados e licenciados 67 projetos de manejo florestal, e concedidos 5.630 registros para exploração florestal.

Na Gestão da Pesca, o IEF. desenvolve importantes levantamentos estatísticos do pescado comercializado no estado e o apontamento da pesca dos rios São Francisco e Araguari. Foram emitidas 17.938 carteiras de pesca amadora e apreendidos em torno de 10 mil petrechos irregulares.

Visando à consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, este ano, o IEF. incorporou ao seu patrimônio mais 71.405 hectares de áreas protegidas, além de administrar 288.950 hectares referentes aos parques florestais, reservas biológicas e estações ecológicas já existentes. Em contrapartida, o envolvimento no ecoturismo propiciou a visita de 113.296 pessoas aos parques.

Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam)

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), autarquia criada pela Lei nº 12.584 de 17 de julho de 1997, é o órgão responsável pelo planejamento e administração de todas as ações direcionadas à preservação da quantidade e da qualidade das águas de Minas Gerais. As linhas de gestão do Igam partem do pressuposto de que os usos da água devem ser definidos assegurando-se a disponibilidade para os usos prioritários de cada unidade de planejamento, do desestímulo ao desperdício, da promoção dos processos naturais ou artificiais de reciclagem, e do envolvimento dos usuários de água na condução da política e da gestão dos recursos hídricos. Desta forma, a proposta de gestão do Igam é determinada pela descentralização e participação popular.

Para estar em consonância com as diretrizes estabelecidas no PPAG, o Igam desenvolveu programas, atividades e projetos que orientam a distribuição equitativa da água e que visem à conservação e revitalização dos recursos hídricos. Entre outros, cabe ressaltar o Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semi-árido Brasileiro (Proágua); o Programa de Controle e Monitoramento de Recursos Hídricos; o Programa de Gestão Integrada de Bacias Hidrográficas e Implementação e Coordenação de Planos Diretores; o Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos de Minas Gerais (Simge); bem como as atividades de Implementação de Comitês de Bacias; Cadastramento de Usuários de Outorgas e Monitoramento de Cursos D'água. No que se refere aos projetos tem-se o “monitoramento e elaboração de levantamentos e estudos destinados à bacia hidrográfica do Alto Riachão”; a “execução de obras emergenciais de melhoria da disponibilidade de água na bacia hidrográfica do rio Riachão” e a “Conferência das Águas”.

O Proágua é um programa entre o governo federal e os estados da região semi-árida brasileira, financiado pelo Bird. Em Minas Gerais, é coordenado pelo Igam. Por meio deste programa foram promovidas ações na gestão de recursos hídricos, estudos/projetos; monitoria/avaliação; obras prioritárias e gerenciamento. Estas ações prioritárias do Proágua permitiram ao Igam promover políticas públicas em várias regiões e em especial no semi-árido contribuindo para combater os efeitos da seca e a consolidação do desenvolvimento sustentável em Minas Gerais.

O Igam, na qualidade de coordenador técnico do Simge, cuja estrutura resulta de uma parceria com a SECT/IGA, é responsável pelas ações decorrentes dos estudos efetuados com vistas à vigilância e previsão quantitativa do tempo e do clima em todo o território mineiro, além do monitoramento climático e hidrológico, com detalhamento regional. Para aquisição dos dados, o Simge implantou uma rede de 14 Plataformas de Coletas de Dados (PCDs) meteorológicas e hidrológicas no estado. As PCDs são equipamentos completamente automáticos, dispondo de sensores eletrônicos capazes de medir precipitação, radiação solar, temperatura e umidade do ar, direção e velocidade do vento. A operação da rede existente conta com a colaboração dos municípios, que assumem a vigilância dos equipamentos e a preparação da infraestrutura local. O Simge pode ser visitado na página: www.simge.mg.gov.br.

Através da atividade de Cadastramento de Outorgas, o Igam concedeu, neste ano, 710 outorgas, 56% a mais que em de 1999. Os usuários de água cadastrados são 1510 (25% a mais que 1999).

O Igam monitora cursos d'água e realiza a operação e manutenção da rede hidrométrica. Estes serviços eram prestados somente à Copasa e à Cemig. A partir deste ano os postos de monitoramento de quantidade de água aumentaram com a contratação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Desta forma, 1763 postos foram monitorados, significando um aumento de 57% em relação ao ano passado. Os postos de monitoramento são postos linimétricos, pluviométricos e pluviográficos, fluviométricos, sedimentométricos e evaporimétricos. Quanto ao monitoramento da qualidade das águas, o Igam/Feam, por meio do projeto Águas de Minas, fez uma campanha de 820 postos monitorados, mas a meta principal é monitorar todas as bacias de Minas Gerais a fim de avaliar a qualidade das águas para os diversos usos às quais são destinadas.

Uma atividade que merece destaque é a supervisão dos Planos Diretores de Bacias Hidrográficas, os quais apresentam como conteúdo considerações específicas de programas e projetos, com intervenções na forma de medidas estruturais e não-estruturais. Eles estão em fase final de elaboração por meio de uma parceria institucional entre o Igam e a Ruralminas. Atualmente há os seguintes Planos Diretores de Bacias Hidrográficas: afluentes do Rio São Francisco, bacia do Rio Verde Grande, bacias do Leste, bacia do Baixo Rio Grande e bacia do Rio Paranaíba.

Em relação à qualificação profissional e melhoria da qualidade de vida dos servidores houve investimentos para a melhoria da prestação dos serviços à coletividade em consonância com a proposta do governo de valorização do servidor público. Desta forma, 32% dos servidores do Igam passaram por processo de qualificação por meio de cursos e seminários.

Outra ação que merece destaque são as intervenções promovidas pelo poder público, comunidade científica, usuários de recursos hídricos e outras atividades conjuntas com a população mais simples, sedenta por água. Para viabilizar e agilizar essa ação investiu-se boa parte dos esforços no fomento e criação de 16 Comitês de Bacias neste exercício, dentre eles os de Verde Grande, Mosquito, Velhas, Araguari e Paracatu.

O Igam coordenou o projeto da 1ª Conferência das Águas de Minas (financiado pelo Proágua). Esta conferência foi realizada em Belo Horizonte com expressiva participação popular (mais de 500 participantes). Assim, delegados de todas as regiões mineiras, através da “Carta das Águas”, estabeleceram as prioridades para a gestão dos recursos hídricos em nosso estado. A metodologia utilizada nas Pré-Conferências Regionais tem servido de modelo para que outros estados, notadamente do semi-árido brasileiro, possam organizar associações de usuários e comitês de bacias hidrográficas.

Quadro Demonstrativo da Execução Física e Financeira

AGROPECUÁRIA

A Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as entidades que lhe são vinculadas vêm desenvolvendo as ações preconizadas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, no Plano Plurianual de Ação Governamental, e na peça orçamentária do estado em conformidade com a decisão do Governador em priorizar as políticas que visem atender ao pequeno produtor, para melhorar a qualidade de vida da sociedade rural.

O suporte estadual à agricultura está consubstanciado na pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, defesa sanitária vegetal e animal e mecanização agrícola. Com a federalização da Casemg e da Ceasa, em 26 de maio de 2000, o Sistema da Agricultura permaneceu com a função de coordenação e controle da política de abastecimento, proporcionando o acesso ao mercado para o pequeno produtor. Neste sentido, os programas Barracão do Produtor e Vitasopa não sofrerão solução de continuidade e seus objetivos estão alinhados com os preceitos do Conselho de Segurança Alimentar (Consea).

Na definição dos produtos, buscou-se respeitar a tradição do produtor rural de base familiar, para obter a sua adesão ao uso de tecnologia que assegure maior produção, qualidade e, sobretudo, a preservação do meio ambiente.

O principal fator restritivo da agricultura de base familiar é a dificuldade de acesso a insumos de qualidade. Para minimizar este problema, foi lançado o Programa Referencial de Qualidade, conhecido como Banco Referencial de Qualidade, para levar ao pequeno produtor insumos e técnicas que possibilitem melhor índice de produtividade e de qualidade do produto. Estão sendo distribuídas, por este programa, 145 toneladas de sementes de milho, arroz e feijão para 5 mil pequenos produtores rurais de 160 municípios.

Destaque especial foi dado à questão do mercado, real e potencial, uma vez que a agregação de valor ao produto e conseqüente aumento de renda e emprego pressupõem uma comercialização adequada, a preços justos, em toda a cadeia produtiva. O café e a bovinocultura, com ênfase para a pecuária mista de leite e corte, estão presentes na quase totalidade das propriedades rurais de base familiar e, aliados à horticultura, são os maiores geradores de emprego e renda no meio rural. A mamona constitui uma opção para as regiões Norte e Jequitinhonha e só no corrente exercício a área plantada teve um incremento de 1.205% em relação ao ano anterior. O Pró-horta é uma atividade que envolve as comunidades rurais e urbanas e tem uma nítida conotação social.

Para atender à demanda por tecnologias, estão sendo conduzidos pela Epamig 117 projetos de pesquisa agropecuária e foram comercializadas 472 mil mudas, 156 toneladas de sementes, 272 cabeças de matrizes e 65 toneladas de material genético básico. Trabalho de campo e publicações veicularam informações tecnológicas aos agentes envolvidos na produção agropecuária. Ações de ensino na área de laticínios e agropecuária são mantidas pelo estado para demanda específica.

A Emater, responsável pela assistência técnica e extensão rural, manteve assessoramento a 4.395 programas negociados com os agricultores de base familiar. Esta atividade está presente em 726 municípios mineiros, em 7.404 comunidades rurais, tendo assistido a 221.941 produtores rurais. Para atendimento à segurança alimentar e à nutrição humana, foram beneficiadas 38.176 famílias e instaladas 21.493 hortas, 5.505 pomares, 12.906 criações de aves e 503 criações de suínos. A atividade de bem-estar social atendeu a 5.680 famílias em 200 municípios. Levantaram-se 458 casas, foram ampliadas outras 2.581, construíram-se 670 dependências de trabalho para 3.950 famílias rurais. As 44 novas casas de máquinas para processamento de produtos beneficiaram 1.971 famílias. Modelos referenciais de sete unidades de processamento e oito de irrigação foram consolidados em diversos municípios. A merenda escolar, no contexto da comercialização, beneficiou 30.254 alunos, tendo sido assistidas 745 famílias de produtores. Ações para sensibilização e mobilização para o turismo rural envolveram 1.751 pessoas.

A certificação de origem, identidade e qualidade da aguardente mineira, cuja produção atinge 6 milhões de litros/ano foi implementada e 280 cursos treinaram os produtores em diversos municípios.

A qualificação profissional através de 823 cursos atendeu a 12.437 produtores e familiares

Recursos do Pronaf da ordem de R\$14,5 milhões foram repassados a 4.992 produtores nos 97 municípios selecionados, o manejo integrado de sub-bacias hidrográficas atuou em outros 25 e no que tange à reforma agrária, assentaram-se 2.550 famílias em 55 projetos nas diversas regiões de Minas.

A comunidade indígena foi contemplada com recursos financeiros e projetos de assistência técnica e extensão com vistas à consecução da segurança alimentar e capacitação para o trabalho agropecuário.

O Vale do Jequitinhonha foi assistido com 450 projetos de irrigação, equipamentos eletro-rurais e beneficiamento da produção. Houve financiamento a 1.857 famílias do Vale, da Mata e do Sul de Minas, em cerca de 50 municípios, para a realização de treinamento e outras ações de qualificação.

A carência de informações do setor agropecuário foi resolvida com a manutenção do Agridata, que atendeu a 305 mil usuários. Agentes do agronegócio em 47 países acessaram 1,7 milhão de consultas, principalmente de a preços e planilhas de produção.

O programa de erradicação da febre aftosa desenvolvido pelo IMA alcançou resultados tão significativos que o Circuito Pecuário Leste foi reconhecido como “área livre de febre aftosa com vacinação” pela Organização Internacional de Epizootias. O índice de vacinação foi mantido em 95% do rebanho, tendo sido vacinados 25,4 milhões de bovinos. Mais de 1 milhão de bezerras foram imunizadas contra a brucelose. O combate à peste suína clássica tem sido sistemático. Vacinaram-se 9,8 milhões de

bovinos contra a raiva dos herbívoros e 18.386 morcegos hematófagos foram tratados com vampiricida.

O IMA também vistoriou 444 estabelecimentos de produtos de origem animal, 20,5 milhões de litros de leite, 12 mil toneladas de derivados de leite e 28 mil toneladas de carne, para verificar o cumprimento de boas práticas de produção e condições de higiene sanitária. Para garantir a sanidade das mudas e sementes, foram inspecionados viveiros de produção de 297,8 milhões de muda, em 108.755 hectares. Fiscalizaram-se 70.350 barreiras e houve combate a gafanhotos numa área de 191.645 hectares, além do controle de 9 milhões de plantas contra o cancro cítrico. A fiscalização atingiu também a 900 produtos agrotóxicos, avaliados para garantir e proteger a saúde humana, dos animais e do meio ambiente.

As 677 feiras, leilões e exposições, em todo o estado, receberam apoio técnico do governo através da Secretaria.

A infra-estrutura de apoio ao processo produtivo e de preservação do meio ambiente, executada pela Ruralminas, teve suporte significativo através da utilização de veículos, máquinas e equipamentos que prestaram serviços a prefeituras, sindicatos, cooperativas e produtores rurais. Construíram-se 615 pequenas barragens, 37 poços artesianos, 141 mil metros de dragagem, 2089 hectares de aração e gradagem, irrigação, drenagem e saneamento agrícola. Foram construídos e/ou recuperados 3.651 quilômetros de estradas rurais. O projeto Jaíba II, que é coordenado pelo setor agrícola do estado, é composto de 34 mil hectares, dos quais 16.332 serão irrigados, enquanto 97% da rede de canais, 70% de infra-estrutura, 98% do sistema viário e 98% do sistema de drenos já foram executados. Está sendo iniciado o projeto que objetiva irrigar 30 mil hectares no Vale do Jequitinhonha e Pardo, que irá gerar cerca de 30 mil empregos diretos nas duas regiões. Os projetos básico e de licenciamento ambiental do Entre RIBEIROS já foram concluídos. Uma área de 10.760 hectares será irrigada, e hoje já estão prontos para plantio 9.920 hectares.

A política agrícola estadual foi pensada a partir de duas dimensões básicas. A primeira diz respeito às suas prioridades, metas e impactos econômicos e sociais no estado. Tratou-se de definir sua capacidade de reduzir disparidades sociais e regionais, fortalecer o mercado interno, incrementar as exportações estaduais, crescer a produtividade em relação à média nacional, melhorar as condições de nutrição da população, a qualidade e a competitividade do produto com a marca MINAS, aumentar a renda do produtor rural, a geração de emprego e a fixação do homem no campo. A segunda, tão significativa quanto a primeira, refere-se à capacidade institucional do próprio poder público de pensar, avaliar, planejar e implementar políticas e programas, o que foi feito pela Secretaria.

O sistema de agricultura estadual teve um desempenho positivo devido à integração, à qualidade da coordenação, da identidade de propósitos dos agentes públicos e privados envolvidos nos programas e metas. O modelo de compartilhamento adotado para o setor rural deu sentido e direção para o alcance dos objetivos previamente estabelecidos. Este modelo mudou o cenário da agricultura mineira no que concerne à

produção, produtividade, comercialização e consumo de bens agrícolas. Em suma, a modernização da agricultura mineira foi a meta mais ambiciosa e relevante que se alcançou no corrente exercício.

Quadro de Execução Física e Financeira

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, à frente no estado no que se refere aos setores industrial, comercial e dos serviços, vem dando mostras de mudanças, atraindo empreendimentos de destaque.

Com assistência do Indi, 58 projetos industriais foram decididos para Minas Gerais. Os empreendimentos envolvem inversões de US\$307,6 milhões e a criação de 5.766 empregos diretos. São 20 projetos referentes a expansões de plantas industriais já existentes e 38 projetos novos.

Em termos de investimento, sobressaem-se os seguintes segmentos têxtil, confecções, produtos químicos, componentes eletroeletrônicos e produtos alimentícios. Mas merecem destaque a implantação da Indústria de Produtos Alimentícios Cory Ltda. em Arceburgo, Quintas & Quintas em Sarzedo, Prosimet - Produtos Siderúrgicos Ltda. em Além Paraíba, Minasfio Indústria e Comércio Ltda. em Montes Claros e Sinteko Produtos Químicos S/A em Uberaba. Merecem destaque, também, as expansões da Embaré em Lagoa da Prata, Camargo Correa em Pedro Leopoldo, Cia. Manufatora de Tecidos de Algodão em Cataguases, Têxtil Paculdino S/A em Montes Claros e Unifi do Brasil em Alfenas.

O capital a ser investido é predominantemente nacional (51,35%), seguido pelo capital estrangeiro (37,75%) e mineiro (12,9%).

As regiões do estado que conseguiram atrair maior volume de investimentos e que terão, conseqüentemente, maior expansão no emprego industrial são Sul (35,64% do total), Metalúrgica/Campos das Vertentes (26,76%) e a área mineira da Sudene (13,15%).

Em Minas Gerais, 26 projetos industriais iniciaram sua implantação. Deles, 13 são empreendimentos novos e os outros 13 expansões de plantas já existentes. Esses projetos deverão absorver investimentos de US\$189,7 milhões e criar 2.472 novos postos de trabalho.

Em 2000, entraram em operação 53 projetos que demandaram investimentos de cerca de US\$1.648.300.000 e ofereceram 11.602 novos empregos diretos em suas plantas fabris. Merecem ser destacados os seguintes projetos: a indústria de ácido cítrico da Cargill Agrícola S/A em Uberlândia, a fábrica de motores da Fiat Automóveis em Betim, a Iveco em Sete Lagoas, a Unigal em Ipatinga e a Satipel em Uberaba.

No que se refere a estudos setoriais, cujos objetivos são oferecer subsídios a sua ação e atender as necessidades das empresas mineiras, inclusive no que diz respeito à sua internacionalização, os principais trabalhos realizados pelo Indi no ano 2000 foram:

- A indústria moveleira em Minas Gerais;
- A indústria mineira de transformação de plástico: uma radiografia atual;
- Panorama dos segmentos automotivo e de autopeças de Minas Gerais;
- Perfil setorial de fundição;
- Panorama do setor de cerâmica vermelha: um estudo exploratório;
- Estudo do setor de biotecnologia: subsector de diagnósticos em Minas Gerais;

- Perfil setorial de siderurgia;
- Panorama da indústria mineira de cerâmica artística, louça sanitária e revestimento.

No trabalho de apoio e de indução à internacionalização, destacou-se a colocação de perfis de empresas mineiras nas redes internacionais de negócios BrazilTradeNet, do Ministério das Relações Exteriores, na BCNet (Business Cooperation Network) e BRE (Bureau de Rapprochement des Entreprises), ambas da Comissão Européia. As redes são operadas pelo Indi, que também sedia o Eurocentro de Cooperação Empresarial de Minas Gerais, uma unidade operadora do Programa Al-Invest (Investimentos na América Latina) criado pela Comissão Européia para gerar negócios entre empresas dos países da União Européia e de Minas Gerais.

Neste ano, o Conselho de Industrialização (Coind), subordinado à Seic, aprovou financiamentos através do Fundo de Incentivo à Industrialização (Find), 13 projetos no Programa de Integração e Diversificação Industrial e Agroindustrial (Pró-Indústria), para capital de giro, com investimentos da ordem de R\$297,5 milhões, gerando 1.615 empregos diretos, com previsão de financiamento de R\$78 milhões e no Programa de Indução à Modernização Industrial (Proim), financiamento para capital fixo para três projetos, com investimentos de R\$171,5 milhões, gerando 719 empregos diretos, com financiamento previsto de R\$16,7 milhões.

Já no Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas (Fundiest), foram aprovados três processos para capital de giro através do Programa de Apoio à Implantação de Indústrias Estratégicas (Proe-Indústria), projetos da Fiat em Betim e Iveco em Sete Lagoas, com investimentos da ordem de R\$1,06 bilhão, gerando 1.450 empregos diretos, com previsão de financiamento de R\$1,19 bilhão por um período de dez anos.

Dando prosseguimento aos trabalhos, a Seic participou da discussão para elaborar juntamente com o Grupo Especial de Coordenação (GEC), as ações prioritárias para o desenvolvimento da Zona da Mata bem como apoio à consolidação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Teófilo Otoni.

Participou ainda da discussão de estudos para a atualização e aperfeiçoamento dos programas dos Fundos de Desenvolvimento, da elaboração dos Protocolos de Intenções assinados pelo governo do estado para implantar novos empreendimentos, além de prestar atendimento aos empresários para viabilizar a implantação, expansão e modernização de empreendimentos industriais.

A Seic esteve representada em encontros, seminários, workshops, exposições que visaram ao desenvolvimento industrial e comercial, bem como esteve presente, através de parcerias, em projetos desenvolvidos pelos órgãos da administração direta e a iniciativa privada na busca do desenvolvimento e o crescimento econômico dos setores industrial, comercial e de serviços.

Diversas missões estrangeiras visitaram Minas e contatos mais profundos foram estabelecidos com representantes empresariais ligados ao comércio da França, Taiwan e China.

A Seic esteve presente na EXPO FENABRAVE, realizado na Bahia, promovendo e divulgando o Estado de Minas Gerais no cenário industrial.

A Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI-MG) alcançou em 2000 a marca de 69 distritos industriais em seu acervo técnico, dos quais 49 já foram implantados, 12 estão em fase de obras e outros oito têm projetos em andamento.

Buscando localizações estratégicas do ponto de vista sócioeconômico, identificando potencialidades locais e regionais e direcionando os investimentos para o melhor aproveitamento da infra-estrutura já instalada no estado, a CDI-MG tem viabilizado a interiorização dos empreendimentos, contribuindo, assim, para a superação dos desequilíbrios regionais. Em seu conjunto, estas ações beneficiam diretamente 52 municípios mineiros, contemplando praticamente todas as regiões de Minas.

O esforço atual da CDI é de ampliar o atendimento às aspirações municipais de industrialização, estabelecendo novos modelos de assentamento compatíveis com situações de desenvolvimento econômico local ainda incipiente.

Redirecionou também suas ações para o atendimento a micro e pequenas empresas, promovendo parcelamentos e executando obras complementares em alguns distritos industriais implantados, otimizando sua utilização e oferecendo lotes compatíveis com o porte dos empreendimentos. Na mesma perspectiva, incentivou e colaborou com as associações das empresas nos diversos distritos industriais.

A CDI gerou fatos econômicos através de soluções criativas que, integradas às ações dos demais agentes de fomento/desenvolvimento do estado, permitiram dar continuidade ao cumprimento de seus objetivos e realizou obras programadas, inclusive de projetos especiais como o da Iveco/Fiat e Camargo Correa/Ijaci.

Os projetos e estudos em desenvolvimento na CDI são os seguintes:

- | | |
|------------------------------|---|
| • JUIZ DE FORA | • Estudos já em análise pela Feam/Ibama para a obtenção da Licença Prévia |
| • MANHUAÇU | • Fase final de elaboração do projeto urbanístico, estabelecimento de parcerias e definição de convênios. |
| • SETE LAGOAS | • Fase final do projeto urbanístico, estabelecimento de parcerias e definição de convênios. |
| • UBÁ | • Fase final do projeto urbanístico, estabelecimento de parcerias e definição de convênios. |
| • NANUQUE/ SERRA DOS AIMORÉS | • Fase final dos levantamentos da área e anteprojetos, convênios assinados. |

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- ARCEBURGO
 - Fase final dos levantamentos da área e dos dados para a elaboração dos anteprojetos, convênio assinado.
- IJACI
 - Rede de Água = Camargo Corrêa definiu últimas alterações; processo licitatório em andamento.
 - Rede Elétrica - Camargo Corrêa definiu alternativa a ser implantada junto à CDI; iniciada formatação da implantação com participação da Cemig.
 - Rede de Comunicações - Camargo Corrêa definiu alternativa a ser implantada; fase final da formatação da implementação com a participação da Telemar.
- LAVRAS II
 - Em fase de projeto urbanístico.

Obras de Infra-estrutura - serviços técnicos, visando à implantação, expansão, complementação e/ou manutenção de Distritos Industriais:

- SETE LAGOAS
 - Obras de infra-estrutura do parque industrial da Iveco/Fiat - 98% concluída
- PARAÓPEBA
 - Início das obras de acesso e infra-estrutura do Distrito Industrial
- BARBACENA
 - Terraplanagem da área do DI (1ª etapa - acessos) - 96% concluída
- CORONEL FABRICIANO
 - Acesso ao Distrito Industrial - 100% concluída
- IPATINGA
 - Fase final de implantação do Distrito Industrial com a participação da Prefeitura de Ipatinga.
- PASSOS II
 - Obras de acesso e infra-estrutura do Distrito Industrial – 80% concluída.
- TUPACIGUARA
 - Pavimentação da 1ª etapa do Distrito Industrial - 100% concluída
- CONSELHEIRO LAFAIETE
 - Obras de infra-estrutura do Distrito Industrial – 100% concluída.
- ALFENAS
 - Fase final de obras de infra-estrutura do Distrito Industrial com a participação da Prefeitura Municipal de Alfenas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- MANHUAÇU
- Início das obras de acesso e terraplenagem
- GOVERNADOR VALADARES
- Início das obras de acesso do Distrito Industrial – Setor Norte e parcelamentos

A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg) terminou, em setembro do corrente ano, o primeiro recadastramento realizado. Foram baixadas administrativamente 552.751 empresas, sendo 345.545 firmas individuais, 189.395 sociedades limitada, 859 sociedades anônimas e 16.952 outros tipos de sociedades, liberando para fins de registro, os seus nomes comerciais para quem deles quiser fazer uso. Em seu banco de dados de 1.424.268 empresas, 631.295 são consideradas ativas, de conformidade com a legislação vigente. Até outubro houve registro de 43.873 novas empresas (19.486 firmas individuais, 24.098 sociedades limitada, 85 sociedades anônimas, 145 cooperativas e 59 outros tipos de sociedade).

A Jucemg, em parceria com o Sescon-MG, realizou em Belo Horizonte o 1º Encontro da Jucemg e Organizações Contábeis, e em Juiz de Fora o 1º Encontro Regional da Jucemg e Organizações Contábeis, cujo tema fora novas práticas e procedimentos do registro empresarial. Organizou e promoveu em parceria com a Federaminas, em Belo Horizonte, o curso Noções e Procedimentos sobre o Registro do Comércio, contando com a participação de 18 representantes de Associações Comerciais de Minas Gerais. Realizou em sua sede o curso de Noções de Junta Comercial e Registro do Comércio, Ciclo de estudo de Direito Comercial aplicado ao Registro do Comércio, com o objetivo de proporcionar aos participantes reciclagem e aperfeiçoamento profissional, bem como aquisição de conhecimentos.

Ampliando sua meta de descentralizar/desconcentrar e proporcionar maior interiorização para recepção de processos, a Jucemg firmou convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) para poder atender, de qualquer município do estado, os seus usuários.

Com o objetivo de auxiliar os municípios mineiros na busca de maior controle de empresas mercantis neles estabelecidos, a Jucemg firmou convênio com as prefeituras de Belo Horizonte, Governador Valadares, Uberaba, Uberlândia e Varginha, fornecendo-lhes, por meio magnético, a relação nominal das empresas que se constituem mês a mês.

Quadro da Execução Física e Financeira

TURISMO

Turismo tem Nova Dimensão

Os compromissos de campanha do Governador Itamar Franco para o turismo estão se tornando realidade. Deixaram o campo das promessas criar a Secretaria de Estado do Turismo, adotar o planejamento participativo e regionalizado e a definição de regiões turisticamente estratégicas, buscar parcerias permanentes, entre outras ações de governo.

A criação da Secretaria veio fortalecer o turismo em Minas Gerais, que passou a estabelecer programas, projetos e diretrizes básicas, bem como coordenar a atividade turística no estado. Já a Empresa Mineira de Turismo (Turminas), órgão vinculado à Setur, desempenhou o papel de operacionalização dos programas e projetos previamente definidos. Ambas buscaram desenvolver o setor turístico de forma planejada, para a geração de emprego e renda e a produção de benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais.

Em seu primeiro ano de atuação, a Secretaria orientou os trabalhos para a implementação de uma política para o turismo capaz de promover o setor mediante novos conceitos como os circuitos turísticos, o incremento do turismo regional e o resgate e valorização do patrimônio histórico-cultural e natural, bem como para preservá-los e criar novos postos de emprego e de renda. As ações do governo atual representaram a ruptura da postura contemplativa do turismo mineiro e a arrancada para transformar a atividade em uma das mais importantes de Minas Gerais.

Planejamento Participativo e Regionalizado

O Estado de Minas Gerais foi dividido em dez macrorregiões turísticas, nas quais estão sendo implantadas nova concepção de planejamento turístico: o circuito turístico. Esta nova metodologia segue critérios internacionais. O circuito é um destino turístico organizado a partir de Centro Receptivo, Centro Turístico, Núcleo Turístico e Unidade Turística. Paralelamente, é feito o inventário da oferta turística, que no exercício de 2000 foi realizado em 87 municípios.

Cada circuito é um destino revitalizado ou abertura de um novo, sempre com o objetivo de resgatar a história, a cultura e preservar os bens naturais de cada região, a fim de aumentar o fluxo e a permanência dos visitantes em Minas. Com isso, o estado criará emprego e gerará renda. Uma outra ação desenvolvida nos circuitos foi a criação de 83 conselhos municipais de turismo. Como o circuito é uma associação microrregional do poder público, iniciativa privada, instituições de ensino e organizações não-governamentais ligadas ao turismo, além dos conselhos, a proposta é que caminhem para a formação de uma agência de desenvolvimento. Pela nova política para o turismo, depois da associação microrregional, chegar-se-á à regional e, posteriormente, a todo o estado.

Neste processo de planejamento participativo e regionalizado, a Secretaria, com a discussão de mudanças para aperfeiçoamento do Plano Mineiro de Desenvolvimento do Turismo, despertou a comunidade turística para a necessidade de formatar a cadeia

produtiva do turismo. Esta formatação demonstra que a regionalização das ações são diferenciadas. A cadeia produtiva do turismo de praia e sol é menor do que a do turismo de montanha e saúde ou do histórico-cultural, que são os fortes de Minas. Esta discussão induzida por esta Secretaria já encontra reflexos em outros estados na área federal.

Investimentos em Infra-Estrutura

Em função da nova política para o turismo, os investimentos em infra-estrutura-construção, pavimentação e manutenção de estradas, saneamento básico e comunicações-seguem as necessidades turísticas. Dessa forma, foi sugerido ao DER melhorias em mais 900 quilômetros de rodovias de interesse turístico.

A sinalização dos acessos aos destinos turísticos já está sendo feita em parceria com o DER e a Comig, que elaborou também o mapa rodoviário de 2000 com os destinos turísticos, além de um trabalho envolvendo a Belotur na Capital.

Geração de Renda e Emprego

O Governo de Minas, através do Turismo, está criando postos de trabalho e gerando renda na cidade e no campo, além de evitar o êxodo rural. Isso acontece por intermédio dos seguintes programas e projetos:

Circuitos turísticos - Busca-se resgatar os valores culturais e históricos, preservar estes patrimônios e os bens naturais, revitalizar antigos destinos de forma a aumentar a permanência e o fluxo dos visitantes gerando emprego e renda. Isto já acontece nos seguintes circuitos já criados: do Ouro, das Grutas, dos Diamantes, Trilha dos Inconfidentes, Ecolago, das serras do Cipó, do Itambé e do Caparaó, do Ibitipoca e do Relojoeiro, Terras Altas da Mantiqueira,. Nascentes das Gerais, Lago de Furnas, Lago do Cajuru, Caminhos do Cerrado, das Pedras Preciosas, do Norte e do Urucuia, que atendem a todas as macrorregiões político-administrativas de Minas.

Pólos de ecoturismo - Com apoio da GTZ, do governo alemão, e dos parques estaduais e nacionais está sendo desenvolvido um trabalho para transformar os parques do Caparaó, do Itacolomi, do Serra do Cipó, Ibitipoca, Canastra, Relojoeiro, Natural do Caraça e das Terras Altas da Mantiqueira em atrativos turísticos.

Fazendas Mineiras - Observa-se o empobrecimento dos proprietários rurais e o conseqüente êxodo para os grandes centros. Com o programa pretende-se fixar o proprietário no campo, oferecendo-lhe linha de crédito para restaurar a fazenda e dar-lhe a opção de renda alternativa, com a oferta do imóvel à visitação, hospedagem e práticas ecoturísticas, além de resgatar e valorizar a cultura regional e a história da propriedade. Já foram cadastradas 800 propriedades, que contarão com linhas especiais de financiamento do Banco do Brasil, Banco do Nordeste e BDMG.

Maria-Fumaça - Minas resgata a memória ferroviária e cria cerca de 200 empregos diretos e indiretos só com a exploração turística do trecho entre São Lourenço e

Soledade de Minas, no sul do estado. A revitalização do trecho, além de atrair visitantes, também atraiu produções artísticas (TV e musicais). Outros trechos estão em fase de negociação para fins turísticos, como os de Ouro Preto a Mariana, Pirapora a Várzea da Palma, Cruzeiro (SP) a Três Corações, além da ligação ferroviária do Circuito das Grutas.

Lagos da Cemig - Programa destinado a despertar a iniciativa privada para o desenvolvimento da atividade turística nos lagos da Cemig. Os 15 lagos da estatal têm mais de 650 mil hectares de espelho d'água e mais de 8,5 mil quilômetros de orla. Neles os visitantes poderão praticar esportes náuticos. Deles poderá sair parte do peixe necessário ao consumo mineiro, gerando emprego, renda e vida mais saudável, a exemplo do que está sendo implementado no rio São Francisco entre Três Marias e Pirapora. Os lagos que estão sendo estudados são: Represa de Camargos, Três Marias, Jaguará e Miranda.

Minas Camping – Para viabilizar e apoiar a construção de áreas de camping, com infra-estrutura adequada nos principais pólos de ecoturismo, buscando atender e dinamizar as demandas dos turistas que procuram alternativas de hospedagem. O objetivo é atuar em todos os pólos de ecoturismo e, principalmente, ao longo da Estrada Real.

Estrada Real - A exploração do turismo ao longo da Estrada Real ganhou força com a coordenação que passou a ser feita pela Secretaria. Deste trabalho resultaram as criações da Sociedade Estrada Real e do Instituto Estrada Real e a realização de debates em torno da potencialidade para o desenvolvimento das regiões ao longo dos antigos caminhos dos colonizadores, cientistas, artistas, pesquisadores e aventureiros.

Centro de Artesanato Mineiro - Os artesãos do norte do estado e do Vale do Jequitinhonha contarão com R\$ 5 milhões para desenvolvimento de suas atividades e geração de novos empregos. Isso se tornou possível com a assinatura de protocolo de intenções com o Banco do Nordeste, devendo ser implementado ao longo de 2001. Trata-se do programa Crediartesanato. A Secretaria está elaborando uma política para o artesanato mineiro. Segundo o Programa de Artesanato Brasileiro, a cada US\$ 50 investidos cria-se um emprego direto.

Marketing Institucional

Internet - Através de convênio com o Senac foi criado o primeiro portal turístico do Estado com todas as informações necessárias aos visitantes. A Rede Turismo também oferece informações, o que constitui a melhor ligação entre o usuário e os prestadores de serviço.

Depois de muitos anos ausente dos grandes eventos e feiras nacionais de turismo, Minas voltou em 2000 a participar e a vender seus destinos turísticos. Desde a primeira participação no início do ano na Braztoa, que congrega as grandes operadoras de turismo, Minas reapareceu nos roteiros das agências paulistas. O

estande de Minas foi visitado por mais de 300 mil pessoas nos encontros da Braztoa, Bienal SP, Duas Rodas, World Ecotours e Hotel Travel Show, entre outros.

Postos de Informações - Com a nova política, o turismo mineiro passou a ser difundido em postos de informações no Minascentro, nos aeroportos de Confins e de outras capitais, sempre com o apoio de estagiários de nível superior. Nestes postos e nos estandes onde a Secretaria participa em parceria com outras instituições públicas e empresas privadas foram distribuídos materiais promocionais dos circuitos, como folders.

Palácio da Liberdade - Visa mostrar parte da história de Minas, abrindo o Palácio à visita no último domingo do mês, numa visita guiada por estagiários de nível superior. Em média, recebe 5 mil visitantes, entre os quais 553 de outros estados e 61 estrangeiros.

Minas em Festa - É o segmento do turismo que abrange de forma integrada o marketing turístico e que tem grande alcance em relação à demanda. De fundamental importância na vida da população mantêm vivas algumas das tradições e costumes, gerando ocupações produtivas e renda, com mais de 2 mil informações, por semestre, de datas comemorativas (cívicas, religiosas, folclóricas, culturais etc). Os aniversários do municípios e seus padroeiros são destacados em páginas especiais.

Educação para o Turismo

Trabalho em parceria com as universidades, escolas e entidades ligadas à área para criar uma nova visão sistêmica em relação ao turismo, estimulando estudos avançados e inovadores e conscientizando sobre o papel e a importância deste setor no progresso local, regional e estadual. Uma das ações foi o desenvolvimento do Projeto Cidades Temáticas, que teve sua primeira experiência no Dia de Minas, em Mariana. Esta iniciativa, além de valorizar a história e a cultura de Minas, também cria emprego e renda, pois é um atrativo a mais para aumentar a permanência e o fluxo de visitantes.

Entidades envolvidas: Universidade Federal de Minas Gerais, de Ouro Preto, de Juiz de Fora e de Viçosa. Universidade do Estado de Minas Gerais, Unimontes, PUC de Belo Horizonte e Poços de Caldas, UNA, Newton Paiva, UNI-BH, Faculdade de Turismo de Formiga, Cefet, Associação Brasileira de Dirigentes e Coordenadores de Escolas de Hotéis e Turismo; Senac, Sebrae, Senar, Abav, BH Convention & Visitors Bureau.

Neste trabalho também estão envolvidas entidades como as dos taxistas auxiliares da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dos guias de turismo.

Vale ressaltar, ainda, que em 2000 foi assinado um convênio com 21 instituições públicas e entidades privadas para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais.

Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (CONSEA-MG)

O Consea-MG, órgão colegiado representativo do estado e da sociedade civil organizada, que tem como objetivo propor políticas, programas e ações que configurem o Direito Humano à Alimentação, e que era subordinado à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan/MG), através do Decreto nº 40.943, de 24/02/2000, passou a subordinar-se à Secretaria de Estado do Turismo.

No decorrer de 2000, o Consea realizou vários seminários com o Fórum Técnico Institucional, composto por representantes de todos os órgãos da administração do estado, com o objetivo de verificar os programas e projetos que, de alguma forma, se encaixavam nos seis eixos preconizados pelo Consea.

Após este levantamento, priorizaram-se quatro eixos considerados como síntese de toda a proposta de atuação do Consea:

EIXO I - Combate à desnutrição e promoção à saúde materno-infanto-juvenil;

EIXO II - Apoio à reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar;

EIXO III - Habitação, saneamento e meio ambiente;

EIXO IV - Apoio à geração de emprego e renda.

Promoveram-se também reuniões públicas, com ampla participação da sociedade civil, nos municípios de Montes Claros, Araçuaí, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Juiz de Fora e Mariana, com o intuito de criar os conselhos de segurança alimentar regionalizados, os quais escolherão os seus representantes para integrarem o Consea Estadual. Com essa ação atende-se à demanda comunitária, cria-se a consciência do que é a segurança alimentar, estimula-se a parceria e dá-se representatividade ainda maior ao próprio Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais.

Foram realizadas quatro sessões plenárias do Consea, com representantes do governo do estado e da sociedade civil.

Em outubro realizou-se, em Belo Horizonte, o II Encontro Nacional de Fóruns e Conseas, promovido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, com o apoio do Consea-MG, o qual contou com a participação de representantes da sociedade civil e do governo de 25 estados brasileiros.

Importante ressaltar como metas alcançadas pelo Consea a assinatura do convênio entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Pastoral da Criança e a criação do Instituto de Terras (Iter).

TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Em cumprimento aos dispositivos institucionais, a Secretaria de Transportes e Obras Públicas (Setop) desenvolveu, no exercício 2000, um conjunto de obras e ações visando a definir a presença do estado nas regiões delineadas pelo PMDI, bem como desenvolver através de seus órgãos vinculados ações sociais em parceria com os municípios, observando a demanda aferida pelos próprios representantes das comunidades envolvidas.

Dentro do cenário atual, com sistemas de planejamento mais flexíveis e participativos, o gerenciamento operacional destas ações privilegiou a racionalização do uso de recursos de uma forma voltada à oferta de emprego e de renda para a população envolvida, buscando-se atenuar o desemprego nos grandes centros e manter as populações em suas próprias regiões, evitando-se o agravamento dos problemas sociais dos grandes centros.

Para atender a essa finalidade e tendo em vista os fatores sócioeconômicos atuais e a disponibilidade financeira do estado, a ação programática foi trabalhada em dois grandes níveis, o global, ou seja, tomando-se Minas como um todo, e o espacial, considerando o espaço sócioeconômico de cada região, objetivando, principalmente, equacionar a questão do deslocamento de pessoas e mercadorias. Para tanto, foram desenvolvidos quatro programas:

Edificações Públicas, Saneamento de Bacias (Arrudas e Onça), Vias Urbanas e Saneamento Geral

Voltado às construções, reformas ou ampliações de imóveis destinados ao público ou ao serviço público, as edificações podem ser classificadas em quatro modalidades:

- equipamento urbano: (ruas, praças, estádios, monumentos, calçamentos e canalizações, viadutos, túneis, metrô e demais melhoramentos próprios das cidades);
- equipamento administrativo: (instalações e aparelhamentos para o serviço administrativo em geral);
- empreendimentos de utilidade pública (ferrovias, rodovias, pontes, portos, aeroportos, canais, represas, usinas e demais construções de interesse coletivo);
- edifícios públicos (sedes de governo, repartições públicas, escolas, hospitais, presídios, etc).

Dos seis projetos apresentados dentro do programa, destacam-se:

- a construção de pontes municipais, que variam de 6 a 18 metros, com o objetivo de substituir as de madeiras que apresentem risco ao tráfego, com o fornecimento de vigas metálicas pela Setop. Com o método construtivo denominado ponte mista (concreto e aço), esta é uma solução econômica e definitiva para o problema. Em 2000, este programa obteve grande sucesso junto aos municípios. Outra atividade de grande repercussão para as comunidades locais é o fornecimento de “mata-burros”, que atenuam o entrave ao tráfego de veículos sofrido pelas rodovias municipais nas regiões mais carentes do estado, com a substituição das “portadeiras”,

nas estradas vicinais. Vale lembrar que com a obrigatoriedade de oferta do transporte escolar para as crianças até a conclusão do 1º grau do ensino fundamental aumentou o tráfego, justificando-se ainda mais o fornecimento desta peça.

- Voltado ao planejamento de desenvolvimento urbano dos municípios, o projeto de maior demanda em vias urbanas consiste na pavimentação de vias que além de atender às comunidades absorve também um maior contingente de mão-de-obra local com conseqüente aumento de renda no município. Para tanto, é utilizado o calçamento polidédrico, pavimentação em PAVI-S ou bloquetes de concreto em detrimento às pavimentações com asfalto que são de alto custo e não geram renda local. Em 2000 estes programas reuniram um montante de recursos alocados na ordem de R\$33 milhões, beneficiando cinquenta municípios mineiros.
- No segmento Transportes, sendo responsabilidade do DER/MG a elaboração de projeto, construção e implantação de sinalização luminosa e balizamento noturno nos aeroportos públicos de Minas Gerais, o governo mineiro determinou a elaboração de um novo Plano Aeroportuário, concluído no ano passado, com o objetivo de não permitir que a distância entre um aeroporto e outro seja superior a 200 quilômetros. O plano foi concebido para o período de 2000 a 2020, quando está prevista a realização de obras de melhoramentos em 68 aeroportos mineiros, permitindo pouso e decolagem das aeronaves com mais segurança e conforto para os passageiros. Esses aeroportos estão sob a jurisdição dos municípios onde são construídos, que respondem por sua manutenção e operação. Os recursos destinados à construção dos aeroportos provêm do Comando da Aeronáutica, da contrapartida do estado e, em alguns casos, da iniciativa privada ou do próprio município.
- A outorga de concessão para a administração e exploração de rodovias à iniciativa privada é hoje uma alternativa, no âmbito da infra-estrutura de transportes, para atendimento às impreteríveis demandas de obras de recuperação, melhoramento e aumento de capacidade de rodovias, nos corredores com maior densidade de tráfego. Por acreditar que se trata do caminho viável para a manutenção continuada das estradas, em nível adequado aos volumes de tráfego, o governo do estado decidiu implementar a concessão rodoviária em Minas Gerais. O estado iniciou o processo licitando os trechos integrantes do lote 01, para contratar mediante concessão a administração e exploração dos trechos Belo Horizonte – Entroncamento para Confins, na rodovia MG/010, com 22,4 quilômetros de extensão e Entroncamento MG/010 – Pedro Leopoldo – Sete Lagoas, na rodovia MG/424, com 50,1 quilômetros de extensão.
- As tarefas de conservação da malha rodoviária mineira, executadas rotineiramente pelo DER, compreendem operação tapa-buraco, roçada, caiação, patrolamento, limpeza de dispositivos de drenagem (sarjeta, meio-fio, etc), recuperação de aterro, obras de contenção e encascalhamento, entre outros. Os quantitativos executados nestes itens mais expressivos de conservação estão detalhados no quadro abaixo.

TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Natureza dos Trabalhos	Unidade	Executado
Caiação de dispositivos de drenagem	km	717
Construção de dispositivos de drenagem	m	384
Equipamentos (serviços em rodovias municipais)	hora	7.719
Limpeza de dispositivos de drenagem superficial	km	4.221
Recomposição de aterro e remoção de barreiras	m3	620.875
Patrolamento	km	23.095
Roçada ao longo de rodovias	km	10.244
Sinalização vertical (placas, delineadores, marcos quilométricos)	u	6.770
Tapa-buraco com massa asfáltica	m3	48.100

As licitações para execução de obras de recuperação em pontos críticos localizados em rodovias na região de Belo Horizonte, como a MG-050, MG-030, MG-010 e MG-424, entre outras integram um programa mais amplo do governo do estado, através da execução de intervenções de engenharia na malha viária, para oferecer maior segurança aos usuários das rodovias.

Para os segmentos críticos (locais onde se registram mais de quatro acidentes), estão sendo implantados projetos de segurança de trânsito, com soluções de engenharia de baixo custo, nos quais está prevista a implementação de medidas que podem contribuir para a redução do número de acidentes, a exemplo de reforço na sinalização horizontal e vertical, defensas, redutores eletrônicos de velocidade, etc. Treze trechos rodoviários, localizados em diversos pontos do estado, receberam obras de melhoramentos.

O DER atua também em parceria com outras instituições públicas. No interior, por exemplo, através das 40 Coordenadorias Regionais distribuídas por todo o estado, o órgão se alia aos municípios na execução de obras diversas, como encascalhamento, terraplenagem de áreas de acesso a indústrias e cessão de “caminhões-pipa” para abastecimento de água, celebra convênios com Associações Microrregionais para a cessão de equipamentos, fornece material betuminoso e massa asfáltica, destinados à realização de obras em vias urbanas e rodovias municipais. Nesse período, foram disponibilizadas 14.500 toneladas de material betuminoso e 7.800 horas de equipamentos para, aproximadamente, 180 municípios mineiros.

Presta serviços para outros órgãos do estado, como a Secretaria da Saúde, ao participar das Campanhas de Vacinação, e o SERVAS, no transporte de Vitasopa para 2.500 entidades conveniadas, além da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Instituto Estadual de Florestas e Secretaria de Segurança Pública. Com a Secretaria da Fazenda, foi assinado convênio para a execução de obras de recuperação e reforma dos prédios dos Postos de Fiscalização.

Já o Deop, executa obras públicas duráveis, com muita funcionalidade, que se tornam referência da população e das autoridades na execução das obras do sistema da

Educação, Justiça e Segurança, Saúde e demais órgãos , exercendo estas atividades sempre em sintonia com o plano orçamentário.

Foram concluídas 66 obras de significado relevante e outras 21 estão sendo desenvolvidas. A execução do plano de obras da Secretaria de Estado da Educação, neste ano, beneficiou a mais de 25 mil crianças em dezenas de municípios mineiros. Foram 56 novas escolas representando mais de 220 novas salas de aula a serviço das comunidades locais.

Um enorme esforço da ação governamental foi envidado para dotar o setor da Segurança e Justiça de equipamentos e obras necessários para o atendimento da população, visando minimizar os efeitos da violência urbana, problema social grave em nossos dias. A primeira preocupação foi a de terminar às obras já iniciadas, entre elas a construção das cadeias de Governador Valadares com 40 celas e Ouro Preto com 10 celas. Foram reformadas as cadeias de Sete Lagoas, Uberaba e o Centro de Reeducação de Unaí. Neste segmento, a obra de grande importância social foi o Centro de Internação Provisória Masculino (CEIP).

O grande desafio do segmento foi na área de saúde com a construção do Pronto-Socorro de Venda Nova, localizado no cruzamento das avenidas Cristiano Machado e Pedro I, cuja realização é um marco decisivo na melhoria do atendimento aos moradores de Santa Luzia, Vespasiano, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Contagem e de outras localidades. Grande obra social, propiciará a descentralização do atendimento de urgência da Região Metropolitana, desafogando as demais unidades de saúde, para melhor atender ao cidadão e favorecer a defesa civil com seus programas de prevenção de catástrofes naturais e acidentais.

Destaca-se a participação do Deop no Programa de Mobilização de Comunidades (PMC), com grande alcance social , beneficiando a mais de 120 municípios do interior de Minas, com análise dos projetos apresentados pela comunidade, suporte técnico às entidades, acompanhamento da execução dos projetos, relatórios de aplicação dos recursos, emissão de laudo técnico de conclusão e orientação na prestação de contas.

Em 14 de fevereiro de 2000 foi constituída a empresa pública sob a forma de sociedade anônima Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A, vinculada à Secretaria de Estado de Transportes e de composição acionária mista: 55% Estado, 35% Belo Horizonte e 10% Contagem.

Atualmente está em curso a negociação das condições de transferência do Sistema de Trens Urbanos da CBTU para o Trem Metropolitano, a partir do que terá início a Programação de Transferência e os estudos que indicarão os bens, os recursos humanos e os direitos a serem recebidos da União e da CBTU. Está prevista, ainda para este exercício, a assinatura do Termo de Transferência do Sistema, o qual será implementado quando forem cumpridas as condições de eficácia acordadas pelas partes.

Saneamento

Também na área de saneamento, os recursos próprios assumiram papel significativo na viabilização dos investimentos necessários ao atendimento adequado da população do estado uma vez que, desde 1998, a COPASA - como as demais empresas estaduais de saneamento - não obtém novos empréstimos junto à Caixa Econômica Federal, principal agente de financiamento do setor.

Neste contexto, a Copasa norteou, no ano 2000, suas ações pelas seguintes diretrizes estratégicas:

- melhorar a qualidade na prestação dos serviços aos seus clientes, elevando o nível de eficiência de seus negócios através do desenvolvimento organizacional e tecnológico, e da contínua qualificação de seu pessoal;
- ampliar a sua posição de principal agente de saneamento básico no Estado de Minas Gerais;
- renovar a concessão dos serviços em Belo Horizonte, essencial para garantir a qualidade do atendimento às demais localidades no estado;
- incrementar as ações voltadas para a preservação ambiental, em especial através do tratamento dos esgotos sanitários coletados.

Os investimentos efetivados pela empresa atingiram R\$ 184,7 milhões no ano 2000, sendo mais de 37% realizados com recursos próprios. O restante é de financiamentos antigos junto à Caixa Econômica Federal e ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais/Fundo SOMMA. Apesar de insuficientes para atender todas as demandas existentes, esses investimentos permitiram a ampliação da posição da Copasa como principal agente de saneamento básico no Estado de Minas Gerais, conforme pode ser observado pelos dados do quadro a seguir:

Quadro I
COPASA MG
ATENDIMENTO À POPULAÇÃO
1999/2000

ITENS	1999	2000 (*)
1-ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
Localidades Atendidas (1)	587	618
População Atendida (hab)	9.567.783	10.047.730
Índice de Atendimento (%) (2)	96,1	97,1
Número de Ligações	2.373.389	2.504.165
Extensão de Rede (km)	29.554	31.510
2-ESGOTAMENTO SANITÁRIO		
Localidades Atendidas (1)	61	61
População Atendida (hab)	4.207.458	4.463.813
Índice de Atendimento (%) (2)	75,8	78,5
Número de Ligações	898.240	972.917
Extensão de Rede (km)	8.570	8.921

(1) - Sedes e Vilas.

(2) - População atendida em relação à população urbana das localidades operadas pela

(*) - Estimativa: base setembro/00

TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Para o abastecimento de água, estima-se um crescimento de 5% na população atendida pela empresa em relação ao ano anterior, que deverá ultrapassar os 10 milhões de habitantes em dezembro de 2000. Os serviços de abastecimento de água deverão estar beneficiando 31 novas localidades em diversas regiões do estado, o que levará o número de localidades atendidas pela Copasa para 618. Em dezembro de 2000, o índice de atendimento deverá chegar a 97,1%, ante os 96,1% de dezembro de 1999. Para a expansão do fornecimento de água foi necessário o acréscimo de quase 131 mil ligações de água e crescimento de cerca de 2 mil quilômetros de redes de distribuição.

É importante destacar o papel social da empresa, demonstrado no quadro II. A Copasa responde pela maior parte do atendimento às populações das regiões mais carentes do estado, como o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Quadro II						
COPASA MG						
Atendimento com Abastecimento de Água por Macrorregião						
Previsão para dezembro/2000						
Macrorregiões	Número de Municípios da Região	Atendimento pela COPASA			População Atendida pela COPASA em milhares de hab.	Índice de Atendimento pela COPASA na Macrorregião (%) (*)
		Sedes Municipais (1)	Vilas (2)	Total Localidades (1+2)		
Central	158	95	14	109	4.992,1	85,1
Mata	142	74	9	83	611,9	40,3
Sul de Minas	155	89	15	104	1.269,9	65,6
Triângulo	35	24	5	29	204,3	17,1
Alto Paranaíba	31	18	10	28	333,2	64,5
Centro Oeste de Minas	56	34	8	42	522,6	58,7
Noroeste de Minas	19	14	5	19	187,5	76,1
Norte de Minas	89	57	9	66	743,5	81,3
Jequitinhonha/Mucuri	66	54	8	62	516,1	89,6
Rio Doce	102	63	13	76	666,6	61,8
Total	853	522	96	618	10.047,7	68,2
Obs: População Atendida pela COPASA em relação à população urbana total da macrorregião, considerando áreas atendidas e não atendidas pela COPASA.						

Em relação a esgotamento sanitário, a população beneficiada deverá chegar a 4,5 milhões de habitantes em dezembro/2000, representando um índice de atendimento de 78,5%. Para atender a expansão de mais de 256 mil pessoas no seu quadro de usuários, a empresa estará ampliando as redes de esgoto em quase 400 quilômetros e acrescentando cerca de 74 mil ligações ao estoque de ligações.

Destacam-se os investimentos efetuados pela Copasa em programas especiais, através de implantação de sistemas simplificados de água e esgoto, beneficiando, neste ano, cerca de 175 mil pessoas de 70 pequenas comunidades do estado.

As questões ambientais têm sido consideradas de modo a manter e aprimorar a qualidade do meio ambiente. Nesse âmbito, cabe destacar a implantação de estações de tratamento de esgoto. Orçada em R\$ 95 milhões, a primeira etapa de construção da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Arrudas foi a principal obra executada

pela Copasa no ano 2000. Nessa primeira etapa, será efetuado o tratamento primário dos esgotos de Belo Horizonte e Contagem, retirando 60% da carga de sólidos e cerca de 40% da carga orgânica, contribuindo para a despoluição do Rio das Velhas, afluente do Rio São Francisco. Obras semelhantes estão sendo realizadas em Caxambu, Conselheiro Lafaiete, Corinto, Cordisburgo, Frutal e São João do Paraíso.

Além destas, projetos ambientais que visam à preservação das reservas de responsabilidade da empresa vêm sendo desenvolvidos, contribuindo para o enriquecimento da biodiversidade da fauna e adensamento da vegetação arbórea.

Também as ações de preservação, controle e recuperação dos mananciais estão tendo continuidade através do monitoramento da quantidade de água bruta (260 sistemas) e qualidade da água bruta (610 sistemas), de forma a garantir o adequado abastecimento de água à população.

Ao longo de 2000, a Copasa esteve atenta para a necessidade de melhoria constante no seu desempenho operacional, a fim de elevar os níveis de eficiência na prestação dos seus serviços.

Um aspecto de grande importância para a análise da eficiência empresarial das Companhias de Saneamento Básico refere-se ao índice de perda. Em 2000, o índice de perda faturada da Copasa chegou a 25,7%, bem inferior a média nacional, de 38,4%. A hidrometração vem merecendo atenção especial da empresa, em função de sua influência sobre o consumo e o índice de perdas. No ano 2000, foram instalados quase 100 mil hidrômetros, mantendo o percentual de hidrometração das ligações em 98,0% e também a manutenção e recuperação de mais de 210 mil hidrômetros. Com os investimentos efetuados na medição do volume produzido, o percentual de macromedição apresentou elevação, passando de 74,5%, em 1999, para 79,0% em 2000.

Durante 2000, o quadro de pessoal manteve-se praticamente estável - variação de 0,9% - totalizando 9.702 empregados. Esse pequeno acréscimo, conjugado com a expansão da atividade resultou em ganhos de produtividade próximos a 5%, com a relação "ligações/empregado" atingindo 357,38 em dezembro de 2000, ante 340,44 em dezembro de 1999.

Cabe destacar alguns resultados alcançados em termos de qualidade na prestação dos serviços, como a certificação ISO 9002 recebida pelo Laboratório Metropolitano da Copasa, referente ao controle de qualidade da água distribuída à população. E no interior do estado os sistemas de Frutal, Fronteira, Virgolândia, Lavras e Campos Gerais receberam o Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento.

MINAS E ENERGIA

Ao formular e implementar as políticas públicas de mineração e energia, o Governo de Minas, através da Secretaria de Estado de Minas e Energia, cumpriu com diligência as diretrizes estratégicas estabelecidas para 2000, em conformidade com o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

O trabalho foi realizado através da mobilização de recursos para alcançar os resultados pretendidos, da articulação dos agentes na busca das melhores soluções para os pleitos setoriais e do equilíbrio nas decisões entre benefícios econômicos, sociais, políticos, tecnológicos, ambientais e culturais. Essas ações idealizadas com órgãos governamentais em várias esferas, com a iniciativa privada, universidades, institutos de pesquisas e entidades de classe, garantem maior suporte ao setor através do governo estadual.

Grande ênfase foi dada ao Programa de Informação, que visa oferecer mais segurança ao investidor e atrair novos investimentos para o estado. O projeto de maior relevância foi o de Mapeamento Aerogeofísico, compreendendo seis áreas do território, com 78.278 km², a um custo de R\$ 5.803.527,00, dos quais R\$2.957.188,00 foram investidos neste exercício. Os serviços estão sendo realizados pela Lasa Engenharia e Prospeção Ltda, vencedora de licitação pública. Até o momento, 211.560,10 quilômetros lineares já foram sobrevoados, obedecendo rigorosamente ao cronograma, com a previsão de atingir 80% ainda este ano. Este projeto, que tem por objetivo contribuir para o aumento da competitividade do setor em Minas, detectando e selecionando novas reservas de exploração mineral, beneficiará diretamente 236 municípios.

O Projeto de Mapeamento Geológico da Região Leste, realizado em convênio com a CPRM – Serviço Geológico do Brasil, foi concluído e encontra-se na fase de digitalização dos mapas correspondentes às folhas na escala 1:100.000 de Itanhomi, Caratinga, Santo Antônio do Jacinto, Nanuque, Dom Cavati, Ipatinga, Ipanema, Coronel Fabriciano e Curral de Dentro.

O Projeto São Francisco, que analisa o potencial geológico da bacia, em uma área de 220 mil km², já cadastrou 649 ocorrências minerais. Na microrregião de Unaí foram registrados 824 poços tubulares para água subterrânea, concluindo-se, também, a avaliação geral da sua qualidade e sua vocação para uso. Estão sendo preparados os mapas resultantes de compilação e integração de outros oriundos da Rio Doce Geologia e Mineração e da Companhia Mineira de Metais do Grupo Votorantim, contendo dados analíticos da região de Vazante e Paracatu.

Está sendo analisado e processado, em cooperação técnica com a Fundação Gorceix, o banco de dados sismoestratigráficos da Bacia do São Francisco, que busca evidências da existência de gás natural na região.

O Projeto de Mapeamento Geológico do Sul de Minas e da Zona da Mata encontra-se em fase de negociação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e outras universidades, visando à consecução de um convênio de cooperação.

O Projeto de Difusão Técnica do Setor Mineral editou e lançou em CD-Rom, o “Panorama do Setor de Rochas Ornamentais e de Revestimentos de Minas Gerais”, o “Mapa Geológico de Minas Gerais” e o “Minas Gerais – The Miner’s State in Brazil”.

As obras para ocupação do espaço destinado ao Memorial da Geologia, em Caeté, foram iniciadas mediante convênio com a CPRM – Serviço Geológico do Brasil/MG, cuja inauguração está prevista para 2001.

Já o Memorial da Mineração teve a sua primeira etapa concluída em junho deste ano, com a reabertura do Museu de Mineralogia Professor Djalma Guimarães, em Belo Horizonte. O prazo para apresentação do projeto definitivo foi estabelecido para dezembro de 2000, com a inauguração prevista para abril de 2001, quando da realização do Congresso Brasileiro de Mineração.

O ministro das Minas da província de Ontário, no Canadá, propôs convênio de cooperação técnica científica na área de mineração entre aquela província e o Estado de Minas Gerais. O documento se encontra em fase final de consecução.

No âmbito do Programa de Desenvolvimento Mineral, concluíram-se os estudos de pré-viabilidade de direitos minerários para calcário bem como os projetos relativos às rochas ornamentais, areias industriais, caulim, bauxita e feldspato.

Cumprindo as diretrizes do Programa de Mineração Social, foram registrados no Ministério da Agricultura os produtos Fosfax pó, elaborados na área de alimentação animal.

Nas áreas de ardósia e quartzitos encontram-se concluídos os termos de referências para assistência técnica aos produtores.

O Projeto Ardósia foi retomado com a assinatura, em 25 de setembro de 2000, do convênio entre esta Secretaria, a Companhia Mineradora de Minas Gerais e a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, com a interveniência das Secretarias de Estado de Ciência e Tecnologia e a de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com término previsto para 2001. Continuam sendo monitoradas as cooperativas de garimpeiros de Nova Era e Rio Piracicaba.

Dentro do Programa de Regulação e Fiscalização Mineral, executa-se convênio firmado entre Departamento Nacional de Produção Mineral, Secretaria de Estado da Fazenda e municípios mineradores do estado, com o objetivo de controlar e expandir a arrecadação do setor mineral através da fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Essas ações resultaram na elevação da receita da CFEM no estado de R\$ 35 milhões em 1998 para R\$ 45 milhões em 1999 e estima-se em R\$ 60 milhões a arrecadação de 2000.

Encontra-se em processo de finalização de estudos no âmbito da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral o projeto de lei que criará o Instituto de Gestão

da Energia de Minas Gerais, que tem como objetivo fiscalizar as concessionárias e distribuidoras de gás e derivados de petróleo e energia elétrica no estado.

Encontra-se em execução o convênio de cooperação técnica com o Ministério de Minas e Energia para o desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios de Minas Gerais (Prodeem– MG) visando atender 100 escolas rurais com eletrificação e 100 centros comunitários com bombeamento d'água em localidades desassistidas pelo sistema convencional de distribuição, nas regiões Norte de Minas e do Jequitinhonha/Mucuri. Buscando efetivar os projetos de eletrificação das escolas, foi firmado convênio com a Secretaria de Estado da Educação e a Companhia Energética de Minas Gerais, em 30 de junho de 2000. E, para a instalação dos sistemas de energia solar para bombeamento de água, foi firmado convênio com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, em 27 de junho de 2000.

Com relação ao setor energético, as principais ações implementadas pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) foram:

Geração de Energia

Grandes Empreendimentos

Com o know-how adquirido na construção de várias usinas e um corpo técnico altamente qualificado, a Cemig estabeleceu com Igarapava um novo segmento no mercado de engenharia – o gerenciamento de usinas hidrelétricas.

Nos próximos cinco anos, a Cemig, em parceria com outras empresas, prepara-se para acrescentar ao parque gerador de Minas mais 1.742 megawatts, à semelhança do modelo adotado em Igarapava. A Cemig pretende participar dos investimentos, supervisionar a implantação e ser responsável pela operação das usinas.

Pela primeira vez na história da Cemig estão sendo implantadas simultaneamente três grandes usinas: Porto Estrela, Queimado e Funil. Outras seis estão em fase de viabilização para início de obras de implantação/ampliação no final de 2000 e em 2001.

Porto Estrela

O aproveitamento hidrelétrico de Porto Estrela terá capacidade instalada de 112 megawatts e está sendo implantado no rio Santo Antônio, afluente do rio Doce, por um consórcio composto pela Cemig, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas), cada uma com 1/3 de participação. A usina, que abrange área dos municípios mineiros de Joanésia, Braúnas e Açucena, teve suas obras iniciadas em julho de 1999 e a geração comercial está prevista para setembro de 2001. O investimento total é de R\$ 105 milhões.

Queimado

Na construção do aproveitamento hidrelétrico de Queimado, de 105 megawatts, a Cemig, com 65% de participação, tem como parceira a Companhia Energética de Brasília (CEB). Encontra-se em estudo a participação da CVRD. As obras de implantação, cujo custo total é de R\$ 113 milhões, foram iniciadas em agosto de 2000 e a geração comercial está prevista para abril de 2003. A usina está sendo implantada no rio Preto, abrangendo áreas dos municípios de Unaí e Cabeceira Grande, em Minas Gerais e Cristalina, em Goiás.

Funil

O aproveitamento hidrelétrico de Funil, com potência instalada de 180 megawatts, está sendo implantado no alto curso do rio Grande, no Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Perdões e Lavras. O início de sua construção aconteceu em setembro de 2000 e a entrada em operação comercial será em dezembro de 2002. O consórcio empreendedor é formado pela Cemig, com 49%, e CVRD, com 51%. O investimento total no empreendimento é de R\$193 milhões.

Aimorés

A Usina Hidrelétrica de Aimorés, a ser implantada no rio Doce, abrangendo área dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor, se destaca por seu custo de implantação de R\$ 325 milhões para uma capacidade instalada de 330 megawatts. Neste consórcio, a Cemig participa com 49% do empreendimento e sua parceira, a CVRD, com 51%. O início da construção está previsto para dezembro de 2000 e a geração comercial para maio de 2003.

Pai Joaquim

A Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, de 23 megawatts, é uma iniciativa do consórcio formado pela Cemig, com 49%, e Indústria Metalúrgica Pescarmona S.A. (Impsa), com 51%. O projeto de relocação e ampliação da casa de força da usina, cujo custo estimado é de R\$ 25 milhões, está com início previsto para o 1º semestre de 2001 e a geração comercial para o 2º semestre de 2002.

Irapé

O aproveitamento hidrelétrico de Irapé, com potência de 360 megawatts, está localizado no rio Jequitinhonha, na divisa dos municípios de Berilo e Grão-Mogol. O início das obras está previsto para setembro de 2001 e a geração comercial para abril de 2005. O investimento total será da ordem de R\$ 500 milhões. Atualmente, a Cemig envida esforços para viabilizar a implantação do aproveitamento, tanto através da otimização do projeto como da criação de oportunidades de negócios para empreendedores interessados em investir na geração de energia elétrica. A Cemig considera, inclusive, a possibilidade de participar de forma minoritária neste empreendimento.

Sulminas

Visando ampliar a produção de energia elétrica em curto prazo e evitar déficit na oferta, a Cemig tem dado especial atenção à geração térmica e está estudando a implantação da Usina Térmica Sulminas, de 500 megawatts, um projeto compartilhado pela Cemig, com 31% dos investimentos totais, Petrobrás com 20%, Texaco com 29% e Alstom, com 20%. A usina térmica em ciclo combinado, utilizando gás natural da Bolívia, será construída no sul de Minas Gerais e faz parte do Programa Prioritário de Termelétricas do Governo Federal. O investimento total desta usina está estimado em R\$ 540 milhões. O consumo de combustível da usina somado ao mercado regional de gás deverá viabilizar a construção, em Minas Gerais, de um ramal do gasoduto Brasil-Bolívia para atendimento desta demanda. É esperado que a construção comece em setembro de 2001 e a geração em setembro de 2003.

Barreiro

A Cemig, em consórcio com a empresa Vallourec & Mannesmann, iniciará, em fevereiro de 2001, a construção de uma usina térmica de ciclo convencional tipo Rankine, utilizando gás de alto-forno e alcatrão vegetal como combustíveis. Será implantada nas instalações da Mannesmann, no Barreiro, em Belo Horizonte. A Cemig ficará responsável pela aquisição dos equipamentos, construção, operação e manutenção da usina. O custo total estimado é de R\$ 22 milhões.

Ipatinga

A Cemig criou uma empresa de propósito específico chamada Usina Térmica Ipatinga S.A. para explorar uma usina localizada em Ipatinga, nas instalações da Usiminas, que fornecerá gás de alto forno para co-geração de energia. Assim, foi assinado um PPA (Power Purchase Agreement) entre Cemig e Usiminas para garantir os investimentos necessários. Atualmente, a usina tem a potência instalada de 40 megawatts, cujas duas unidades entraram em operação em 1984. A Cemig está estudando a recapacitação da usina através da implantação de novas unidades de co-geração, totalizando 118 megawatts de potência instalada. O início de construção está previsto para abril de 2001 e o início de operação para janeiro de 2003. A participação da Cemig neste empreendimento, cujo valor total é de R\$ 245 milhões, encontra-se em negociação.

Reformas e Melhorias em Instalações Existentes

Para manter e incrementar a qualidade das instalações em operação propiciando confiabilidade e segurança no fornecimento de energia aos consumidores, a Cemig realizou, entre outras, as reformas e melhorias mencionadas a seguir:

- Implantação do Esquema de Controle de Segurança (ECS) do Sistema Interligado Brasileiro, consistindo da implantação de Controladores Lógicos Programáveis nas Usinas de Volta Grande, São Simão, Nova Ponte, Emborcação, Miranda, Igarapava e Jaguará.

- Reforma de transformador de 500 quilovolts / 345 quilovolts da SE Jaguará.
- Ampliação do Sistema de Análise de Perturbações (SAPNET) com a instalação de Registradores Digitais de Perturbação (RDP) na subestação Jaguará 500 quilovolts.
- Implantação de um Sistema Digital de Supervisão e Controle (SDSC) na subestação Jaguará 500 quilovolts.
- Aquisição de compressores de estabilização para a usina de São Simão.
- Reativação das usinas de Piçarrão, Poquim e Santa Luzia.
- Automação das subestações das usinas de Tronqueiras, Joasal e Paciência.
- Substituição de equipamentos com alta utilização de ascarel (substância de alto teor tóxico e poluidor) na usinas de Camargos, Itutinga, Marmelos, Salto Grande, Jaguará, São Simão e Três Marias.
- Substituição do Registrador Sequencial de Eventos da usina de Três Marias.
- Reforma e recuperação da usina de Marmelos .
- Reforma do museu de Marmelos Zero.
- Substituição dos reguladores de velocidade das unidades geradoras da usina de Jaguará .

Transmissão de Energia

Grandes Empreendimentos

A Cemig obteve a concessão para a implantação da SE Itajubá 3, sagrando-se vencedora da licitação conduzida pela Aneel para outorga da referida concessão. As obras para a implantação desta subestação foram iniciadas em outubro de 2000 e a data de energização prevista é janeiro de 2002. Esta subestação deverá beneficiar cerca de 130 municípios e 300 mil consumidores na região sul do Estado de Minas Gerais.

A Cemig desenvolveu estudos de viabilidade com vistas à sua participação no leilão de outorga de concessão de duas novas linhas de transmissão em 500 quilovolts integrantes do conjunto de obras de ampliação da Interligação Norte-Sul (LT Samambaia-Itumbiara e Samambaia-Emborcação). O Consórcio com o qual a Cemig manteve negociações sagrou-se vencedor do referido leilão e a Cemig estuda a participação acionária no empreendimento. Observa-se que esta obra, assim como a SE Itajubá, terá assegurada uma receita anual, a ser paga ao seu concessionário pela sua disponibilização à Rede Básica.

Estuda-se a viabilidade para a implantação da Subestação Vespasiano 2, em 500 quilovolts (KV) e 600 megavoltsamperes (MVA) de capacidade instalada, destinada ao atendimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que deverá beneficiar cerca de 500 mil consumidores da região.

Reformas e melhorias em instalações existentes

- Implantação do Esquema de Controle de segurança (ECS) do Sistema Interligado Brasileiro, consistindo da implantação de Controladores Lógicos Programáveis nas

Subestações de Neves 1, Barbacena 2, Pimenta, Itutinga 2, Ipatinga 1, Montes Claros 2, e Jaguará 500 kV.

- Ampliação do Sistema de Análise de Perturbações (SAPNET) com a instalação de Registradores Digitais de Perturbação (RDP) nas subestações Barbacena 2 - 345 kV, Juiz de Fora 1 - 345 kV, Barreiro - 345 kV, que deverá contribuir significativamente para a redução dos tempos de restabelecimento do sistema quando de curtos circuitos naquelas instalações.
- Foram concluídas as obras do banco de capacitores da Subestação Mesquita (100 MVar) e de duplicação da transformação 138-13,8 kV - 25 MVA da Subestação Neves 1, estando as mesmas em operação. Estas obras permitem atender ao crescimento de mercado da Cemig, aumentando a capacidade de transmissão do seu sistema.
- Foi instalada uma seção de 138 kV na Subestação Barbacena 2, aumentando a flexibilidade operativa e a confiabilidade daquela subestação para os consumidores por ela atendidos.
- Substituição e reforma de vários equipamentos em diversas instalações do sistema: Subestação Taquaril (substituição do disjuntor 7M4); Subestação Ouro Preto 2 (reforma de comutador de transformador); Subestação Juiz de Fora 2 (substituição das cabines de comando de três disjuntores de 23kV), Subestação Neves (troca dos compressores)
- Aquisição de 33 transformadores de potencial capacitivos de 550 kV dentro do programa de modernização do parque instalado destes equipamentos.

Alta Tensão (Subtransmissão)

Novas instalações

Até dezembro de 2000 serão acrescidos ao Sistema Cemig 145 MVA de capacidade de transformação em subestações e 250 quilômetros de novas linhas de subtransmissão (tensão nominal entre 34,5 até 230 kV exclusive).

Foram concluídas seis novas subestações em 2000: SE BH São Marcos, SE Porteirinha 2, SE Barão de Cocais 3, SE Nova Lima 3, SE Sete Lagoas 5 e SE Alfenas 2, acrescentando ao Sistema Elétrico 60 MVA de transformação. Destacam-se:

- a Subestação BH São Marcos, por ser uma obra que adota padrões da fronteira tecnológica;
- a Subestação Porteirinha 2, permitindo o desenvolvimento dos municípios da região de Janaúba, Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul e Espinosa;

Cumpram também destacar as obras associadas à nova linha de transmissão interligando Poços de Caldas e Alfenas, que permitirão a expansão e implantação de novas indústrias na região sul do estado.

Ampliações em Instalações Existentes e Novas Linhas de Transmissão

Além das subestações mencionadas, outras 31 instalações estarão sendo ampliadas ao longo de 2000 acrescentando 203 MVA de transformação ao sistema.

Para aumentar sua capacidade de transmissão, a Cemig acrescentará 378 quilômetros de linhas de transmissão novas e recapitadas, ainda em 2000.

Essas obras beneficiarão os consumidores das regiões Norte, Leste, Triângulo, Sul e Metropolitana de Belo Horizonte. As regiões Mantiqueira e Oeste tiveram obras de ampliações concluídas no final de 1999 e existem obras previstas para o início de 2001.

Distribuição de Energia

Média e Baixa Tensão (Distribuição)

Até outubro de 2000, foram atendidos 186.681 novos consumidores, beneficiando a 567.250 habitantes na área urbana e 54.515 na área rural, considerando-se inclusive o adensamento em redes existentes. Até dezembro de 2000, o número de habitantes beneficiados deverá atingir 750 mil, com ligação de 226 mil novos consumidores.

Atualmente, a Cemig atende a 774 sedes municipais, 510 distritos e 4.131 povoados, totalizando 5.415 localidades.

Destacou-se em 2000, o andamento do Programa de Desenvolvimento Rural – Lumiar/Luz no Campo, de caráter social, cujo contrato de financiamento junto à Eletrobras foi assinado em 27 de junho de 2000, em Brasília. Até outubro de 2000 foi feita a ligação de 32.310 consumidores e a instalação de 59.842 postes. O investimento total do programa está estimado em R\$ 454,4 milhões e a Cemig irá participar com R\$ 239,2 milhões, visando eletrificar 185 mil novas unidades consumidoras com os seguintes objetivos:

- Elevar a taxa de atendimento rural para valores próximos de 100% até o final de 2003;
- Valorizar a qualidade de vida na área rural pelo acesso à energia elétrica;
- Contribuir para a redução do êxodo rural;
- Possibilitar o aumento da produção e da produtividade utilizando a energia elétrica para cultivos irrigados.

Desse programa total, está sendo executada a primeira etapa a ligação de 113.150 consumidores, com investimentos de R\$ 219 milhões, sendo R\$ 164 milhões com recursos assegurados junto à Eletrobras.

Para beneficiar a população mais carente das áreas urbanas, foi lançado, em maio de 2000, pela Cemig e Governo de Minas o Programa Luz Real. Os investimentos abrangerão obras de extensão em periferias urbanas, instalação de padrões de

entrada, redes especiais em favelas, melhoria na iluminação pública, em escolas e residências, até 2002.

Outros destaques

- Operacionalização da Central de Atendimento a Clientes (CAC).
- Pré-eletrificação rural através de sistemas fotovoltaicos.
- Melhoria da qualidade do atendimento em agências.
- Projeto Natal de Luz nas Gerais.
- Continuação da implantação de Centros Comunitários de Beneficiamento da Produção, conhecidos como “Casa de Máquinas”.
- Intensificação do uso de Redes de Distribuição Protegidas (compactas).

Sistema de Telecomunicações

- Juiz de Fora: atendimento de telecomunicações visando à interligação, via rádio, do novo prédio da Distribuição Mantiqueira ao sistema telefônico privativo da empresa, bem como a construção de sua rede corporativa de dados.
- Caratinga: implementação de sistema de comunicação óptica, via cabo OPGW, interligando as SE Caratinga e Distrito de Distribuição (DL/CR) ao sistema óptico da região leste. CORD Gafanhoto: implantação de rede corporativa de dados dual e substituição da central telefônica local dentro do projeto de modernização do sistema de comunicação daquele centro de operação e adequação às exigências de confiabilidade de comunicação.
- ECS (Esquema de Controle de Segurança) – 1ª etapa: implementação dos canais de comunicação visando ao atendimento do projeto do Operador Nacional do Sistema (ONS) para reduzir a possibilidade de grandes desligamentos do sistema elétrico brasileiro.
- Campos Gerais Área: projeto visando ao atendimento de telecomunicações das instalações da Cemig nas localidades de Nepomuceno, Boa Esperança e Alfenas, em face do esforço no sistema elétrico daquela região.
- Centro de Atendimento a Clientes (CAC) : implementação de central telefônica com unidade de resposta audível, capaz de proporcionar um atendimento automatizado às chamadas telefônicas relacionadas ao serviço de atendimento Cemig (antigo 196).

Instalações Gerais/Outros

- Foi implantado o módulo HR – Recursos Humanos, do Sistema de Gestão da Empresa (R/3), responsável pela administração/desenvolvimento de pessoal e folha de pagamento.

- Foi implantado o novo sistema Conint (Controle de Interrupções de Fornecimento de Energia), visando atender à legislação em vigor e uma melhor gestão desse processo.
- Foram desenvolvidas e implementadas diversas revisões e aperfeiçoamentos no Sistema de Gestão de Consumidores da empresa para ofertar novos serviços aos consumidores, aprimorar o atendimento às solicitações e cumprir as resoluções da Aneel.
- Para combater o desperdício de energia elétrica em prédios públicos, a Cemig substituiu mais de 13.700 lâmpadas fluorescentes no Edifício Júlio Soares, sede da empresa. A execução deste projeto possibilitou a economia de 50% do consumo de energia elétrica com a iluminação e teve amplo reconhecimento dos empregados, sociedade e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), marcando definitivamente sua posição no cenário energético brasileiro como empresa comprometida com o uso racional de energia.

Dentre os investimentos em treinamento e desenvolvimento de seu pessoal, que resultaram em mais de 800 mil homens-hora de treinamento, destaca-se:

- 171 empregados participaram de cursos de pós-graduação (mestrado em Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, MBA Executivo em Gestão de Empresas, Finanças, Marketing, Administração de Negócios, Recursos Humanos e outros), totalizando 61.560 homens-hora de treinamento (360 horas por participante), patrocinadas pela empresa e em parceria com o próprio empregado.
- A Cemig manteve em 2000 o Programa de Educação Básica Cemig, destinado à conclusão dos estudos de ensino fundamental. Esse programa, com 225 formados no ano passado, permitiu, em 2000, que mais 273 empregados conquistassem, sob o patrocínio da empresa, seu primeiro diploma escolar. A iniciativa se insere no contexto de Cidadania e Responsabilidade Social Empresarial, tendo alcançado o reconhecimento dos empregados, entidades sindicais, empresariado, sociedade, autoridades educacionais e investidores internacionais.

No que tange à Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig), a distribuição de gás combustível canalizado em Minas Gerais, atribuição desta companhia, investiu R\$ 3.379.703,00. Dentro dessas atividades, o tronco norte na Região Metropolitana de Belo Horizonte teve sua conclusão, compreendendo os municípios de Santa Luzia e São José da Lapa e, até o fim do mês corrente, estará concluído a ligação com o Centro das Indústrias de Contagem, ramal de aproximadamente 10 quilômetros de extensão.

Os ramais para atendimento a quatro postos de gás automotivos foram finalizados e já se encontram em operação. Estão em obras as extensões de ramais a mais cinco postos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e um posto em Juiz de Fora, que prevê o atendimento a mais oito indústrias daquela região e, ainda, o fornecimento a dois postos de gás natural veicular. No Vale do Aço, o traçado básico do ramal está pronto,

e o projeto em fase final de detalhamento. Em seguida será concluído o estudo de viabilidade técnico-econômica de tal empreendimento.

Ainda dentro das atividades concernentes a estas atribuições e metas propostas para o orçamento de investimento previsto, foram realizados outros projetos, incluindo a construção da rede de distribuição de gás natural no Centro Industrial de Contagem (CINCO), que representou a extensão da rede da Gasmig em mais 8 quilômetros e ampliará o atendimento a mais de 10 grandes consumidores; a construção de ramais para a ligação de postos de gás natural veicular de Contagem; a construção dos ramais para a ligação das empresas Itambé Rações (Contagem), Demag e Gessy Lever (Vespasiano) e Paral Indústria e Comércio Ltda (Ibirité); elaboração de projeto de engenharia para atendimento a outros oito postos de gás natural veicular e dois consumidores do segmento comercial (lavanderias) em Belo Horizonte e Contagem; além da assinatura entre Gasmig e Petrobrás do Termo de Referência para a implantação de três Usinas Térmicas (UTE), que possibilitarão, além da ampliação do suprimento de gás ao estado, sua disponibilização em três novos eixos UTE Juiz de Fora – capacidade de geração de 82 megawatts, UTE Sulminas (Três Corações) – capacidade de geração de 500 megawatts e UTE Ibirité – capacidade de geração de 240 megawatts.

Tratando das questões minerais, a Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig) desenvolveu importantes ações neste ano, consolidando assim seu papel de executora de políticas públicas de mineração e gestora de negócios termais, de águas minerais, minero-industriais e de turismo empresarial.

Dando prosseguimento ao Programa de Desenvolvimento Mineral do Estado de Minas Gerais, a Comig realizou as seguintes ações:

- Reavaliação do potencial mineral dos projetos Areias Industriais, Caulim, Rochas Ornamentais, Feldspato e Gemas, Alexandrita, Fosfato, Bauxita e Diamante, mediante contratação de empresas especializadas.
- Retomada do Projeto Ardósia, através do convênio Secretaria de Estado de Minas e Energia (Seme)/Companhia Mineradora de Minas Gerais (Comig)/Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (Cetec), com interveniência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), visando à implantação de ações do governo no setor de ardósias.
- Contratação de empresa especializada em meio ambiente para a realização de EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) em propriedades minerais situadas no município de Pains.
- Levantamento atualizado junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para reavaliação dos títulos minerários da Comig.

- Elaboração de novos requerimentos de pesquisa e renovação de alvarás junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Em continuidade ao Programa de Mapeamento Geológico do Estado de Minas Gerais a Comig desenvolveu as seguintes atividades:

- Conclusão do Projeto Leste, em parceria com a Seme e Serviço Geológico do Brasil (CPRM) com disponibilização de informações e dados para as empresas e comunidade em dezembro de 2000.
- Continuidade do Projeto Bacia do São Francisco, em parceria com a Seme e a CPRM, na escala 1:100.000 em área de 220 mil km².
- Assinatura de contrato com a Trade Development Agency (TDA), visando ao fornecimento, a fundo perdido, de estudos aerogeofísicos em propriedades minerais da Comig para pesquisa de zinco e chumbo.
- Negociações com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para consecução do convênio Seme/Comig/UFRJ, objetivando o mapeamento geológico do Sul de Minas e Zona da Mata.

Participação da Comig nas seguintes atividades ligadas ao setor mineral:

- Feira de Ardósia em Papagaio e no seminário Perspectiva da Província de Ardósia: Estratégias e Ações.
- Congresso Internacional de Geologia em parceria com a Seme, Cemig e Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (Indi).
- Participação, em parceria com a Secretaria de Estado de Minas e Energia (Seme) e o Sindicato da Indústria de Mármore e Granitos de Minas Gerais (Simagran), na feira Stone South América 2000 – 10^a Exibição Internacional de granitos, Mármore e Pedras Ornamentais.
- Promoção, em parceria com a Seme e a revista Minérios e Minerais, do 12º Simpósio Internacional de Mineração Ouro 2000 (Au 2000).
- Lançamento do CD-ROM Panorama do Setor de Rochas Ornamentais e de Revestimento de Minas.
- Lançamento do CD-ROM Minas Gerais – O Estado Minerador do Brasil nas versões português e inglês, com as informações sobre Minas Gerais, o perfil da economia mineral do estado e as ações do governo neste setor.
- Participação, junto com a Seme, na feira do PDAC 2000 – Prospectors and Developers Association of Canadá, tradicional evento da mineração mundial realizado em Toronto, Canadá.

Participação da Comig, em parceria com a Seme, na Missão Empresarial de Minas Gerais ao Canadá, visando apresentar o Estado de Minas Gerais, suas potencialidades minerais e as oportunidades minerais da Comig aos investidores canadenses:

- Desenvolvimento do Memorial da Mineração e instalação e aprimoramento do Museu de Mineralogia Djalma Guimarães.
- Desenvolvimento do Memorial da Geologia.

Em relação ao programa de Gestão de Termas e Águas Minerais foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Contratação de empresas para continuidade das obras civis de restauração e reforma do Grande Hotel de Araxá, mediante concorrência pública.
- Contratação de equipe técnica de suporte para o gerenciamento e fiscalização das obras do Grande Hotel.
- Assinatura de Convênio de Cooperação Técnica com o Iepha/MG.
- Renegociação dos contratos de automação, climatização, detecção e alarme contra incêndios, trancas, cofres, elevadores e elementos artísticos para o Grande Hotel.
- Gerenciamento das atividades de exploração de águas minerais, parques, termas e hotéis.
- Celebração de convênio com a Prefeitura de Caldas, para execução de obras de reforma emergenciais no Balneário de Pocinhos do Rio Verde.
- Acompanhamento das obras de construção de engarrafadora no distrito de Águas de Contendas, em Conceição do Rio Verde.
- Assinatura de ordem de serviço com a Fundação Gorceix, para viabilizar a execução de estudos hidrogeoambientais das estâncias hidrominerais de propriedade da Comig.
- Contratação de empresas especializadas objetivando o licenciamento ambiental das unidades engarrafadoras de Cambuquira, Caxambu, Lambari, Araxá, Poços de Caldas, Caldas e Tiradentes.

Na gestão de negócios mineiro-Industriais foram tomadas as seguintes medidas:

- Renegociação do contrato com a Bunge Fertilizantes S.A (ex-Serrana), com o aumento do recebimento dos royalties por parte da Comig.
- Manutenção do fosfato natural no mercado para atendimento aos pequenos agricultores.

- Fornecimento de fosfato bitolado à Mitsui em Poços de Caldas.
- Gerenciamento dos arrendamentos da Comig em Arcos e Araxá.
- Substituição da matriz energética do forno de calcinação em Arcos.

Ações realizadas na gestão de negócios em serviços:

- Implantação do sistema de prevenção e combate a incêndio no Centro de Feiras e Exposições de Minas Gerais (Expominas) em cumprimento às exigências do Ministério Público.
- Asfaltamento do pátio de estacionamento e criação da sinalização viária de acesso ao Expominas.

Atuação da Comig em atividades e obras sob convênios:

- Acompanhamento e fiscalização das obras de construção da rodovia interligando as cidades de Cristina e Maria da Fé.
- Acompanhamento e fiscalização das obras de canalização parcial do córrego e construção de ponte de acesso à cidade de Monte Sião.
- Acompanhamento e fiscalização das obras de construção do aeroporto na cidade de Ouro Fino.
- Assinatura de convênio com a Setop e DER para ampliação do aeroporto na cidade de Poços de Caldas.
- Assinatura de convênio para reforma e restauro com a paróquia Santo Antônio de Pádua, de Araxá.
- Acompanhamento e fiscalização das obras de asfaltamento do acesso à cidade de Tapira e interligação do Parque de Exposições.
- Celebração de aditivo ao convênio de Cooperação Financeira firmado com a Polícia Militar de Minas Gerais para aquisição de veículos e equipamentos.
- Celebração de convênio com o IMA para asfaltamento do Parque de Exposições de Araxá.

ANEXO

CAUSAS DE DESVIO

- 1 Recursos Financeiros Não-Liberados
- 2 Atraso na Liberação de Recursos Financeiros
- 3 Insuficiência de Recursos Financeiros
- 4 Programação Superestimada
- 5 Programação Subestimada
- 6 Melhoria de Produtividade
- 7 Prioridade Redefinida
- 8 Meta Cancelada
- 9 Meta Suspensa
- 10 Entraves na Licitação
- 11 Demora na Celebração do Convênio
- 12 Descumprimento de Compromissos por Parceiros Interinstitucionais

QUADROS

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: GOVERNADORIA DO ESTADO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Gabinete Militar do Governador do Estado	11.077.295	20.573.217				
041220012.206.0001 - Direção Superior	2.997.222	2.983.858				
041220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	78.000	52.223				
041223014.117.0001 - Serviço de Proteção Governamental à Autoridades e Seg. Fis. dos Palácios	5.948.920	4.089.007	Palácio Mantido (Palácio) Aeronave Mantida (Aeronave) Veículo Mantido (Veículo)	3 6 101	3 6 101	- - -
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.052.153	981.726				
061823314.125.0001 - Assistência a Municípios em Calamidade ou em Situação de Emergência	1.001.000	12.466.403	Município Assistido (Município)	853	550	4
Procuradoria Geral do Estado	16.590.087	19.672.437				
030921364.210.001 - Serviços de Assistência Jurídica	5.135.144	7.136.093	Cálculo de Liquidação Elaborado (Unidade) Processo Instaurado (Processo) Laudo de Avaliação Elaborado (Unidade)	1.000 4.000 1.000	860 3.982 867	4 - 4
031220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.551.594	1.483.786				
031220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	496.000	673.668				
031221324.130.0001 - Julgamento de Processos e Aprecaiação de Recursos	600	570				
031260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	126.992	-	Projeto Executado (Projeto)	2	0	1
032727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	9.279.757	10.378.320				
Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais	715.213.440	601.870.596				
091220012.206.0001 - Direção Superior	7.832.703	5.798.055				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: GOVERNADORIA DO ESTADO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
091220012.208.0001 - Serviços de Apoio Adiministrativo	18.549.735	11.771.332				
091220202.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	6.811.000	5.692.116				
091223654.378.0001 - Lazer e Turismo no Hotel da Previdência em Araxá	2.976.900	1.258.816	Pessoa Hospedada (Pessoa)	6.082	6.013	-
091227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	1.828.730	1.828.716	Diária Concedida (Diária)	24.682	23.931	-
092723634.303.0001 - Reserva de Benefícios	28.142.016	989.930	Obra/Executada/Acompanhada (Obra)	19	12	4
			Reserva Técnica Constituída (R\$ Mil)	13.561	0	1
			Empréstimo Diverso Concedido (Empréstimo)	12.816	0	8
092723654.250.0001 - Assistência Farmaceutica	3.268.800	2.142.630	Segurado Atendido (Segurado)	35.480	78.233	6
092723664.252.0001 - Assistência Previdenciária e Securitária	31.261.000	23.683.782	Auxílio Diverso Pago (Auxílio)	13.838	10.585	4
			Seguro Diverso Pago (Seguro)	2.151	1.889	4
092723664.866.0001 - Encargos com Pensionistas	283.332.556	294.121.373	Pensão Paga (Pensão)	27.598	45.929	5
092727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	97.809.000	60.800.311				
103023674.232.0001 - Coordenação da Execução das Ações de Saúde	46.164.000	32.651.236	Consulta Médica Realizada (Consulta)	317.703	400.185	6
			Internação Realizada (Internação)	1.466	492	4
			Procedimento Odontológico Realizado (Procedimento)	418.600	421.073	-
			Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	403.840	245.158	4
103023674.233.0001 - Serviços Odontológicos Próprios	15.421.000	9.351.068	Procedimento Odontológico Realizado (Procedimento)	280.430	208.348	4
103023674.248.0001 - Serviços Médicos, Odontológicos e Previdenciários Regionais	97.096.000	92.740.733	Consulta Médica Realizada (Consulta)	982.000	1.364.863	6
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	5.900	-	4
			Internação Realizada (Internação)	22.737	20.214	4
			Procedimento Odontológico Realizado	1.753.515	1.869.379	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: GOVERNADORIA DO ESTADO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103023674.249.0001 - Atenção Hospitalar no Hospital Governador Israel Pinheiro	74.720.000	59.040.498	(Procedimento) Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	2.756.196	2.082.862	4
			Consulta Médica Realizada (Consulta)	206.356	208.348	-
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	27.170	35.761	6
			Internação Realizada (Internação)	16.326	17.318	-
			Atendimento Emergencial Prestado (Atendimento)	92.790	99.736	-
			Exame/Atendimento Complementar Realizado (Exame/Atendimento)	1.200.000	1.431.402	6
Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais	7.837.837	254.611				
041262113.055 - Comunicação de Dados-Infovia/MG	4.519.400	3.283	Kit com Roteador, Switchs, Hubs Adquirido e Implantado (Kit)	38	1	3
			Conjunto de Software/Hardware para Atualização da Rede Adquirido e Mantido (Unidade)	2	0	3
041262113.160 - Modernização e Adequação do Ambiente de Produção	2.890.133	251.328	Processador Adquirido/Ampliado (Unidade)	1	0	3
			Servidor para Dowsizing, Laboratório e Apoio	6	1	3
			Desenvolvimento Adquirido (Unidade)			
			Subsistema para Armaz. de Dados e Imagens Adquirido (Unidade)	3	0	3
			No-Break Adquirido (Unidade)	1	0	3
			Licença de Software Adquirida (Unidade)	836	290	3
			Estações de Trabalho Adquirida Atualizado (Unidade)	25	4	3
041262113.161 - Modernização e Integração dos Sistemas de Informatização do Estado	428.304	-	Kit para Acompanhamento do PSI Instalado (Kit)	19	0	7 - 8
			Kit de Software/Hardware para Gestão de Inf. (SEI) Adquirido/Instalado (Kit)	20	0	7 - 8
TOTAL	742.880.915	642.116.343				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social	67.461.998	34.643.309				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	165.611	113.352				
041220012.206.0001 - Direção Superior	950.261	810.018				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	5.095.213	6.094.256				
041220014.209.0001 - Administração de Palácios	1.120.488	923.057	Apoio Logístico às Ações do Governador Realizado (Ação)	1	1	-
041220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	1.029.644	667.476				
041222104.060.0001 - Assistência a Ação do Vice-Governador	462.029	451.403	Ação de Assessoramento do Vice-Governador Realizada (Ação)	1	1	-
041222104.605.0001 - Assessoria Técnico-Administrativa ao Governador	740.239	682.144	Ação de Assessoramento do Governador Realizada (Ação)	1	1	-
041222104.605.0002 - Apoio à Coordenação Política e Institucional	109.269	85.622	Ação de Assessoramento do Governador Realizada (Ação)	1	1	-
041222104.607.0001 - Assessoria de Assuntos Internacionais e Cerimonial	449.518	456.480	Ação de Assessoramento de Assuntos Internacionais e Cerimonial Realizada (Ação)	1	1	-
041222104.608.0001 - Ação de Auditoria Geral do Estado	131.515	89.840	Ação Realizada (Ação)	1	1	-
041222181.344.0001 - Assistência Técnica as Escolas Rurais - PATEP	82.000	-	Professor Treinado (Professor)	500	-	3 - 9
041222181.361.0001 - Apoio ao Desenvolvimento Municipal - PADEM	23.717.000	4.000.000	Município Beneficiado (Município)	600	1	3 - 9
041222184.019.0001 - Coordenação de Programas de Articulação com os Municípios	9.797.748	840.029	Projeto Realizado (Projeto)	200	0	3 - 9
			Município Atendido (Município)	853	0	3 - 9
			Associação Micro Regional Atendida (Associação Micro Regional)	39	0	3 - 9
041260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	444.472	103.344	Projeto Executado (Projeto)	5	2	7

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041317814.904.0001 - Divulgação Governamental	10.633.168	7.194.620	Ação de Comunicação Social Realizada (Ação)	1	1	-
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	12.298.307	12.085.105				
144224804.256.0001 - Operacionalização das Ações da Ouvidoria de Polícia	161.258	46.563	Ação Realizada (Ação)	1	1	-
184226504.495.0001 - Ação da Ouvidoria Ambiental	74.258	-	Ação Realizada (Ação)	1	1	-
Escritório de Representação do Governo do Est. de Minas em Brasília	540.015	568.615				
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	431.732	449.188	Ação de Interesse do Estado Realizada (Ação)	1	1	-
022727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	108.283	119.427				
Escritório de Represent. do Governo do Est. de Minas no Rio de Janeiro	257.256	191.854				
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	188.865	181.276	Ação de Interesse do Estado Realizada (Ação)	1	1	-
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	68.391	10.578				
Escritório de Representação do Governo do Est. de Minas em São Paulo	291.388	5.445				
041222104.201.0001 - Representação e Defesa dos Interesses do Estado de Minas Gerais	282.085	-	Ação de Interesse do Estado Realizada (Ação)	1	1	-
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	9.303	5.445				
Loteria do Estado de Minas Gerais	34.475.057	30.770.598				
231220012.206.0001 - Direção Superior	5.003.000	6.593.270		9.203.000	9.203.000	-
231220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	572.000	25.723		572.000	25.985	10
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	2.003.000	1.093.637		2.003.000	1.097.216	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
236927674.820.0001 - Operacionalização de Jogos de Loteria	26.897.057	23.057.968	Recurso Arrecadado (R\$ Mil)	22.697.057	21.788.935	-
Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE	504.815	784.256				
041220012.206.0001 - Direção Superior	353.584	607.402				
041220014.427.0001 - Promoção do Desenvolvimento Regional	21.027	27.207	Evento Realizado (Evento)	5	5	-
			Artesão Apoiado (Artesão)	120	120	-
			Associação de Artesão Organizada (Associação)	4	0	7
			Peça de Artesanato Comprada (Peça)	10.000	3.200	4
			Peça de Artesanato Vendida (Peça)	8.000	3.221	4
041227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	606	605				
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	129.598	149.042				
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais	25.000.000	13.965.437				
221220012.206.0001 - Direção Superior	446.000	435.757				
221220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	5.807.500	2.927.160				
221220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.000.000	583.232				
221227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	1.500	-				
222727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	3.200.000	2.501.962				
226627644.624.0001 - Edição e Confeção Gráfica	13.980.000	6.900.058	Jornal Minas Gerais Editado (Edição)	252	249	-
			Impresso Editado (Impresso)	30.000.000	21.810.547	4
226927654.625.0001 - Comercialização de Jornal e Serviços Gráficos em Geral	565.000	617.268	Assinatura Realizada (Assinatura)	25.000	34.759	5
			Jornal Avulso Vendido (Jornal)	28.000	40.110	5
Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais - DETEL	3.696.197	3.115.814				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
241220012.206.0001 - Direção Superior	261.150	244.579				
241220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	655.936	771.764				
241220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	11.184	4.607				
242727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	418.577	356.097				
247227824.500.0001 - Execução e Supervisão do Sistema de Telefonia Rural	600.000	85.642	Posto Telefônico Rural Instalado (Posto Telefônico)	100	100	-
247227834.454.0001 - Planejamento e Consultoria Técnica ao Sistema de Radiodifusão	1.123.350	1.254.428	Laudo Técnico Emitido (Laudo)	60	130	6
247227834.502.0001 - Execução e Supervisão do Sistema de Radiodifusão	200.000	15.368	Sistema de Captação de Sinal de TV Via Satélite Instalado (Sistema)	20	20	-
247227854.501.0001 - Apoio Técnico a Rede de Telecomunicações	426.000	383.329	Laudo Técnico Emitido (Laudo)	200	135	4
Fundação TV Minas Cultural e Educativa	8.880.473	10.108.005				
131220012.206.0001 - Direção Superior	88.970	67.392				
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	5.796.312	6.986.695				
131220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.000	8.437				
131227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	107.427	239.941				
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	120.654	145.195				
133925454.226.0001 - Produção e Apresent. de Programas Culturais, Educativos e Artísticos	1.195.330	1.157.439	Programa Cultural, Educativo e Artístico Produzido (Programa)	120	103	-
			Prog. Cultural, Educativo e Artístico Produzido e Apresentado (Programa)	1.324	1.141	-
			Prog. Cultural, Educativo e Artístico Veiculado	988	864	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
133925454.226.0002 - Produção e Apresentação de Programas Jornalísticos	85.370	85.003	(Programa) Programa Jornalístico Realizado (Programa)	936	819	-
137225482.225.0001 - Operação e Manutenção do Sistema Eletrônico	1.485.410	1.417.903				
Rádio Inconfidência Ltda	4.433.309	3.861.859				
241220012.206.0001 - Direção Superior	243.359	237.742				
241220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.513.517	1.088.540				
241220012.289.0001 - Serviço de Comercialização	250.035	227.464				
241220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.000	-				
247227842.233.0001 - Manutenção e Adequação do Sistema de Radiodifusão	789.705	776.905	Equipamento Instalado (Equipamento)	10	10	-
247227844.238.0001 - Produção e Apresentação Jornalística	545.230	501.928	Radiojornal Transmitido (Horas)	3.600	3.600	-
247227844.238.0002 - Produção e Apresentação Artística	545.231	535.429	Programa Radiofonico Transmitido (Horas)	3.600	3.600	-
247227844.238.0003 - Produção e Apresentação Esportiva	545.232	493.851	Evento Esportivo Transmitido (Horas)	1.440	1.440	-
Rádio Inconfidência Ltda	1.000	1.000				
247227846.025 - Adequação do Sistema de Radiodifusão	1.000	1.000	Equipamento Adquirido (Equipamento)	1	1	-
Companhia Mineira de Promoções - PROMINAS	300	886.401				
236957626.011 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Operacional	300	886.401	Reforma Realizada (M²)	1	1	-
Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDEURB	18.794.120	3.001.048				
154515711.189.0001 - Apoio Financeiro para Implantação e Melhoria da Infra-Estrutura Urbana	18.794.120	3.001.048	Município com empréstimo Contratado (Município)	99	7	4
			Empresa Financiada (Empresa)	1	0	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
TOTAL	164.335.928	101.903.641				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	16.324.184	12.743.591				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	1.936.368	902.454				
041212014.667.0001 - Coordenação e Avaliação do Planejamento Estadual	257.445	132.880	Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação Implantado (Sistema)	1	1	-
			Mensagem à Assembléia Legislativa Elaborada (Documento)	1	1	-
			Planejamento Estratégico Implementado (Plano)	1	1	-
041212014.668.0001 - Planejamento Orçamentário do Governo	491.376	756.235	Lei de Diretrizes Orçamentárias Elaborada (Projeto de Lei)	1	1	-
			Proposta Orçamentária Elaborada (Projeto de Lei)	1	1	-
041212014.669.0001 - Reforma e Planejamento Institucional do Estado	471.553	454.222	Sistema de Informação Institucional Implantado (Sistema)	1	1	-
			Projeto de Reforma Institucional Elaborado (Instrumento Normativo)	132	128	-
			Diretriz e Análise Institucional Elaborada (Documento)	3	3	-
			Projeto de Reforma da Legislação Normativa Elaborado (Projeto)	125	125	-
			Pesquisa e Informação Institucional Desenvolvida (Documento)	25	7	4
			Sistema de Integração de Biblioteca da Administração Pública Estadual Desenvolvido(Sistema)	1	7	5 - 7
041212014.678.0001 - Orçamento Participativo do Estado de Minas Gerais	277.742	-	Assembléia Municipal Realizada (Assembléia)	853	0	8
			Assembléia Regional Realizada (Assembléia)	18	0	8
			Plenária Estadual Realizada (Plenária)	1	0	8
041212024.666.0001 - Coordenação e Supervisão de Programas Regionais	930.966	828.219	Relatório Elaborado (Relatório)	12	12	-
041212024.881.0001 - Negociação e Captação de Recursos Nacionais e Internacionais	54.338	9.917	Projeto Negociado (Projeto)	3	0	1 - 8
041212024.884.0001 - Coordenação e Supervisão de Programas Multissetoriais	332.773	235.935	Programa Prosam Supervisionado(Programa)	1	1	-
			Programa Somma Supervisionado (Programa)	1	1	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041212031.049.0001 - Elaboração do Plano Diretor Metropolitano	4.000	-	Plano Diretor em Elaboração (Plano)	2	0	1
041220012.206.0001 - Direção Superior	884.765	1.428.010				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.924.687	2.324.674				
041220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	193.000	179.773				
041222044.391.0001 - Manutenção de Administrações Regionais	3.955.257	1.151.243				
041260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	190.488	92.525	Projeto Executado (Projeto)	2	2	-
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	4.419.426	4.247.504				
Fundação João Pinheiro	20.983.501	18.501.987				
041212134.503.0001 - Realização de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais	1.530.273	1.175.834	Projeto e Pesquisa em Andamento (Projeto/ Pesquisa)	6	6	-
			Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	9	8	4
			Índice para Distribuição do ICMS Produzido (Índice)	12	12	-
			Banco de Dados de Natureza Econômica e Social Produzido (Banco de Dados)	1	1	-
041212144.504.0001 - Realização de Estudos, Pesquisas e Consultorias Munic. e Metropolitanas	1.063.749	794.861	Projeto e Pesquisa em Andamento (Projeto/ Pesquisa)	1	5	5 - 6
			Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	6	5	2 - 7
			Consultoria Concluída (Consultoria)	4	5	5
041212154.505.0001 - Realização de Estudos Administrativos e Consultoria Organizacionais	748.108	602.023	Projeto Concluído (Projeto)	5	2	4
			Projeto em Andamento (Projeto)	5	5	-
041212164.506.0001 - Realização de Estudos e Pesquisas de Natureza Estatística	2.305.631	1.977.072	Sistema de Indicadores em Implantação (Sistema)	12	12	-
			Sistema de Estatística e Indicador Produzido e Mantido (Sistema)	7	7	-
			Informação Estatística Divulgada (Periódico)	3	3	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041220012.206.0001 - Direção Superior	1.783.101	1.867.663				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.713.617	2.680.787				
041220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	6.000	-				
041227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	3.750	235.427				
041282174.507.0001 - Formação e Capacitação de Recursos Humanos	2.889.582	2.045.288	Evento Realizado (Evento)	4	6	5 - 6 - 7
			Aluno Matriculado no Curso Superior de Administração Pública (Aluno)	120	141	5
			Aluno Formado no Curso Superior de Administração Pública (Aluno)	40	30	4
			Aluno Matriculado no Curso de Mestrado (Aluno)	60	45	4
			Aluno Formado em Curso de Especialização (Aluno)	140	168	5
			Aluno Qualificado em Curso de Formação Continuada (Aluno)	16.680	0	8
			Aluno Concluinte do Curso de Mestrado (Aluno)	60	27	4
041282174.507.0002 - Desenvolvimento de Estudos e Pesquisa na Área de Administração Pública	287.616	282.447	Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	2	11	5 - 6 - 7
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	6.366.654	6.039.774				
043925504.509.0001 - Realização de Publicações Histórico-Culturais	1.285.420	800.811	Publicação Cultural Editada (Publicação)	6	2	1 - 3
			Projeto e Pesquisa Concluído (Projeto/Pesquisa)	8	2	1 - 3
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG	6.459.132	60.906.884				
231220013.302 - Manutenção e Adequação da Infra Estrutura Operacional	300.000	45.300				
231232126.002 - Aumento de Capital	4.530.255	59.958.000				
231232126.005 - Participação Societária	28.877	31.584				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
231260503.301 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.600.000	872.000	Sistema de Processamento de Dados Impantado (Sistema)	1	1	-
Encargos Gerais SEPLAN / Programas Diversos	118.190.531	77.453.435				
041212241.602.0001 - Gerenciamento do Programa de Planejamento e Gestão	100.000	-				
041212251.601.0001 - Gerenciamento do Programa de Ajustes Setoriais para Efetivação das Ações de Governo	150.000	-				
041220502.820.0001 - Manutenção do Sistema de Programação, Acompanhamento e Avaliação da Ação Governamental -SIPAG	12.000	12.000				
041220502.820.0002 - Manutenção do Sistema de Informações Institucionais SINFI	18.000	18.000				
041220502.820.0003 - Manutenção da Linha de Informações do Governo Lig-Minas	19.000	18.500				
041222191.600.0001 - Gerenciamento do Programa de Saneamento Ambiental Organização e Modenização dos Municípios-Somma	8.000.000	15.242.761	Programa Somma Supervisionado (Programa)	1	1	-
041260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	142.762	70.000	Projeto Executado (Projeto)	1	1	-
082442311.608.0001 - Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Auto Sustent. Semi-Árido Mineiro	1.000.000	-				
082442321.609.0001 - Gerenciamento do Programa Nova Fronteira Noroeste de Minas Gerais	500.000	-				
082442331.610.0001 - Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Regionalizado	2.000.000	20.219				
103062294.697.0001 - Gestão do Conselho de Segurança Alimentar - Consea-MG	500.000	2.225	Seminário Realizado (Seminário)	6	1	9
			Fórum Realizado (Fórum)	2	0	9
			Reunião Realizada (Reunião)	10	0	9

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
175122281.607.0001 - Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável para Bacias de Contr. do Reserv. de Furnas	500.000	-				
175128391.606.0001 - Gerenciamento do Programa de Sanemaneto Ambiental das Bacias Ribeirões Arrudas e Onça - Prosam	71.000	39.821	Programa Prosam Supervisionado (Programa)	1	1	-
185442261.604.0001 - Gerenciamento do Prohidro	4.095.508	795.668	Barragem Construída (Barragem)	20	0	1
			Poço Perfurado e Recuperado (Poço)	224	37	1
206077231.368.0001 - Implantação de Projeto de Irrigação do Jaíba II	88.500.000	56.933.264	Estrada Construída (Km)	302	280	-
			Canal de Irigação Construído (Km)	149	138	-
			Obra Fiscalizada (Relatório)	12	12	
			Infra-estrutura Sócio Ambiental Implantada (Unidade de Conservação)	3	1	10
			Equipamento de Irrigação Adquirido (Equipamento)	500	500	-
			Estação de Bombeamento (Estação)	3	2	4
			Rede de Drenagem Implantada (Km)	95	91	-
206077241.369.0001 - Implantação de Infra-estrutura Social e Ambiental Básicas - Jaíba I	6.001.000	-	Escola Construída (Escola)	4	0	1
			Posto de Saúde Construído (Posto)	7	0	1
			Estação de Tratamento D'Agua em Construção (Estação)	1	0	1
216312341.605.0001 - Aquisição de Teras e Execução de Infra-Estrutura - Paraterra	581.261	917.668				
216317161.612.0001 - Implantação do Programa Estadual de Reforma Agrária	5.000.000	3.383.309	Terra Arrecadada (Hectare)	200.000	0	1
			Terra Distribuída (Parcelas)	5.000	0	1
			Projeto de Assentamento Criado (Projeto)	100	0	1
236957681.255.0001 - Desenvolvimento do Turismo nas Regiões Norte e Nordeste - Prodetur	1.000.000	-	Projeto Implantado (Projeto)	10	0	8
Fundo SOMMA	58.682.000	32.907.412				
175122191.194.0001 - Apoio Financeiro para Implementação do Programa	58.682.000	32.907.412	Município com Empréstimo Contratado	50	36	4

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Somma			(Município) Empresa Financiada (Empresa)	4	1	4
Fundo de Desenvolvimento Regional do Jaíba	8.133.552	3.247.910				
206017151.193.0001 - Apoio Financeiro a Implementação do Programa de Desenvolvimento Regional do Jaíba	8.133.552	3.247.910	Produtor financiado (Produtor)	80	37	4
Fundo PRÓ-FLORESTA	15.190.000	7.269.323				
181229001.296.0001 - Contribuição ao Fundo Funderur	6.000.000	6.000.000				
185416511.195.0001 - Apoio Financeiro para Implantação e Recuperação de Florestas	9.190.000	1.269.323	Empresa Financiada (Empresa)	8	6	4
Fundo Estadual de Desenvolvimento de Comunidades	3.465.829	-				
082443371.120.0001 - Apoio ao Programa de Mobilização de Comunidades	3.465.829	-	Projeto Financiado (Projeto)	50	0	1
Fundo de Desenvolvimento Metropolitano	1.000	-				
154515711.299.0001 - Apoio ao Desenvolvimento Metropolitano	1.000	-				Fundo não regulamen- tado
Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográfica - FHIDRO	21.493.906	-				
185436521.351.0001 - Apoio Financeiro para Racionalização do Uso e Melhoria dos Recursos Hídricos Estaduais	21.493.906	-	Projeto Financiado (Projeto)	51	-	Fundo não regulamen- tado
TOTAL	268.923.635	213.030.542				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Fazenda	521.796.126	545.562.329				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	3.016.672	1.817.851				
041220012.206.0001 - Direção Superior	5.716.605	3.675.369				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	12.222.527	12.242.642				
041220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	15.314.040	17.342.987				
041222051.370.0001 - Modernização da Ação Fiscal	4.130.580	6.707.114	Metodologia de Apoio ao Gerenciamento e Execução da Ação Fiscal Implantada (Metodologia)	1	0	7
			Procedimento de Sistemática e Gerenciamento do Controle Fiscal Implantado (Procedimento)	1	0	7
041222051.370.0002 - Aprimoramento da Base Legal	405.460	9.167	Seminário sobre Reforma Tributária Implantado (Seminário)	2	0	7
041222051.370.0003 - Atendimento ao Contribuinte	1.269.190	269.863	Novo Sistema de Contr. de Cadastro e da Arrecadação Implantado (Sistema)	1	0	2 - 4 - 7
041222051.373.0001 - Aprimoramento da Administração do Crédito Tributário	685.540	193.514	Procedimento de Cobrança Administ. e Judicial Implantado e Informatizado (Procedimento)	1	0	4
			Novo Procedimento de Revisão do Crédito Implantado (Procedimento)	1	0	7
041222051.374.0001 - Modernização das Atividades de Gestão Financeira e Controle do Caixa	795.110	844	Fluxo de Caixa On Line Elaborado, Atualizado e Disponibilizado (Fluxo)	1	0	7
			Módulo Específico da Dívida Pública Desenvolvido e Implantado no SIAFI (Módulo)	1	0	7
041222051.375.0001 - Modernização dos Instrumentos de Programação, Execução e Avaliação do Gasto Público	179.828	808	Sistema de Cadastro de Fornecedores/SIAFI em Integração (Sistema)	1	0	7
041222051.382.0001 - Modernização dos Instrumentos de Controle Interno do Estado	934.091	9.130	Manual de Controle Interno Elaborado (Manual)	1	0	7
			Projeto para Avaliação de Custo Elaborado (Projeto)	1	0	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
041222051.384.0001 - Modernização Institucional	1.109.756	773.438	Modulo de Administração Financeira das Empresas Subvecionadas Implantadas no SIAFI (Módulo)	1	0	7
			Documento da Missão e Matriz Sistêmica da SEF Consolidado (Documento)	1	1	-
			Reestruturação das Unidades Administrativas Consolidada (Unidade)	79	79	-
			Manual de Organização e de Serviços Elaborado (Manual)	1	0	4
			Projeto de Lei Encaminhado à Assembléia (Projeto)	1	1	-
			Rede Fazendária de Inform. Mantida em Cem por Cento das Unidades da SEF(Rede)	1	0	4
041232064.785.0001 - Gerenciamento do Sistema Central de Administração Financeira	1.168.425	624.829	Serviço de Gerenciamento das Finanças Públicas do Estado Mantido (Serviço)	1	1	-
041242074.394.0001 - Gerenciamento do Sistema Central de Controle Operacional	2.447.113	2.898.152	Balanço Geral do Estado Elaborado (Documento)	1	1	-
			Auditoria Operacional Órgão/Entidade Estadual Realizada (Auditoria)	1	1	-
041260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	190.488	-	Projeto Executado (Projeto)	2	0	7
041280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	1.627.508	2.021.756	Treinamento Realizado (Treinando)	4.010	2209	4 - 7
041292084.393.0001 - Gerenciamento do Sistema de Tributação e Administ. Tributária Estadual	159.174.064	184.363.108	Serviço de Controle da Legislação Tributária Mantido (Serviço)	1	1	-
			Serviço de Gerenciamento, Fiscalização, Arrecadação e Tributação Mantido (Serviço)	1	1	-
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	311.409.129	312.611.757				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Encargos Gerais do Estado - Encargos Diversos	4.593.147.657	5.205.199.184				
041220502.156.0001 - Manutenção do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAF	7.380.000	9.538.000				
041260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	142.763	-	Projeto Executado (Projeto)	2	0	7
288437777.202.0001 - Gestão da Dívida Contratada Interna	983.458.718	1.309.540.203				
288447777.203.0001 - Gestão da Dívida Contratada Externa	194.475.772	163.285.811				
288447777.207.0001 - Gestão da Dívida Mobiliária Externa	197.055.415	183.968.050				
288457777.077.0001 - Transferências a Municípios	1.731.650.424	1.978.964.947				
288457777.179.0001 - Transferências ao Fundep	1.325.395.886	1.352.389.095				
288457777.655.0001 - Programação a Cargo da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de MG - FAPEMIG	62.508.045	71.237.671				
288467777.065.0001 - Encargos Decorrentes da Lei 13.270, de 27/07/1999	15.023.034	-				
288467777.081.0001 - Encargos da Administração Financeira Central	28.000.000	24.466.022				
288467777.167.0001 - Indenizações Administrativas e Judiciais	30.237.200	30.591.724				
288467777.167.0002 - Indenizações por Força da Lei 12.994, de 30/07/1998	265.000	-				
288467777.180.0001 - Encargos Decorrentes da Extinção da Minascaixa - Dec. 39.835, de 24/08/1998	3.554.400	8.837.160				
288467777.181.0001 - Participação no Aumento de Capital de Empresas Financeiras e Comerciais	1.000	-				
288467777.571.0001 - Encargos Devidos ao Institutos de Previdência	14.000.000	72.380.501				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Encargos Gerais - Transf. do Estado a Empresas Subvencionadas	71.187.867	66.019.647				
205717777.414.0001 - Programação a Cargo da Empresa de Pesquisa Agropecuária de MG - EPAMIG	19.243.987	17.211.313				
206067777.411.0001 - Programação a Cargo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER	47.604.108	44.730.729				
236957777.166.0001 - Programação a Cargo da Empresa Mineira de Turismo Turminas	953.423	1.125.184				
247227777.270.0001 - Programação a Cargo da Rádio Inconfidência	3.384.349	2.677.421				
267837777.359.0001 - Programação a Cargo do Trem Metropolitano de Belo Horizonte S. A	2.000	275.000				
Encargos Gerais do Estado - Transferências do Estado a Empresas	12.645.922	76.590.753				
041227777.161.0001 - Programação a Cargo da Minas Gerais Administração e Serviços S/A - MGS	1.000	6.721.747				
041237777.299.0001 - Programação a Cargo da Minas Gerais Participações S/A - MGI	1.000	-				
041267777.400.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Processamento de Dados de Minas Gerais - PRODEMGE	1.000	-				
164827777.432.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Habitação do Estado de MG - COHAB	8.056.667	9.653.157				
175127777.151.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	31.000	26.849				
206057777.256.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Armazéns e Silos de MG - CASEMG	1.000	-				
206057777.257.0001 - Programação a Cargo da Centrais de Abastecimento	21.000	-				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: FAZENDA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
de MG S/A - CEASA						
226617777.290.0001 - Programação a Cargo da Companhia de Distritos Industriais de MG - CDI	1.000	231.000				
226637777.162.0001 - Programação a Cargo da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG	1.000	-				
236947777.291.0001 - Programação a Cargo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	4.530.255	59.958.000				
257527777.184.0001 - Programação a Cargo da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	1.000					
Minas Gerais Participações S.A. - MGI	1.501.000	9.509				
041230016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Administrativa	1.500.000	9.509				
041232126.005 - Participação Societária	1.000	-				
TOTAL	5.200.278.572	5.893.381.422				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração	35.478.369	35.703.886				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	120.468	265.249				
041220012.106.0001 - Serviços de Administração Regional	4.056.055	4.017.189				
041220012.206.0001 - Direção Superior	1.115.978	1.224.385				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	5.322.218	4.866.055				
041220014.516.0001 - Administração Central de Pessoal	3.027.273	3.044.277	Perícia Médica Realizada (Perícia)	2.350	2.156	-
			Gerenciamento de Pagamento de Pessoal Mantido (Sistema)	1	1	-
			Procedimento Administrativo de Correição Realizado (Procedimento)	800	854	-
			Servidor Treinado (Servidor)	70	26	3
			Exame Médico Realizado (Exame)	19.355	24.748	5
			Licença Concedida (Licença)	40.850	45.049	5
			Intervenção no Meio Ambiente de Trabalho Realizada (Unidade)	10	0	9
			Isenção do Imposto de Renda Providenciada (Unidade)	300	170	4
			Aposentadoria por Invalidez Providenciada (Unidade)	1.000	835	4
041220104.114.0001 - Modernização Administrativa	293.771	277.620	Legislação Estuadual Adaptada (Unidade)	15	3	4
			Formulário de Uso Geral Racionalizado e Padronizado (Unidade)	54	235	7
			Sistema de Protocolo Adaptado e Expandido (Órgão/Entidade)	19	2	4
			Sistema de Administração de Pessoal Desenvolvido e Implantado (Sistema)	1	1	-
			Sistema de Administração Geral Desenvolvido/ Implantado (Órgão/Unidade)	25	11	4
04122104.187.0001 - Administração de Materiais e Serviços	726.430	786.606	Leilão de Veículo Antieconômico Realizado (Veículo)	990	492	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Recolhimento e Redistribuição de Veículo Realizado (Veículo)	1.100	540	4
			Sistema Integrado de Administração Geral Desenvolvido e implantado (Sistema)	1	1	-
041220104.582.0001 - Administração de Bens Imóveis	396.156	416.505	Sistema de Controle imobiliário Aperfeiçoado (Sistema)	1	1	-
041220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	25.000	620.626				
041260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	253.984	109.782	Projeto Executado (Projeto)	2	2	-
041285094.583.0001 - Recrutamento, Seleção e Desenvolvimento de Recursos Humanos	229.522	245.885	Servidor Treinado (Servidor Publico)	8.900	19.216	5
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	19.911.514	19.829.707				
Encargos Gerais - Outros Encargos	28.262.102	35.947.422				
041220502.294.0001 - Manutenção do Sistema de Pessoal	6.022.023	4.999.580				
041220502.294.0002 - Manutenção do Sistema de Controle de Ponto	143.474	99.962				
041220502.294.0003 - Manutenção do Sistema de Administração Geral	38.004	-				
041220502.294.0004 - Manutenção do Sistema de Protocolo	951.155	909.466				
041227777.169.0001 - Indenizações Administrativas e Sentenças Judiciárias	238.870	244.778				
041227777.274.0001 - Ressarcimento a MGS por Indenizações Trabalhistas	600.000	846.421				
041227777.274.0002 - Prestação de Serviços Jurídicos	400.000	683.945				
041260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	142.763	-	Projeto Executado (Projeto)	1	0	9

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
042747777.054.0001 - Encargos com Pensionistas	19.725.813	28.163.270				
Minas Gerais Administração e Serviços S.A. - MGS	1.000	6.721.747				
041222126.002 - Aumento de Capital	1.000	6.721.747				
TOTAL	63.741.471	78.373.055				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Educação	2.956.750.709	3.219.266.781				
121210012.179.0001 - Planejamento Setorial	427.699	487.127				
121220012.008.0001 - Administração da Ação Educacional	5.064.920	5.405.110				
121220012.018.0001 - Manutenção das Superintendências Regionais de Ensino	44.872.206	56.703.452				
121220012.082.0001 - Modernização Administrativa e Organizacional	1.140.810	1.028.908				
121220012.142.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Educação	1.149.026	1.106.592				
121220012.206.0001 - Direção Superior	2.522.909	2.228.568				
121220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	36.937.860	44.975.826				
121220012.292.0001 - Administração de Recursos Humanos	89.006.262	82.768.741				
121220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	5.000.000	4.859.987				
121230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	850.424	866.532				
121260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	350.480	4.927	Projeto Executado (Projeto)	3	3	-
122434732.563.0001 - Apoio as Ações de Atendimento a Criança e ao Adolescente	120.000	2.426	Criança e Adolescente Assistido (Pessoa)	86.400	0	9
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	944.926.440	1.089.378.393				
123065012.562.0001 - Alimentação Escolar	54.372.786	51.939.579	Aluno Beneficiado com Merenda Escolar (Aluno)	2.094.261	2.094.261	-
123615021.031.0001 - Programa Familiar para a Educação - Bolsa Escola	7.000.000	6.187.241	Bolsa Concedida (Bolsa)	5.750	9.980	6
123615021.631.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares Ensino Fundamental	20.213.955	47.717.155	Prédio Construído (Prédio)	53	84	7
			Prédio Ampliado (Prédio)	4	357	7
			Prédio Reformado (Prédio)	21	381	7

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
123615022.633.0001 - Carreira, Capacitação e Formação Continuada - Ensino Fundamental	16.864.063	4.897.913	Professor Habilitado (Professor) Curso de Atualização Realizado (Professor) Diretor e Vice-Diretor de Escola Capacitado (Pessoa) Metodologia de Avaliação Implementada (Metodologia)	2.000 37.000 6.000 3	1.766 2.025 0 0	4 7 - 9 - 11 10 - 11 7
123615025.636.0001 - Organização do Atendimento Escolar - Ensino Fundamental	47.448.140	49.859.885	Cadastro Escolar realizado (Município) Treinamento Realizado (Treinamento) Escola Equipada (Escola)	853 82 1.344	853 82 1.400	- - 7
123615022.637.0001 - Democratização da Gestão Escolar - Ensino Fundamental	32.880.347	50.274.783	Colegiado em Funcionamento (Colegiado) Projeto Inovador Financiado (Projeto) Plano de Desenvolvimento (PDE) Implementado (Escola) Escola Assistida Financeiramente (Escola)	3.617 700 3.617 3.807	3.617 1.728 3.617 3.807	- 7 - -
123615022.638.0001 - Avaliação Educacional - Ensino Fundamental	906.000	3.590.691	Aluno Avaliado (Aluno)	190.914	445.401	5
123615022.639.0001 - Apoio Administrativo do Ensino Fundamental	215.347.787	287.078.071	Aluno Matriculado (Aluno)	1.989.102	1.916.498	4
123615024.634.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	966.116.392	1.106.427.204	Escola Provida de Livro Didático (Escola) Projeto Pedagógico Implementado (Projeto) Pesquisa Realizada (Pesquisa) Quadro Curricular Informatizado e Implementado (Escola)	13.989 12 1 3.617	16.767 11 0 3.617	7 8 9 -
123625031.641.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares - Ensino Médio	100.000	-	Prédio Beneficiado (Prédio)	12	0	9
123625032.643.0001 - Carreira, Capacitação e Formação Continuada - Ensino Médio	150.000	19.047	Professor Aperfeiçoado (Professor) Diretor e Vice-diretor Capacitado (Pessoa)	12.000 720	12.000 720	- -
123625032.646.0001 - Organização do Atendimento Escolar - Ensino Médio	80.000	-	Vaga Ampliada (Vaga)	167.235	104.697	4
123625032.647.0001 - Democratização da Gestão Escolar - Ensino Médio	500.000	1.152.541	Colegiado em Funcionamento (Colegiado)	96	96	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Plano de Desenvolvimento (PDE) Implementado (Escola)	96	96	-
			Escola Assistida Financeiramente (Escola)	85	100	7
123625032.648.0001 - Avaliação Escolar Ensino Médio	100.000	-	Aluno Avaliado (Aluno)	202.080	0	9
123625032.649.0001 - Apoio Administrativo do Ensino Médio	15.464.317	13.956.986	Aluno Matriculado (Aluno)	888.379	843.018	4
123625034.644.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	347.455.306	248.799.764	Ensino Médio Reestruturado (Escola)	1.145	1.144	-
			Pesquisa Realizada (Pesquisa)	1	0	9
123635041.672.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Escolares Ensino Profissional	2.017.993	490.952	Centro de Educação Profissional Construído (Centro)	5	4	3
123635042.673.0001 - Carreira, Capacitação e formação Continuada - Ensino Profissional	90.000	-	Profissional Capacitado (Pessoa)	1.675	0	9
123635044.674.0001 - Desenvolvimento do Ensino Profissional	47.044.874	356.807	Ensino Profissional Reestruturado (Escola)	4	4	-
			Centro de Educação Profissional Implantado (Centro)	4	4	-
			Aluno Matriculado (Aluno)	11.777	11.777	-
123655054.614.0001 - Desenvolvimento do Ensino Infantil	8.929.745	9.721.127	Aluno Matriculado (Aluno)	10.413	12.238	5
			Professor Capacitado (Professor)	9.000	2.000	7
			Plano Curricular Nacional Implantado (Escola)	22	19	4
			Escola Assistida Financeiramente(Escola)	22	22	-
123665064.654.0001 - Desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos	13.195.616	14.454.933	Jovem e Adulto Atendido (Pessoa)	3	3	-
			Exame de Suplência Realizado (Exame)	3	3	-
123675074.664.0001 - Desenvolvimento da Educação Especial	28.104.352	32.525.513	Aluno Atendido (Aluno)	8.381	10.074	5
			Política da Educação Especial Implementada (Escola)	40	46	5
			Professor Capacitado (Professor)	3.000	950	7

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundação Helena Antipoff	2.420.204	2.494.698				
121220012.206.0001 - Direção Superior	831.050	1.090.594				
121227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	76.680	80.321				
122434784.567.0001 - Apoio a Criança e ao Adolescente	236.313	134.242	Material Didático e Pedagógico Fornecido (Aluno)	4.810	5.000	5
			Alimentação Fornecida (Aluno)	6.000	2.000	4
			Criança Adolescente Atendido nas Clínicas Psicopedagógicas (Criança/Adolescente)	600	675	6
			Criança Adolescente Atendido nas Oficinas Psicopedagógicas (Criança/Adolescente)	4.000	1.360	9
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	111.360	144.496				
123615024.634.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	338.964	431.237	Aluno Matriculado (Aluno)	1.300	1.275	4
123625034.644.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	480.222	582.698	Aluno Matriculado (Aluno)	700	715	5
123635044.564.0001 - Promoção de Cursos de Qualificação e Aperfeiçoamento	58.307	9.666	Curso Realizado (Curso)	100	17	3
123645084.566.0001 - Promoção de Cursos Universitários, Pós-Universitários, Pesquisa e Extensão	243.000	21.444	Curso Realizado (Curso)	6	3	4
			Aluno Matriculado (Aluno)	240	498	5
			Projeto Pesquisa Realizado (Projeto)	1	0	3
123665064.565.0001 - Promoção do Cursos de Suplência	44.308	-	Curso Realizado (Curso)	2	0	9
Fundação Caio Martins - FUCAM	2.487.994	2.683.799				
121220012.206.0001 - Direção Superior	298.770	232.133				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	374.550	498.023				
121227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	141.137	141.136				
122434784.568.0001 - Assistência e Qualificação Profissional da Criança e do	1.544.727	1.645.621	Criança Adolescente Atendido nas Oficinas	662	662	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: EDUCAÇÃO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Adolescente			Psicopedagógicas (Criança/Adolescente)			
			Criança Adolescente Assistido (Criança/Adolescente)	2.833	2.833	-
			Criança Adolescente em Regime de Internato Assistido (Criança/Adolescente)	1.603	1.603	-
			Criança Adolescente em Regime de Semi-Internato Assistido (Criança/Adolescente)	98	98	-
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	128.810	166.886				
TOTAL	2.961.658.907	3.224.445.278				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Saúde	132.211.414	145.121.875				
101210012.401.0001 - Planejamento e Gerência do Sistema Único de Saúde	19.476.879	16.711.072	Projeto Executado (Projeto)	4	0	1
101220012.039.0001 - Direção Superior do Sistema Único de Saúde	3.255.663	2.908.979				
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	22.015.313	26.298.759				
101220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	1.297.692	906.876				
101260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	380.976	-				
101280014.186.0001 - Capacitação e Formação de Recursos Humanos	3.271.788	3.354.697				
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	37.270.844	41.641.649				
103014014.584.0001 - Coord., Assessoramento e Supervisão das Ações de Promoção da Saúde	43.436.512	53.284.850				
103044014.585.0001 - Coord. e Execução das Ações de Vigilância Sanitária	995.484	14.993				
103054014.586.0001 - Coord. e Assessoramento da Gestão Municipal nas Ações de Vigilância Epidemiológica	810.263	-				
Fundação Ezequiel Dias - FUNED	63.419.242	41.510.524				
101220012.206.0001 - Direção Superior	1.385.360	1.275.288	Profissional Treinado ((Profissional)	200	4	4
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	6.800.200	6.114.105				
101220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	422.760	490.274				
101227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	376.942	376.941				
101280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	926.000	288.867				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	2.589.620	2.434.727				
103030991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	1.149.540	451.461	Unidade Predial Construída (Unidade)	5	4	-
			Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	5	3	7
103034024.472.0001 - Suporte Laboratorial as Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica	6.059.070	4.350.290	Exame e Análise Laboratorial Realizada (Análise)	173.900	120.082	4
			Meio de Cultura Produzido (Placa)	112.000	146.000	5
			Treinamento Laboratorial Realizado (Treinamento)	20	70	5
103034034.474.0001 - Controle de Qualidade de Produtos , Processos e e Serviços	1.394.900	984.617	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	2	1	7
			Ensaio Realizado (Ensaio)	132.550	29.746	10
103034044.188.0001 - Desenv., Produção e Distribuição de Medicamentos e Fitoterápicos	35.258.150	19.625.388	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	15	12	7
			Medicamento Produzido (Unidade Mil)	343.300	287.832	10
			Medicamento Distribuído (Município)	853	-	8
103034044.357.0001 - Desenvolvimento e Produção de Imunobiológicos e Hemoderivados	2.235.270	1.648.530	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	3	1	11
			Soro Produzido (Ampola)	150.000	127.492	7
103634074.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	1.779.980	1.956.980	Pesquisa Realizada (Pesquisa)	1	1	-
			Pessoal Qualificado (Pessoa)	6.600	2.165	2 - 11
			Curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Realizado (Aluno)	330	198	2 - 11
			Curso Técnico de Nível Médio em Saúde Pública Realizado (Aluno)	900	865	-
			Cooperação Técnica Realizada (Município)	39	8	11
105714064.471.0001 - Geração de Conhecimentos Científicos e Biotecnológicos	2.569.050	1.439.850	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	27	23	11
			Tecnologia Aplicada (Exame/Teste)	7.740	740	12
105714064.587.0001 - Desenv. de Pesquisa para Promoção da Saúde Humana e Animal	472.400	73.206	Pesquisa Desenvolvida (Pesquisa)	11	11	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHEMIG	230.846.504	230.312.972				
101220012.206.0001 - Direção Superior	353.800	293.582				
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	24.177.000	24.019.177				
101220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	538.000	700.427				
101227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	500.716	586.678				
101280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	300.000	551.859	Pessoa Treinada (Pessoa)	2.000	2.127	-
			Pessoal de Ensino Fundamental Habilitado (Aluno)	280	227	3
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	6.822.000	7.988.505				
103020991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	13.473.105	2.109.638	Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	21	5	1
103024084.379.0001 - Atendimento Hospitalar Geral	66.206.088	68.813.495	Cirurgia Realizada (Cirurgia)	4.565	5.859	6
			Alta Realizada (Alta)	15.780	16.061	-
			Consulta Realizada (Consulta)	277.800	367.907	6
			Outra Terapia Realizada (Atendimento)	86.660	251.285	5
			Exame na Atenção Hospitalar Realizado (Exame)	150.430	228.988	5
			Exame na Atenção Ambulatorial Realizado (Exame)	203.800	337.015	6
			Atendimento Diverso Realizado (Atendimento)	658.370	595.111	-
			Paciente/Dia Atendido (Paciente)	1.200	4.457	5
			Paciente Domiciliar Atendido (paciente)	4.000	1.624	7
103024084.423.0001 - Atendimento de Urgência e Emergência	115.434.795	121.958.280	Cirurgia Realizada (Cirurgia)	19.200	18.160	-
			Alta Realizada (Alta)	44.700	46.980	-
			Consulta Realizada (Consulta)	1.250.800	741.904	4
			Outra Terapia Realizada (Atendimento)	28.950	294.068	5
			Exame na Atenção Hospitalar Realizado (Exame)	600.500	560.672	-
			Exame na Atenção Ambulatorial Realizado (Exame)	967.400	1.074.599	6

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103634074.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	3.041.000	3.291.331	Atendimento Diverso Realizado (Atendimento)	1.200.400	851.956	4
			Residência Médica Oferecida (Residência Médica)	225	224	-
			Estágio Acadêmico Realizado (Estudante)	1.500	1.092	4
Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais	39.907.837	38.644.732				
101220012.206.0001 - Direção Superior	435.000	359.716				
101220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	7.647.400	8.727.238				
101220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	400.000	288.871				
101227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	247.837	247.836				
102727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	141.600	220.536				
103020991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	5.929.200	502.201	Unidade Predial em Reforma/Ampliação (Unidade)	7	1	7-10-11-12
103024094.230.0001 - Desenvolvimento do Programa de Sangue e Hemoderivados	24.986.800	28.285.320	Consulta Médica Realizada (Consulta)	400.000	380.000	-
			Doador Apto Clínico Atendido (Doador)	252.000	240.000	-
			Hemocomponente Liberado (Bolsa)	400.000	580.000	5
105714064.424.0001 - Estudos e Pesquisas em Hematologia e Hemoterapia	120.000	13.014	Pesquisa Realizada (Pesquisa)	21	21	-
Fundo Estadual de Saúde - FES	529.939.512	379.501.953				
101280014.186.0001 - Capacitação e Formação de Recursos Humanos	2.480.000	753.890	Servidor Treinado em Administração e Planejamento (Servidor)	1.500	181	4
			Servidor Treinado em Vigilância Epidemiológica (Servidor)	1.500	3.213	5
			Servidor Treinado em Vigilância Sanitária (Servidor)	1.500	1.290	4
			Estágio Acadêmico Realizado (Estudante)	1.600	917	4
101280014.186.0002 - Apoio a Formação de Profissionais do SUS	750.000	485.668				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103014014.584.0001 - Coord., Assessoramento e Supervisão das Ações de Promoção da Saúde	4.230.721	3.039.443	Evento Realizado (Evento)	309	220	4
			Material Instrucional Elaborado (Material)	498.923	37.701	4
103014014.589.0001 - Implant. e Implementação de Programas de Saúde da Família Ag. Comunit. de Saúde	300.000	934.365	Equipe PSF Implantada (Equipe)	154	222	5
			Equipe PSF Implementada (Equipe)	931	317	4
			Equipe PACS Implementada (Equipe)	5.996	686	4
			Equipe PACS Implantada (Equipe)	1.600	366	4
			População do PSF Atendida (Pessoa)	3.148.000	4.481.200	5
			População do PACS Atendida (Pessoa)	504.000	2.172.310	5
103024104.600.0001 - Controle e Apoio Assistencial da Rede Ambulatorial	180.000.000	124.309.499	Município Atendido (Município)	853	800	7
103024104.600.0002 - Controle e Apoio Assistencial da Rede Hospitalar	212.000.000	170.207.886	Unidade Hospitalar Beneficiada (Unidade Hospitalar)	692	464	4
103024104.600.0003 - Assistência Farmaceutica	67.195.000	60.200.798	Pessoa Atendida com Medicamento Básico (Pessoa)	17.100.314	15.350.235	4
			Pessoa Atendida Com Medicamento Especial (Pessoa)	4.250.000	1.527.692	4
			Pessoa Atendida com Medicamento Excepcional (Pessoa)	21.000	19.215	7
103024104.600.0004 - Auditoria nos Sistemas Municipais de Saúde	180.000	117.908	Auditoria Realizada (Auditoria)	138	892	5
103024104.600.0005 - Descentralização do Atendimento de Urgência e Emergência	5.840.000	4.240.000	Unidade Hospitalar Contemplada (Unidade Hospitalar)	5	17	5
103024104.600.0006 - Recuperação Física da Rede Assistencial	48.688.791	9.925.642	Unidade de Saúde Contemplada (Unidade de Saúde)	450	6	4
103024104.600.0007 - Apoio às Ações de Saúde Coletiva	1.000.000	-	Apoio às Ações da FUNED Realizado (Apoio)	1	0	4
			Apoio às Ações da HEMOMINAS Realizado (Apoio)	1	0	4
			Unidade Hemoterápica Contemplada (Unidade)	1	0	4
103044014.585.0001 - Coordenação e Execução das Ações de Vigilância Sanitária	325.000	586.573	Vistoria Técnica Realizada (Vistoria)	15.000	3876	4
			Ação de Vigilância Sanitária Implantada	100	74	7

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: SAÚDE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
103054015.586.0001 - Coord. e Assessoramento da Gestão Municipal nas Ações de Vigilância Epidemiológica	6.950.000	4.700.281	(Município) Ação de Vigilância Sanitária Implementada (Município)	50	44	4
			Campanha de Vacinação Animal Realizada (Campanha)	1	1	-
			Sistema de Informação Epidemiológica Implan- tado (Sistema)	2	0	4
			Cobertura Vacinal Atingida Primeira Dose(Dose)	15.954.772	4.075.565	4
			Cobertura Vacinal Atingida Segunda Dose(Dose)	12.980.430	0	8
			Cobertura Vacinal Atingida Terceira Dose (Dose)	12.980.430	5.082.116	4
			Sistema de Informação Epidemiológica Mantido (Sistema)	5	0	4
			Ação de Vigilância Epidemiológica e Controle do Vetor Realizada (Ação)	4.000	386	4
TOTAL	996.324.509	835.092.056				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Est. do Trab., da Assist. Social, da Criança e do Adolescente	74.565.733	62.532.929				
081210012.179.0001 - Planejamento Setorial	228.862	279.348				
081220012.023.0001 - Manutenção e Ampliação de Unidades Regionais	1.893.202	2.004.414				
081220012.206.0001 - Direção Superior	473.533	681.448				
081220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	5.162.154	9.600.362				
081220012.423.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho Estadual de Assistência Social	298.650	11.637				
081220012.424.0001 - Operacionalização das Ações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	154.632	112.398				
081220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	428.485	141.733				
081260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	317.480	-	Projeto Executado (Projeto)	2	0	9
081280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	382.712	275.812				
082413364.488.0001 - Gestão da Política Pública de Assistência ao Idoso	515.676	669.297	Evento Realizado (Evento)	3	2	3 - 7
			Município Assessorado (Município)	200	625	5 - 6
			Publicação Editada (Unidade)	3.000	3.000	-
082423334.486.0001 - Gestão da Política Pública de Assistência a Pessoa Portadora de Deficiência	1.115.781	612.131	Criança/Adolescente do Programa Curumim	100	100	-
			Atendida (Criança Adolescente)			
			Criança/Adolescente do Centro Educacional	135	135	-
			Abrigada (Criança/Adolescente)			
			Crinaça/Adolescente do Programa Casa Lar	200	200	-
			Abrigada (Criança/Adolescente)			
			Município Assessorado (Município)	45	100	5 - 6
			Criança/Adolescente do Programa de Atendimento	180.000	660	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
082433344.489.0001 - Gestão da Política Pública da Criança e do Adolescente	7.318.279	8.494.737	Especializado Atendida (Criança/Adolescente)			
			Publicação Editada (Unidade)	1.000	3.000	5
			Criança/Adolescente do Centro Pró-Vida	66	90	6
			Abrigada (Criança/Adolescente)			
			Evento Realizado (Evento)	1	3	5 - 6
			Criança/Adolescente do Programa SOS Atendida (Criança/Adolescente)	4.800	4.800	-
			Criança/Adolescente do Ciames Atendida (Criança/Adolescente)	950	950	-
			Criança/Adolescente do Programa Curumim Atendida (Criança Adolescente)	6.650	6.650	-
			Criança/Adolescente do Centro Educacional Abrigada (Criança/Adolescente)	400	750	5
			Entidade Apoiada (Entidade)	1	1	-
			Criança/Adolescente do Programa Casa Lar Abrigada (Criança/Adolescente)	700	200	3
			Município no Combate a Exploração Infantil pelo Trabalho Apoiado (Município)	50	50	-
			Município Assessorado (Município)	300	300	-
			Publicação Editada (Unidade)	5.000	5.000	-
			Adolescente com Medida Sócio-Educativa Implementada (Adolescente)	400	400	-
			Entidade Convenida Atendida (Entidade)	15	63	6
			Conselheiro Educador Capacitado (Curso)	40	12	2
			Conselho Municipal e Tutelar Assessorado (Conselho)	400	300	3
			Criança-Adolescente do Programa Casa de Passagem Atendida (Criança/Adolescente)	1.800	1.200	3
082727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	5.000.346	5.039.758				
112444424.487.0001 - Apoio as Ações de Cooperativismo, Associativismo e Desenvolvimento Comunitário	651.201	393.866	Evento Realizado (Evento)	2	2	-
			Programa de Mobilização de Comunidade Apoiado (Projeto)	300	12	11
			Município Assessorado (Município)	400	400	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
113314434.491.0001 - Prevenção de Acidentes no Trabalho	39.800	69.390	Projeto Minas Cooperativa Implantado (Projeto)	50	0	8
			Capacitação para Associativismo-Cooperativismo Realizada (Curso)	4	101	7
			Entidade Assessorada (Entidade)	5.000	390	3 - 4
			Programa Alvorada Apoiado (Projeto)	100	0	8
			Evento Realizado (Evento)	3	1	1
			Publicação Editada (Unidade)	3.000	0	2
			Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	1	1	-
113314444.496.0001 - Intermediação de Empregos	8.704.114	4.536.320	Evento Realizado (Evento)	4	4	-
			Trabalhador para o Emprego Encaminhado (Pessoa)	82.000	143.694	5 - 6
			Publicação Editada (Unidade)	17.000	8.500	4
			Trabalhador Inscrito (Pessoa)	99.000	213.780	5 - 6
			Trabalhador Colocado (Pessoa)	30.000	20.796	4
			Trabalhador ao Seguro Desemprego Habilitado (Pessoa)	190.000	174.890	4
			Vaga no Mercado de Trabalho Captada (Vaga)	45.000	50.332	5 - 6
			Pessoa Teleatendida (Pessoa)	130.000	340.367	5 - 6
113324454.497.0001 - Apoio Operacional ao Programa de Geração de Emprego e Renda	324.035	389.796	Evento Realizado (Evento)	4	6	5 - 6
			Comissão Municipal de Emprego Implantada (Comissão)	50	126	5 - 6
			Visita de Acompanhamento ao Empreendimento Realizada (Visita)	350	203	4
113324454.498.0001 - Estudos e Pesquisas na Área de Emprego	76.716	956.194	Estudo/Pesquisa Desenvolvido(Estudo/Pesquisa)	4	2	4
			Edição Pesquisa Ped Realizada (Pesquisa)	12	12	-
113334464.492.0001 - Qualificação Profissional do Trabalhador	40.428.681	28.152.541	Evento Realizado (Evento)	4	16	5 - 6
			Entidade Beneficiada (Entidade)	250	69	4
113634474.494.0001 - Qualificação Profissional do Adolescente	1.051.394	111.747	Equipamento para Portador de Deficiência Produzido (Equipamento)	3.000	570	4 - 12
			Adolescente Treinado (Pessoa)	100	36	11

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Conjunto Individual de Mobiliário Escolar Produzido (Conjunto)	100.000	15.631	4 - 12
Coordenadoria de Apoio e Assistência a Pessoa Deficiente - CAADE	139.129	236.275				
081220012.206.0001 - Direção Superior	113.204	204.837				
082424414.370.0001 - Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência nas Pol. Setoriais Básicas	21.775	21.313	Publicação Produzida (Unidade)	4	3	7
			Evento Promovido (Evento)	4	5	5 - 6
			Atendimento Emergencial Prestado (Atendimento)	85	0	3 - 7 - 9
			Entidade com Infraestrutura Básica Implantada (Entidade)	20	0	3 - 7 - 9
			Entidade Assessorada (Entidade)	30	30	-
082727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	4.150	10.125				
Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG	3.780.249	4.844.298				
121210012.615.0001 - Desenvolvimento das Ações de Planejamento	123.242	54.102				
121220012.206.0001 - Direção Superior	83.158	78.565				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.869.989	2.109.059				
121220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	90.000	83.003				
121227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	78.992	229.043				
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	82.464	113.514				
123634464.623.0001 - Qualificação Profissional	465.302	514.236	Aluno Matriculado (Aluno)	280	620	7
			Turma Formada (Turma)	14	31	7
123637424.619.0001 - Formação de Técnicos e Auxiliares Técnicos do Setores da Indústria Comércio e Serviços	987.102	912.595	Aluno Matriculado (Aluno)	560	591	6
			Turma Formada (Turma)	20	27	7

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
123637434.621.0001 - Capacitação Gerencial	203.523	561.644	Aluno Matriculado (Aluno) Turma Formada (Turma)	300 10	520 26	6 6
123647444.622.0001 - Formação Pedagógica para Docentes	514.733	188.537	Aluno Matriculado (Aluno) Turma Formada (Turma)	428 12	355 12	4 -
Fundo para Infância e Adolescência - FIA	763.690	1.188.984				
082433424.630.0001 - Apoio as Ações em Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	763.690	1.188.984	Município Beneficiado (Município) Entidade Beneficiada (Entidade) Entidade Apoiada (Entidade) Bolsa Trabalho Educativo Apoiada (Bolsa)	300 2.000 200 2.000	15 1 4 490	3 3 3 3
Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS	3.159.989	4.861.927				
082413384.626.0001 - Apoio as Ações de Assistência Social ao Idoso	57.864	12.441	Entidade Apoiada (Entidade) Serviço Assistencial de Ação Continuada Realizado (Entidade) Idoso do Programa Casa-Lar Abrigado (Pessoa)	1 5 16	1 5 16	- - -
082423394.627.0001 - Apoio as Ações de Assistência Social ao Portador de Deficiência	355.792	1.078.983	Serviço Assistencial de Ação Continuada Realizado (Entidade)	7	7	-
082433414.629.0001 - Apoio as Ações de Assistência Social a Criança e ao Adolescente	2.246.333	3.770.503	Entidade Apoiada (Entidade) Programa Brasil Criança Cidadã Apoiado (Município) Serviço Assistencial de Ação Continuada Realizado (Entidade)	1 300 101	1 0 101	- 8 -

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CRIANÇA E ADOLESCENTE

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
082443434.679.0001 - Gestão da Política Pública de Assistência Comunitária	500.000	-	Entidade Apoiada (Entidade)	1	1	-
			Pessoa Beneficiada (Pessoa)	80	0	3
			Programa e Projeto de Enfrentamento a Pobreza Apoiado (Município)	80	0	3
			População de Rua Atendida (Pessoa)	60	60	-
			Migrante Atendido (Pessoa)	36.000	18.000	1
TOTAL	82.408.790	73.664.413				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Cultura	8.587.008	8.979.785				
131210012.179.0001 - Planejamento Setorial	271.057	228.577				
131220022.206.0001 - Direção Superior	316.870	351.782				
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.813.120	3.166.232				
131220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	6.000	109.376				
131260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	126.992	-	Projeto Executado (Projeto)	2	2	-
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	3.055.617	2.984.979				
133915414.097.0001 - Processamento Técnico e Arquivístico de Documentos Públicos	4.000	13.342	Documento Textual Processado (Metro)	250	240	4
			Unidade Governamental Assessorada (Unidade Governamental)	60	29	4
			Documento Audiovisual Processado (Documento)	45	0	7
			Documento Iconográfico Processado (Documento)	2.500	2.490	-
			Documento Microfilmado Processado (Documento)	65.000	54.000	4
133915414.097.0002 - Disponibilização, Difusão e Divulgação de Informação Arquivística	2.000	1.944	Usuário Atendido (Usuário)	2.300	4.038	5
			Evento Realizado (Evento)	2	3	5
			Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	2	1	7
			Consulta Acadêmica Atendida (Consulta)	3.500	3.450	-
			Consulta Probatória Atendida (Consulta)	150	588	5
			Publicação Produzida (Publicação)	2	0	7
133915414.097.0003 - Conservação de Documentos	246.556	262.749	Documento Iconográfico Conservado (Documento)	2.600	52.000	7
			Documento Audiovisual Conservado (Documento)	120	200	7
			Documento Microfilmado Conservado (Documento)	65.000	54.000	3
			Documento Textual Conservado (Metro)	400	400	-
133915424.131.0001 - Difusão da Ação Museológica	288.213	349.582	Publico Atendido (Pessoa)	6.000	5.001	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
133915424.131.0002 - Processamento, Conservação e Restauração de Acervo Museológico	6.000	12.796	Evento Realizado (Evento)	20	8	3
			Unidade Museológica Assessorada (Unidade Museológica)	10	21	5
			Acervo Processado (Objeto)	1.800	1.998	5
			Acervo Conservado (Objeto)	1.000	305	4
			Acervo Restaurado (Objeto)	100	16	4
133925434.133.0001 - Dinamização do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas	1.400	749	Convênio Biblioteca -polo Celebrado (Convênio)	11	0	3
			Biblioteca Assessorada (Biblioteca)	36	0	3
			Acervo Doador (Biblioteca)	240	167	4
			Pessoal Treinado (Treinando)	210	2.477	5
133925434.133.0002 - Processamento, Ampliação e Atualização de Acervos	40.000	37.933	Livro Processado (Volume)	30.000	50.000	5
			Publicação Periódica Processada (Título)	98	24	4
			Material não Bibliográfico Processado (Material)	265	0	3
			Livro Adquirido (Volume)	7.600	3.444	3
			Publicação Periódica Adquirida (Título)	132	89	3
			Material Não Bibliográfico Adquirido (Material)	265	50	3
			Serviço de Processamento Automatizado (Serviço)	4	0	3
133925434.133.0003 - Acesso a Informação e Estímulo ao Hábito de Leitura	884.509	949.998	Usuário Atendido (Usuário)	423.429	520.000	5
			Evento Realizado (Evento)	41	58	5
			Serviço de Atendimento Automatizado (Serviço)	5	0	3
133925444.134.0001 - Edição e Distribuição de Publicações Literárias	46.800	52.057	Publicação Editada (Edição)	2	0	7
			Suplemento Literário Editado (Edição)	12	14	7
133925444.134.0002 - Promoção de Concursos Literários	80.726	57.676	Concurso Literário Realizado (Obra Inscrita)	4.000	0	9
133925454.145.0001 - Fomento e Incentivo a Projetos Culturais	73.000	17.606	Projeto Aprovado (Projeto)	653	521	4
			Projeto Analisado (Projeto)	1.135	1.029	4
			Projeto Incentivado (Projeto)	320	100	4
			Projeto Fomentado (Projeto)	122	14	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
133925454.145.0002 - Promoção Artístico Cultural	196.086	280.556	Público Atendido (Pessoa) Promoção Realizada (Promoção)	6.700 30	6.700 7	- 3
133925454.145.0003 - Manutenção e Gestão do Banco de Informações Culturais do Estado	1.200	230	Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa) Ação de Difusão Cultural Realizada (Ação)	220 30	200 33	4 5
133925464.147.0001 - Cursos de Formação Artístico Cultural	126.862	101.621	Aluno Formado (Aluno) Curso/Congênere Realizado (Curso/Congênere)	9.000 300	5.000 280	11 11
Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP	262.857	396.442				
131220012.206.0001 - Direção Superior	162.350	193.830				
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	20.424	21.029				
133925454.174.0001 - Promoção Artístico Cultural	7.000	86.238	Evento Realizado (Evento)	40	22	4
133925464.569.0001 - Cursos Livres de Educação Artística Artes e Ofícios	73.083	95.345	Curso Realizado (Curso) Aluno Formado (Aluno)	20 200	21 395	6 6
Fundação Clóvis Salgado	7.369.587	7.681.454				
131220012.206.0001 - Direção Superior	225.806	161.645				
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.168.714	2.359.638				
131220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	18.000	38.000				
132727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	678.192	679.898				
133925454.137.0001 - Produção e Apresentação de Espetáculos dos Corpos Estáveis	2.805.675	2.832.121	Público Atendido (Pessoa) Espetáculo Produzido/Apresentado (Espetáculo)	100.000 80	90.000 75	- -
133925454.174.0001 - Promoção Artístico e Cultural	868.386	918.634	Público Atendido (Pessoa) Evento Realizado (Evento) Espetáculo Realizado (Espetáculo)	300.000 80 320	415.000 145 345	6 6 -

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CULTURA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
133925464.569.0003 - Cursos de Formação Artística	604.814	691.518	Atividade de Extensão Cultural Realizada (Atividade)	150	303	6
			Sessão de Cinema Realizada (Sessão)	720	780	-
			Curso Realizado (Curso)	9	9	-
			Aluno Formado (Aluno)	35	35	-
Fundação Inst. Est. do Patrimônio Histórico e Artístico de M.G. - IEPHA	2.134.730	2.227.011				
131220012.206.0001 - Direção Superior	285.629	243.959				
131220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	800.382	859.689				
131220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	24.480	56.048				
132727777.052.0001 Proventos de Inativos Cíveis	144.566	135.225				
133915474.511.0001 - Proteção de Acervo Cultural	347.181	386.382	Processo de Tombamento Realizado (Processo)	7	2	4
			Pesquisa Realizada (Pesquisa)	4	11	5
			Assessoria e Consultoria Prestada (Assessoria/ Consultoria)	33	59	4
133915474.512.0001 - Preservação e Restauração de Bens Culturais	532.492	545.708	Projeto Elaborado/Aprovado (Projeto)	29	27	-
			Obra Executada/Acompanhada (Obra)	14	46	5
Fundo Estadual de Apoio à Indústria Cinematográfica - FEaIC	1.000	-				
133925451.089.0001 - Apoio Financeiro a Produção Cinematográfica	1.000	-				
TOTAL	18.355.182	19.284.692				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: ESPORTES

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Esportes	9.266.466	7.330.484				
271210012.179.0001 - Planejamento e Setorial	60.806	58.785				
271220012.206.0001 - Direção Superior	222.751	308.651				
271220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.393.134	2.429.738				
271220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	14.000	8.742				
271260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	126.992	-	Projeto Executado (Projeto)	2	2	-
272727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	485.798	518.682				
278128711.185.0001 - Programa de Esporte Educacional - Toriba	2.009.000	747.298	Município Atendido (Município)	58	78	5
			Adolescente Atendido (Adolescente)	10.000	7.300	4
278128714.245.0001 - Jogos do Interior de Minas - JIMI	176.436	283.923	Desportista Envolvido (Desportista)	21.000	20.000	0
			Município Envolvido (Município)	220	185	4
			Jogo Realizado (Jogo)	1.800	2.100	5
278128714.499.0001 - Apoio Financeiro a Entidades e Prefeituras	3.050.000	1.909.674	Convênio Realizado (Convênio)	145	73	7
278128714.499.0002 - Promoção do Desporto	390.000	626.821	Desportista Amador Apoiado (Desportista)	4.000	5.150	5
			Entidade Fiscalizada (Entidade)	80	0	9
			Evento de Esporte Promovido (Evento)	12	5	4
278128714.499.0003 - Promoção de Atividades de Lazer	337.549	438.170	Curso de Preparação para Monitor Realizado (Curso)	2	1	4
			Evento de Lazer Promovido (Evento)	48	11	4
			Monitor Treinado (Monitor)	200	180	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: ESPORTES

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais - ADEMG	6.608.000	4.150.676				
271220012.206.0001 - Direção Superior	2.714.000	3.094.370	Estádio Conservado e Mantido (Estádio)	2	2	-
271228744.313.0001 - Manutenção e Conservação de Estádios	3.624.000	854.738				
272727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	270.000	201.568				
TOTAL	15.874.466	11.481.160				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Habitação	1.705.693	1.298.885				
161210012.179.0001 - Planejamento Setorial	109.450	66.873				
161220012.206.0001 - Direção Superior	176.200	397.423				
161220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	374.305	564.421				
161220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	1.000	-				
161260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	190.488	-	Projeto Executado (Projeto)	2	0	1
162727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	5.650	142.618				
164826014.149.0001 - Urbanização, Construção e Reforma de Unidades Habitacionais	848.600	127.550	Unidade Habitacional Construída (Unidade Habitacional)	1	0	1
			Unidade Habitacional Urbanizada (Unidade Habitacional)	1	0	1
			Unidade Habitacional Regularizada Ficom (Unidade Habitacional)	1.135	0	12
			Unidade Habitacional Regularizada Pro Habitação (Unidade Habitacional)	3.985	0	12
Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - COHAB	16.503.782	9.415.186				
161220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	179.800	95.015	Equipamento e Programa de Informática Adquirido (Equipamento/Programa)	1	92	5
164826053.147 - Produção e Comercialização de Unidades Habitacionais	8.267.315	1.166.388	Lote Urbanizado (Lote)	335	0	10
			Unidade Habitacional Construída (Habitação)	734	520	7 - 10
168437777.003 - Amortização da Dívida Interna	8.056.667	8.153.783				
Fundo Estadual de Habitação - FEH	4.810.000	3.414.745				
164826021.011.0001 - Projetos Habitacionais Especiais e Emergenciais	2.830.500	-				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
164826041.304.0001 - Programa de Habitações Populares - PROHAB	1.979.500	3.414.745	Unidade Habitacional Construída (Unidade Habitacional)	61	107 *	5 - 6 - 7
			Unidade Habitacional Urbanizada (Unidade Habitacional)	3	10	5
			Unidade Habitacional Reformada (Unidade Habitacional)	27	30 **	5
			Unidade Habitacional Comercializada (Unidade Habitacional)	44	2	7
TOTAL	23.019.475	14.128.816				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

Obs.: * Além dessas 107 unidades construídas, existem outras 468 em construção.

** Além dessas 30 unidades reformadas, existem outras 111 com reforma em execução.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos	96.366.911	114.624.071				
030924744.211.0001 - Defensoria Pública	15.982.794	19.965.969	Carente Atendido (Carente)	1.245.931	1.243.737	-
141210012.179.0001 - Planejamento Setorial	145.724	258.256				
141220012.206.0001 - Direção Superior	402.226	1.047.097				
141220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	13.351.762	20.185.044				
141220012.293.0001 - Operacionalização das Ações dos Conselhos	419.321	102.829				
141220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	595.380	527.568				
141230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	157.091	199.407				
141260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	126.992	63.216	Projeto Executado (Projeto)	1	1	-
141280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	61.714	31.466	Servidor Treinado (Servidor)	364	1.145	5 - 7
142727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	31.960.867	36.850.291				
144210991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	411.100	529.892	Unidade Construída (Unidade)	4	4	-
			Unidade Ampliada/Reformada (M²)	359	2.837	7
144214754.337.0001 - Assistência ao Indivíduo Privado de Liberdade	30.296.217	32.058.987	Indivíduo Assistido (Indivíduo)	7.284	5.483	4
144214764.029.0001 - Assist. a Adolescente em Cumprimento de Medida Sócio Educativa	2.066.881	2.706.690	Adolescente Acautelado (Adolescente)	928	851	-
			Adolescente em Semi Liberdade Assistido (Adolescente)	500	192	1
			Adolescente Internado (Adolescente)	2.032	692	1
			Adolescente Egresso (Adolescente)	800	0	9
144224774.338.0001 - Promoção e Defesa dos Direitos	388.842	97.359	Município Atendido (Município)	247	350	6
			Cidadão Atendido (Cidadão)	5.536	5.000	3
			Entidade Atendida (Entidade)	56	1.000	6

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundo Penitenciário Estadual	411.100	346.309				
144214761.158.0001 - Apoio ao Programa de Ampliação e Melhoria do Sistema Penitenciário	411.100	346.309	Entidade Beneficiada (Entidade) Projeto Homologado/Justiça (Projeto)	1 2	0 0	3 3
Fundo Est. De Prev., Ficaliz. e Repressão a Entorpecentes - FUNPREN	1.000	-				
144224791.298.0001 - Apoio a Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes	1.000	-	Instituição Assistida no Combate a Drogas (Instituição)	1	30	6
TOTAL	96.779.011	114.970.380				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: SEGURANÇA PÚBLICA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Segurança Pública	330.090.864	384.435.049				
061210012.179.0001 - Planejamento Setorial	628.444	343.936				
061220012.206.0001 - Direção Superior	328.141	373.270				
061210012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	43.303.065	41.973.256				
061220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	14.000.000	13.418.410				
061220991.645.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Prediais	1.500.000	7.236.951	Unidade Prisional Construída (Unidade)	3	3	-
061230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	239.191	1.880.696				
061260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	2.000	-				
061280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	1.865.672	81.370	Curso Realizado (Curso) Policial Formado (Policial)	13 1.500	22 1.200	5 4
061813034.762.0001 - Polícia Técnico Científica	2.343.179	754.104	Documento Emitido (Documento) Perícia Realizada (Perícia)	1.292.000 98.750	1.093.462 60.425	- 4
061813044.098.0001 - Administração do Trânsito	3.110.039	3.096.501	Documento Emitido (Documento)	3.540.200	3.658.135	-
061814724.760.0001 - Preserv. da Ordem Pública e Exercício da Polícia Judiciária no Estado	147.567.977	177.095.372	Inquério Policial Realizado (Ação) Ação Administrativa Realizada (Ação) Termo Circunstanciado Ocorrência Realizado (Ação)	35.280 162.910 97.747	82.587 - 169.990	5 8 5
062727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	88.735.344	111.763.814				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: SEGURANÇA PÚBLICA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
063024112.555.0001 - Assistência Médica e Odontológica da Polícia Civil	1.698.034	2.067.855	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	17.559	50.395	5
			Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	65.170	35.186	4
064214714.413.0001 - Assistência a Detentos	24.627.540	24.342.571	Detento Assistido (Detento)	11.150	15.213	5
123615022.014.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	71.119	6.943	Aluno Matriculado (Aluno)	700	700	-
123625032.021.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	71.119	-	Aluno Matriculado (Aluno)	1.300	1.100	-
TOTAL	330.090.864	384.435.049				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: POLÍCIA MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG	904.852.965	1.212.037.638				
061220012.206.0001 - Direção Superior	22.196.031	9.432.209				
061220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	59.727.393	77.946.842				
061220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	9.005.000	7.628.658				
061260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	444.472	20.000	Projeto Executado (Projeto)	3	1	3
061280012.559.0001 - Recrutamento, Treinamento e Formação de Militares	1.175.444	984.563	Policia! Treinado/Reciclado (Policia!)	38.072	11.864	4
			Policia! Formado (Policia!)	972	1.800	5
061810012.056.0001 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Comunicação	3.449.491	4.659.678	Equipamento de Comunicação Adquirido (Equipamento)	632	970	5
061813024.877.0001 - Policiamento Ostensivo Geral	403.838.437	568.704.741	Ocorrência de Policiamento Ostensivo Realizada (Ocorrência)	3.226.764	2.717.490	4
061813024.877.0002 - Policiamento Ostensivo de Trânsito	30.705.478	26.273.314	Ocorrência de Policiamento de Trânsito Realizada (Ocorrência)	400.000	256.894	4
061813024.877.0003 - Policiamento Ostensivo Florestal	17.609.782	18.785.377	Ocorrência de Policiamento Florestal Realizada (Ocorrência)	37.452	27.573	4
061813322.109.0001 - Assistência e Promoção Social	3.337.915	1.378.176	Policia! Assistido (Policia!)	1.332	808	4
			Promoção Realizada (Promoção)	80	45	4
062727777.052.0001 - Proventos de Inativos C!vis	8.018.000	7.001.827				
062727777.435.0001 - Proventos de Inativos Militares	311.526.000	454.966.837	Militar Beneficiado (Militar)	15.618	15.700	-
063024112.560.0001 - Assistência Médico Hospitalar	13.633.711	15.591.187	Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	2.944.248	962.043	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: POLÍCIA MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
063024112.560.0002 - Assistência Odontológica	4.697.080	2.799.459	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	506.316	488.982	4
123615022.014.0001 - Desenvolvimento do Ensino Fundamental	7.215.640	7.440.494	Aluno Matriculado (Aluno)	9.851	10.022	6
123625032.021.0001 - Desenvolvimento do Ensino Médio	8.273.091	8.424.276	Aluno Matriculado (Aluno)	7.286	8.590	5
Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Est. de M.G.- IPSM	310.000.000	220.387.695				
091220012.288.0001 - Serviço de Apoio Administrativo e Financeiro	3.080.644	2.121.463				
091220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	792.000	457.545				
091227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	409.882	409.880				
092723634.303.0002 - Aplicações Diversas	139.863.676	10.184.030	Reserva Assegurada (R\$ Mil)	134.063	12.522	1
			Obra Acompanhada (Obra)	3	0	1
097223634.303.0003 - Concessão de Empréstimos	36.000.000	36.000.000	Reserva Assegurada (R\$ Mil)	36.000	35.999	-
092723634.336.0001 - Benefícios da Previdência	2.400.000	2.231.263	Auxílio Concedido (Auxílio)	3.912	3.737	-
			Pecúlio Concedido (Peculio)	350	458	5
092723664.866.0001 - Encargos com Pensionistas	74.500.000	113.619.063	Pensão Paga (Pensão)	7.870	7.928	-
092727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	481.921	268.933				
093023644.618.0001 - Financiamento de Assistência a Saúde	26.425.877	19.893.406	Consulta Médica Realizada (Consulta)	215.000	250.467	5
			Internação Efetivada (Internação)	5.000	6.707	5
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	31.000	45.569	5
			Outros Recursos Diagnósticos (Unidade)	430.000	527.306	5
			Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	200.000	213.260	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: POLÍCIA MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
093023644.655.0001 - Encargos com Assitência a Saúde	26.046.000	35.202.112	Consulta Médica Realizada (Consulta)	215.000	250.467	5
			Internação Efetivada (Internação)	5.000	6.707	5
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	31.000	45.569	5
			Outros Recursos Diagnósticos (Unidade)	430.000	527.306	5
			Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	200.000	213.260	-
TOTAL	1.214.852.965	1.432.425.333				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: BOMBEIRO MILITAR

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais	60.479.261	76.412.083				
061220012.206.0001 - Direção Superior	2.374.000	4.518.902				
061220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.889.021	6.494.727				
061220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	919.500	1.016.191				
061260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Serviços de Informática	190.488	-	Projeto Executado (Projeto)	3	0	1
061280012.559.0001 - Recrutamento, Treinamento e Formação de Militares	297.600	114.257	Bombeiro Treinado/Reciclado (Bombeiro)	2.100	1.677	7
			Bombeiro Formado (Bombeiro)	766	220	4
061820012.056.0001 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Comunicações	646.000	403.486	Equipamento de Comunicação Adquirido (Equipamento)	200	20	3
061823054.878.0001 - Prevenção e Combate a Sinistros	50.997.152	61.756.287	Ocorrência de Bombeiro Realizada (Ocorrência)	146.000	136.042	-
			Perícia de Incêndio Realizada (Perícia)	180	0	9
061823322.109.0001 - Assistência e Promoção Social	130.000	99.209	Promoção Realizada (Promoção)	60	65	-
			Bombeiro Militar Assistido (Bombeiro)	410	90	4
062727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	20.000	-				
062727777.435.0001 - Proventos de Inativos Militares	200.000	586.496				
063024112.560.0001 - Assistência Médico - Hospitalar	1.395.000	1.029.398	Atendimento Médico Realizado (Atendimento)	28.000	39.291	5
063024112.560.0002 - Assistência Odontológica	420.500	393.130	Atendimento Odontológico Realizado (Atendimento)	28.000	40.981	5
TOTAL	60.479.261	76.412.083				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	4.502.966	3.048.564				
191210012.179.0001 - Planejamento Setorial	96.024	101.170				
191220012.206.0001 - Direção Superior	277.783	334.229				
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	789.709	781.299				
191220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	24.000	12.703				
191260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	253.984	2.425	Projeto Executado (Projeto)	5	0	1
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	4.498	985	Servidor Treinado Capacitado (Servidor)	60	48	4
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.004.311	967.817				
195716614.577.0001 - Articulação e Apoio a Captação de Recursos Externos	70.954	24.019	Acordo Celebrado (Acordo)	2	2	-
195716614.578.0001 - Informação, Difusão e Planejamento em Ciência e Tecnologia	66.298	184	Sistema de Informação em C & T Implantado e Mantido (Sistema)	1	1	-
			Evento Promovido (Evento)	4	4	-
			Estudo Técnico Elaborado (Estudo)	2	1	4
195716614.579.0001 - Promoção de Ações de Educação em Ciência e Tecnologia	1.589.477	592.087	Programa de Melhoria Ensino Ciências e Matemática Implementado (Programa)	1	1	-
195716614.580.0001 - Apoio à Programas Tecnológicos	325.928	231.646	Programa Apoiado (Programa)	7	5	4
Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG	65.329.045	26.054.040				
191220012.206.0001 - Direção Superior	2.819.800	2.254.175				
191220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	5.677	-				
191227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	36.700	16.676				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	356.687	234.320				
195716624.334.0001 - Fomento e Apoio a Realização e Participação em Eventos Técnicos e Científicos	2.100.000	653.931	Evento Apoiado (Evento) Participação de Pesquisador em Evento Apoiado (Pesquisador)	113 1.000	372 1.063	5 -
195716624.335.0001 - Concessão de Bolsas de Estudo	8.540.000	7.805.200	Bolsa Concedida (Bolsa)	2.000	1.993	-
195716624.335.0002 - Fomento ao Treinamento e Capacitação de Rec. Humano	3.050.000	733.712	Bolsista/Estagiário Treinado e Qualificado (Pessoa)	240	606	6
195716624.463.0001 - Promoção e Financiamento de Projetos Especiais	2.300.000	40.249	Estudo/Projeto Especial Promovido (Estudo/Projeto)	2.000	14	4
195716624.463.0002 - Realização de Estudos Técnicos	1.000.000	269.868	Estudo Técnico Elaborado (Estudo)	35	397	5
195716624.464.0001 - Fomento a Divulgação e Difusão de Resultados de Pesquisas Tecnológicas	832.900	63.863	Projeto/Pesquisa Divulgado e Difundido (Projeto)	30	2	4
195716624.836.0001 - Fomento e Apoio a Programas e Projetos de Pesquisa	44.287.281	13.982.046	Projeto/ Pesquisa Financiada (Projeto/Pesquisa)	1.200	522	3
Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC	13.787.592	14.056.437				
191220012.206.0001 - Direção Superior	1.261.195	1.183.981				
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.318.416	1.760.663				
191220012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	80.000	20.944	Servidor Treinado/Capacitado (Servidor)	150	91	1 - 3 - 4
191220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	13.000	-				
191227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	122.872	138.613				
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	5.664.217	5.598.805				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
195726654.068.0001 - Pesquisa e Desenvolvimento	479.262	552.975	Projeto Tecnologia de Materiais Executado (Projeto/Pesquisa)	4	4	-
			Projeto Tecnologia Ambiental Executado (Projeto/Pesquisa)	2	2	-
195726654.069.0001 - Desenvolvimento Experimental	724.155	655.439	Projeto Tecnologia de Materiais Executado (Projeto/Pesquisa)	4	4	-
			Projeto Tecnologia Ambiental Executado (Projeto/Pesquisa)	2	2	-
195726654.070.0001 - Testes e Análise da Qualidade	3.365.689	3.724.473	Cliente Atendido (Cliente)	1.224	2.190	5 - 6 - 7
			Ensaio, Análise, Teste, Parecer e Laudo Realizado (Unidade)	51.581	68.824	5 - 6 - 7
			Assessoria e Consultoria Prestada (Horas)	37	100	5 - 6 - 7
			Laboratório Construído Reformado e Equipado (Laboratório)	7	2	3
195726654.765.0001 - Treinamento e Formação de Recursos Humanos	533.556	206.964	Pessoa Treinada (Pessoa)	150	290	6 - 7
195736644.470.0001 - Informações Tecnológicas	225.230	213.580	Sistema de Informação em C & T Implantado e Mantido (Sistema)	1	1	-
			Publicação Produzida (Unidade)	20	31	5
			Evento Promovido (Evento)	25	25	-
			Sistema de Informação Extensão Coordenado (Sistema)	2	2	-
			Escritório do STI Ampliado e Reformado (Escritório)	1	1	-
Instituto de Geociências Aplicadas - IGA	3.655.119	3.509.085				
191220012.206.0001 - Direção Superior	370.700	330.778				
191220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	481.400	463.112				
191220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	6.000	7.195				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
191276664.064.0001 - Elaboração de Mapas Estaduais e Municipais	172.700	126.400	Mapa Estadual Elaborado (Mapa) Mapa Municipal Elaborado (Mapa)	1 6	1 1	- 4
191276664.064.0002 - Elaboração e/ou Atualização de Plantas Planialtimétricas	500	-	Planta Planialtimétrica Elaborada (Unidade)	1	0	8
191276664.064.0003 - Elaboração de Plantas Cadastrais e Semicadastrais	333.100	323.609	Planta Cadastral e Semicadastral Elaborada (Unidade)	1	1	-
191276664.652.0001 - Estudos e Pareceres de Evolução Administrativa e Territorial	63.900	58.694	Cliente Atendido (Cliente)	96	184	5
191276664.652.0002 - Estudos Municipais	56.100	52.923	Município Atendido (Município)	24	28	5
191280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	26.700	29.341	Servidor Treinado e Capacitado (Servidor)	36	36	-
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.561.100	1.518.200				
195736674.067.0001 - Estudos de Geologia e Geografia Aplicadas	377.400	413.575	Monografia Municipal Elaborada (Monografia) Estudo Turístico Elaborado (Estudo)	4 1	0 0	8 8
195736674.479.0001 - Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada	68.900	62.462	Pesquisa Aplicada Desenvolvida (Pesquisa)	1	1	-
195736674.479.0002 - Desenvolvimento Geoambiental e de Tecnologia de Geoprocessamento	98.400	86.235	Projeto Executado (Projeto)	1	1	-
195736674.653.0001 - Serviços Geocartográficos	38.219	36.561	Cliente Atendido (Cliente) Assessoria e Consultoria Prestada (Assessoria/Consultoria)	960 2	1.600 2	5 -
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais - IPEM/MG	10.220.209	8.734.253				
191220012.206.0001 - Direção Superior	303.500	208.909				
191220012.288.0001 - Serviços Administrativo e Financeiro	8.036.442	6.417.455				
191220012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	141.000	130.852	Treinamento, Curso e Reciclagem Realizada (Evento)	15	8	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
191227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	3.267	3.266				
192727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	735.000	570.946				
196656634.444.0001 - Planej. e Execução da Inspeção e Capacitação de Veículos c/ Prod. Perigosos	30.000	642.471	Capacitação Veículo com Prod. Perigoso Realizada (Inspeção)	5.382	6.593	5
196656634.444.0002 - Verificação e Fiscalização em Produtos e Serviços	230.000	223.055	Produto Pre-Medido Fiscalizado (Produto)	46.112	85.380	5
			Produto Textil Fiscalizado (Produto)	62.960	30.940	4
			Produto com Certificação Compulsória Fiscalizado (Produto)	1.100.000	2.057.407	5
196656634.444.0003 - Execução de Serviços Metrológicos	531.000	526.899	Instrumento de Medição Verificado (Instrumento)	943.960	2.215.608	5
196656634.465.0001 - Implantação de Laboratórios	173.500	4.000	Laboratório de Calibração Implantado (Laboratório)	1	0	1
			Laboratório de Calibração Credenciado(Laboratório)	1	0	1
196656634.465.0002 - Gestão de Laboratórios	36.500	6.400	Certificado Técnico de Calibração Expedido (Certificado)	5.800	4.454.	4
Universidade Estadual de Montes Claros	28.401.450	29.016.847				
101220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	21.252	21.252				
103024124.468.0001 - Atendimento Hospitalar e Ambulatorial	4.987.000	5.142.892	Consulta Médica Realizada (Consulta)	60.000	51.639	4
			Internação Efetivada (Internação)	6.600	6.732	-
			Cirurgia Realizada (Cirurgia)	2.500	2.836	5
			Exame LaboratorialRealizado (Exame)	72.000	76.577	-
121220012.206.0001 - Direção Superior	2.002.000	2.179.388				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	4.554.316	4.914.187				

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
121220991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	730.000	254.348	Hospital Universitário Reformado/Ampliado (Unidade)	1	1	-
			Capela Ecumênia Construída (Unidade)	1	0	9
			Laboratório de Odontologia Construído(Unidade)	1	1	-
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.957.592	1.743.357				
123635144.818.0001 - Capacitação Profissional	168.200	90.351	Curso Oferecido (Curso)	12	5	4
			Aluno Matriculado (Aluno)	550	219	4
			Aluno Qualificado (Aluno)	300	380	5
123645134.052.0001 - Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	1.606.400	1.343.278	Residência Médica Oferecida (Residência Médica)	22	30	6
			Curso de Pós-Graduação Latu Sensu Oferecido (Curso)	10	3	7
			Curso de Pós-Graduação StrictoSensu Oferecido (Curso)	5	8	7
123645134.099.0001 - Docência do Ensino superior	11.636.890	12.911.812	Aluno Formado (Aluno)	848	1.661	5
			Aluno Matriculado (Aluno)	5.300	4.700	4
			Curso de Graduação Oferecido (Curso)	21	21	-
			Monitor Contratado (Aluno)	30	30	-
123645134.412.0001 - Coordenação de Extensão Universitária	368.200	147.673	Evento Promovido e Apoiado (Evento)	6	6	-
			Prestação de Serviço Realizada (Serviço)	12	12	-
			Curso de Extensão Promovido (Curso)	5	4	4
			Assistência Jurídica Oferecida (Consulta)	260	513	5
			Produto Extensionista Realizado (Produto)	10	8	4
123645134.467.0001 - Desenvolvimento e Coordenação de Pesquisa	151.200	117.096	Evento Realizado (Evento)	5	0	8
			Projeto/Pesquisa Desenvolvido(Projeto/Pesquisa)	30	30	-
123915514.053.0001 - Preservação de Bens Culturais	218.400	151.213	Usuário Atendido (Usuário)	102.000	170.862	5
			Evento Realizado (Evento)	5	9	5
			Acervo Atualizado (Volume)	12.900	11.804	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG	17.042.324	14.941.379				
121220012.206.0001 - Direção Superior	1.720.400	1.526.939				
121220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.718.986	2.531.261				
121220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	11.136	6.727				
121220991.358.0001 - Construção dos Campi Universitários	60.000	48.804	Projeto Realizado e Desenvolvido (Projeto)	1	0	1
			Reforma Realizada (M²)	120	1.800	5
122727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	3.607.160	3.698.381				
123625124.688.0001 - Qualificação da Docência do Ensino Médio	20.000	-	Aluno Treinado (Aluno)	1.222	0	8
			Curso Oferecido (Curso)	33	0	8
123645134.052.0001 - Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação	1.093.562	344.269	Curso de Pós-Graduação Oferecido (Curso)	89	12	4
			Profissional Mantido (Profissional)	154	29	3
			Profissional Liberado (Profissional)	208	14	3
123645134.099.0001 - Docência do Ensino Superior	6.237.468	6.335.768	Aluno Formado (Aluno)	3.272	601	4
			Aluno Matriculado (Aluno)	16.498	2.872	4
			Aluno Mantido (Aluno)	19	10	3
			Curso de Graduação Oferecido (Curso)	88	9	4
123645134.412.0001 - Coordenação de Extensão Universitária	285.200	23.340	Evento Promovido e Apoiado (Evento)	123	65	4
			Prestação de Serviço Realizada (Serviço)	123	6	4
			Curso de Extensão Promovido (Curso)	182	745	5
			Produto Extensionista Realizado (Produto)	67	5	4
123645134.480.0001 - Desenvolvimento e Coordenação de Pesquisa	804.314	119.142	Evento Realizado (Evento)	1	0	9
			Projeto/Pesquisa Desenvolvido (Projeto/Pesquisa)	49	7	3
123645134.481.0001 - Apoio ao Campus de Campanha	37.122	-	Estudante Apoiado (Bolsa de Estudo)	15	0	9
			Acervo Atualizado (Volume)	3.000	0	9
			Area Construída (M²)	50	0	9

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
123645134.481.0002 - Apoio ao Campus de Carangola	37.122	-	Acervo Atualizado (Volume)	3.000	0	9
			Area Construída (M²)	50	0	9
123645134.481.0003 - Apoio ao Campus de Diamantina	37.122	-	Estudante Apoiado (Bolsa de Estudo)	18	0	9
			Acervo Atualizado (Volume)	3.000	0	9
			Area Construída (M²)	50	0	9
123645134.481.0004 - Apoio ao Campus de Divinópolis	12.122	-	Acervo Atualizado (Volume)	3.000	0	9
123645134.481.0005 - Apoio ao Campus de Ituiutaba	12.122	306.748	Estudante Apoiado (Bolsa de Estudo)	1.700	0	9
			Acervo Atualizado (Volume)	3.000	2.500	4
123645134.481.0006 - Apoio ao Campus de Lavras	12.122	-	Estudante Apoiado (Bolsa de Estudo)	367	0	9
			Acervo Atualizado (Volume)	3.000	0	9
123645134.481.0007 - Apoio ao Campus de Passos	12.122	-	Estudante Apoiado (Bolsa de Estudo)	697	0	9
			Acervo Atualizado (Volume)	3.000	0	9
123645134.481.0008 - Apoio ao Campus de Patos de Minas	12.122	-	Acervo Atualizado (Volume)	3.000	0	9
123645134.481.0009 - Apoio ao Campus de Varginha	312.122	-	Estudante Apoiado (Bolsa de Estudo)	532	0	9
			Acervo Atualizado (Volume)	3.000	0	9
TOTAL	142.938.705	99.360.605				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	7.480.941	2.470.298				
181210012.179.0001 - Planejamento Setorial	162.389	81.952				
181220012.206.0001 - Direção Superior	401.497	416.127				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	684.493	756.396				
181220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	50.000	12.606				
181226414.772.0001 - Gestão Ambiental Integrada	2.469.538	679.423	Projeto Coordenado e Apoiado (Projeto)	25	5	4
			Organização Não Governamental Auxiliada (ONG)	100	1	4
			Evento de Educação Ambiental Apoiado (Evento)	30	7	4
			Cadastro de Órgão/Entidade Implantado (Cadastro)	1	1	-
			Prefeitura Municipal Apoiada (Prefeitura)	100	10	4
			Plano de Zoneamento Ambiental Elaborado (Plano)	5	1	1
			Projeto de Área Protegida Elaborado (Projeto)	10	0	1
			Unidade de Conservação Apoiada (Unidade de Conservação)	3	1	1
			Codema Capacitação Apoiado (Codema)	100	0	1
			Curso de Gestão Ambiental Realizado (Curso)	10	0	1
181266421.032.0001 - Rede de Informações Ambientais	2.700.000	513.300	Sistema de Informação Implantado (Sistema)	1	1	-
			Treinamento Realizado (Treinamento)	285	0	1
			Sistema de Monitoramento Ambiental Implantado (Sistema)	1	0	1
			Sistema de Geoprocessamento Ambiental Implantado (Sistema)	1	0	1
			Indicador de Qualidade Ambiental Selecionado Consolidado (Indicador)	12	0	1
			Sistema Gerencial Implantado (Sistema)	1	0	1
			Balcão Virtual Implantado (Balcão)	285	0	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	13.024	10.494	Sistema de Informação da Legislação Ambiental Implantado (Sistema)	1	0	1
185126434.161.0001 - Apoio ao Saneamento Ambiental nos Municípios	1.000.000	-	Projeto Elaborado (Projeto) Projeto Apoiado (Projeto)	1 100	1 2	- 3
Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM	15.060.198	8.688.049				
181220012.206.0001 - Direção Superior	724.138	523.835				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.426.600	2.311.428				
181220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	41.000	478.983				
181227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	66.360	66.360				
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.211.100	938.132				
185426444.166.0001 - Licenciamento e Fiscalização Ambiental	5.846.100	3.074.868	Vistoria Técnica Realizada (Vistoria)	800	1.600	5
			Processo Licenciado (Processo)	600	1.000	5
			Laudo Pericial Elaborado (Laudo)	100	220	5
			Seminário sobre Municipalização Implantado (Seminário)	2	6	5
			Capacitação para a Municipalização Promovida (Trein./Estag.)	2	2	-
			Convênio de Municipalização Implementado (Convênio)	2	1	11
			Curso de Licenciamento e Fiscalização Realizado (Curso)	2	10	7
			Parceria/Assessoria com Empreendimento Realizada (Parceria/Assessoria)	4	0	4
			Banco de Dados Informatizado Desenvolvido e Consolidado (Banco de Dados)	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
185426454.856.0001 - Monitoramento e Avalização da Qualidade Ambiental	3.743.900	1.294.443	Assessoria de Sistema de Gestão Ambiental Implementada (Assessoria)	4	0	4
			Publicação de Educação e Extensão Ambiental Editada (Publicação)	3	10	5
			Promoção de Atividade de Educação e Extensão Ambiental Realizada (Evento)	4	82	5
			Rede de Monitoramento do Ar Implantada (Rede)	3	0	1
			Indicador de qualidade Ambiental Selecionado Consolidado (Indicador)	1	12	5
			Sistema de Informação da Legislação Ambiental Mantido (Sistema)	1	1	-
			Resíduo e Disposição de Efluente Estudado/ Pesquisado (Estudo/Pesquisa)	5	9	5
			Instrumento Econômico Estudado e Definido (Documento)	1	0	7
			Base de Dados Geo-Ambientais Organizada (Banco de Dados)	1	1	-
			Estudo, Pesquisa e Projeto Sócio-Econômico-Ambiental Desenvolvido (Projeto)	1	1	-
			Norma/Padrão de Qualidade Ambiental Elaborada (Norma/Padrão)	1	2	5
			Mapa de Qualidade da Água de Bacias Hidrográficas Elaborado (Mapa)	3	3	-
			Monitoramento de Estação Hidrográfica Realizado (Banco de Dados)	205	242	7
			Deliberação Normativa para Recuperação Ambiental Elaborada (Norma)	1	0	7
			Impacto na Qualidade da Auga Agenda Marrom Avaliado (Estudo)	1	1	-
			Área de Restrição Ambiental Cadastrada (Área)	20	0	7
185428391.044.0003 - Saneamento Ambiental em Bacias Hidrográficas - Prosam	1.000	-				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Instituto Estadual de Florestas - IEF	39.834.030	26.205.570				
181220012.206.0001 - Direção Superior	220.000	78.038				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	11.441.290	10.469.749				
181220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	290.000	386.410				
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	2.128.500	2.522.600				
185416474.167.0001 - Monitoramento e Controle da Fauna e Flora, Reflorestamento e Educação Ambiental	12.133.000	12.327.730	Área Reflorestada (Hectare)	15.000	9.900	4
			Projeto de Manejo Florestal Fiscalizado e Licenciado (Projeto)	200	67	5 - 4
			Cobertura Florestal Monitorada (Km²)	586.648	248.955	3 - 4 - 7
			Técnico Capacitado (Técnico)	80	183	5 - 6
			Evento de Educação Ambiental Realizado (Evento)	4.000	5.905	5 - 6
			Licença Concedida para Desmate (Licença)	11.400	10.788	-
			Licença Concedida para Queima (Licença)	3.400	5.691	5 - 6
			Área para Queima Controlada (Hectare)	70.000	79.639	5 - 6
			Área para Desmate Controlada (Hectare)	100.000	153.145	5 - 6
			Registro Concedido para Exploração Florestal (Registro)	20.000	5.630	4
			Pessoa Beneficiada com Fomento a Psicultura (Pessoa)	40.000	9	4
			Registro e Licença para Pesca Concedido (Unidade)	40.000	17.938	4
			Pessoa Beneficiada com Educação Ambiental (Pessoa)	300.000	387.410	6
			Agricultor Beneficiado com Reflorestamento (Pessoa)	3.800	4.528	6
			Logradouro Arborizado (Logradouro)	200	1.674	5
185416474.356.0001 - Proteção da Vida Silvestre e Administração das Áreas	5.785.460	421.043	Plano de Manejo Elaborado (Plano)	4	1	4 - 7

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Protegidas			Unidade de Conservação Administrada (Hectare)	297.000	288.960	-
			Obra Realizada (Obra)	3	3	-
			Área Protegida Criada (Hectare)	85.000	71.409	1 - 3 - 7
			Usuário de Unidade de Conservação Atendido (Pessoa)	150.000	113.296	4
			Plano de Gestão Elaborado (Plano)	4	6	5
185416474.356.0002 - Projeto de Proteção da Mata Atlântica -PROMATA	7.835.780	-	Plano de Manejo Elaborado (Plano)	5	0	1 - 9 - 11
			Técnico Capacitado (Técnico)	50	0	1 - 9 - 11
			Obra Realizada (Obra)	18	0	1 - 9 - 11
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	21.132.032	5.541.158				
181220012.206.0001 - Direção Superior	312.562	109.848				
181220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.021.082	2.527.513				
181220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	99.297	23.419				
181280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	156.403	-				
182727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	316.186	304.247				
185446481.187.0001 - Fortalecimento Institucional	1.734.501	727.234	Servidor Público Capacitado (Servidor Público)	86	28	3 - 9
			Sistema de Gerenciamento de R.H. Implantado (Sistema)	1	1	-
			Sistema de Informação de Recursos Hídricos Implantado (Sistema)	1	1	-
185446481.187.0002 - Estudos e Projetos	2.386.762	912.961	Rede Hidrometeorológica Implantada (Rede)	1	0	7
			Corpo D'Água Enquadrado (Corpo D'Água)	8	1	7
			Aquífero Mapeado (Bacia)	4	0	7
185446481.187.0003 - Obras Prioritárias	4.076.144	-	Obra Realizada (Obra)	14	0	1 - 11 - 12

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
185446484.153.0001 - Elaboração de Plano Estadual de Recursos Hídricos	251.307	-	Plano Elaborado (Plano)	1	0	7
185446484.153.0002 - Supervisão da Elaboração de Planos Diretores	325.998	76.638	Comitê Criado (Comitê)	7	6	-
			Comitê Apoiado (Comitê)	20	10	4
			Elaboração de Plano Diretor Supervisionada (Plano)	4	0	2 - 5
185446484.154.0001 - Educação e Extensão Ambiental	680.101	9.292	Evento Realizado (Evento)	50	28	9
			Evento Apoiado (Evento)	10	40	5
			Projeto de Educação Ambiental Elaborado (Projeto)	12	4	3
185446484.156.0001 - Manejo Integrado de Sub-Bacias	4.645.592	53.023	Município Atendido (Município)	100	103	-
			Projeto Elaborado (Projeto)	200	0	7
			Obra Executada (Obra)	200	0	8
			Ação Ambiental Implementada (Reservatório)	200	184	-
185446484.156.0002 - Estudos Sedimentológicos em Bacias Propensas a Erosão	314.574	2.300	Baccia Hidrográfica Estudada (Bacia)	10	0	7
185446484.156.0003 - Oferta de Água nas Comunidades Indígenas de Minas Gerais	332.778	-	Obra Realizada (Obra)	2	0	1 - 7
			Comunidade Indígena Atendida (Comunidade)	6	0	1 - 7
185446484.158.0001 - Estudos e Projetos	387.139	-	Plano de Manejo das Áreas de Ocorrência Hidrominerais Elaborado (Plano)	1	0	7
185446484.159.0001 - Plano de Manejo Integrado	450.163	-	Plano de Manejo das Ocorrências Hídricas de Valor Ecoturístico Implantado (Plano)	1	0	1 - 7
185446484.162.0001 - Monitoramento de Estações Hidrometeorológicas	495.612	650.089	Quantidade de Água Monitorada (Posto)	1.763	1.763	-
			Qualidade de Água Monitorada (Posto)	820	828	-
185446484.162.0002 - Concessão de Outorgas e Cadastro de Usuários de Água	196.773	122.760	Outorga Concedida (Outorga)	1.000	710	4 - 7
			Usuário de Água Cadastrado (Usuário de Água)	1.500	1.510	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
185446484.163.0001 - Sistema de Prevenção de Secas e Inundações	486.369	21.834	Rede Implnatada e Operacionalizada (Rede)	1	1	-
185446484.163.0002 - Operação do Modelo de Previsão do Tempo Regional	align="right">462.689	align="center">-	Sistema de Informação Operado (Sistema)	1	1	-
			Sistema de Previsão do Tempo Regional Implantado (Sistema)	1	0	11
TOTAL	83.507.201	42.905.075				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	19.483.545	16.945.671				
201210012.179.0001 - Planejamento Setorial	205.777	186.578				
201217014.590.0001 - Supervisão de Programas e Projetos de Desenvolvimento do Meio Rural	9.158.172	6.656.464	Projeto de Pesquisa do Café e Fruticultura Apoiado (Projeto)	32	38	5
			Projeto para Agricultura Irrigado Coordenado (Projeto)	5	5	-
			Evento do Programa Pro-Cachaça Apoiado (Evento)	21	21	-
			Estudo ambiental p/ Irrigação Coordenado (Estudo)	5	5	-
			Projeto Executivo de Engenharia p/ Irrigação Coordenado (Projeto)	5	5	-
			Projeto Raspa de Mandioca Apoiado (Projeto)	1	3	5
			Cooperação Técnica Internacional Coordenada Norte de Minas (Projeto)	2	2	-
			Projeto Novas Fronteiras Coordenado (Projeto)	14	0	8 - 12
			Projeto Polo Norte de Minas Coordenado (Cooperativa)	1	2	5
			Projeto de Aquicultura Coordenado (Projeto)	5	5	-
			Projeto de Verticalização da Produção Familiar Coordenado (Projeto)	10	10	-
			Projeto Mineiro de Biomassa Energética Coordenado (Projeto)	10	10	-
			Atividade do Sistema Agropecuário Coordenada (Relatório)	2	2	-
			Estudo e Projeto Coordenado (Estudo/Projeto)	4	4	-
			Estudo de Desenvolvimento da Agroindústria Elaborado (Estudo)	1	1	-
			Projeto de Implantação de Energia do Meio Rural Elaborado (Projeto)	1	1	-
			Divulgação das Atividades do Seto Agropecuário (Publicação)	2	2	-
			Articulação e Promoção dos Interesses do Setor Agropecuário (Visita)	48	43	7

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
201220012.206.0001 - Direção Superior	984.264	971.567	Projeto Executado (Projeto)	4	2	1
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.648.131	1.703.890				
201220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	43.548	11.423				
201260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	317.480	-				
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	7.126.173	7.415.749				
Fundação Rural-Mineira - Coloniz. e Desenv. Agrário - RURALMINAS	111.016.509	14.504.411				
201220012.206.0001 - Direção Superior	606.954	921.148				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.948.875	2.002.453				
201220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	143.000	67.173				
201227777.053.0001 - Precatórios Judiciais	231.116	4.502.980				
201280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	20.000	1.262				
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.740.131	1.695.706				
205127144.617.0001 - Controle de Inundações	640.665	14.345				
206027134.616.0001 - Construção da Infra-estrutura de Apoio a Produção Animal	214.192	36.535	Município Beneficiado (Município)	41	26	4
			Habitante Beneficiado (Habitante)	94.500	92096	4
			Curso d'Água Desassoreado e Retificado (Km)	119	141	6
			Município Beneficiado (Município)	41	28	4
			Silo Construído (Silo)	30	5	7
			Tanque de Piscicultura Construído (Tanque)	358	396	7
			Produtor Beneficiado (Produtor)	272	268	-
206077124.558.0001 - Elaboração de Planos Diretores	2.556.215	1.609.178	Plano Dir. e Irrig. dos Municípios do Baixo Rio Grande em Elaboração (Plano)	1	1	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Plano de Gerenc. Integr. de R. H. Da Bacia do Rio Verde Grande em Elaboração(Plano)	1	1	-
			Plano Dir. de Rec. Hídricos da Bacia do R. Paranaíba em Elaboração (Plano)	1	0	1 - 12
			Plano Dir. de Rec. Hídricos das Bacias dos Rios do Leste em Elaboração (Plano)	1	1	-
			Plano Dir. de Rec. Hídricos de Afl. da Bacia do Rio Doce em Elaboração (Plano)	1	0	8
			Plano Dir. de Rec. Hídricos Afluentes da Bacia do Rio S. Francisco em Elaboração (Plano)	1	1	-
206077124.558.0002 - Coordenação e Implantação de Planos, Projetos e Programas de Irrigação	95.184.634	570.562	Area Disponibilizada ao Processo Produtivo sob Irrigação (Hectare)	5.890	0	2 - 10
			Obra Hidráulica de Projeto de Irrigação Realizada (Projeto)	3	0	2 - 10
206077134.615.0001 - Constr. de Infra-estrutura de Apoio a Produção Vegetal	2.180.876	2.227.724	Município Beneficiado (Município)	150	66	4
			Projeto de Irrigação, Drenagem e Saneamento Agrícola Implantado (Hectare)	1.865	817	7
			Conservação do Solo Executada (Hectare)	260	320	6
			Estrada Conservada (Km)	2.010	3651	6
			Aração Gradagem Construída (Hectare)	930	1140	5
			Barragem e Açude Construído (Barragem/Açude)	180	615	7
			Produtor Beneficiado (Produtor)	3.014	7798	5
			Poço Perfurado (Poço)	40	37	-
			Poço Equipado (Poço)	30	29	-
			Poço Recuperado (Poço)	20	0	7
			Escritório Mantido/Reformado (M²)	53	0	3
206316814.557.0001 - Regularização Fundiária	3.850.203	753.822	Discriminatória em Andamento (Hectare)	200.000	-	8
			Propriedade Urbana Regularizada (Título Concedido)	2.000	-	8
			Propriedade Rural Regularizada (Título Concedido)	2.500	-	8
			Escritório Mantido/Reformado (M²)	68	-	8
206316824.556.0001 - Implantação e Emancipação de Projetos de Assentamento	254.168	101.523	Projeto de Assentamento em Implantação (Projeto)	1	-	8

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
206316824.556.0002 - Ações do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNR	1.445.480	-	Projeto de Assentamento Emancipado (Projeto)	2	-	8
			Habitação Melhorada (Habitação)	40	-	8
			Cadastro de Ocupante - Sipra - Realizado (Projeto)	5	-	8
			Estrada Conservada (Km)	75	-	8
			Projeto Betinho (em parceria) Executado (Projeto)	1	-	8
			Projeto de Reforma Agrária Supervisionado (Projeto)	10	-	8
			Vistoria Técnica Realizada (Projeto)	7	-	8
Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA	26.603.533	31.591.255				
201220012.206.0001 - Direção Superior	1.095.178	1.025.916				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	2.821.086	4.250.828				
201220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	54.461	14.492				
201220991.578.0001 - Construção de Unidade Predial	75.000	-	Projeto de Construção/Reforma de Abatedouro Elaborado (Projeto)	50	32	7
			Projeto de Construção ou Reforma de Parque de Exposição Elaborado (Projeto)	40	8	4
			Unidade de Preparo de Amostra Laboratorial em Construção (M²)	250	0	1
			Parque da Gameleira em Ampliação e Reforma (Pavilhão)	23	3	1
			Posto de Fiscalização em Construção e Reforma (Posto)	35	0	8
			Projeto de Construção/Reforma de Laticínios Elaborado (Projeto)	10	2	7
			Delegacia Regional/Escritório Seccional em Reforma (Delegacia/Escritório)	10	5	4
			Sede do Ima em Reforma (M²)	800	1.400	5
201257114.462.0001 - Fisc. do Comércio, Prop. Rurais e Estabelecimento Prestador de Serviço na Aplicação de Agrotóxico	80.931	75.830	Fiscalização do Uso de Agrotóxico Realizada (Propriedade Rural)	6.000	340	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
201250012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	22.000	21.522	Estabelecimento Comercial, Firma Prestadora de Serv. C/ Agrotóxico Fiscalizada (Fiscalização)	4.053	2.230	3
			Produto Agrotóxico Ambiental e Toxologicamente Avaliado (Produto)	900	900	-
202727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	6.035.051	6.549.564				
206027054.458.0001 - Promoção, Apoio e Divulgação de Eventos Agropecuários e Educação Sanitária	261.839	344.264	Exposição Agropecuária na Capital Promovida (Exposição)	1	1	-
			Leilão, Feira e Exposição no Interior Apoiado (Evento)	950	677	4
			Evento e Campanha Agropecuário Divulgado (Evento/Campanha)	5	5	-
			Projeto de Educação Sanitária Promovido/Executado (Projeto)	51	88	5
			Promoção e Fiscalização de Leilão e Exposição na Capital Apoiada (Evento)	35	29	4
206037064.455.0001 - Realização de Testes, Análises e Produtos Laboratoriais		1.271.144	Análise Laboratorial Realizada (Diagnóstico)	140.000	167.900	6
			Pasta Vampiricida Produzida (Pote 100g)	300	418	6
			Vacina Contra Papilomatose Bovina Produzida (Dose 25ml)	200	395	5
			Análise de Água e Produto de Origem Animal Realizada (Det./Diagnóstico)	5.000	3.470	4
206037064.456.0001 - Prevenção, Controle e Monitoramento de Pragas e Doenças	2.134.874	2.100.232	Fiscalização Fitossanitária em Barreira Realizada (Fiscalização)	600.000	70.305	5
			Combate ao Gafanhoto Realizado (Hectare)	200.000	191.645	-
			Levantamento da Ocorrência do Nematóide de Cisto de Soja Realizado (Hectare)	100.000	100.000	-
			Inspeção Fitossanitária Realizada (Inspeção)	2.000	1577	4
			Levantamento da Ocorrência do Cancro Cítrico Realizado (Planta)	9.000.000	9.000.000	-
			Cancro Cítrico em Planta Erradicado (Planta)	2.000	3.500	5
			Levantamento da Ocorrência da Mosca Branca	150	0	8

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
206037064.457.0001 - Inspeção Vegetal		24.481	Realizado (Levantamento/Município) Levantamento da Ocorrência de Praga de Bananeira Realizado (Hectare)	38.000	35.000	4
			Campo de Produção de Semente Inspeccionado (Hectare)	130.000	108756	4
			Viveiro de Produção de Muda Inspeccionado (Muda -Mil)	300.000	297.768	-
			Produtor de Semente e Muda Credenciado (Produtor)	1.500	1.803	7
			Unidade de Beneficiamento de Semente Inspeccionada (Unidade)	400	94	7
			Agroindústria Inspeccionada (Agroindústria)	600	0	8
206047084.459.0001 - Erradicação e Controle da Febre Aftosa e de Outras Doenças dos Animais	8.798.552	10.918.766	Bovino Vacinado contra Febre Aftosa (Animal)	25.000.000	25.400.000	-
			Bezerra Vacinada contra Brucelose (Animal)	1.800.000	1.466.457	-
			Morcego Hematófago Capturado (Morcego)	18.000	18.386	-
			Animal Vacinado contra Raiva dos Herbívoros (Animal)	9.000.000	9.765.000	-
			Animal em Trânsito no Posto Fixo Fiscalizado (Animal)	5.000	5.275	-
			Evento Pecuário Fiscalizado (Evento)	3.000	2.958	-
			Granja Avícola e Suinícola Inspeccionada (Granja)	160	212	5
			Atendimento a Foco de Raiva dos Herbívoros Realizado (Foco)	550	445	4
			Fiscalização do Trânsito de Ave e Ovo Realizada (Guia de Trânsito)	90.000	92.454	-
206657094.460.0001 - Padronização, Classificação e Certificação de Qualidade de Produtos Agropecuários	2.487.094	2.344.122	Produto Agrícola Classificado (Tonelada)	1.250.000	0	11
			Certificado de Origem e Qualidade de Produto Emitido (Tonelada)	200.000	0	11
			Fiscalização de Entidade Credenciada (Fiscalização)	40	0	11
206657104.461.0001 - Ações de Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal	2.737.467	2.650.094	Produto de Origem Animal em Trânsito Fiscalizado (Fiscalização)	35	24	4
			Leite Inspeccionado (Litro)	24.683.052	20.470.000	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
			Ovos Inspeccionados (Duzia)	50.000.000	0	8
			Derivado de Leite Inspeccionado (Tonelada)	14.762	12.180	4
			Estabelec. De Produto de Origem Animal Fiscalizado (Fiscalização)	434	440	-
			Carne Inspeccionada (Tonelada)	34.470	28.000	4
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de M.G. - EMATER	67.148.074	68.916.392				
201220012.206.0001 - Direção Superior	3.085.406	3.132.134				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	9.533.846	9.765.472				
201220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	25.000	-				
201280012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	900.000	450.000	Curso Realizado (Curso)	558	341	6
			Empregado Treinado e Capacitado (Empregado)	2.053	3.285	6
206067204.420.0001 - Assistência Técnica e Extensão Rural	53.476.642	55.439.134	Município Assistido (Município)	750	726	-
			Família do Pequeno Produtor Atendida (Família)	250.000	213.798	3 - 11
			Comunidade Assistida (Comunidade)	6.200	7.404	5 - 7
			Reforma Realizada (M²)	1	0	3
206067214.410.0001 - Manutenção, Atualização e Gerenciamento do Sistema Agridata	127.180	129.652	Produto Disponibilizado (Produto)	600	630	-
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de M.G. - EMATER	101.000	678.173				
201220016.0001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	5.000	75.646	Acervo Atualizado e Ampliado (Acervo)	10	0	8
			Equipamento Adquirido (Equipamento)	10	10	-
			Veículo Adquirido (Veículo)	1	0	3
201222126.002 - Aumento de Capital	1.000	-				
206067208.030 - Assistência Técnica e Extensão Rural	85.000	602.527	Equipamento Adquirido (Equipamento)	50	12	3
			Veículo Adquirido (Veículo)	2	0	3
			Reforma Realizada (M²)	1	0	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
206067218.410 - Manutenção Atualização e Gerenciamento do Sistema Agridata	10.000	-	Equipamento de Informática Adquirido (Equipamento)	10	138	5
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG	31.506.389	22.882.776				
201220012.206.0001 - Direção Superior	1.678.293	235.046				
201220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	15.833.347	13.662.500				
201220012.553.0001 - Capacitação de Recursos Humanos	130.000	70.940	Curso Realizado (Curso)	18	28	5
			Servidor Treinado e Capacitado (Servidor Público)	229	150	4
201220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.000	-				
203635404.436.0001 - Formação de Técnicos para a Indústria de Leites e Derivados	490.078	587.300	Aluno Formado (Aluno)	57	35	4
			Aluno Matriculado (Aluno)	180	180	-
203635114.437.0001 - Formação de Técnicos para o Agronegócio de Minas Gerais	193.821	190.587	Aluno Formado (Aluno)	41	63	5
			Aluno Matriculado (Aluno)	245	205	4
205717034.433.0001 - Desenvolvimento de Projetos e Pesquisa Agropecuária e Agroindustrial	11.409.538	5.568.403	Projeto Negociado (Projeto)	37	103	6
			Projeto Elaborado (Projeto)	30	7	11
			Projeto Aprovado (Projeto)	8	15	11
			Demanda Realizada (Projeto)	48	31	11
			Cultivar Lançada (Cultivar)	4	02	1
			Processo Agroindustrial Desenvolvido (Processo)	5	01	11
205717034.434.0001 - Produção de Insumos Qualificados	562.210	1.530.759	Muda Produzida (Muda Mil)	380.000	427	5
			Semente e Muda Produzida (Tonelada)	340	156	4
			Matriz e Reprodutor Produzido (Cabeça)	720	272	4
			Material Genético Básico Produzido (Tonelada)	13	65	7
205717034.434.0002 - Realização de Eventos de Difusão de Tecnologia	572.495	301.117	Relatório Técnico Publicado (Edição)	4	0	-
			Artigo Científico Editado (Edição)	31	20	7
			Palestra/Curso Realizado (Curso)	34	30	7

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: AGROPECUÁRIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
205717034.434.0003 - Prestação de Serviços e Informações Técnico-Científicas	386.300	724.324	Revista, Boletim Técnico e Video Técnico Editado (Edição)	27	22	7
			Assessoria Prestada (Assessoria)	3	1	9
			Análise Laboratorial Realizada (Diagnóstico)	50.200	50.200	-
			Treinamento Realizado (Servidor Público)	30	93	7
			Consultoria Prestada (Projeto)	30	0	9
			Banco de Dados Implantado (Banco de Dados)	4	0	9
			Estudo Fisiográfico Realizado (Estudo)	2	0	9
			Estudo de Mercado Realizado (Estudo)	2	0	9
			Levantamento Sócio-Econômico Realizado (Levantamento)	5	0	9
205717044.435.0001 - Ações de Desenvolvimento de Projetos Integrados	249.307	11.800	Projeto Integrado Contratado (Contrato)	61	11	4
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG	2.145.185	350.000				
201232126.002 - Aumento de Capital	1.000	350.000				
205717038.300 - Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa em Agropecuária e Agroindústria	2.144.185	-	Tanque de Piscicultura Construído (Tanque)	1	0	1
			Equipamento Adquirido (Equipamento)	345	0	1
			Veículo Adquirido (Veículo)	7	0	1
			Galpão Construído (Galpão)	5	0	1
			Mobiliário Adquirido (Mobiliário)	10	0	1
			Cerca Construída (Cerca)	2	0	1
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR	19.640.000	-				
206067191.956.0001 - Apoio Financeiro ao Desenvolvimento Agrícola e de Comunidades Rurais	19.640.000	-	Produtor Financiador (Produtor)	1.000	0	1
TOTAL	277.644.235	155.868.678				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Indústria e Comércio	3.213.510	3.000.562				
221210012.179.0001 - Planejamento Setorial	78.000	80.211				
221222001.206.0001 - Direção Superior	163.420	79.814				
221220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.248.192	1.240.271				
221220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	32.712	12.022				
221260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	190.488	-	Projeto Executado (Projeto)	3	0	3
222727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.160.698	1.259.140				
226617414.038.0001 - Estudos e Promoção da Indústria	189.000	192.443	Evento Reaalizado (Evento)	3	3	-
			Central de Dados e Informações Criada (Sistema)	1	0	3
			Ação de Interiorização das Ativi. de Fomento a Indústria Realizada (Evento)	1	0	3
			Estudo Realizado (Estudo)	1	0	3
236917614.071.0001 - Estudos e Promoção do Comércio e dos Serviços	151.000	136.661	Evento Realizado (Evento)	4	4	-
			Central de Dados e Informações Criada (Sistema)	1	0	3
			Sistema em Implantação (Sistema)	1	0	3
			Ação de Interiorização das Ativi. de Fomento ao Comércio e Serviços Realizada (Evento)	1	0	3
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG	7.616.000	7.359.390				
231220022.206.0001 - Direção Superior	552.360	490.330				
231220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	1.803.604	1.812.034				
231220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	12.000	758.627				
231227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	3.396	16.077				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
231257634.254.0001 - Registro do Comércio	3.665.640	2.836.723	Requerimentos atendidos	240.000	376.926	5
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.579.000	1.445.599				
Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI	19.959.800	28.790.397				
221220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	180.000	2.991				
226617473.013 - Implantação e Otimização de Áreas Industriais Planejadas	19.779.800	28.787.406	Seminário Realizado (Seminário)	2	0	3
			Projeto Executivo Elaborado (Projeto)	12	12	-
			Terreno Adquirido (M²)	3.700.000	44.757	3
			Obra de Infra-estrutura Executada (M)	25.640	7.987	3
			Galpão Construído (Galpão)	2	0	9
			Estudo de Impacto Ambiental Elaborado (Estudo)	17	17	-
			Plano Diretor Industrial Elaborado	8	0	3
Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais - INDI	28.877	31.584				
226617416.011 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Operacional	28.877	31.584	Equipamento Adquirido (Equipamento)	12	16	5
			Mobiliário Adquirido (Mobiliário)	20	2	4
Fundo de Incentivo a Industrialização - FIND	257.882.588	272.321.866				
226617451.052.0001 - Apoio Financeiro ao Prog. de Integr. e Divers. Ind. Agroindu. - Pro-Indústria	110.943.588	179.389.623	Empresa Financiada (Empresa)	120	65	4
226617451.053.0001 - Extinção de Obrigações Creditícias	32.000.000	34.882.243	Empresa Financiada (Empresa)	1	1	-
226617451.054.0001 - Apoio Financ. ao Programa de Indução a Modernização Industrial - PROIM	114.933.000	58.050.000	Empresa Financiada (Empresa)	40	23	4
226617451.455.0001- Programa de Equalização Financeira	6.000	-	Empresa Financiada (Empresa)	1	0	8
Fundo de Fomento e Desenv. Sócio-Econômico do Estado - FUNDESE	74.951.887	40.127.727				
221229001.444.0001 - Contribuição do BDMG	2.529.255	929.191				
226617451.164.0001 - Apoio Creditício ao Prog. Gera Minas -FUNDESE/GERA	68.628.749	37.752.536	Empresa Financiada (Empresa)	60.000	2.269	4

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
MINAS						
226617451.165.0001 - Apoio Cred. ao Prog. de Desenvolvimento das Médias Pequenas e Microempresas-FUNDESE/BASE TECNOLÓGICA	3.793.883	1.446.000	Empresa Financiada (Empresa)	45	7	4
Fundo de Desenvolvimento de Indústrias Estratégicas - FUNDIEST	142.569.000	64.626.488				
226617451.182.0001 - Prog. de Apoio a Impl. de Empreend. Industriais Estratégicos-Proe-Indústria	66.000.000	24.927.051	Empresa Financiada (Empresa)	2	2	-
226617451.183.0001 - Prog. de Apoio a Implantação de Agro Ind. Estratégica Proe-Agroindústria	1.000	-				
226617451.184.0001 - Prog. de Estr. Comercial de Empreend. Estratégicos - Proe-Estruturação	76.568.000	39.699.437	Empresa Financiada (Empresa)	5	3	4
TOTAL	506.221.662	416.258.014				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TURISMO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado do Turismo	1.251.992	1.165.776				
231210012.179.0001 - Planejamento Setorial	78.880	40.568				
231220012.206.0001 - Direção Superior	361.590	407.877				
231220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	450.680	404.351				
231220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	35.000	23.280				
231260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	126.992	103.671				
232727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	1.000	-				
236957624.072.0001 - Promoção ao Turismo	197.850	186.029	Município Atendido (Município)	195	231	6
Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS	1.060.623	1.189.374				
231220012.206.0001 - Direção Superior	314.476	312.282				
231220012.288.0001 - Serviços de apoio Administrativo e Financeiro	280.168	270.123				
231220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	4.440	10.379				
231232122.570.0001 - Participação Societária na PROMINAS	300	-				
231257624.023.0001 - Cadastramento e Fiscalização da Atividade Hoteleira	79.222	106.878	Empreendimento Cadastrado (Empreendimento)	120	172	6
			Empreendimento Fiscalizado (Empreendimento)	70	75	6
236957624.453.0001 - Promoção do Turismo e da Atividade Artesanal	382.017	489.712	Evento Realizado (Evento)	3	2	3
			Evento Participado (Evento)	10	2	3
			Artesão Apoiado (Artesão)	180	200	6
Empresa Mineira de Turismo -TURMINAS	1.000	-				
231232126.005 - Participação Societária	300	-				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TURISMO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
236957626.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	700	-				
Fundo de Assistência ao Turismo - FASTUR	2.131.000	-				
236957661.364.0001 - Apoio Financeiro ao Desenvolvimento do Turismo	2.131.000	-				
TOTAL	4.444.615	2.355.150				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas	23.514.536	66.985.497				
041210012.179.0001 - Planejamento Setorial	239.778	320.787				
041220012.206.0001 - Direção Superior	470.933	421.814				
041220012.208.0001 - Serviços de Apoio Administrativo	640.686	629.004				
041220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	45.600	56.224				
041220991.048.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Prédios Públicos	1.000	-	Unidade Predial Construída (Unidade) Unidade Predial Reformada/Ampliada (Unidade)	1 1	0 0	1 1
041220991.230.0001 - Apoio Financeiro aos Municípios em Obras de Infra-estrutura	3.149.000	39.225.279	Município Atendido (Município)	50	9	3 - 4
041220991.572.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Fazendárias	5.600.000	1.673.790	Unidade Construída (Unidade) Unidade Ampliada/Reformada	5 25	4 12	1 1 - 4
041230012.006.0001 - Administração Financeira e Contabilidade	112.872	180.549				
041260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	253.984	32.320	Projeto Executado (Projeto)	2	1	7
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	2.650.683	2.554.530				
061220991.085.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Polícia Militar	31.000	-	Unidade Construída (Unidade) Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1 1	0 0	1 1
061220991.501.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades do Corpo de Bombeiros Militar	1.000	-	Unidade Construída (Unidade) Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1 1	0 0	1 1
061220991.573.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Polícia Civil	81.000	747.498	Unidade Construída (Unidade) Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1 1	4 2	5 5
081220991.103.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Setascad	1.000	3.114	Unidade Construída (Unidade) Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1 1	0 0	1 1
101220991.576.0001 - Construção, Ampliação e Refoma de Unidades da	1.000	3.963.509	Unidade Construída (Unidade)	1	0	1

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado da Saúde			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	1	-
141220991.571.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da Secretaria de Estado da Justiça	1.000	5.075.565	Unidade Construída (Unidade)	1	2	5
			Unidade Ampliada/Reformada (Unidade)	1	1	-
171228391.044.0003 - Saneamento Ambiental em Bacias Hidrográficas - Prosam	1.000	3.000.000				
171228421.043.0001 - Canalização de Córregos	1.000	93.741	Município Atendido (Município)	7	1	1 - 4
171228421.086.0001 - Saneamento Básico	1.000	8.172.439	Município Atendido (Município)	1	11	5
171228421.086.0002 - Perfuração e Instalação de Poços Profundos	500	-	Poço Perfurado/Instalado (Poço)	1	0	1
261220991.047.0001 - Construção, Ampliação e Reforma de Portos e Aeroportos	7.740.000	557.917	Aeroporto/Terminal Construído (Aeroporto)	5	1	3 - 12
			Aeroporto Melhorado (Aeroporto)	12	5	3 - 12
			Terminal Construído (Aeroporto)	2	0	8
261220991.503.0001 - Constr., Ampliação e Reparos de Obras de Arte Especiais	1.000	-	Ponte e Viaduto Construído (Metro)	1	0	1
			Ponte e Viaduto Ampliado (Metro)	1	0	1
			Ponte e Viaduto Reparado (Metro)	1	0	1
261220991.504.0001 - Fornecimento de Vigas Metálicas e de Mata-burros	2.148.500	277.417	Viga Metálica Fornecida (Viga)	540	71	1
			Mata-Burro Fornecido (Mata-Burro)	2.300	57	1
261228431.087.0001 - Obras de Complementação de Sistemas Viários	1.000	-	Trincheira e Viaduto Construído (Metro)	3	0	1
			Via Pública Pavimentada (Metro)	1	0	1
261228431.505.0001 - Implantação de Abrigo de Passageiros	340.000	-	Abrigo de Passageiro Implantado (Abrigo)	200	0	1
Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - DEOP	8.020.153	7.575.441				
041220012.206.0001 - Direção Superior	738.624	430.269				
041220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	3.822.229	3.449.932				
041220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de	194.125	49.858				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Informática						
041227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	2.490.277	2.490.274				
041228404.422.0001 - Planejamento e Gerenciamento Técnico de Obras	150.000	-	Projeto Técnico Elaborado (Projeto)	30	44	5
			Serviço de Vistoria, Topografia e Sondagem Realizado (Contrato)	50	80	5
			Serviço de Gerenciamento Realizado (Contrato)	55	0	9
042727777.052.0001 - Proventos de Inativos Cíveis	623.898	1.117.991				
171228391.044.0003 - Saneamento Ambiental em Bacias Hidrográficas - Prosam	1.000	37.117	Canalização Executada (Metro)	30	0	9
			Via Sanitária Implantada (Metro)	30	0	9
Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER	580.929.288	372.319.874				
261220012.206.0001 - Direção Superior	960.000	930.987				
261220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	78.122.304	77.279.904				
261220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	869.400	877.664				
261227777.053.0001 - Precatórios Judiciários	10.438.957	10.430.840				
262727777.060.0001 - Proventos de Inativos Cíveis e Pensionistas	95.486.294	110.665.302				
264518311.078.0001 - Implantação e Melhorias em Rodovias	2.630.000	467.200	Trecho de Rodovia Vicinal Implantado e Pavimentado (Km)	28	6	3
			Trecho de Rodovia Vicinal Melhorado (Km)	50	276	7 - 6
			Sinalização Horizontal/Vertical Implantada (Km)	160	160	-
264518311.078.0002 - Construção e Melhoramento de Aeroportos	9.740.000	4.621.063	Aeroporto/Terminal Construído (Aeroporto)	4	1	3 - 12
			Aeroporto Melhorado (Aeroporto)	12	5	3 - 12
			Terminal Construído (Aeroporto)	2	0	8
264518311.078.0003 - Construção e Rest. de Terminais Rodoviários e Abrigos de Passageiros	220.000	-	Abrigo de Passageiro Implantado (Abrigo)	20	0	10
			Terminal Rodoviário Construído (Terminal)	1	0	8

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
264518311.078.0004 - Construção e Recuperação de Obras de Arte Especiais	190.000	189.000	Obra de Arte Especial Implantada (Metro)	40	0	3 - 7
			Obra de Arte Especial Restaurada (Metro)	120	0	3 - 7
264518311.078.0005 - Pavimentação de Vias Urbanas	150.000	-	Via Urbana Pavimentada (Km)	30	0	3 - 7
267820991.579.0001 - Construção e Reforma de Unidades Prediais	370.000	218.769	Unidade Predial Reformada (Unidade)	4	1	3
267828324.311.0001 - Sinalização de Rodovias	1.725.000	431.981	Sinalização Implantada (Km)	1.525	747	3 - 7
267828324.311.0002 - Educação de Trânsito	135.000	-	Campanha Educativa Realizada (Campanha)	14	20	5
267828324.311.0003 - Controle Operacional da Rodovia	1.801.513	1.137.727	Balança Móvel Dinâmica Implantada (Balança)	16	0	10
			Redutor Eletrônico de Velocidade Implantado (Redutor Eletrônico)	60	8	10
			Travessia Adequada (Metro)	160	200	5
267828324.311.0004 - Gerenciamento das Concessões Rodoviárias	70.000	-	Rodovia Concedida Gerenciada (Km)	2.831	0	10 - 12
267828331.001.0001 - Duplicação de Rodovia	147.600.000	17.271.736	Obra de Arte Especial Implantada (Metro)	400	40	10
			Sinalização Horizontal/Vertical Implantada (Km)	205	0	10
			Desapropriação em Execução (Desapropriação)	50	0	10
			Trecho de Rodovia Duplicado (Km)	185	0	10
267828331.001.0002 - Proteção Ambiental	4.200.000	1.027	Infra-estrutura de Controle de Carga Perigosa Implantada (Unidade)	2	0	10
			Área de Proteção Ambiental em Implantação (Unidade)	15	0	10
267828331.141.0001 - Implantação e Pavimentação de Rodovias	49.962.500	81.049.947	Estudo e Projeto Ambiental Executado (Projeto)	108	100	-
			Rodovia Implantada e Pavimentada (Km)	271	101	3
267828331.141.0002 - Implantação de Obra de Arte Especial	2.800.000	5.941.219	Obra de Arte Especial Implantada (Metro)	129	96	3
267828331.141.0003 - Duplicação de Rodovias	35.000.000	-	Rodovia Duplicada (Km)	22	0	9 - 11 - 12
267828334.581.0001 - Melhoramento e Pavimentação de Rodovias	6.300.000	-	Rodovia Melhorada e Pavimentada (Km)	42	0	11 - 12

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
267828334.581.0002 - Restauração de Rodovias	23.700.000	-	Rodovia Restaurada (Km)	258	0	11 - 12
267828334.581.0003 - Gerenciamento, Manutenção, Operação Rodoviária e Adequação Instituc. do Órgão	3.000.000	-	Rodovia Concedida Gerenciada (Km)	2.496	0	11 - 12
			Instituição Adequada (Unidade)	1	0	11 - 12
267828341.143.0001 - Conservação da Rede Rodoviária	29.320.320	44.770.973	Serviço de Manutenção Realizado (Km)	25.204	25.204	-
267828341.143.0002 - Recuperação de Obras de Arte Especiais	838.000	515.434	Obra de Arte Especial Restaurada (Metro)	2.098	230	3
267828351.135.0001 - Restauração da Rede Rodoviária Estadual	9.000.000	12.609.858	Trecho Restaurado (Km)	115	154	7
			Rodovia Restaurada (Km)	75	0	9
267828351.135.0002 - Restauração da Rede Rodoviária Federal Delegada	66.000.000	2.909.243	Rodovia Restaurada (Km)	479	0	12
267828361.144.0001 - Gerenciamento e Operação do Sistema de Transporte da RMBH	150.000	-	Via Pública Pavimentada (M)	8.000	8.000	-
			Terminal de Integração Implantado (Terminal)	2	0	9
			Estudo e Projeto Elaborado (Estudo/Projeto)	5	0	9
267828361.144.0002 - Gerenciamento e Operação do Sistema de Transporte Intermunicipal	150.000	-	Estudo e Projeto Elaborado (Estudo/Projeto)	1	0	3
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	294.113.281	259.605.017				
171220016.011 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Operacional	4.819.793	1.591.302				
175126498.043 - Proteção e Preservação de Mananciais	445.000	262.208	Sistema Integrado de Proteção de Mananciais Implantado, Mantido e Monitorado(Sistema)	50	0	3
			Programa de Educação Ambiental Realizado (Programa)	6	6	-
			Campanha de Prevenção de Incêndios Realizada (Campanha)	6	6	-
			Plano para Introdução de Fauna Executado (Plano)	4	1	3 - 4
175126498.044 - Pesquisa e Monitoração de Recursos Hídricos	200.000	60.000	Recurso Hídrico Monitorado (Recurso)	669	610	-
175126498045 - Licenciamento Ambiental	300.000	40.372	Sistema Operado Licenciado (Sistema)	10	0	3
			Empreendimento em Implantação Licenciado (Licenciamento)	100	66	3

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
175128378.040 - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento D'Água	83.733.165	84.136.252	Sistema de Abastecimento de Água Implantado e Melhorado (Sistema) Ligação de Água Acrescida (Ligação)	262 127.000	150 130.776	4 -
175128378.041 - Poços Profundos	1.400.000	460.693	Poço Perfurado/Instalado (Poço)	96	79	3
175128383.022 - Saneamento Ambiental das Bacia Arrudas e Onça da RMBH Prosam	1.000	-				
175128388.042 - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sist. de Esgotamento Sanitário	111.623.994	98.200.562	Sistema de Esgotamento Sanitário Implantado, Ampliado e Melhorado (Sistema) Ligação de Esgoto Acrescida (Ligação)	122 89.000	23 74.677	3 - 4 3 - 4
178437777.003 - Amortização da Dívida Interna	87.824.955	67.419.564				
178447777.004 - Amortização da Dívida Externa	3.765.374	7.434.064				
Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A	24.564.923	-				
261220012.206.0001 - Direção Superior	1.131.963	-				
261220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	370.230	-				
261220502.350.0001 - Desenvolvimento e Manutenção dos Serviços de Informática	1.000	-				
267838454.563.0001 - Manutenção e Operação do Sistema de Trens Urbanos da RMBH	23.061.730	-	Passageiro Transportado (Passageiro)	34.071.879	0	12

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Trem Metropolitano de Belo Horizonte S/A	1.000	-				
267830016.185 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa e Operacional	1.000	-				
Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Rib. Arrudas e Onça - PROSAM	21.068.000	21.337.780				
171229001.192.0001 - Contribuição ao FUNDEURB	17.908.920	17.908.920	Município com Empréstimo Contratado (Município) Empresa Financiada (Empresa)			
171229001.293.0001 - Contribuição ao Fundo FHIDRO	1.989.880	3.401.152				
175128391.190.0001 - Apoio Financeiro ao Programa Prosam	1.169.200	27.708		1	1	-
				1	0	7
Fundo Estadual de Saneamento Básico - FESB	50.706.000	40.197.198				
171229001.487.0001 - Contribuição ao BDMG	1.000.000	-	Projeto Financiada (Projeto)			
171229001.487.0002 - Contribuição a Ruralminas	33.000.000	27.547.115				
171229001.487.0003 - Contribuição ao Fundo FUNDERUR	8.000.000	8.000.000				
171229001.487.0004 - Contribuição ao fundo FUNDEURB	442.000	-				
175126221.365.0001 - Apoio Financeiro para Implementação de Água e Esgoto	8.264.000	4.650.083		10	1	4
Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS	1.000.000	-				
267828331.388.0001 - Apoio ao Desenvolvimento de Transporte	1.000.000	-	Rodovia Restaurada (Km)	1	0	1
TOTAL	1.003.917.181	768.020.807				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Secretaria de Estado de Minas e Energia	9.781.384	4.161.972				
221220502.090.0001 - Manutenção dos Serviços de Informática	90.200	12.417				
221260501.100.0001 - Implementação e Implantação dos Projetos de Informática	2.000	-	Projeto Executado (Projeto)	1	0	7
226638104.827.0001 - Desenvolvimento Mineral do Estado de Minas Gerais	100.000	-	Projeto Elaborado (Projeto)*	9	8	7
			Projeto Acompanhado (Projeto)*	9	8	7
226638114.828.0001 - Gerenciamento e Acompanhamento do Mapeamento Geológico da Reg. Leste	28.500	-	Projeto Elaborado (Projeto)*	1	1	-
			Projeto Acompanhado (Projeto)*	1	1	-
226638114.828.0002 - Gerenciamento e Acompanhamento do Mapeamento Geológico da Bacia do São Francisco	245.000	-	Projeto Elaborado (Projeto)*	2	2	-
			Projeto Acompanhado (Projeto)*	2	2	-
226638114.828.0003 - Gerenciamento e Acompanhamento do Mapeamento Geológico da Região Sul	45.000	-	Projeto Elaborado (Projeto)	1	0	11
			Projeto Acompanhado (Projeto)	1	0	11
226638114.828.0004 - Gerenciamento e Acompanhamento do Mapeamento Aerogeofísico do Estado	4.280.000	2.957.190	Projeto Elaborado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Acompanhado (Projeto)	1	1	-
226638114.829.0001 - Difusão Técnica do Setor Mineral	82.000	-	Publicação Editada (Edição)*	2	2	-
			Manual do Minerador Revisado (Manual)*	1	1	-
			Perfil da Economia Mineira Editada (Perfil)*	1	1	-
226638114.830.0001 - Memória do Setor Mineral	260.000	-	Projeto de Memorial da Mineração Elaborado (Projeto)*	1	1	-
			Projeto de Memorial de Geologia Elaborado (Projeto)*	1	1	-
			Projeto de Memorial da Mineração Acompanhado (Projeto)*	1	1	-
			Projeto de Memorial da Geologia Acompanhado (Projeto)*	1	1	-
251210012.179.0001 - Planejamento Setorial	74.627	84.970				

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
251220012.206.0001 - Direção Superior	321.389	271.059				
251220012.288.0001 - Serviços de Apoio Administrativo e Financeiro	566.420	525.731				
251258074.822.0001 - Fiscalizações da Concessionárias e Distribuidoras de Gás, Derivados de Petróleo e Energia Elétrica	857.408	67.088	Concessionária de Energias Elétrica Fiscalizada (Concessionária)	3	0	7
			Concessionária de Gás Fiscalizada (Concessionária)	1	0	7
			Distribuidora de Gás Fiscalizada (Distribuidora)	5	0	7
			Distribuidora de Derivados de Petróleo Fiscalizada (Distribuidora)	1	0	7
251258234.839.0001 - Controle e Fiscalização por Delegação da Atividade Minerária do Estado	95.360	75.781	Empresa de Mineração Fiscalizada (Empresa)	50	20	4
252727777.052.0001 - Proventos de Inativos Civis	89.980	87.416				
255738084.823.0001 - Promoção da utilização de Energias Alternativas	1.975.000	80.320	Escola Eletrificada (Escola)	20	0	2
			Centro Comunitário Eletificado (Centro)	30	0	2
			Projeto de Irradiação Nuclear Aprovado (Projeto)	1	0	7
			Acordo de Irradiação Nuclear Assinado (Projeto)	1	0	7
			Projeto de Utilização de Gás Aprovado(Projeto)	1	0	7
			Acordo de Utilização de Gás Assinado (Acordo)	1	0	7
255738094.824.0001 - Mineração Sustentável	5.000	-	Rodada de Negócios Sustentada (Rodada de Negócios)*	1	1	-
			AcordoAssinado (Acordo)*	1	1	-
255738094.825.0001 - Energia Sustentável	5.000	-	Rodada de Negócios Sustentada (Rodada de Negócios)*	1	1	-
			AcordoAssinado (Acordo)*	1	1	-
255738094.826.0001 - Mineração Social e Garimpo	50.000	-	Acordo Assinado (Acordo)*	1	0	7
			Projeto Coordenado (Projeto)*	6	2	7
257528061.136.0001 - Luz de Minas II	596.500	-	Propriedade Rural Eletrificada (Propriedade)	263	0	9

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
257528064.821.0001 - Instalação e Recuperação de Micros e Pequenas Centrais Hidrelétricas	12.000	-	Pessoa Atendida (Pessoa)	2.000	0	9
			Estudo de Recuperação Aprovado (Estudo)	1	0	7
Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG	21.736.870	11.946.292				
226637713.820 - Gestão de Termas e Águas Minerais	9.090.000	4.825.000	Grande Hotel de Araxá Concluído e Mantido (Hotel)	1	1	-
			Licitação Realizada (Licitação)	3	3	-
226637713.821 - Gestão de Negócios Minero-Industriais	254.000	44.000	Projeto Nióbio de Araxá Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Fosfato de Araxá Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Calcário de Arcos Executado (Projeto)	1	0	10
			Projeto Feldspato de Governador Valadares Executado (Projeto)	1	1	-
226637718.822 - Gestão de Negócios em Serviços	6.001.000	5.800.000	Evento Realizado (Evento)	4	4	-
226638103.827 - Desenvolvimento Mineral do Estado de Minas Gerais	2.900.000	85.570	Projeto Rochas Ornamentais Executado(Projeto)	1	1	-
			Projeto Calcário Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Feldspato Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto de Metais Básicos Executado (Projeto)	2	0	7
			Projeto de Ouro Executado (Projeto)	2	0	7
			Projeto de Diamante Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto de Areias Industriais Executado(Projeto)	1	1	-
			Projeto de Caulim Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto de Bauxita Executado (Projeto)	1	1	-
226638113.830 - Memória do Setor Mineral	203.000	105.000	Memorial da Mineração Construído (Memorial)	1	1	-
			Memorial da Geologia Construído (Memorial)	1	0	7
			Memorial da Mineração Mantido (Memorial)	1	1	-
			Memorial da Geologia Mantido (Memorial)	1	0	7
226638118.828 - Mapeamento Geológico do Estado de Minas Gerais	2.255.870	986.790	Quilometro Quadrado Mapeado (Km²)	40.000	36.000	-
			Mapa Editado (Mapa)	5	12	5

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
226638118.829 - Difusão Técnica do Setor Mineral	330.000	18.000	Exemplar Editado (Exemplar)	5.000	270	4
255738093.826 - Mineração Social e Garimpo	313.000	66.932	Projeto Ardósia Executado (Projeto)	1	1	-
			Projeto Rochas Ornamentais Executado(Projeto)	1	0	7
			Projeto Quartizito Executado (Projeto)	1	0	7
			Projeto Calcário Executado (Projeto)	1	0	7
			Projeto Feldspato Executado (Projeto)	1	0	7
			Projeto Fosfato Executado (Projeto)	1	1	-
			Garimpo Modelo Executado (Garimpo Modelo)	1	0	7
255738098.825 - Mineração Sustentável	390.000	15.000	Rodada de Negócios Realizada (Rodada de Negócios)	2	2	-
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	#####	#####				
251220016.001 - Manutenção e Adequação da Infra-estrutura Administrativa	40.000.000	34.400.000				
251232126.010 - Distribuição de Dividendos	158.999.498	158.999.498				
251232226.002 - Aumento de Capital	1.000	-				
257528033.056 - Usina de Porto Estrela	16.500.000	22.300.000	Usina de Porto Estrela com Capacidade de 112mw em Construção (Usina)	1	1	-
257528033.502 - Usina de Irapé	21.600.000	6.100.000	Usina de Irapé com Capacidade de 360mw Construída (Usina)	1	1	-
257528033.503 - Reforma e Melhoria de Usina	16.800.000	92.700.000	Reforma e Melhoria de Usina Executada (Usina)	19	20	-
257828033.720 - Usina de Pai Joaquim	6.100.000	600.000	Usina de Pai Joaquim com Capacidade 23 mw em Construção (Usina)	1	1	-
257528033.790 - Usina de Funil	14.100.000	6.500.000	Usina de Funil com Capacidade de 180mw em Construção (Usina)	1	1	-
257528033.811 - Usina de Aimorés	48.900.000	4.800.000	Usina de Aimorés com Capacidade de 330mw em Construção (Usina)	1	1	-

**DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000**

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
257528033.812 - Usina de Queimados	29.000.000	4.800.000	Usina de Queimado com Capacidade de 105mw Construção ((Usina)	1	1	-
257528038.123 - Suporte e Geração de Energia	2.500.000	2.400.000	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suprote)	1	1	-
257528043.032 - Reforma e Ampliação de Linhas de Transmissão e Subestação	2.200.000	2.300.000	Linha de Tansmissão em Reforma/Ampliação(km)	1	1	-
257528043.504 - Construção de Linhas de Transmissão e Subestações	48.500.000	7.000.000	Subestação em Instalação (MVA)	2	1	4 - 7
257528048.124 - Suporte a Transmissão de Energia	11.200.000	1.200.000	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suporte)	1	1	-
257528053.033 - Expansão do Sistema de Distruibuição	149.838.300	77.224.000	Consumidor Atendido (Unidade)	180.350	180.350	-
257528053.157 - Luz de Minas	49.177.900	92.976.000	Consumidor Atendido (Unidade)	45.650	45.650	-
257528053.173 - Projeto PRODECER III	1.747.800	-	Subestação em Instalação (MVA)	4	0	1 - 4 - 7
257528053.174 - Projeto Jaiba II	176.500	-	Linha de Transmissão em Instalação (Km)	1	0	1 - 4 - 7
			Subestação em Instalação (MVA)	1	0	1 - 4 - 7
257528053.505 - Expansão do Sistema de Subtransmissão	77.809.800	55.100.000	Subestação em Instalação (MVA)	97	145	5 - 7
257528058.125 - Suporte e Distribuição de Energia	13.285.100	13.000.000	Sistema de Suporte Instalado e Mantido (Sistema de Suporte)	4	4	-
258437777.003 - Amortização de Dívida Interna	106.435.000	104.199.000				
258447777.004 - Amortização de Dívida Externa	441.659.500	385.627.000				
Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG	5.540.000	3.329.703				
226638013.200 - Rede de Distribuição de Gás Natural	5.540.000	3.329.703	Volume distribuído (mil m3)	292.780	289.079	-

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA
2000

SETOR: MINAS E ENERGIA

Órgão / Entidade Subprojeto / Subatividade	Orçamento		Meta			
	Programado	Executado	Denominação	Programado	Executado	Causas de Desvio
Fundo de Desenvolvimento Mineiro-Metalúrgico - FDMM	1.400.000	361.400				
226637461.091.0001 - Apoio Financeiro ao Desenvolvimento da Atividade Mineiro-Metalúrgica	1.400.000	361.400	Empresa Financiada (Empresa)	5	5	-
TOTAL	1.294.988.652	1.092.024.865				

Fonte: SIAF - valores de dezembro/2000.

Obs.: * Os investimentos financeiros destes projetos foram realizados através de convênio celebrado com a Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG.



PLANEJAMENTO

www.seplan.mg.gov.br